

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
DOUTORADO

Emanuele Mantovani

RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO FEMININO:
EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E SUBJETIVIDADES DAS MULHERES
MICROEMPREENDEDORAS INDIVIDUAIS

Santa Cruz do Sul

2022

Emanuele Mantovani

Relações de gênero e trabalho feminino: experiências, sentidos e subjetividades das mulheres microempendedoras individuais

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa “Estado, instituições e democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Professora Doutora Sílvia Virgínia Coutinho Areosa

Santa Cruz do Sul,

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Mantovani, Emanuele

Relações de gênero e trabalho feminino: : experiências, sentidos e subjetividades das mulheres microempreendedoras individuais / Emanuele Mantovani. – 2022.

194 f. ; 29 cm.

Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2022.

Orientação: Profa. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa.

1. Microempreendedor Individual. 2. Gênero. 3. Território. 4. Trabalho feminino. 5. Mulheres. I. Areosa, Silvia Virginia Coutinho. II. Título.

Relações de gênero e trabalho feminino: experiências, sentidos e subjetividades das mulheres microempendedoras individuais

Essa tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, área de concentração em Desenvolvimento Regional, linha de pesquisa “Estado, instituições e democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional

Profa. Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa (Orientadora) – PPGDR/Unisc

Profa. Dra. Cláudia Tirelli – PPGDR/Unisc

Profa. Dra. Grazielle Betina Brandt – PPGDR/Unisc

Profa. Dra. Fernanda Spanier Amador – PPGPSI/Ufrgs

Profa. Dra. Luciana Butzke – PPGDR/Furb

Às mulheres trabalhadoras, remuneradas ou não.

AGRADECIMENTOS

É transbordando de orgulho e gratidão que encerro um ciclo de seis anos, entre mestrado e doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, a mesma onde também concluí minha primeira graduação. Tenho orgulho do que construí neste período e da pessoa que me tornei. Tenho certeza de que, em todos os dias, dei o meu melhor. Trabalhei com dedicação, não apenas à minha pesquisa, mas a todas as atividades que tive oportunidade de participar. Em um país onde o acesso ao ensino superior ainda é um privilégio para poucos, procurei retribuir da melhor forma a oportunidade de ter acesso a uma pós-graduação com uma bolsa.

Neste sentido, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa. Agradecendo à CAPES, agradeço ao povo brasileiro que resiste todos os dias em um país assolado por uma crise sanitária, política e humanitária e que nos motiva a seguir em frente. Nenhum dia perdi de vista os meus privilégios. Nenhum dia perdi de vista o meu compromisso com a vida das pessoas e o meu compromisso de lutar por um Brasil soberano e justo. Nenhum dia perdi de vista o meu compromisso de lutar para que cada brasileiro e cada brasileira tenham de volta o direito de sonhar.

Quando lembro de cada professora e professor que me ajudou a percorrer este caminho, meu coração se enche de gratidão por cada um e cada uma. À minha orientadora, Silvia, meu profundo agradecimento por tudo. Por ter encarado comigo a jornada de escrever a primeira tese a partir da perspectiva de gênero neste programa de pós-graduação, pela paciência com minhas limitações e por ter sempre acreditado em mim. Por ter sido mais do que professora e orientadora, mas também amiga e companheira de tantas horas boas e nem tão boas. Muito obrigada, profe!

Agradeço aos professores e professoras que passaram pela coordenação do Programa durante este período, Rogério, Cidonea, Erica e Silvio pela parceria e apoio de sempre. Em nome deles e delas, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional por ter sido minha segunda casa durante este período, por ter sido o lugar onde sempre me senti acolhida e apoiada, por ter sido o lugar que fez parte, de forma tão especial, da minha vida profissional/acadêmica, pessoal e política. É motivo de muito orgulho prá mim fazer parte de um programa de pós-graduação que tem mais de 25 anos e é referência na sua área.

Agradeço a cada professora e professor com quem tive a oportunidade de conviver e de aprender. Cadoná, meu orientador no mestrado, a quem devo tanto, Ângela, Claudia,

Grazi, Brose, Virgínia e Nascimento, levo de vocês ensinamentos, parceria, apoio e amizade. Deixo todo meu afeto e a minha profunda gratidão a cada uma e cada um.

Obrigada colegas do Grupo de Pesquisa em Democracia e Políticas Públicas (GEDEPP) por termos partilhado tanto e pela oportunidade de trabalhar, estudar e conviver com vocês.

Deixo meu abraço fraterno às nossas funcionárias, Grasi e Carol e o meu agradecimento a elas pelo apoio e pela disponibilidade de sempre. Vocês são demais, gurias!

Da mesma forma, mais do que um agradecimento, deixo um abraço apertado a cada um dos alunos e alunas de antes, durante e depois, com quem tive a oportunidade de conviver dentro ou fora da sala de aula, em especial à Raquel, ao Vlamir e à Tuize. Desejo muita força, muita luz e muita sabedoria nas suas caminhadas. Em um país que sofre com o desmonte da ciência e da educação, somos a resistência e temos um compromisso com a verdade e com a justiça. Jamais percam isso de vista.

Em 2019, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc proporcionou a uma mãe solo, feminista, bolsista de pesquisa a oportunidade de cruzar o Atlântico para falar sobre trabalho feminino e relações de gênero na Escola de Verão do Instituto de Geografia da Universidade de Innsbruck, na Áustria, oportunidade pela qual serei eternamente grata. Assim, agradeço também às professoras Erica e Virgínia, aos professores Sérgio e Airton (Unijuí), Clóvis e Ivo (Furb), às colegas Graciela, Taciana, Tatiana e Yanett e ao colega Vanilson. De forma especial, agradeço aos colegas Félix, Carlos e Carine e aos professores Fernando, Michael e Martin pela acolhida em Innsbruck que tornou a nossa estada ainda mais especial. Da mesma forma, agradeço a cada um e cada uma que colaboraram de alguma forma para tornar essa viagem possível. Uma experiência que levo para sempre no meu coração.

Sou uma mulher que assumiu o compromisso e o desafio de contar a história de outras mulheres. Uma história que é delas, mas que também é minha. Uma mulher branca, cisgênero, heterossexual, mãe solo, escolarizada e militante do Partido dos Trabalhadores. Assim, agradeço imensamente às mulheres que contribuíram para a realização dessa tese, compartilhando suas histórias, sua vida, suas experiências, suas angústias (que também são as minhas) e seus sonhos (que também são os meus). Mulheres que resistem cotidianamente ao machismo, à misoginia e aos desafios do tornar-ser mulher. A cada uma o meu desejo de conquistas, de força e de uma sociedade melhor para nós e para nossas crianças, com equidade e justiça. Trabalhadoras que, diariamente, brotam teimosas como flores no asfalto.

Dias mulheres virão porque o mundo é nosso e nós vamos tomá-lo. A revolução será feminista. Ou não será.

Ao meu amigo, Doutor Rafael de Brito Viana, deixo meu coração como agradecimento pelo tanto que partilhamos na universidade e fora dela e pela certeza de que seguiremos juntos pela vida.

Da mesma forma, ao meu amigo Fred, meu parceiro de luta que enfrentou comigo os desafios de uma campanha eleitoral e com quem ainda tenho a oportunidade de conviver aprender e partilhar. Tenho profunda gratidão pela amizade que construímos e, por ela, meu coração é teu.

Agradeço de forma especial às minhas irmãs, minhas parceiras de vida que sempre estiveram comigo de perto ou de longe, nos dias bons e nos dias difíceis. Com quem divido a certeza de que nada dura para sempre. Enquanto tivermos umas às outras, seguiremos firmes. Obrigada por estarem comigo nos apertos e nas vitórias. Obrigada pelas nossas crianças, que deixam tudo mais bonito e mais cheio de amor.

Por fim, meu profundo agradecimento à minha filha, Clara, meu raio de sol, minha razão de tudo. É na imensidão dos teus olhos verdes que me guio e me fortaleço todos os dias para seguir em frente, para não desistir, para lutar por um mundo melhor, mais justo, mais humano e mais solidário. É por ti e por todas as meninas que virão depois de mim que tudo faz sentido.

A todas e a todos meus mais sinceros agradecimentos, que sigamos partilhando sonhos e conquistas, que sigamos resistindo, impulsionadas pela força transformadora que nos move na vida e na ciência. Um abraço e boa luta!

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 (PROSUC – CAPES).

Ela largou o Miguelzinho porque ele é filho da empregada.

(Mirtes Renata Santana de Souza)

RESUMO

Essa tese de doutorado é resultado de um estudo sobre a forma como as relações de gênero compõem a experiência de mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais, em Santa Cruz do Sul. No estudo, analiso as relações de gênero a partir de quatro aspectos: sociedade, família, divisão sexual do trabalho e Estado com o objetivo de compreender as repercussões das relações assimétricas que se estabelecem nesses âmbitos sobre as trajetórias de mulheres que atuam como MEIs. Na construção da análise levo em consideração que a relação entre indivíduos e sociedade não é oposta, mas complementar, sendo assim, a condição das mulheres não se constrói de forma isolada, mas como resultado das assimetrias de gênero. Além disso, o território é lido a partir de seu aspecto relacional como produto e produtor dessas desigualdades. Para a construção dessa problematização, tomei os conceitos de habitus, campo e capital para compreender como as assimetrias de gênero são construídas, reproduzidas ou tensionadas, tendo as mulheres como sujeitos ativos, capazes de mobilizar capitais com potencial de ressignificar e tensionar essas desigualdades. A partir da realização de entrevistas semiestruturadas com seis mulheres, além da sistematização de dados secundários sobre empreendedorismo feminino e sobre o microempreendedorismo em Santa Cruz do Sul, analisei as trajetórias dessas mulheres no mercado de trabalho, suas vivências cotidianas na família e na sociedade e o papel do Estado, onde destaco aspectos ligados à raça e classe social, orientação sexual, maternidade, trabalho doméstico não remunerado, mercado de trabalho e políticas públicas. A partir da investigação realizada e do cruzamento do acúmulo teórico com os dados empíricos, enfatizo nessa tese a forma como as relações assimétricas de gênero oferecem constrangimentos às mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais e, ao mesmo tempo, o potencial dessas mulheres de ressignificarem suas trajetórias, produzindo resistência a esses constrangimentos a partir dos capitais que mobilizam, desde a educação dos filhos, até a militância em movimentos sociais, a participação em coletivos ou atividades culturais. Apesar dos conflitos, contradições e limites impostos pelas relações de gênero e pelos atravessamentos de raça e classe social, essas mulheres (re)existem construindo a mudança seja no trabalho, nos movimentos sociais ou nas próprias famílias.

Palavras-chave: Microempreendedor Individual; Gênero, Território; Trabalho feminino; Mulheres;

ABSTRACT

This doctoral thesis is the result of a study on how gender relations compose the experience of women who act as individual microentrepreneurs in Santa Cruz do Sul. In the study, I analyze gender relations from four aspects: society, family, sexual division of labor, and the State, with the objective of understanding the repercussions of the asymmetrical relations that are established in these areas on the trajectories of women who act as MEIs. In the construction of the analysis I take into consideration that the relationship between individuals and society is not opposite, but complementary, thus the condition of women is not built in isolation, but as a result of gender asymmetries. Furthermore, territory is read from its relational aspect as a product and producer of these inequalities. To construct this problematization, I used the concepts of habitus, field, and capital to understand how gender asymmetries are constructed, reproduced, or tensioned, having women as active subjects, capable of mobilizing capitals with the potential to resignify and tense these inequalities. Based on semi-structured interviews with six women, and the systematization of secondary data on female entrepreneurship and micro-entrepreneurship in Santa Cruz do Sul, I analyzed the trajectories of these women in the labor market, their daily experiences in the family and in society, and the role of the State, where I highlight aspects related to race and social class, sexual orientation, maternity, unpaid domestic work, the labor market, and public policies. Based on the research carried out and the crossing of the theoretical accumulation with the empirical data, I emphasize in this thesis the way in which the asymmetric gender relations offer constraints to women who act as individual microentrepreneurs and, at the same time, the potential of these women to reshape their trajectories, producing resistance to these constraints based on the capitals they mobilize, from the education of their children, to their militancy in social movements, to their participation in collectives or cultural activities. Despite the conflicts, contradictions and limits imposed by gender relations and by race and social class crossings, these women (re)exist building change whether at work, in social movements or in their own families.

Keywords: Individual Microentrepreneur; Gender, Territory; Female work; Women;

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 01:As três principais abordagens do pensamento geográfico/territorial	28
TABELA 01:Taxa de desocupação por idade e sexo	118
TABELA 02:População ocupada por atividade	118
TABELA 03:Os dados sobre microempreendedorismo individual no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santa Cruz do Sul	121
TABELA 04:Brasil: empreendedores e empreendedoras por faixa de rendimento	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNPEM	Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FIOCRUZ	Fundação Osvaldo Cruz
FMI	Fundo Monetário Internacional
GAD	Gender And Development
GED	Gênero en el desarrollo
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
GyD	Género y Desarrollo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMT	Instituto de Medicina Tropical
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IST	Infecção Sexualmente Transmissível
LNBio	Laboratório Nacional de Biociências
MED	Mujer en el desarrollo
MEI	Microempreendedor Individual
MyD	Mujer y Desarrollo
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PENSSAN	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
SEBRAE	Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SOF	Sempreviva Organização Feminista
UnB	Universidade de Brasília
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
USP	Universidade de São Paulo
WAD	Woman And Development
WID	Woman In Development

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E GÊNERO.....	25
2.1 O território em uma abordagem relacional.....	26
2.2 Perspectivas em Desenvolvimento Regional.....	39
2.3 A abordagem de gênero no Desenvolvimento Regional	51
3. RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO FEMININO.....	60
3.1 Gênero e sociedade	67
3.2 Família e relações de gênero	79
3.3 Divisão sexual do trabalho	89
3.4 Estado e relações de gênero	99
4. EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E SUBJETIVIDADES	113
4.1 Empreendedorismo e microempreendedorismo feminino	117
4.2 As experiências	125
4.3 Os sentidos	141
4.4 As subjetividades	153
5. CONCLUSÃO.....	163
REFERÊNCIAS	174
APÊNDICES.....	191

1 INTRODUÇÃO

O trabalho pode ser compreendido como a atividade humana fundamental que faz do ser humano um ser social e que o distingue dos animais ao interagir com a natureza e com os outros humanos. O trabalho é uma categoria central porque é quem estabelece o vínculo entre seres humanos e natureza e demarca a passagem do ser biológico ao ser social. Assim, Marx (1985) define o trabalho como a expressão da vida humana uma vez que é por meio dele que o homem cria a realidade e a possibilidade de realização da sociabilidade (MARX, 1985; MARX, ENGELS, 1999; LUKÁCS, 1978).

Mudanças estruturais no mundo do trabalho que marcaram a passagem do regime fordista para o que Harvey (2014) chama de acumulação flexível, provocaram profundas transformações na própria organização da classe trabalhadora. Se antes a produção se dava durante as horas em que os operários estavam na fábrica, neste novo paradigma pós-fordista, o trabalho não tem hora ou lugar para ser produzido, pode ser em casa, na rua, durante uma viagem e nos fins de semana. Isso faz com que o trabalho passe a ocupar um lugar ainda mais central na criação, produção e reprodução da vida social, tendo, inclusive, lugar importante na integração e constituição das relações sociais dos sujeitos (MANTOVANI, 2018).

O tempo e o espaço do trabalho se misturam com o tempo e o espaço da vida social e familiar. Com esta nova conformação, as relações de trabalho se ampliam e se expandem por toda a vida social, ocupando lugar de destaque não só na produção de bens, mas também na produção de subjetividades e de identidades dos sujeitos. Assim, pessoas de diferentes classes sociais, gêneros, cargos, profissões atribuem diferentes significados ao trabalho, a partir de suas escolhas, possibilidades, oportunidades e experiências e também a partir das crenças e do valor que o sujeito atribui ao trabalho (MANTOVANI, 2018).

Por sua centralidade na vida e na composição dos sujeitos, o trabalho se constitui em um importante *locus* da produção e reprodução das relações de gênero, por isso, torna-se relevante compreender como as construções sociais de gênero e de território compõem as experiências e as subjetividades das mulheres trabalhadoras.

Embora nós, mulheres, tenhamos chegado ao século XXI ocupando espaços que até pouco tempo eram destinados exclusivamente aos homens, a ocupação desses espaços ainda não se dá em condições de igualdade. Por isso, a discussão contida nessa tese se dirige no sentido de ampliar a visão sobre as mulheres trabalhadoras, sobretudo as que atuam na condição de microempendedoras individuais, a partir de uma perspectiva que considera a igualdade de gênero como condição fundamental para o desenvolvimento.

A escolha por desenvolver esta pesquisa com mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais se dá por diferentes fatores. O primeiro é que a classe trabalhadora não é formada por um grupo homogêneo e que as repercussões e experiências acerca do trabalho e das relações de gênero não são iguais para homens e mulheres. O segundo e, talvez, mais importante é que nós, mulheres, não formamos, também, um grupo homogêneo e que nossos sentidos, subjetividades e experiências são permeados, além da condição de gênero, pelas condições de classe e raça. Assim, entendo que as microempreendedoras individuais refletem esta heterogeneidade por agruparem mulheres de diferentes escolaridades, renda, classe social e que se constituíram a partir dos mais diversos contextos.

As dinâmicas do uso da mão de obra feminina e da presença da mulher no mercado de trabalho são perpassadas por diferentes fatores econômicos, sociais e culturais como a própria conjuntura do mercado de trabalho, as mudanças nos processos e na organização do trabalho, as subjetividades das trabalhadoras e a sua vontade de entrar e se manter no mercado, uma vez que o trabalho representa uma forma de autonomia e independência, além de realização pessoal e profissional. Fatores como o incentivo ao empreendedorismo e a manutenção da concepção de que é da mulher a responsabilidade pela vida familiar, predispõem um grande número de mulheres ao empreendedorismo, seja em busca de emancipação, de um complemento para a renda da família, de uma ocupação flexível que permita que ela continue responsável pelas atividades domésticas e o cuidado com os filhos ou mesmo de realização.

Neste sentido, o trabalho por conta própria permite à mulher ter controle do seu tempo, porém, a vulnerabilidade do trabalho feminino na condição de empreendedora, contribui para manter a lógica patriarcal de subordinação da mulher. Esta lógica está inserida em um contexto que, além de econômico, também é social, cultural e histórico onde, em que pese uma série de avanços e conquistas de direitos que nos permitem ocupar espaços que antes eram reservados apenas aos homens e construirmos nossa emancipação, muitas mulheres ainda vivem em condição de subordinação. O que mantém essas relações hierárquicas é a noção de gênero que atribui papéis e lugares a homens e mulheres. Além de indicar a rejeição ao determinismo biológico do sexo masculino e feminino, a noção de gênero se inscreve em uma perspectiva que é, essencialmente, relacional a respeito das noções normativas de masculino e feminino e se refere à organização social das relações entre homens e mulheres. Essas relações, além de desiguais, são construídas, social e culturalmente, a partir de práticas e performances atribuídas a homens e a mulheres, ou seja, por meio de uma aprendizagem cultural que estabelece papéis, lugares, funções, hierarquia e subordinação (SCOTT, 1995).

Sendo a condição de microempreendedora individual constituída de sentidos subjetivos a partir das experiências históricas dessas mulheres e das relações que elas estabelecem com os contextos econômico, social, cultural e histórico, as questões que permeiam a construção dessa tese pretendem tecer uma análise sobre como as relações de gênero, em diferentes aspectos, compõem a forma como as mulheres microempreendedoras individuais vivenciam o trabalho. Além disso, compreender suas experiências, os sentidos que atribuem ao trabalho e as subjetividades que emergem a partir da interação entre o social – representado pelas relações de gênero – e as construções individuais dessas mulheres.

Dito de outra forma, o problema que norteou a construção dessa tese foi ***como as relações de gênero compõem os sentidos e as experiências das mulheres MEIs e quais as subjetividades que emergem dessas experiências?***A construção dessa problemática é resultado da reflexão acerca de outras questões que pressupõem a importância das relações de gênero nas experiências dessas mulheres. Além disso, considera quais os fatores que levam a mulher a buscar o trabalho como MEI. Também atenta para as percepções dessas mulheres sobre sua condição, como as relações de gênero (re)significam os sentidos que elas atribuem à sua condição de mulher/trabalhadora e às suas experiências e o que elas tensionam ou (re)produzem a partir disso.

Microempreendedor Individual é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário, necessitando, para isso, cumprir com determinadas exigências legais como faturamento máximo de R\$ 81 mil por ano, não fazer parte de outra empresa como sócio ou proprietário e recolhimento de impostos e contribuições abrangidas pelo Simples Nacional em valores fixos nacionais. Ao mesmo tempo, o MEI torna-se portador de um conjunto de direitos: o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas; o enquadramento no Simples Nacional; a isenção de tributos federais e o pagamento de um imposto único; a inserção no Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) (MANTOVANI, 2018).

A política pública que institui a figura jurídica do Microempreendedor Individual foi criada no Brasil em 2008 com o objetivo de proporcionar a regularização das atividades econômicas de trabalhadores e trabalhadoras que atuavam de maneira informal. A lei é um desdobramento da criação do Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte e foi resultado de uma construção que envolveu instituições que tinham como objetivo ampliar a cultura do empreendedorismo, além de movimentos sociais, universidades, sindicatos de trabalhadores e o próprio Estado orientados por uma perspectiva de melhoria das condições de trabalho e de cidadania por meio da formalização, a partir de preocupações que perpassavam

desde o desenvolvimento de uma cultura empreendedora, melhores condições de trabalho, inserção de trabalhadores no mercado, garantias de proteção previdenciária, até a concepção de que não é possível alcançar a todos os trabalhadores com o assalariamento com carteira (MANTOVANI, 2018).

É importante notar que durante a década de 1990, no Brasil, os governos de orientação neoliberal, ainda que tenham conseguido conter a inflação, provocaram a desestruturação de importantes setores produtivos e, conseqüentemente, o desemprego e a vulnerabilidade das ocupações cresceram. Assim, a expectativa era que a lei proporcionasse, num primeiro momento, inserção no mercado para cerca de quatro milhões de trabalhadores e trabalhadoras que atuavam de maneira informal, contemplando uma estratégia de integração econômica e social a trabalhadores que estavam fora do mercado, ou inseridos em condições de precarização (MANTOVANI, 2018).

Entre os principais aspectos das relações de gênero que destaco como componentes dos sentidos, das experiências e das subjetividades dessas mulheres estão a performatividade de gênero, que atribui lugares e papéis às mulheres, bem como os atravessamentos de raça e classe. Além disso, as políticas públicas neoliberais, o discurso neoliberal que atribui positividade ao empreendedorismo e ao autoemprego, o sistema capitalista que, ao mesmo tempo em que explora a mão de obra da mulher no mercado de trabalho não tira dela a responsabilidade pelo trabalho doméstico não remunerado, a divisão sexual do trabalho, as relações familiares e a privatização do cuidado. Outros importantes aspectos que considero na forma como as relações de gênero compõem a experiência dessas mulheres são a precarização do trabalho feminino, o desemprego, a dupla jornada e a vulnerabilidade econômica e social. Desta forma, o que pretendo com esta tese é lançar um olhar crítico para/sobre as relações de gênero – em relação ao trabalho, família, Estado e sociedade – e suas implicações na vida das mulheres, o discurso neoliberal do empreendedorismo, o papel do Estado, o desmonte das políticas sociais no Brasil por meio de recentes reformas (trabalhista e previdenciária) e sobre o que é construído como o lugar da mulher.

Nesta análise, não tomo a mulher como vítima do sistema ou das relações de gênero, mas como uma peça dessa engrenagem que pode tanto reproduzir o que lhe é imposto, quanto oferecer formas de tensionamento e resistência. Neste sentido, a mulher é entendida como uma agente de transformação, uma vez que tomo a ação dos sujeitos como um processo de interação entre o individual e o social. Assim, para esta análise, a mulher é vista como um sujeito histórico e social ativo que, ao mesmo tempo em que é influenciada por este contexto,

tem a possibilidade de agir sobre a própria realidade, a partir da compreensão e dos significados que ela atribui à sua condição.

No entanto, o nosso lugar no trabalho e nas relações que estabelecemos é uma construção social influenciada pelos diferentes espaços que ocupamos e pelas histórias que vivenciamos. A configuração das relações de gênero e a desigualdade entre homens e mulheres fazem parte de um sistema complexo de uma rede que interatua influenciando o desenvolvimento e a manutenção de uma ordem de gênero desigual.

Essa rede se estabelece desde contextos culturais amplos, como o próprio sistema patriarcal que constrói as normas de gênero, passando pelo microsistema da família, pelas relações entre família, trabalho e amigos, pelas relações com a comunidade, instituições, meios de comunicação, até um macrosistema de crenças, estilo de vida, culturas e padrões sociais. Assim, o trabalho e as relações se configuram como parte de um sistema complexo, um espaço de múltiplos sentidos e significados que são vivenciados, objetiva e subjetivamente, de diferentes formas por homens e mulheres. Neste sentido, a abordagem de gênero é uma questão central para compreender as diferentes nuances da classe trabalhadora, a heterogeneidade entre as próprias mulheres, assim como para dar sentido às vivências femininas (BEIRAS, ESPINOSA, GARCIA, 2017).

A compreensão de como são construídos os lugares de homens e mulheres, das influências das relações de gênero, bem como as formas de tensionamento e resistência a essas influências passa por diferentes sistemas sociais, culturais, históricos e identitários, que são objetivos e subjetivos. A subjetividade é um sistema complexo em constante construção e concorrem no processo de constituição desse sistema diferentes espaços, não só sociais, como também simbólicos, entre os quais a atividade enquanto microempreendedora (espaço social) e as relações de gênero (espaço simbólico). Este sistema, ao mesmo tempo em que é construído socialmente, é capaz de produzir a realidade por meio da ação. Ou seja, o nosso lugar no trabalho e nas relações que estabelecemos, ao mesmo tempo em que é construído por um sistema social patriarcal que nos atribui papéis e funções, também é resultado da ação e das significações que nós atribuímos ao trabalho e ao lugar que ocupamos e das subjetividades que são (re)construídas nas nossas vivências (GONZÁLEZ REY, 2005).

Nesta tese, abordo a subjetividade a partir do conceito de Bourdieu (2007) de *habitus*, que são as disposições adquiridas pelos indivíduos por meio do aprendizado na vida social. Conforme o autor, “as condições de existência diferentes, produzem *habitus* diferentes” e a ação dos sujeitos não é determinada apenas pela dicotomia entre consciente e inconsciente, mas é resultado da relação entre as formas de capital disponíveis e as disputas que se colocam

no campo social (BOURDIEU, 2007, p. 164). Neste caso, as formas de capital são os recursos políticos, sociais, econômicos, culturais e simbólicos que os indivíduos dispõem ou mobilizam no interior dos campos onde eles atuam. Os campos, por sua vez, são os espaços sociais como o acadêmico, o religioso, o artístico, o profissional e o familiar. Esses campos são articulados de duas formas, por um lado, de acordo com lugar dos indivíduos no seu interior e com os recursos que eles mobilizam, por outro pelas ideias e valores que justificam a distribuição desigual de capital (ABRAMOVAY, FAVARETO, 2008).

Assim, parto da noção de que o ser humano é construído nos processos sociais e históricos, ou seja, a subjetividade emerge da história do sujeito e é constituída nos espaços sociais que ele ocupa. Os processos de construção de subjetividades se desenvolvem a partir da interação entre o sujeito individual e os espaços sociais. Assim, as experiências, significação e sentidos dos sujeitos, apesar de se constituírem a partir de predisposições duráveis e fortemente enraizadas, podem se modificar. Essas predisposições também são transponíveis, uma vez que as experiências adquiridas em um espaço social têm efeitos sobre outros. Ou seja, as experiências vividas ou os *habitus* adquiridos a partir do nosso processo de socialização na família têm efeitos sobre as nossas experiências também na escola ou no trabalho, por exemplo, (CORCUFF, 2001).

Essa teoria constitui a base dessa pesquisa porque busca conhecer a realidade dos sujeitos a partir de suas subjetividades, reconhecendo o valor do contexto cultural, social e histórico, representado nesta pesquisa pelo território, possibilitando olhar para os indivíduos a partir de seus processos singulares. Os sujeitos são vistos como produtos e atores do contexto histórico e social, ou seja, cada sujeito é individualmente e socialmente produzido em um processo permanente e dialético entre indivíduo e sociedade. Por isso, a ação do sujeito é sempre uma ação socialmente produzida e as experiências não estão localizadas apenas e necessariamente no tempo ou no espaço em que foram experimentadas, mas podem atuar na configuração das experiências dos sujeitos em qualquer tempo e espaço.

Assim, para esta pesquisa entendo que os sentidos, as experiências e as subjetividades das mulheres que atuam como MEIs, são construções perpassadas pelas estruturas presentes nos diferentes campos sociais. Homens e mulheres, dispendo de capital de forma desigual, por um lado, têm sua ação influenciada por essas estruturas e, por outro, também as reconstroem ou ressignificam. Assim, os lugares que homens e mulheres ocupam é resultado do capital que dispõem e mobilizam e da maneira como transformam esse capital em um trunfo necessário para a luta neste campo. Desta forma, entendo que a motivação à ação do indivíduo é mais complexa do que apenas o interesse econômico, a racionalidade ou

condicionamentos externos sendo, na verdade, permeada por eles, mas também por pulsões inatas, possibilidades, constrangimentos e relações de poder (ABRAMOVAY, FAVARETO, 2008).

Conforme esta perspectiva, a relação entre indivíduos e sociedade não é oposta, mas complementar. A sociedade é o tecido social, atravessada por interrelações de dependência entre os indivíduos. Elias (1993) trata sobre as estruturas sociais e as interações, lembrando que essas relações são marcadas pela dominação e pelo poder. No entanto, a noção de poder não é sobre algo que alguém possui, invariavelmente. O poder está relacionado ao lugar que cada indivíduo ocupa nos diferentes campos sociais e as relações que eles estabelecem. Assim, o autor traça um paralelo, por exemplo, entre os senhores e a sociedade feudal e também entre o Estado e a sociedade industrial (ELIAS, 1993). No caso das mulheres trabalhadoras, por exemplo, o poder delas vai variar de acordo com quem elas se relacionarem. Uma mulher pode ter mais poder no trabalho e menos poder nas relações familiares, ou ter mais poder em relação à família e menos poder no campo profissional.

Essas relações se estabelecem a partir da interdependência dos indivíduos, em que o grau de autonomia dos sujeitos varia de acordo com os limites (ou constrangimentos) e possibilidades que eles encontram nessas relações. É a partir daí que eles agem sendo o *habitus*, para Norbert Elias, o resultado das interações sociais sobre a personalidade, ou seja, “a composição social dos indivíduos” (ELIAS, 1993, p. 150).

No caso das mulheres microempendedoras, ao mesmo tempo em que se constrói a possibilidade de emancipação e autonomia, esta condição também é limitada pelas representações relativas ao lugar da mulher nas relações de gênero, no trabalho, na família e na sociedade. Porém, como um sujeito ativo, a mulher tem a possibilidade de refletir sobre sua própria condição, sobre os sentidos que atribui ao seu trabalho, às suas relações, ao seu lugar no mercado e nas relações que ela estabelece. É a partir dessa atuação que a mulher atribui sentido às suas experiências e constrói suas subjetividades.

Vale destacar que as condições de vida de homens e mulheres não são resultado de um destino biológico, mas construídas socialmente. Essa construção influencia na divisão sexual do trabalho, na manutenção dos sistemas que segregam mulheres na esfera reprodutiva e homens na esfera produtiva, na separação e hierarquização entre trabalho de homem e trabalho de mulher e, conseqüentemente, nas relações que se estabelecem, nas experiências individuais e nas subjetividades que emergem a partir da dialética entre a sociedade e os indivíduos e os territórios, enquanto construções sociais, ocupam lugar central na conformação dessas relações (KERGOAT, 2009).

Para compreender como isso se desdobra, é importante assinalar que não são os limites físicos que definem os territórios, mas a maneira como se produzem as interrelações e a interação social no seu interior. O conceito de território usado de Santos e Silveira (2001), compreende a interrelação entre a materialidade (os aspectos físicos e a natureza) e seu uso (a ação humana, o trabalho, a política, as relações sociais). Portanto, o território é uma estrutura de interrelações entre as condições físicas e materiais e ação concreta dos sujeitos que o ocupam. Assim, o uso do território pode ser pensando tanto a partir da sua infraestrutura, quanto a partir de suas dinâmicas sociais, políticas, econômicas e culturais.

Neste sentido, o território não é apenas o palco onde acontecem as interações humanas, mas o resultado dessas interações. É o espaço apropriado e reorganizado pelos indivíduos que nele interagem. Ao considerar o território enquanto espaço geográfico onde se materializam as interações e as interrelações é importante compreender como os sujeitos influenciam e são influenciados pelos fatores espaciais (HAESBAERT, 2004; SANTOS, SILVEIRA, 2006).

Para esta tese, entendo a importância da abordagem territorial do desenvolvimento, não a partir de um enfoque normativo, mas a partir de uma abordagem relacional, uma vez que os processos sociais ocorrem a partir de uma relação dialética entre sociedade e indivíduos (FAVARETO et. al, 2015). Neste caso, compreendo a dialética entre os territórios socialmente construídos e as relações de gênero (também construções sociais) como um importante componente das experiências, dos sentidos e das subjetividades das mulheres MEIs.

Adotando uma perspectiva relacional de análise, o território vai além da concepção de espaço físico ou limite geográfico e é construído a partir das relações que nele se estabelecem. Enquanto resultado de uma construção social, o funcionamento do território depende de processos sociopolíticos, muito mais do que das estruturas formais. Assim, a conformação das relações que configuram o território é um fator determinante para o desenvolvimento.

A partir da compreensão do território como um espaço de múltiplos significados e que exprime a materialidade de experiências e existências diversas, importa não apenas o território em si mesmo, mas o uso que se faz dele, como espaço estruturado onde concorrem diferentes atores e interesses. Esta noção confere ao território centralidade tanto na forma como ele recebe os processos e intervenções externos, quanto na resistência, nas suas transformações e nas respostas aos contingenciamentos. (REIS, 2005).

Considerando essa perspectiva relacional e a dialética entre território e relações de gênero, o método de abordagem escolhido para enfrentar os questionamentos acerca das

experiências da mulher que atua na condição de microempreendedora individual foram as epistemologias feministas (no plural porque são várias formas de produção de conhecimento a partir de diferentes teorias) que rompem com os modelos hierárquicos e normativos de fazer pesquisa e trazem a subjetividade como forma de produzir conhecimento. É um modo de fazer ciência que propõe uma nova relação entre teoria e prática e entre a pesquisadora e seu objeto de pesquisa, visto como um sujeito ativo na construção do conhecimento, sem ter como norte a neutralidade, pelo contrário, em um processo de interação e diálogo. Essas abordagens são multidisciplinares, defendem a pluralidade metodológica e têm entre suas principais preocupações o lugar da pesquisadora em relação aos participantes e as repercussões da investigação para os investigados (NARVAZ, KOLLER, 2006; RAGO, 1998).

Esta é uma forma específica de produção de conhecimento que traz a identidade, a subjetividade e a cultura feminina, ao propor uma nova relação entre teoria e prática, fundamentada na interação e no diálogo, rompendo com a ideia de uma verdade universal, enfatizando a historicidade dos conceitos e a coexistência de temporalidades em um caminho metodológico aberto (RAGO, 1998).

As epistemologias feministas propõem uma nova forma de pensar a construção da relação entre os gêneros sem considerar o determinismo biológico, mas a dimensão simbólica, subjetiva e os sentidos que o sujeito atribui à realidade. (NARVAZ, KOELLER, 2006). Este é um método crítico que reconhece que existem várias verdades sobre um tema e que o fazer científico é, antes de tudo, político e ideológico. Desta forma, buscam-se recursos empíricos que valorizem as experiências das mulheres enquanto um grupo plural, a valorização das experiências, vivências e do protagonismo das mulheres (VIEIRA, LAGE, 2014).

Durante muito tempo a ciência concentrou suas pesquisas no que era tido como racional e no espaço público. Enquanto que o universo masculino sempre foi relacionado à ciência, à cultura, à racionalidade, à política e ao público, as mulheres eram tidas como emocionais e restritas ao âmbito privado. Assim, as mulheres confinadas ao ambiente doméstico foram invisibilizadas pela ciência androcêntrica que não demonstrava interesse pelo que era considerado do universo feminino e centrava suas pesquisas e análises no indivíduo universal masculino/cartesiano, excluindo as mulheres não só como sujeitos, mas também como produtoras da história e da sociedade. Para além disso, a ciência que se prestou a contar a história de mulheres, o fez por muito tempo a partir da perspectiva e do olhar masculino. Por isso, contar a história de mulheres a partir de um olhar não só feminino, mas também feminista, abre uma nova perspectiva para os estudos no campo do Desenvolvimento Regional.

A partir de um ponto de vista não só feminino, mas também feminista, me propus construir uma pesquisa que conta a história de diferentes mulheres, mas implicada em não esquecer de que lugar eu falo e de que lugar eu ocupo nas hierarquias de gênero, raça, classe, sexualidade, escolarização e idade. Falo do lugar de uma mulher cis-heterossexual, branca e escolarizada. Falo do lugar de uma mãe solo que concilia maternidade com trabalho e militância. Falo do lugar de uma mulher, militante de esquerda. Falo do lugar de uma mulher que durante o processo de doutoramento participou de uma disputa eleitoral e sofreu com a violência política de gênero. Falo do lugar de uma mulher usuária do SUS, mãe de aluna de escola pública. Falo do lugar da irmã mais nova e que foi a primeira da família a pisar em uma universidade e que desfruta do privilégio de uma bolsa de pós-graduação em um país onde o acesso ao ensino superior é um sonho cada vez mais distante para muitas jovens. Do meu lugar de mulher, pesquisadora cientista, mãe e militante política, sinto no cotidiano as violências simbólicas e, até mesmo, físicas que nos são impostas. As jornadas exaustivas, a falta de rede de apoio, a falta de políticas sociais, a sobrecarga pelo não compartilhamento do trabalho reprodutivo, a falta de investimento em saúde e educação, o peso dos papéis sociais de mulher e de mãe, o preconceito, o ódio e a violência política. É desse lugar de mulher, mãe, trabalhadora e militante que escrevo sobre outras mulheres, mães, trabalhadoras, contando histórias que são nossas, que são sobre a nossa luta e a nossa (re)existência.

Contar sobre nós me inspira, me desafia, me encoraja e, por vezes, me entristece. Assim, transformo tristeza e desalento em mais coragem e mais inspiração para uma luta política que se dá no cotidiano da academia, nas instituições, nas redes e nas ruas, seja escrevendo sobre nós, seja disputando uma eleição, ou seja falando para as mulheres sobre nossos direitos, que não vão nos calar, que não vamos desistir e que unidas somos muito mais fortes. E foi com a força de muitas mulheres que esta pesquisa foi construída. Foi com a força de autoras potentes como Silvia Federici, Flávia Biroli, Angela Davis, Patrícia Hill Collins, Djamila Ribeiro, Lélia Gonzalez e tantas outras. Mulheres que me nutrem não só na ciência, mas também na vida e na política. Também foi com a força das mulheres trabalhadoras que compartilharam suas vidas, suas experiências, suas trajetórias e suas subjetividades. Mulheres que me deram a mão para percorrer este caminho. Uma pesquisa carregada de afeto, de potência e de luta.

Ao compreender que o lugar e a trajetória das mulheres se estabelecem a partir das relações de poder e o caráter relacional entre os sexos, além de estudar as mulheres, é preciso estudar as relações sociais entre os sexos. Por isso, o gênero emerge como categoria de análise central nos estudos feministas. A utilização da categoria gênero, além de rejeitar o

determinismo biológico, problematiza as relações históricas e sociais enquanto componentes das trajetórias das mulheres, jogando luz sobre todo um sistema de relações (SCOTT, 1995).

Após a introdução que é também o primeiro capítulo dessa tese, no segundo capítulo apresento o arcabouço teórico que trata da dialética entre território, desenvolvimento e gênero. Para isso, considero o território enquanto espaço socialmente construído e sua dialética com as relações de gênero enquanto construções sociais, históricas e espacialmente localizadas, partindo do pressuposto de que assim como as relações de gênero constroem os territórios, estes também são um importante componente das relações de gênero. Assim, busco pensar em outra perspectiva de desenvolvimento que leve em conta essas interrelações.

No terceiro capítulo, também teórico, trato sobre o trabalho feminino e as relações de gênero, partindo do pressuposto de que estas são, antes de tudo, relações de poder. A abordagem das relações de gênero pode se dar a partir de múltiplos aspectos. Para esta tese, escolhi quatro aspectos, considerados determinantes no que se refere à composição das experiências das mulheres microempreendedoras. O primeiro trata dos aspectos sociais das relações de gênero, como a performatividade, os atravessamentos de classe, raça e etnia e problematiza o lugar definido para a mulher na sociedade. O segundo aspecto é a divisão sexual do trabalho que hierarquiza o trabalho, não só de homens e mulheres, mas também de diferentes mulheres de acordo com escolaridade, classe social, raça, etc. O terceiro aspecto trata das relações de gênero no âmbito familiar, o trabalho doméstico não remunerado, a dupla jornada, maternidade e a privatização do cuidado. O quarto e último aspecto se refere ao Estado e às relações de gênero, problematizando as implicações das políticas públicas para as mulheres, as recentes contra-reformas (trabalhista e previdenciária), a falta ou o sucateamento dos serviços públicos e as políticas públicas neoliberais.

No quarto capítulo da tese apresento a discussão analítica que se refere às experiências, sentidos e subjetividades das mulheres, tendo como pano de fundo as relações de gênero e os conceitos de *habitus*, campo e capital. Neste capítulo apresento a discussão sobre o microempreendedorismo feminino no Brasil e em Santa Cruz do Sul, as histórias das mulheres que compuseram o campo empírico desta pesquisa, bem como suas vivências cotidianas no trabalho, na família e nas relações sociais, os sentidos que elas atribuem às relações de gênero, o que e como elas percebem (d)essas relações, os sentidos que atribuem ao seu trabalho, ao seu lugar e as subjetividades que emergem a partir dessas experiências, os tensionamentos que elas criam e os aspectos que reproduzem.

No último capítulo apresento os limites dessa pesquisa e as possibilidades que elas abrem. Também teço algumas conclusões a partir das experiências apresentadas empiricamente, com base no referencial teórico apresentado.

2 TERRITÓRIO, DESENVOLVIMENTO E GÊNERO

Conforme indicado no texto da introdução, essa tese propõe uma análise sobre como as relações de gênero, em diferentes aspectos, compõem a experiência de mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais em Santa Cruz do Sul/RS e as subjetividades que emergem dessas experiências. Para esta análise, parto do pressuposto que as relações de gênero não estão soltas no espaço geográfico, nem se dão de maneira homogênea. Diferente disso, enquanto construções sociais, elas são influenciadas pelos territórios, também construídos socialmente.

As relações que se estabelecem entre os gêneros são construções sociais fundamentadas e reproduzidas por estruturas educacionais, culturais, econômicas e espaciais. Da mesma forma, sendo o território um espaço construído a partir das interrelações que se estabelecem entre os agentes sociais, deve-se levar em conta o papel do território na construção dessas relações e na legitimação dos discursos que resultam na subordinação e na invisibilidade das mulheres e do nosso trabalho, tanto na esfera produtiva, quanto na esfera reprodutiva. Ou seja, assim como o território produz e reproduz relações de gênero, de forma dialética, essas relações também produzem os territórios. As relações de gênero são, antes de tudo, relações de poder, assimétricas e hierárquicas. Por seu caráter relacional, o gênero também é dinâmico, um processo sempre em construção, que se concretiza na produção social do espaço geográfico e dos territórios.

Por isso se faz necessário pensar na desconstrução e reconstrução das estruturas sociais e econômicas nos territórios no sentido de buscar um novo paradigma para o desenvolvimento, fundamentado na perspectiva de gênero e que olhe para o território levando em consideração as relações assimétricas e hierárquicas entre homens e mulheres, tendo como paradigma um modelo que vá além do crescimento econômico e seja balizado por inclusão social, igualdade, qualidade de vida e sustentabilidade (SACHS, 2008).

Para fazer esta discussão, na primeira parte deste capítulo apresento as diferentes interpretações do conceito de território com ênfase à perspectiva relacional que vê o território não como um palco onde se desdobram os acontecimentos, mas também como um sujeito ativo na construção e desconstrução dessas relações.

A seguir, parto para a discussão do conceito de desenvolvimento, a partir de diferentes concepções, pensando de que forma o desenvolvimento pode se tornar um instrumento de redução nas desigualdades entre homens e mulheres e na construção de relações mais simétricas.

Por fim, apresento como se incluiu a abordagem de gênero no desenvolvimento regional, a partir da década de 1960, e como se avançou nesta discussão ao longo dos anos, olhando para a condição das mulheres a partir de diferentes perspectivas.

2.1 O território em uma abordagem relacional

A constituição do espaço geográfico se dá a partir de um sistema de objetos técnicos e um sistema de ações, em relação dialética, onde os sistemas de objetos condicionam as ações e estas, por sua vez, criam novos objetos. Esses objetos, que antes eram naturais, foram sendo substituídos por outros construídos, como estradas, fábricas, cidades. Essas variáveis constituem a configuração territorial e pode-se considerar que o espaço é recortado por territórios que são o produto histórico de cada sociedade (SANTOS, 2006).

Raffestin (2008) considera o espaço como o substrato para a criação de territórios produzidos político, econômico e culturalmente, como resultado da ação dos sujeitos sobre o espaço, conforme as condições dadas e as necessidades a serem supridas. O espaço geográfico é o palco para a construção do território. Essa construção se dá a partir da apropriação do espaço, que é transformado historicamente pelas sociedades. A interação sociedade-espaço-tempo resulta em territorialidades, que são relações, assimétricas ou não, que, por sua vez, produzem historicamente os territórios. Assim, o território, para este autor, se constitui na categoria central da análise geográfica (RAFFESTIN, 2008).

O conceito de território surge na Geografia Política como o espaço concreto que é apropriado por um grupo que tem sua identidade ligada aos atributos deste espaço. É importante dizer que o território é um espaço criado a partir de relações de poder, por isso, os territórios são construídos em escalas e temporalidades diversas. Assim, um mesmo espaço pode abrigar diferentes territórios, como, por exemplo, a área central de uma cidade que durante o dia é o território do comércio e durante a noite é o território da prostituição ou, ainda, o espaço da periferia de uma grande cidade que, durante a semana é o território do tráfico de drogas e nos fins de semana é o território da igreja. Ou seja, o território não é o substrato, em si, mas as relações de poder que ocorrem sobre este substrato (SOUZA, 2000)

Este conceito surge nas ciências naturais, depois de passar por reformulações, passa a ser utilizado também na ciência política e, posteriormente, na geografia política que passa a adotar o termo espaço geográfico para se referir ao território vivido. Foi na virada do século XX para XXI que o território passa a definir o espaço usado. Essa transição na geografia se dá a partir dos anos 1950 até 1970, quando busca-se superar as abordagens positivista e neopositivista, onde o conceito de território é negligenciado em detrimento do conceito de

região enquanto recorte espacial com determinadas características físicas e humanas. O território deixa de ser considerado o palco onde a vida acontece, mas o resultado das ações e das relações sociais. Não apenas um conjunto de sistemas ou de coisas superpostas, mas o lugar do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 12). É a partir dessa nova conceituação que o território passa a estar, também, relacionado com qualidade de vida, sustentabilidade e desenvolvimento. No entanto, é importante indicar que a abordagem territorial do desenvolvimento, não é um receituário, mas uma forma de olhar os lugares a partir de suas características, suas potencialidades e seus atores, considerando as condições, os fatores, as dinâmicas e as formas de apropriação do espaço (SOUZA, 2000; SAQUET, 2013, SABOURIN, TEIXEIRA, 2002).

Conforme Saquet (2013), a adoção da abordagem territorial pela geografia se deu, principalmente, a partir dos estudos de três *escolas* formadas por diferentes autores, cujas ideias centrais estão expressas de forma resumida no quadro 01. É importante indicar que o quadro representa uma síntese com o objetivo de sistematizar as principais conexões entre as teorias dos diferentes autores, porém, sem a pretensão de se constituir em um quadro referencial, uma vez que as obras e discussões de tais autores são muito mais complexas e amplas do que poderia trazer para esta seção. Além disso, cabe indicar também que o objetivo central desta tese não é propor uma discussão aprofundada ou problematizar o(s) conceito(s) de território, mas apenas apresentar diferentes abordagens a partir de diferentes autores.

Quadro 01: As três principais abordagens do pensamento geográfico/territorial

AUTORES	ABORDAGEM
Jean Gottman Robert Sack N. Entrikin	Amplia o conceito de território, para além do Estado Nação ou suporte de ação dos homens. Abordagem histórica e cultural com elementos imateriais, como os aspectos psicológicos. O contexto físico do espaço permanece em segundo plano. O território é produto da organização social e das relações de poder. Os limites do território modificam-se conforme as estratégias de controle e delimitação do espaço. Dá centralidade ao controle, à autoridade e à processualidade histórica, em uma abordagem relacional do território.
Gilles Deleuze Félix Guatarri Michael Foucault Henri Lefebvre Claude Raffestin	Compreende o território ligado à subjetivação individual e coletiva. O território é existencial, substantivado por redes de pessoas, de capitais, culturais e de signos. Evidencia as dimensões cultural e econômica do território, considerado o espaço onde se concretizam as relações de poder. Entende que o objeto de estudo da geografia é formado pelas relações sociais entre os sujeitos, abordando território, territorialidades e poder de forma multidimensional. Define o território como um espaço modificado pelo trabalho e revela relações de poder, sendo que em graus diversos, momentos diferentes e lugares variados, todos produzem territórios.
G. Dematteis A. Bagnasco F. Indovina A. Magnaghi G. Bacattini Massimo Quaini	O território é compreendido como um produto social, lugar de vida e de relações, mas também como condição para a valorização do capital. O território é organizado pela sociedade que transforma a natureza, evidenciando as dimensões cultural, econômica e política da formação territorial. Em uma abordagem materialista, compreende o território como lugar e meio de produção social, organizado e gerido por sujeitos sociais, políticos e econômicos. Sendo o território um produto econômico, político e cultural, social e historicamente construído

Fonte: Saquet (2013)/adaptado pela autora

Conforme o quadro indica, o território pode ser compreendido a partir de três diferentes perspectivas. Uma é pela leitura política e suas relações de poder, em uma abordagem que leva em consideração os conflitos e tensionamentos de diferentes grupos sociais e políticos. Outra é pela leitura econômica, sendo o território um recurso econômico de produção ou valorização do capital, o lugar das relações de produção. Outra abordagem possível é a partir de sua dimensão simbólica e subjetiva, sendo o território o mediador das relações sociais, o lugar da construção das identidades e das subjetividades.

A utilização do conceito de território na geografia se intensifica a partir dos anos 1990 a partir de diferentes concepções que levam em consideração sua multidimensionalidade (econômica, política, social e ambiental), a multiescalaridade, a importância das interrelações e das relações de poder. A partir de diferentes interpretações do conceito de território, feitas por diferentes autores, fica evidente que, para além de uma delimitação física o território compreende relações, redes, comunicação, cultura e identidade. O território, desta forma, é entendido como a combinação entre a dimensão simbólica e material do espaço (CANDIOTO, SANTOS, 2008).

O território é, antes de tudo, constituído por relações de poder que, conforme Souza (2008) se estabelecem nas dimensões política, cultural e econômica. A dimensão política é a que define o perfil do território; a cultural se manifesta na identidade, nos simbolismos e nos significados; já a econômica é definida pelas relações de produção e circulação de bens. O processo de territorialização envolve a forma como as relações de poder, ou as práticas espaciais, se projetam no espaço, por isso, os recortes territoriais podem mudar sem que se mude a sua materialidade (SOUZA, 2008).

Para Saquet (2008) o processo de apropriação e produção dos territórios, além de relações de poder, envolve também as identidades, as contradições e desigualdades, as diferenças, as mudanças e permanências ou descontinuidades e continuidades, redes, sistemas de comunicação e a própria constituição (social e biológica) dos sujeitos. A partir desta concepção, o autor constrói uma abordagem que chama de histórica, relacional e multidimensional-híbrida do território e da territorialidade. De acordo com esta perspectiva, o território é uma construção coletiva que se diferencia do espaço a partir das relações de poder, das redes e das identidades, onde a paisagem é a materialização deste processo (SAQUET, 2008).

Esta ideia também está presente no conceito de território usado de Santos e Silveira (2001), que levam em consideração a relação entre os aspectos físicos e materiais do território e o seu uso por meio das dinâmicas sociais e econômicas. O que permite pensar o território como o resultado das interações entre as condições físicas e a ação dos sujeitos.

Ainda que a diferenciação entre espaço geográfico e território seja tênue, uma vez que eles se interrelacionam, para Saquet (2008) três processos estão na base dessa diferenciação: as relações de poder; a construção de identidades e os movimentos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que são os processos de construção, desconstrução e reconstrução de territórios. Desta forma, para o autor, espaço e território não estão separados, um está no outro. Assim, o autor ainda destaca a centralidade do sujeito na efetivação dos territórios por ser a síntese e a mediação entre sociedade e natureza (SAQUET, 2008).

Para este autor, a centralidade da análise está nos processos históricos e multiescalares que resultam nos territórios e nas territorialidades. Considerando o processo histórico da relação espaço-tempo-território, ao mesmo tempo em que se constitui em um produto social, o território estabelece condições para que se criem territorialidades e contém as formas e relações sociais.

Ao propor uma tipologia dos territórios, Fernandes (2008) propõe duas formas, três ordens e três tipos de territórios. As duas formas são os territórios imateriais e materiais,

representados pelo campo das ideias, do conhecimento, das ciências, das intencionalidades e que produzem os territórios materiais construindo objetos e o próprio espaço geográfico. As três ordens compreendem o primeiro, segundo e terceiro territórios, representados pelos espaços de governança, pelas propriedades (públicas e privadas, comunitárias ou capitalistas) e pelo uso que se faz do território. Governança, propriedade e espaço relacional são os três tipos de territórios que o autor aponta. Ainda é importante destacar que, para esta tipologia, a imaterialidade é a base para as três ordens ou tipos de territórios, uma vez que os pensamentos ou ideias definem a leitura que se faz dos territórios, das comunidades, das políticas públicas e dos conflitos (FERNANDES, 2008).

Já Medeiros (2008) define o território como o espaço de identidade, que pode ter caráter econômico, político, cultural e social. Esta identidade pode ser estabelecida pelos processos produtivos, por objetivos comuns, pela produção de símbolos, pelas relações de trocas, por significados, estratégias e ações. Assim, o território, para além dos limites físicos/políticos, também é constituído pelas subjetividades e identidades que se constroem por meio da apropriação deste território, o que a autora chama de territorialidade. Flores (2003) também considera o caráter identitário ao dizer que o território compreende os limites físicos de determinada identidade. Para o autor, a identidade é construída na relação que se estabelece entre os grupos e comunidades e o território compreende esta identidade construída e o espaço geográfico.

Partindo das abordagens trazidas por diferentes autores, o território pode ser compreendido como conteúdo, meio e processo de relações sociais, por isso, o território também se constitui em um espaço de conflito, enquanto mediador das relações sociais e de produção. Assim, cada sociedade produz seus múltiplos territórios de acordo com suas normas, valores, crenças, mas também de acordo com suas atividades econômicas e sua organização política. Além de um produto, o território também é a condição para a existência de processos sociais e históricos. É o lugar das relações, das conexões, das redes, das identidades, em uma relação dialética entre natureza (espaço geográfico) e sociedade.

No(s) território(s) coexistem múltiplos sujeitos em relações que não são simétricas ou recíprocas, pelo contrário, são assimétricas e contraditórias. Desta forma, os territórios se constituem em uma trama multitemporal, multiescalar e multidimensional, composta por redes, identidades, relações de poder, políticas e de produção e de contradições. É o espaço da vida, das continuidades, das rupturas, dos tensionamentos e dos conflitos.

Não há como definir um grupo ou sociedade sem levar em consideração seu contexto geográfico e territorial. Assim, diferentes relações sociais produzem diferentes territórios, da

mesma forma em que as territorialidades repercutem sobre a reprodução e os tensionamentos nas relações sociais, por isso, fica evidente que a abordagem territorial contribui na análise dos processos sociais por meio de múltiplas dimensões, que podem ser econômicas, políticas, sociais, culturais, identitárias ou relacionais. (HAESBAERT, 2004).

Abramovay (2007) afirma que os territórios não são definidos por seus limites físicos, mas pela maneira como se produz a interação social. Neste sentido, a discussão que proponho nesta tese atenta para a importância do território não apenas como o espaço geográfico onde se materializam as relações, mas também como produto e como produtor dessas relações que, conforme já indiquei, são dialéticas, assimétricas e contraditórias.

Para esta tese, ao considerar o território enquanto o espaço geográfico onde se materializam as interações e as interrelações, é importante compreender como os sujeitos, ao mesmo tempo, incidem sobre a produção de territórios e são influenciados por eles, em uma relação dialética. O território é compreendido como um sujeito ativo, produto e produtor de relações sociais, que são relações de poder, assimétricas, contraditórias e marcadas por conflitos. Portanto, entendo a importância da abordagem territorial do desenvolvimento, não a partir de um enfoque normativo, mas a partir de uma abordagem relacional, uma vez que os processos sociais ocorrem de forma multidimensional e multiescalar, em uma relação dialética entre território, sociedade e indivíduos.

Para pensar o território enquanto construção social, a partir de uma abordagem relacional, é preciso compreender os processos sociais vinculados às estruturas onde eles ocorrem. Sendo assim, pode-se dizer que os territórios não agem, mas eles compõem a ação dos sujeitos, oferecem possibilidades e impõem constrangimentos. A partir dessa abordagem, o desenvolvimento é concebido como um processo histórico, multidimensional e multiescalar. Por isso, a forma como os sujeitos ou grupos sociais dispõem de recursos, como se estabelecem as relações, as hierarquias, a democracia e o bem-estar são aspectos importantes para se pensar o desenvolvimento, sobretudo, tendo a noção de que as estruturas não são dadas de forma natural, mas construídas. Assim, as relações assimétricas entre os gêneros podem se constituir em um importante fator de desigualdade no interior dos territórios e representar um obstáculo ao desenvolvimento.

Por isso, para esta tese, a abordagem relacional do território, enquanto construção social é importante uma vez que as estruturas territoriais operam de forma dialética com as relações de gênero. Ou seja, essas relações, ao mesmo tempo em que produzem territórios, também são produzidas por eles, lembrando que, não de forma natural, mas a partir dos processos históricos e sociais que se desdobram no espaço geográfico.

Em uma perspectiva relacional de análise, o território vai além do seu espaço físico ou limite geográfico e é construído a partir das relações que nele se estabelecem. Enquanto resultado de uma construção social, o funcionamento do território depende de processos sociopolíticos, muito mais do que das estruturas formais. Assim, a configuração das relações que compõem o território é um fator determinante para o desenvolvimento. A abordagem do território enquanto resultado das relações sociais permite observar estes territórios enquanto campos de disputa entre diferentes protagonistas com interesses diversos. A partir da perspectiva relacional, o território ganha vida, que é expressa em dinâmicas construídas pela interação entre estruturas e ação humana (ABRAMOVAY, 2010).

Para esta abordagem, para além do enfoque normativo da estrutura formal dos territórios, é importante observar que eles são formados por um tecido social complexo formado por redes, instituições e relações que são determinantes na constituição desses territórios.

A partir da compreensão do território como um espaço de múltiplos significados e que exprime a materialidade de experiências e existências diversas, importa não apenas o território em si mesmo, mas o uso que se faz dele, como espaço estruturado onde concorrem diferentes atores e interesses. Essa noção confere ao território centralidade tanto na forma como ele recebe os processos e intervenções externos, quanto na resistência, nas suas transformações e nas respostas aos contingenciamentos. Ou seja, o território é um organismo vivo que, ao mesmo tempo em que recebe as influências das dinâmicas externas, também cria respostas a essas dinâmicas (REIS, 2005).

Um determinado espaço geográfico, como uma cidade, pode dar lugar a múltiplos territórios que se sobrepõem, se entrelaçam ou se complementam, uma vez que diferentes relações vão estabelecer diferentes territórios. Os territórios são constituídos por grupos que têm uma identidade em comum, instituições, práticas sociais, pontos de intersecção, mas também de divergência. Por isso, a dimensão simbólica e cultural do território é uma importante ferramenta de análise para compreender quais são e como se constituem as relações que dão forma e conteúdo ao espaço geográfico.

Além disso, Abramovay (2010) destaca que a abordagem relacional do território, percebido a partir da forma como se produz a interação social, permite que se ampliem os horizontes de análise, observando a maneira como as sociedades se organizam, como elas utilizam os recursos que dispõem, como exercem as forças sociais, como se organizam, dando ênfase à dimensão subjetiva e à atuação dos indivíduos. Para o autor, esta perspectiva permite

observar o processo de desenvolvimento como resultado da utilização de fatores materiais e imateriais a partir das relações que se estabelecem nos territórios.

Conforme Freitas (2017), a abordagem relacional do território pode partir tanto de uma perspectiva social quanto de uma perspectiva estrutural. No que se refere à dimensão social, as principais categorias analíticas dão conta das interações sociais que se estabelecem e o sentido que atribuem a este território, compreendendo a natureza dessas interações, os processos de cooperação e conflito e suas formas de organização. No que se refere à dimensão estrutural, tem centralidade nessa análise a configuração das redes, os padrões de interação, os tipos de vínculo e a posição que cada sujeito ocupa nesta cadeia. Além disso, considera-se fundamental observar as instituições formais e informais, os hábitos e símbolos e a forma como eles compõem os padrões de comportamento. A convergência dessas duas dimensões permite compreender de que forma os arranjos institucionais e as relações sociais compõem os territórios (FREITAS, 2017).

Ao analisar o território a partir de sua dimensão social, Abramovay (2010) defende que

Os atores não são meros reprodutores das estruturas em que se inserem, mas têm a capacidade de alterar a correlação de forças dentro de um determinado campo, impondo um novo padrão de relacionamento [...]. É fundamental então não só compreender a maneira como os atores se inserem em certas realidades e mesmo em certos papéis sociais, mas também como adquirem o poder de alterar as relações de força dos campos em que estes papéis são desempenhados (ABRAMOVAY, 2010, p. 5).

Perspectiva que, para esta tese, é fundamental uma vez que minha análise compreende as mulheres como resultado das relações assimétricas de gênero, mas também, como sujeitos ativos, capazes de criar resistências, tensionamentos e ressignificar essas relações.

Ao levar em consideração o território enquanto construção social deve-se considerar a centralidade das relações de gênero no processo de construção de territórios e de territorialidades, uma vez que o gênero também é uma construção histórica e social sobre as noções de feminino e masculino e que impõe lugares desiguais para os sujeitos, de acordo com o gênero, a classe, a raça, a etnia, etc. Essa construção é atravessada por normas e condutas que dizem respeito ao contexto histórico, social, econômico e cultural de cada território. Assim, a própria noção dicotômica de masculino e de feminino e do lugar de homens e de mulheres na sociedade, ao mesmo tempo em que compõe territórios e territorialidades, é permeada por eles.

Enquanto produto das relações que se estabelecem, é fundamental adotar a perspectiva territorial nas análises sociais. Muito além do “lugar” onde se desenvolvem os processos, o território deve ser visto como categoria de análise das dinâmicas socioespaciais, seus atores,

relações, interações, capacidades e constrangimentos, valorizando o lugar do território nessas dinâmicas. A epistemologia do território proposta por Reis (2005) atribui a ele um papel ontológico e não apenas de lugar, mas como um elemento determinante na genealogia dos processos. Nesta concepção, o território é uma potência de múltiplos significados e que exprime a materialidade de experiências e existências diversas. Neste sentido, importa não apenas o território em si mesmo, mas o uso que se faz dele, como espaço estruturado onde concorrem diferentes atores e interesses (REIS, 2005).

Esta noção confere ao território centralidade tanto na forma como ele recebe os processos e intervenções, quanto na resistência, nas suas transformações e nas respostas aos contingenciamentos. Ou seja, o território é um organismo vivo que, ao mesmo tempo em que recebe as influências das dinâmicas globais (como a organização do sistema produtivo) cria respostas a essas dinâmicas como formas de organização e iniciativas locais. A epistemologia do território sugere que se considere o território mais do que como o espaço geográfico dos acontecimentos, mas a partir das relações e das interações que ele propicia, das formas de poder e de resistência que ele cria e do polimorfismo que possibilita a criação de espaços de iniciativa e de autonomia frente às dinâmicas que o território recebe, analisando esses processos de forma multiescalar e multidimensional (REIS, 2005).

O território é observado a partir do mapa relacional que nele se configura, da distribuição do poder entre os atores e das possibilidades de ação que se constroem nesses contextos. As relações de poder não são lineares: diferentes sujeitos têm mais ou menos poder, dependendo do lugar que eles ocupam e de com quem eles se relacionam e o território tem papel ativo na conformação dessas relações. Assim, a análise territorial permite compreender as diferentes morfologias do poder em sociedades que são polimorfas (REIS, 2005).

Para esta tese, a abordagem relacional responde à necessidade de compreender as interações entre o tecido social e o território e como eles repercutem nas trajetórias um do outro. Para além de uma abordagem normativa, a intenção é mobilizar conceitos que permitam compreender como as desigualdades de gênero se constituem e operam nos territórios. Para tanto, compreendo que as estruturas sociais, por si só, não agem, mas elas compõem parte da ação dos indivíduos. Ou seja, os territórios não criam as desigualdades de gênero, mas podem oferecer mais ou menos condições para que essas desigualdades ocorram, bem como proporcionar mecanismos para superá-las. Para esta abordagem, a ênfase não está nem no papel das estruturas, nem na ação social, mas na relação entre ambas.

É a perspectiva adotada por esta tese ao considerar território e relações de gênero não como antagônicos ou de forma sobreposta ou hierarquizada, mas dialeticamente se (re)construindo. Por isso, a abordagem relacional do território permite compreender como o território opera na construção e desconstrução das próprias noções de gênero, dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens, nas trajetórias dessas mulheres trabalhadoras, nas suas experiências, nas suas subjetividades e na reprodução ou tensionamento das desigualdades de gênero. Por outro lado, implica também em perceber como estes aspectos compõem o território e retroalimentam essas relações.

As dinâmicas territoriais não resultam apenas do modo como se produz economicamente nos territórios, mas também (e talvez principalmente) do modo como se produz a vida social. Por isso, a abordagem relacional dos territórios é multidimensional, considerando, além da dimensão econômica, as dimensões social, cultural, política e histórica. Além disso, esta abordagem também é multiescalar, levando em consideração não só os agentes locais, mas também o lugar que determinado território ocupa na dinâmica macro, suas potencialidades, suas possibilidades de resistência e a forma como ele se insere nesta dinâmica (FAVARETO, 2010; BACELAR, 2009).

Para esta tese, as relações de gênero emergem como uma importante dimensão da análise territorial, uma vez que, dialeticamente, essas relações produzem e são (re)produzidas pelos territórios. No entanto, enquanto construções sociais, históricas e culturais, relações de gênero e territórios não se encerram em si mesmos. Muito pelo contrário, são permeados pelas dinâmicas macro (do global, nacional, regional) e microescalares (do local, das escolas, do interior das famílias). Assim, tanto as dinâmicas geopolíticas e culturais em escala global, as políticas públicas em escala nacional, o tecido social regional e os arranjos que se estabelecem no interior das famílias compõem a dialética entre relações de gênero e território.

Uma vez que os sujeitos estão situados em um campo social, a sua ação é estruturante e, ao mesmo tempo, estruturada por este campo. Ao analisar as interdependências entre estrutura social e ação humana, Bourdieu (1989) tece a noção de campo, que é o espaço social das relações, o *locus* onde se estabelecem as disputas entre os atores. Essa definição pode ser aplicada a diferentes espaços da vida social: o campo religioso, político, econômico, escolar, jurídico, etc. A criação desses campos é efetivada por sujeitos que estabelecem relações de poder a partir da distribuição desigual do que o autor chama de capital.

A partir desta perspectiva é possível estabelecer um paralelo entre território e o que o autor chama de campo. Enquanto construção social, o território, assim como o campo, é o lugar onde se estabelecem as relações de poder entre diferentes sujeitos que dispõem de

diferentes capitais materiais e simbólicos. As relações de gênero, que são hierárquicas e desiguais, são um exemplo de disputas que se efetivam nos territórios. Assim, homens e mulheres, ocupando lugares e dispendo de capital de maneira diferente têm o potencial de construir permanências ou mudanças neste campo, visando manter ou obter benefícios ou, ainda, tensionando a ordem pré-estabelecida com o objetivo de romper relações de poder e sujeição. As estruturas sociais dos territórios podem tanto reproduzir quanto ressignificar essas relações, mantendo o que já está estabelecido ou criando novas configurações.

O campo é um espaço dinâmico onde se efetivam relações de força de acordo com a posição dos sujeitos, os meios dos quais eles dispõem e os fins contribuindo, assim, para mudanças ou permanências neste campo. Essas disputas internas se intensificam de acordo com a valorização de cada capital e quando o equilíbrio estabelecido é ameaçado (BOURDIEU, 1996).

As estruturas que constituem esse campo (re)produzem hierarquias entre os sujeitos que possuem mais ou menos capital e a ação desses sujeitos é orientada sempre de forma a obter mais benefícios, o que pressupõe que não há uma neutralidade nas ações. A ação de cada sujeito é determinada de acordo com o seu capital e a sua posição no campo que pode ser de dominante ou de dominado. Enquanto que as práticas dos sujeitos que ocupam o pólo dominante, via de regra, se dão no sentido de manter seus privilégios, as práticas dos sujeitos que ocupam o pólo dominado se dão no sentido de subverter a lógica de dominação (BOURDIEU, 1989).

Os campos são espaços, ao mesmo tempo, autônomos e interdependentes. No entanto, por maior que seja sua autonomia, eles são permeados por influências externas, como o Estado, por exemplo. Assim, os resultados das disputas que se impõem nos campos nunca se dão de forma isolada, pelo contrário, este resultado depende não só de lutas internas, como de reforços que os sujeitos podem buscar externamente (BOURDIEU, 1996). Da mesma forma, os territórios, ainda que autônomos, estão sujeitos às influências externas, sobretudo dos contextos culturais, econômicos, sociais, históricos. As relações de gênero que se estabelecem em dado território não são construídas isoladamente, pelo contrário, são permeadas pelas influências de outros territórios em escalas diversas.

Enquanto espaço social, os campos são espaços em disputa, em que diferentes estratégias são mobilizadas de acordo com as hierarquias estabelecidas e a posição que cada sujeito ocupa. Essa noção permite compreender do que se reveste cada campo, as hierarquias estabelecidas, os mecanismos linguísticos, econômicos, políticos e simbólicos mobilizados. Os agentes são definidos de acordo com a posição que eles ocupam neste espaço e esta

posição depende das diferentes espécies de poder ou de capital de que eles dispõem. O capital pode ser material ou simbólico (cultural, político, social, etc.) e funciona como o trunfo que os agentes mobilizam nas disputas que se impõem nos campos. A forma como se constitui cada campo e a distribuição de capital é o que estrutura as relações de poder entre os sujeitos e as possibilidades de ganhos (BOURDIEU, 1989).

Sendo o capital uma relação social, ele só é capaz de produzir efeitos no campo em que ele se (re)produz. Ou seja, o valor do capital está relacionado às especificidades de cada campo. Da mesma forma que a posição do sujeito está relacionada ao capital que ele pode mobilizar, é o campo quem vai atribuir mais ou menos valor ao capital mobilizado. O capital não é estanque, nem se encerra em si mesmo, também não se refere apenas a recursos econômicos ou ao poder. O capital é formado por recursos que são intercambiáveis, dinâmicos e de valor relativo, de acordo com o campo e com as relações que se estabelecem. São recursos que podem ser convertidos uns nos outros, de acordo com o campo, com as disputas que se estabelecem e a necessidade de trunfos a serem mobilizados. Como um recurso mais simbólico do que material, o valor do capital está na percepção dos sujeitos, na forma como eles o reconhecem e atribuem valor (BOURDIEU, 1989).

Assim, a condição de gênero, a raça, a sexualidade, a classe social e a escolaridade são alguns dos capitais simbólicos e materiais que homens e mulheres dispõem nos conflitos que se estabelecem nos territórios, estando, na maioria das vezes (se não sempre) os homens brancos, cisgênero, heterossexuais, de classe média e escolarizados em posição de vantagem em relação a outros sujeitos e, sobretudo, em relação às mulheres. Da mesma forma, esses capitais estabelecem diferentes hierarquias não apenas entre homens e mulheres, mas também entre mulheres de diferentes grupos como mulheres brancas e negras, cisgênero e transgênero, heterossexuais ou lésbicas, mais ou menos escolarizadas.

A noção de *habitus* rompe com o paradigma estruturalista e com a dualidade consciente/inconsciente para pensar na relação do sujeito com o mundo ou o que Bourdieu (1989, p. 62) define como “o corpo socializado”. Ao por em evidência as capacidades criadoras dos sujeitos, a noção de *habitus* indica uma disposição para a ação por meio de aprendizado e percepções e que compreende a interação entre as estruturas e os constrangimentos que elas impõem com as práticas dos sujeitos.

O *habitus* opera como o princípio gerador de práticas por isso, diferentes condições de existência geram diferentes *habitus*. As práticas resultantes do *habitus* exprimem as diferentes formas de existência que são o resultado tanto de propriedades intrínsecas quanto relacionais, uma vez que é na relação com o outro que o sujeito constrói a própria identidade, se definindo

e se afirmando a partir da diferença. Ou seja, o *habitus* é um sistema complexo de disposições que o sujeito adquire pelo aprendizado e também pelos constrangimentos que as relações sociais impõem. É um sistema que funciona para organizar a percepção das situações e também como um princípio que orienta as ações dos sujeitos. Ou seja, geram práticas, opiniões, gostos, a noção do que é bom ou ruim, certo ou errado. O *habitus* ainda permite enxergar, criar ou anular possibilidades, permite mobilizar as diferentes formas de capital necessárias às lutas impostas pelas relações de poder no interior dos campos. Uma espécie de senso prático que indica o que fazer e como agir em cada situação (BOURDIEU, 1996; 2007).

Assim, o *habitus* de homens e de mulheres é construído a partir dos constrangimentos que os territórios impõem e das possibilidades que oferecem. As práticas de cada um são forjadas a partir das suas percepções individuais, mas também a partir das relações que se estabelecem. Homens e mulheres agindo, percebendo e sentindo o seu lugar e o seu papel de diferentes formas, a partir do que lhe é intrínseco e a partir do que é construído nos territórios. Também mobilizando diferentes capitais com o objetivo de manter seus privilégios, obter vantagens, manter e reproduzir a ordem pré-estabelecida ou romper com relações desiguais. Do mesmo modo, diferentes grupos de mulheres também mobilizam diferentes formas de capital de acordo com a sua posição no território e o seu *habitus*, que determina a sua forma de perceber essas relações e o seu lugar nesta engrenagem.

Ao abordar a realidade em uma perspectiva relacional, Bourdieu (1996) explica que as propriedades dos grupos lhes cabem de acordo com o momento, com a posição deste grupo no espaço social e com as práticas possíveis. Ou seja, a sociedade não é estanque e se modifica de acordo com a posição social do grupo, os *habitus* e as escolhas que os sujeitos fazem (BOURDIEU, 1996).

As relações entre os sujeitos se estabelecem de forma dinâmica. Cada um e cada uma constroem as suas experiências, as suas vivências e as suas subjetividades de acordo com o capital disponível, com o lugar que ocupam no campo e com as percepções inscritas no seu *habitus*. Assim, os sujeitos escolhem aceitar ou recusar sua posição, buscar e mobilizar capitais e mudar ou manter sua percepção e sua forma de apreciar a maneira como as relações se estabelecem nos campos (BOURDIEU, 1996). É da mesma forma que as relações de gênero se estabelecem nos territórios, onde homens e mulheres, dispendo de capital diferente e desigual, constroem as suas experiências aceitando ou recusando seus lugares, reproduzindo ou tensionando relações desiguais.

Diante do que foi exposto, fica evidente que a incorporação da abordagem territorial leva em consideração que o desenvolvimento não pode ser mais explicado apenas pelas suas

dinâmicas produtivas, mas também pelas dimensões econômica, social, cultural, política e histórica, levando em consideração as interações entre sociedade e espaço (FAVARETO, 2010). Assim, no próximo item trago as diferentes abordagens do desenvolvimento regional, desde as economicistas, até a perspectiva anticolonial que questiona o discurso e a prática hegemônica do desenvolvimento e a estrutura social hierárquica, baseada em relações de força desiguais.

2.2. Desenvolvimento Regional abordagens e perspectivas

Uma vez que os conceitos têm caráter processual porque são dinâmicos e estão em constante movimento, e relacional porque se relacionam com outros termos, não há conceitos simples. Assim, a palavra desenvolvimento vem assumindo diferentes significados ao longo do tempo, dialogando com temas como a redução da pobreza, a inclusão social, o crescimento econômico, a criação de novas tecnologias, novas formas de produção, aquisição de bens e consumo. Ou seja, o desenvolvimento é um conceito que não é consensual, mas construído a partir de uma pluralidade de sentidos, de forma geral, associado ao crescimento econômico, ao avanço tecnológico e ao progresso.

No entanto, um ponto sobre o qual se tem convergência é que, muito mais do que crescimento econômico, sob o ponto de vista quantitativo, o desenvolvimento pressupõe não só o crescimento e o progresso, mas também a erradicação da pobreza e a melhoria de indicadores qualitativos no que se refere ao bem-estar e à qualidade de vida. Além disso, para algumas abordagens, o termo guarda relação próxima com a equidade, com a igualdade de gênero e com a valorização das potencialidades endógenas, da cultura, da história e da alteridade.

Evidentemente, não existe apenas um conceito de desenvolvimento ou um conceito que seja mais ou menos apropriado, uma vez que a definição do que é desenvolvimento varia de acordo com o contexto político, econômico, social, histórico, com a região, com as territorialidades e também com as questões ambientais e os processos sociais. No entanto, pode-se dizer que, hegemonicamente, os enfoques do desenvolvimento costumam ser sustentados pelo viés economicista e baseados em concepções capitalistas do que seria se desenvolver.

Os estudos sobre desenvolvimento passaram a ocupar lugar central nas ciências sociais nos últimos 50 anos, sobretudo, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Entre os anos 1950 e 1990, três principais orientações teóricas conduziram os estudos em desenvolvimento: a teoria da modernização (1950-1960) aliando o desenvolvimento com crescimento a partir de

uma perspectiva liberal; a teoria da dependência (1960-1970), vinculada às tradições marxistas; e aproximações mais críticas ao desenvolvimento como um discurso cultural (1980-1990) em uma abordagem ligada aos teóricos pós-estruturalistas (ESCOBAR, 2005).

É importante ressaltar que essas não são as únicas correntes dos estudos em desenvolvimento. Outras abordagens trataram do tema a partir de outros paradigmas como os clássicos do século XVIII e XIX, o enfoque da transição à democracia, o novo institucionalismo econômico, o enfoque das capacidades humanas, o enfoque do capital social, os enfoques territoriais e os neokeynesianos. Além disso, há outras abordagens como as que emergem a partir dos chamados estudos decoloniais. Nesta tese não tenho como objetivo revisar todos os conceitos acerca do desenvolvimento, apenas apresentar algumas das diferentes abordagens como forma de indicar a partir de qual perspectiva considera-se a importância da abordagem de gênero para pensar o desenvolvimento regional. Para tanto, serão apresentadas as principais ideias do pensamento liberal, da abordagem marxista, o pensamento decolonial e o paradigma pós-estruturalista.

É importante compreender o contexto sócio-histórico do período no qual essas teorias emergem a partir do surgimento da Economia do Desenvolvimento como um campo de estudos dentro das Ciências Econômicas. No pós-guerra, os Estados Unidos concretizaram seu objetivo de estabelecer uma hegemonia internacional. Para isso, contaram com um aparato institucional como a Organização das Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, etc. O objetivo era reorganizar o comércio internacional com um padrão monetário internacional atrelado ao dólar. Neste contexto, também foram criadas organizações para orientar as políticas de desenvolvimento na América Latina, Ásia e África (BORJA, 2011).

A partir das experiências com o socialismo e com o nazi-fascismo, o objetivo dos principais países capitalistas naquele período foi encontrar uma forma de conciliar interesses e encontrar um caminho alternativo. Assim emergem as políticas de bem-estar social com manutenção de emprego, saúde, seguridade, educação, etc. Mesmo assim, o socialismo se expandia pelo mundo como na China, na Coreia e em Cuba. Como forma de conter a essa expansão, o governo norte-americano começa a pensar em formas de desenvolver economicamente os países sob a sua hegemonia. Neste contexto é que se começam a discutir questões sobre planejamento, industrialização, diversificação, crescimento, etc (BORJA, 2011).

É a partir daí que emerge uma visão de desenvolvimento pautada no progresso. De acordo com os pressupostos da teoria da modernização o desenvolvimento é visto como uma

mudança estrutural por meio de um processo de modernização, com industrialização e consumo em massa. As sociedades tradicionais são consideradas atrasadas e o desenvolvimento é tido como um caminho a ser seguido pelos países considerados subdesenvolvidos. Assim, da mesma forma que alguns países conseguem se desenvolver, tendo como parâmetros a acumulação de capital, a renda per capita, a industrialização e o consumo em massa, outros países podem alcançar o desenvolvimento superando problemas internos que impedem a modernização (MOREIRA, CRESPO, 2012).

Os conceitos chave do paradigma liberal do desenvolvimento eram o indivíduo e o mercado, sendo atores relevantes para o processo, os indivíduos, o Estado e as instituições. A pergunta que as pesquisas orientadas por esta perspectiva buscavam responder era como uma sociedade pode se desenvolver ou ser desenvolvida por meio da combinação entre capital e tecnologia, mais a ação do Estado e dos indivíduos. A mudança era medida por meio de critérios como progresso, crescimento e distribuição de renda sendo as intervenções mais focadas, por meio de melhores teorias e dados, os principais mecanismos para a mudança (ESCOBAR, 2005).

Entre as contribuições dessa abordagem, algumas se destacam. Uma é a teoria do grande impulso de Rosenstein-Rodan (1964) que desenvolveu um modelo de crescimento equilibrado para países atrasados, sobretudo da Europa Oriental e do Sul Oriental. O autor sugere o papel ativo do Estado para impulsionar setores estratégicos por meio da educação da força de trabalho, do planejamento e de grandes investimentos. Para o autor, este grande impulso vem de recursos e investimentos que garantam a implantação de grandes empresas e também a criação de um mercado interno consumidor que garanta a demanda para as modernas empresas. Outra contribuição de destaque foi a estratégia de crescimento desequilibrado de Hirshmann (1969), que propõe a atuação do Estado por meio de investimentos em setores estratégicos, com a valorização de indústrias já instaladas e desenvolvimento diversificado. O autor ainda propunha o envio de recursos para setores que produzissem insumos para determinada atividade (encadeamentos para trás) e induzir o consumo do produto desta atividade (encadeamentos para a frente).

Já para a abordagem dos teóricos marxistas do desenvolvimento, os conceitos chave trabalhados são o modo de produção e o trabalho. As estruturas sociais e as ideologias são os principais objetos de estudo, tendo as classes sociais, os movimentos sociais e o Estado como os mais relevantes. Esta abordagem pretende compreender como funciona o desenvolvimento enquanto ideologia dominante e como desvincular o desenvolvimento do capitalismo. A luta social é o principal mecanismo para a mudança, tendo como critérios a transformação das

relações sociais, o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento da consciência de classe (ESCOBAR, 2005).

As abordagens do desenvolvimento a partir das teorias da dependência levam em consideração que a dominação dos países mais avançados sobre os chamados subdesenvolvidos ou dependentes impede o desenvolvimento muito mais do que fatores internos. Para um dos principais teóricos filiados a esta perspectiva, Theotônio dos Santos (1970), existem três formas de dependência, a colonial, a financeira-industrial e a tecnológica-industrial. Para o autor, o desenvolvimento dos países dominantes se dá em detrimento dos países dependentes. É importante lembrar que o surgimento das teorias da dependência guarda relação com as burguesias locais que se instalaram nos países dependentes nos anos 30 e 40 e que, a partir dos anos 1960-70, buscavam participar do processo de expansão do capitalismo mundial. Por isso é que a teoria da dependência busca compreender as limitações do desenvolvimento nesses países (SANTOS, 2000).

Já em uma visão que emerge na década de 1970, Cardoso e Faletto (1973) defendem que o desenvolvimento nos países chamados de terceiro mundo está sempre atrás dos países desenvolvidos, uma vez que está lastreado no investimento das empresas multinacionais, recursos humanos e financeiros vindos do exterior e na reorganização da divisão internacional do trabalho. Os autores ainda destacam que a posição de subdesenvolvimento de alguns países foi produzida historicamente e guarda relação com a função que cada economia exerce no sistema capitalista global.

Outra perspectiva ligada à teoria da dependência é dos autores estruturalistas ligados à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), dentre os quais se destacam Raul Prebisch e Celso Furtado. Para o pensamento estruturalista, o desenvolvimento tem que ser pensado a partir de mudanças estruturais nos países subdesenvolvidos. Considerando que essas estruturas foram determinadas pela forma como esses países foram inseridos na economia internacional, eles são incapazes de gerar suas próprias dinâmicas de desenvolvimento para sair da condição de dependência. Neste sentido, o Estado tem um papel ativo por meio de uma estratégia de industrialização por substituição de importações uma vez que a importação de bens manufaturados e a exportação de produtos primários impede a diversificação industrial (MOREIRA, CRESPO, 2012).

Ao abordar o desenvolvimento econômico da América Latina, Prebisch (2000) faz uma crítica à noção, baseada na teoria das vantagens comparativas de Ricardo, de que os países deveriam se especializar nos produtos para os quais tivessem vantagens comparativas e que os benefícios do progresso técnico se distribuiriam igualmente entre os países. Conforme

o autor, a forma como a divisão internacional do trabalho se estabeleceu pôs a América Latina em lugar periférico na economia global como produtora de alimentos e matérias primas, impossibilitando a industrialização da região, o que resultou em desvantagem e no desenvolvimento desequilibrado entre países centrais-industrializados e periféricos. A proposta para reverter esta situação passava pela redução do consumo supérfluo, principalmente de produtos importados; papel ativo do Estado na captação de recursos externos para investimento, sobretudo na infraestrutura básica (energia, transportes, comunicação); e reforma agrária para aumentar a demanda por alimentos e matéria-prima, além de criar mercado interno para produtos industriais.

Já para Furtado (2009), o subdesenvolvimento não é uma etapa histórica dos países, mas o resultado da evolução do sistema industrial em três momentos distintos: o desenvolvimento industrial dos países da Europa; a expansão da industrialização para países semelhantes aos europeus; e a formação de estruturas dependentes deste sistema. Para o autor, o subdesenvolvimento poderia ser superado por meio da industrialização e do fortalecimento do mercado interno. Para isso, alguns obstáculos devem ser superados, entre os quais o autor destaca a desigualdade entre centro e periferia que faz com que países já desenvolvidos retenham o progresso técnico (o que os mantém sempre na frente), assim como o atraso tecnológico dos menos desenvolvidos, além da subutilização da mão de obra e a insuficiência de mercado consumidor interno; Neste sentido, o autor considera fundamental a atuação do Estado para fomentar o desenvolvimento, regular o mercado e superar estes obstáculos. A atuação do Estado se daria por meio de empresas estatais, planejamento e distribuição regional dos investimentos, distribuição de renda com equidade e controle do fluxo de capital estrangeiro. Outra contribuição relevante de Furtado (1974) foi discutir os objetivos relacionados ao uso dos recursos naturais, uma vez que os problemas ambientais decorrentes da exploração desses recursos pelo modo de produção capitalista não podem ser solucionados pela tecnologia.

Note-se que para essas abordagens, tanto a partir da teoria da modernização, quanto a partir da teoria da dependência, há em comum a ideia de que desenvolvimento está atrelado a crescimento econômico, consumo, industrialização, modernização. Já a partir dos anos 1980 emerge o enfoque territorial do desenvolvimento regional levando em consideração conceitos como território, desigualdades territoriais e desenvolvimento regional. Esta perspectiva tinha como objetivo procurar o desenvolvimento nos espaços locais, aproveitando de suas vantagens comparativas, que são seus recursos endógenos, para se inserir de forma

competitiva na economia mundial. Entre os principais autores deste enfoque, destacam-se Milton Santos e Sérgio Boisier.

Embora não tenha se dedicado ao tema do desenvolvimento, especificamente, Milton Santos, em diferentes momentos de sua obra contribuiu com a construção de conceitos essenciais à Geografia Crítica e também ao abordar o território a partir de uma visão macro, observando suas especificidades regionais, mas também o situando como parte da dinâmica global do capitalismo. Suas análises, enquanto geógrafo, sobre a organização espacial e a construção territorial guardam relação direta com o processo de desenvolvimento. Santos (2003) ainda faz uma crítica ao processo de planejamento do desenvolvimento como instrumento de manutenção e agravamento do subdesenvolvimento e da pobreza no Terceiro Mundo. Para o autor, a forma como o planejamento é feito, sem a participação da população interessada, impede qualquer forma de desenvolvimento. Ele ainda sugere um novo tipo de planejamento, preocupado com a sociedade e não mais com os já privilegiados.

Já para Boisier (1996), o desenvolvimento pressupõe mudanças não apenas econômicas, mas também sociais, ambientais e estruturais, com o objetivo de aperfeiçoar o território, a sociedade que vive neste território e cada pessoa que faz parte desta sociedade. Para isso, o processo de desenvolvimento precisa envolver o que o autor chama de hexágono do desenvolvimento que são atores individuais, corporativos e coletivos, a cultura regional e sua incidência nos processos de desenvolvimento, os recursos humanos, materiais, psicossociais e de conhecimento. Também fazem parte deste processo as instituições e os procedimentos, ou a natureza da gestão territorial. O último componente do hexágono do desenvolvimento é o entorno, que considera a configuração e as influências de tudo o que é externo à região, com ênfase às relações da região com o Estado.

É importante notar que, de certa forma, essas abordagens do desenvolvimento estão vinculadas ao crescimento econômico, embora incluam aspectos sociais e ambientais, não se desvinculam totalmente das estratégias economicistas. Neste sentido, outra abordagem propõe pensar o desenvolvimento a partir da satisfação de necessidades básicas como alimentação, moradia, saúde, saneamento e emprego, mas também de direitos civis e políticos.

Isso é o que propõe Sen (2000), para quem o desenvolvimento tem relação direta com a expansão das liberdades. Para o autor, o crescimento econômico por si só, faz com que um grande número de pessoas tenha liberdades elementares negadas. Essas liberdades (ou a falta delas) têm relação direta com a pobreza, que priva as pessoas de terem suas necessidades mais básicas atendidas. Segundo o autor, o enfoque nas liberdades contrasta com as visões que compreendem o desenvolvimento a partir da sua relação com a industrialização ou o

progresso tecnológico. Entre as principais privações de liberdade, o autor cita a fome, a pobreza, a falta de acesso à educação, e de serviços básicos como saúde e saneamento.

A partir desta perspectiva a ação dos sujeitos é influenciada não só pelas oportunidades econômicas, mas também pelas liberdades, assim como por boas condições de saúde e de educação. O autor divide as liberdades em liberdade constitutiva e instrumental. A primeira está relacionada com a capacidade de evitar privações básicas, além de ter participação política e liberdade de expressão. A segunda diz respeito à liberdade que os sujeitos têm de viverem conforme desejarem. Assim, são cinco as liberdades que, interrelacionadas, são funcionais para o desenvolvimento: as liberdades políticas, as disponibilidades econômicas, as oportunidades sociais, as garantias de transparência e a segurança. Portanto, para o autor, as liberdades não são um fim, mas um meio de se chegar ao desenvolvimento, isso porque, para o autor, as liberdades se alimentam mutuamente e o crescimento de uma leva à expansão das outras, como por exemplo, o aumento no nível de escolaridade, automaticamente, repercute em melhoria na renda. Portanto, ao promovermos liberdades políticas ou sociais, estamos, necessariamente, contribuindo para o desenvolvimento (SEN, 2000).

Em uma abordagem construtivista, o paradigma pós-estruturalista tem como conceitos chave a linguagem e os sentidos e como objetos de estudos a representação, os discursos e a relação entre conhecimento e poder. Em uma perspectiva que busca compreender como Ásia, África e América Latina eram representados como subdesenvolvidos, essas teorias têm como atores relevantes as comunidades locais, os novos movimentos sociais e toda a produção de conhecimento, incluindo o Estado, os movimentos sociais e as comunidades e indivíduos (ESCOBAR, 2005).

Neste sentido, outro conceito que se coloca como relevante neste debate é o de pós-desenvolvimento, uma idéia que começa a se desenhar no fim dos anos 1980 e começo dos anos 1990, a partir dos estudos críticos do desenvolvimento, incluindo enfoques etnográficos, econômicos e pós-estruturalistas. O termo pós-desenvolvimento teria sido usado pela primeira vez em 1991, em um evento em Genebra. A ideia era, para além de discutir as propostas hegemônicas apresentadas até então, pensar em uma reorientação das práticas e imaginários que permitissem olhar novas possibilidades a partir da África, da Ásia e da América Latina (ESCOBAR, 2005 texto).

Alguns acontecimentos importantes pavimentaram o caminho para este debate, como a queda do socialismo na Europa, a influência da China na Ásia, África e América Latina, a nova geopolítica depois do 11 de setembro e o fim do Consenso de Washington com a eleição

dos governos de esquerda na América Latina a partir do fim dos anos 1990. Além disso, outros fatores como disseminação das tecnologias da informação e da comunicação, a crise ambiental, a crise econômica mundial iniciada em 2007, aumento da pobreza, do desemprego e redução no crescimento econômico. Além disso, as discussões sobre meio ambiente, mulheres e etnicidade foram ganhando novos vieses. Assim, os estudos camponeses, migrações internacionais, gênero, segurança alimentar, movimentos sociais e meio ambiente, são temas que além de ocuparem mais espaço na discussão sobre desenvolvimento têm sido vistos a partir de diferentes enfoques, uma vez que a discussão e os projetos de desenvolvimento que existiam até então não ofereciam respostas aos problemas e à realidade desses grupos (ESCOBAR, 2014).

Assim, a ideia de pós-desenvolvimento surge de uma crítica pós-estruturalista ao conjunto de discursos e práticas adotados até então e que definiram países da Ásia, África e América Latina como subdesenvolvidos e que precisavam de desenvolvimento. A questão era compreender como e por quais processos históricos os discursos e práticas hegemônicas de desenvolvimento designaram estas regiões como terceiro mundo. A discussão acerca do pós-desenvolvimento tinha três principais objetivos: a necessidade de descentralizar o desenvolvimento, abrindo espaço para outras formas de descrever essas regiões que não fossem mediadas por experiências hegemônicas; identificar não apenas alternativas de desenvolvimento, mas alternativas ao desenvolvimento como uma possibilidade concreta; identificar a partir dos movimentos sociais e dos grupos subalternos os conhecimentos e as alternativas possíveis (ESCOBAR, 2014; ESCOBAR, 2005).

A análise pós-estruturalista se fundamenta no fato de que no pós-guerra, quando o discurso do desenvolvimento começa a ganhar espaço, uma série de especialistas passaram a tecer análises sobre os países da Ásia, África e América Latina e criaram a ideia de terceiro mundo. Também foi o discurso do desenvolvimento que legitimou a criação de uma série de organismos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, além de agências de desenvolvimento. Junto a essa institucionalização, a profissionalização do desenvolvimento enquanto campo de estudo e planejamento legitimaram a criação de um sistema de planejamento, de práticas de desenvolvimento e de intervenções. No entanto, o que a crítica pós-estruturalista indica é, justamente, a exclusão das demandas e preocupações das populações a quem essas intervenções se destinam (ESCOBAR, 2005).

Assim, o que se propôs foi a noção de pós-desenvolvimento, a partir da valorização das culturas autóctones, centrada na ideia de um mundo mais humano, cultural e ecologicamente sustentável. Assim, o pós-desenvolvimento se fundamenta na possibilidade

de criar diferentes discursos e concepções, mudando as práticas de saber e de fazer, multiplicando os agentes de produção de conhecimento, transformando os objetos do desenvolvimento em sujeitos, através das resistências locais, como movimentos sociais e estratégias internas. Essa ideia é centrada na noção de que a realidade pode ser construída a partir da atuação dos grupos sociais (ESCOBAR, 2005).

Um dos principais objetivos dos teóricos do pós-desenvolvimento era dar uma resposta ao padrão, tanto político quanto acadêmico, de falar em nome das pessoas sobre as suas necessidades, sem ouvir o que elas têm a dizer e o que elas consideram necessidades e prioridades, que são culturalmente construídas e carregadas de sentido.

Hay una vasta diferencia entre satisfacer las necesidades materiales a través de una economía de mercado capitalista y hacerlo a través de prácticas e instituciones no-capitalistas (como lo han hecho la mayoría de las comunidades humanas a través de la historia). Muchos de los movimientos hoy en día, como el movimiento de las comunidades negras del Pacífico colombiano, no están orientados únicamente a satisfacer necesidades materiales –si este fuera el caso, ¿por qué no abogar por proyectos de desarrollo que darían lugar a la satisfacción de dichas necesidades? Muchos de estos movimientos se plantean objetivos que desde una perspectiva materialista son más inasibles, tales como derechos culturales, identidades, economías alternas (no abocadas a la acumulación), y otros por el estilo (ESCOBAR, 2005, p.24).

A perspectiva dos pós-estruturalistas para pensar o (pós) desenvolvimento estava relacionada com os estudos pós-coloniais, que buscavam denunciar a dominação e a opressão dos povos dos países colonizados, perspectiva fortemente influenciada pelo grupo de estudos subalternos, criado na década de 1970 pelo indiano Ranajit Guha. Os estudos pós-coloniais estão relacionados a dois recortes, um temporal e outro teórico. O recorte temporal se refere aos processos de emancipação, a partir da metade do século XX, de alguns países, sobretudo africanos e asiáticos, chamados de terceiro mundo, do neocolonialismo imposto no pós-guerra. Já o recorte teórico se refere às contribuições dos estudos literários e culturais a partir dos anos 1980, sendo que o foco dos estudos pós-coloniais era no discurso do colonizador com o objetivo de compreender como o esse discurso construída o colonizado e como o próprio colonizado se construída a partir desse discurso (ROSEVICS, 2017; BALESTRIN, 2013).

Ou seja, os estudos pós-coloniais estavam comprometidos com a superação das relações de colonização, pautando uma crítica às noções hegemônicas de modernidade, e revisando os discursos modernos. Portanto, o que os estudos pós-coloniais pretendiam era desconstruir as narrativas hegemônicas da história que naturalizavam as relações de exploração e dominação presentes nos processos de colonização e sustentadas nas hierarquias estabelecidas a partir de diferenças raciais. A perspectiva conceitual pós-colonial buscava

analisar como os discursos e narrativas hegemônicas construía determinados grupos como subalternos (como os chamados países de terceiro mundo) em relação a outros (como os chamados países de primeiro mundo) (BALESTRIN, 2013).

A partir do debate pós-colonial, na década de 1990, um grupo de latino-americanos que vivia nos Estados Unidos fundou o Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, motivados também pelo fim dos regimes autoritários na América Latina, pelos processos democráticos que se desdobravam e pelas novas dinâmicas econômicas, sociais e comunicacionais, que sugeriam a necessidade de buscar novas formas de pensar e de atuar. Além disso, como uma crítica aos estudos pós-coloniais que se davam no interior do universo acadêmico, o que o grupo propunha era, para além de falar sobre os povos subalternos elaborando um novo discurso colonial, dar voz aos discursos e saberes que sempre existiram, mas que eram ocultados pelos discursos e epistemologias da colonialidade moderna (BALESTRIN, 2013).

Uma das vozes mais ativas do grupo, Walter D. Mignolo, já criticava e denunciava o que ele chamava de imperialismo dos estudos pós-coloniais e dos estudos culturais que, segundo ele, não haviam rompido adequadamente com os autores eurocêntricos, mantendo o cânone ocidentalista fundamentado em autores como Gramsci e Foucault. Mais tarde, em 1998, devido a divergências teóricas internas, o próprio Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos se dividiu e parte de sua dissidência deu origem ao grupo modernidade e colonialidade com o objetivo de transcender epistemologicamente, para além do que havia sido discutido até então (BALESTRIN, 2013 GROSFOGUEL, 2008).

O grupo Modernidade/Colonialidade, estruturado no começo dos anos 2000 a partir da influência do pensamento crítico de teóricos latino-americanos do século XX, reuniu, entre outros autores, Arturo Escobar, Aníbal Quijano, e Walter D. Mignolo, com foco em refletir a realidade cultural e política Latino-Americana, além do conhecimento subalternizado, dos grupos explorados e oprimidos. A partir do conceito de colonialidade do poder, os estudos decoloniais identificam e interpretam os processos de modernidade/colonialidade/decolonialidade oferecendo uma nova perspectiva para se pensar em termos teóricos, metodológicos e epistêmicos o lugar da América Latina no sistema-mundo e que propõe um pensamento alternativo que rompa com a lógica colonial da modernidade (BALESTRIN, 2013).

A partir das discussões do grupo Modernidade/Colonialidade foram desenvolvimentos os conceitos de colonialidade do ser (elaborado pelo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres), colonialidade do saber (do colombiano Santiago Castro Gomes) e colonialidade do

poder (de Aníbal Quijano). A colonialidade do poder está assentada em relações de exploração/dominação/conflito baseadas na raça/etnia, na configuração geográfica e cultural e também em aspectos como gênero e sexualidade (CURIEL, 2014).

A expressão ‘colonialidade do poder’ designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (GROSFOGUEL, 2013, p. 459).

A colonialidade do poder estabelece hierarquias de classe, criando diferentes arranjos produtivos e uma divisão internacional do trabalho entre centro e periferia, uma hierarquia étnico-racial, espiritual, linguística, cultural e epistêmica que define a cultura, o saber, as religiões e o próprio modo de vida eurocêntrico como superior aos demais, além de uma hierarquia de gênero/sexual, que estabelece a dominação do homem branco, heterossexual, europeu sobre as mulheres e sobre outros homens. Assim, existe uma matriz de poder colonial que estabelece múltiplas hierarquias organizadas a partir da colonialidade do poder, onde a população é racializada e classificada tendo como parâmetro o homem branco europeu. Dessa forma se estabelecem as relações de dominação com os povos considerados subalternos (GROSFOGUEL, 2013).

Mesmo com o fim formal das administrações coloniais, a colonialidade do poder ainda articula e sustenta as hierarquias entre as regiões, classificadas como centrais e periféricas. Dessa forma, a colonialidade do poder mantém o sistema de exploração e dominação européia e euro/americana em relação aos povos não europeus. Como suporte a este sistema, existe um aparato militar, um aparato institucional como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, além de um aparato ideológico, baseado no discurso do desenvolvimento, progresso, independência, modernização e na ideia do desenvolvimento como um lugar a chegar e que, para tanto, é necessário cumprir as etapas que os países centrais já cumpriram como adotar determinadas políticas econômicas (como o modelo liberal/neoliberal), formas de organização social e política. É essa a noção que está na base dos discursos que justificam intervenções econômicas, políticas e, até mesmo, militares dos países considerados centrais sobre os periféricos, mantendo a hierarquia que determina o lugar de cada um no sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2013).

Segundo Quijano (2013), o debate sobre o desenvolvimento, sobretudo na América Latina, esteve vinculado à nova geopolítica do sistema capitalista/colonial, que se desenhou no pós-guerra, estabelecendo esta colonialidade do poder. A hegemonia eurocêntrica concentrou a discussão sobre o desenvolvimento em torno de temas como modernização,

subdesenvolvimento, imperialismo, dependência, em um processo que se configurava a partir de um padrão de poder já estabelecido. O controle do poder tem suas bases assentadas em alguns aspectos fundamentais como a concentração dos recursos de produção e a divisão internacional do trabalho; a polarização social; a exploração da natureza; a manipulação dos recursos midiáticos, tecnológicos e comunicacionais; o fundamentalismo religioso e o conservadorismo político; o incentivo a uma conduta egoísta que, em nome da liberdade individual, autoriza a perseguição e a exploração de uns grupos sobre outros; e o uso da indústria cultural a fim de legitimar o discurso político e ideológico que sustenta este modelo. Assim, os grupos dominantes impõem sua hegemonia sobre os demais, de forma predatória, colocando em risco a reprodução das condições de vida no planeta.

Por isso, é necessário repensar a complexidade do sistema-mundo e de seus processos econômicos e políticos a partir da noção de colonialidade do poder, superando a noção dependentista de controle/administração do Estado, uma vez que nenhum tipo de controle interno pode alterar o lugar dos países nessa hierarquia do sistema-mundo, que é global (GROSFOGUEL, 2013). Neste sentido, Quijano (2005) propõe pensar no rompimento dessa lógica a partir do que ele chama de redistribuição do poder a partir de baixo, transformando a organização da dominação e exploração do sistema-mundo patriarcal/capitalista colonial/moderno com uma revolução contra o conjunto desse poder, de forma que dê às pessoas as condições de controle sobre a própria existência, avançando na conquista de direitos políticos e civis tendo a descolonização da sociedade como ponto de partida, nos libertando “do espelho eurocêntrico onde nossa imagem é sempre, necessariamente, distorcida” (QUIJANO, 2005, p. 139).

Como proposta para avançar no que chama de Des/colonialidade do poder, Quijano (2013) propõe um modelo de organização baseado na igualdade, reciprocidade entre grupos e indivíduos, redistribuição dos recursos tangíveis e intangíveis e associação comunal da população com redistribuição de direitos, obrigações, recursos e corresponsabilidade. Partindo da experiência das populações indígenas da América Latina, o que o autor propõe como um caminho para pensar na subversão deste padrão de poder é a noção de “Bem-viver” como uma forma de existência alternativa com “igualdade social, liberdade de pensamento, e de expressão de todos esses indivíduos, a redistribuição igualitária de recursos, assim como o controle igualitário de todos eles, sobre todos os âmbitos centrais da existência social”

(QUIJANO, 2013, p. 56), sem dominação, exploração e violência, partindo da noção dos zapatistas¹ de que um outro mundo é possível.

A partir das perspectivas apresentadas para o que se entende por desenvolvimento, fica evidente que este é um conceito ainda em disputa. No entanto, as abordagens predominantes perpassam pelas relações entre Estado e mercado, a geopolítica estabelecida a partir da Segunda Guerra Mundial, a divisão internacional do trabalho e as hierarquias que identificam países como centrais ou periféricos a partir de concepções economicistas e eurocêntricas. Ainda que tenham sido incluídas no debate sobre desenvolvimento as questões sociais e ambientais, fica evidente que a hegemonia da discussão se dá em torno da manutenção do modo de produção capitalista, com algum ganho social e preservação ambiental. No entanto, a partir das abordagens que emergiram na América Latina nas últimas duas décadas, é possível pensar o desenvolvimento a partir de outro viés como, não apenas pelas respostas que essas abordagens trazem, mas a partir das perguntas que elas fazem: desenvolver o quê? Para quem? Como?

Ou seja, é preciso romper com o caráter totalizador do termo desenvolvimento relacionado ao modo de vida ocidental capitalista dos países industrializados. Além disso, há que se considerar a legitimidade de diferentes modos de vida, de diferentes maneiras de produzir, de diferentes formas de reprodução da vida social, ou seja, de diferentes existências, reconhecendo os, até então, considerados subalternos, não apenas como objetos, mas como sujeitos ativos do próprio desenvolvimento.

A partir do que tratei nesta seção e da compreensão de que o desenvolvimento ainda é um conceito em disputa, embora tenha assumido diferentes abordagens em diferentes períodos, na próxima seção trato, especificamente, de como as mulheres foram parte deste debate e da necessidade de pensar o desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero, considerando que suas propostas, intervenções e resultados têm repercussões diferentes nas vidas de homens e de mulheres.

2.3 Gênero e desenvolvimento

Assim como há diferentes correntes teóricas e conceitos diversos acerca do desenvolvimento, da mesma forma, diferentes perspectivas também orientaram as políticas de desenvolvimento de Estados e de organizações governamentais, desde as mais orientadas para

¹ O Movimento zapatista inspirou-se na luta de Emiliano Zapata contra o regime autocrático de Porfirio Díaz que encadeou a Revolução Mexicana em 1910. O movimento defende uma gestão autônoma e democrática do território, a participação direta da população, a partilha da terra e da colheita.

o crescimento econômico, até as com enfoque no desenvolvimento humano. Isso também repercutiu na forma como as questões de gênero foram incluídas neste debate.

Na década de 1950, após a Segunda Guerra Mundial, as políticas de desenvolvimento tinham como meta possibilitar que países pobres experimentassem o crescimento econômico dos industrializados e o principal indicador para medir o desenvolvimento de um país era o Produto Interno Bruto (PIB). As estratégias principais eram o crescimento da economia de mercado, a industrialização e a mecanização da agricultura. O combate à pobreza ou à desigualdade não fazia parte do debate porque se acreditava que os benefícios do crescimento econômico seriam, automaticamente, distribuídos de cima para baixo (MENDOZA, s.d.).

A partir da percepção dos limites das políticas de crescimento econômico para redistribuir seus benefícios e das crises políticas e econômicas dos anos 1960, na década de 1970 o foco passa a ser no modelo de crescimento com redistribuição com a incorporação do tema da pobreza e com o entendimento de que crescimento econômico e desenvolvimento são processos distintos. Assim, tendo como modelo as políticas de bem-estar social dos países desenvolvidos, busca-se uma maior atuação do Estado no sentido de garantir a distribuição da riqueza por meio de políticas redistributivas. No mesmo período, a retomada dos movimentos feministas e o crescimento dos estudos sobre mulheres passam a exigir um novo olhar sobre esses projetos (MENDOZA, s.d.; SARDENBERG, 2018).

Em uma tentativa de dar as respostas que o crescimento com redistribuição não deu, ainda na década de 1970, adota-se uma concepção de desenvolvimento vinculada à satisfação das necessidades básicas, como a pobreza e o desemprego. Assim, são definidas necessidades básicas a serem supridas como saúde, alimento, moradia, renda e educação, sendo o desenvolvimento um objetivo secundário, que seria atingido como resultado da melhoria nas condições de vida das famílias (MENDOZA, s.d.).

Neste contexto, as mulheres, por serem as principais encarregadas dos cuidados com a família, eram consideradas parte dos grupos vulneráveis para os quais se pensava em políticas de bem-estar. As estratégias neste sentido consideravam as mulheres como receptoras passivas das políticas de desenvolvimento e, por terem a maternidade como sua principal função, se considerava que esta era sua principal contribuição para o desenvolvimento. Naquele período, em uma perspectiva baseada no crescimento econômico sustentável, tendo em vista a modernização do capitalismo, e na inclusão dos grupos vulneráveis, as políticas de desenvolvimento voltadas às mulheres tinham como foco a sobrevivência da família, mediante a provisão de alimentos, programas de educação nutricional, programas de

planejamento familiar e serviços que facilitassem a execução das tarefas domésticas (ZABALA, 2010; LEÓN, 1996).

O termo *Mujer en el desarrollo* (MED) ou *Woman In Development* (WID) começa a ser usado ainda na década de 1970, depois da publicação de Ester Boserup sobre a divisão sexual do trabalho em práticas agrícolas tradicionais, o primeiro a utilizar o recorte de gênero como uma variável de análise, sendo importante para chamar a atenção sobre o diferente impacto para homens e mulheres das estratégias de desenvolvimento e modernização. O Comitê de Mulheres em Washington cunhou o termo “*Woman in Development*” (WID), ou seja, Mulheres no Desenvolvimento. O termo surge a partir da teoria da modernização com a perspectiva de que as mulheres eram um recurso inexplorado. O termo WID foi adotado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que produziu uma metodologia para identificar de que forma as mulheres foram deixadas de lado no processo de desenvolvimento. Ao planejar a integração das mulheres ao processo de desenvolvimento, essa perspectiva resultou, entre outras ações, na criação de políticas de qualificação de mulheres pobres, com foco na inserção no mercado de trabalho. O tema chamou a atenção tanto do Comitê de mulheres de Wahashington quanto das feministas liberais norte-americanas para que a mulher fosse melhor integrada ao sistema econômico e aos projetos de desenvolvimento (RATHGEBER, 1989, STADUTO, KRETER, 2017).

Esta concepção estava relacionada com a perspectiva da teoria da modernização, focada em uma visão linear de progresso que defendia a industrialização como condição para o desenvolvimento e a melhor qualidade de vida. A ideia estava ancorada em princípios do feminismo liberal partindo do pressuposto que capacitação, educação, acesso ao crédito e ao mercado de trabalho, além de mudanças na legislação, seriam suficientes para promover mudanças e a inclusão das mulheres. Ainda na década de 1970 esta perspectiva passou a ser questionada porque resultou em pouca mudança nas condições de vida das mulheres e porque não questionava as estruturas sociais, mas buscava a integração da mulher nos sistemas já consolidados. Sem questionar a natureza da subordinação da mulher, esta abordagem focava na igualdade de participação das mulheres na educação, mercado de trabalho e na sociedade de forma geral, porém, sem levar em consideração os aspectos reprodutivos da vida das mulheres, nem a condição de raça, classe e cultura (SARDENBERG, 2018; RATHGEBER, 1989).

O foco desta abordagem estava em proporcionar inclusão produtiva, por meio de oficinas e de organizações como cooperativas, levando em consideração que isso seria suficiente tanto para proporcionar a inclusão produtiva, quanto para transformar as mulheres

em sujeitos ativos nos processos de desenvolvimento e que isso, por si só, resultaria na transformação das relações de gênero (RATHGEBER, 1989). Levando em consideração que as mulheres eram um recurso subutilizado, este modelo, além de não avançar na discussão sobre classe social não considerava o impacto do desenvolvimento para as mulheres e as integrava pela exploração do trabalho produtivo. (ZABALA, 2010; CEPAL, 2017)

Note-se que, neste período, havia o entendimento de que a marginalização das mulheres era um obstáculo ao desenvolvimento. O foco das políticas era centrado nas mulheres e na transformação da situação delas. No entanto, não levava em consideração os homens, o lugar deles na sociedade, nas relações de gênero e o papel deles na família. Os argumentos a favor da integração das mulheres aos projetos de desenvolvimento ganharam espaço na Organização das Nações Unidas (ONU), o que resultou na realização da I Conferência Mundial das Mulheres, no México, em 1975, quando foi lançada a Década da Mulher e Desenvolvimento com o objetivo de integrá-las a este processo. Em 1980 foi realizada a II Conferência Mundial das Mulheres, na Dinamarca, quando foi aprovada a realização da III conferência a realizar-se no Quênia, em 1985 (SARDENBERG, 2018).

Na América Latina, este período foi marcado pela realização da Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina em Havana, em 1977. Desde então, foram realizadas 13 conferências regionais sobre a mulher ao longo de 40 anos, com propostas sobre violência contra as mulheres, feminicídio, direitos sexuais e reprodutivos, identidades, migração, trabalho não remunerado, cuidado, divisão sexual do trabalho, novas tecnologias, desenvolvimento econômico, cidadania e democracia, a partir de uma agenda local que levasse em conta a condição dos países latino-americanos (CEPAL, 2017). Entre as principais contribuições da perspectiva de *Mujeres en el Desarrollo* (MED), Sardenberg (2018) destaca o incentivo à realização de estudos, pesquisas, levantamento de dados e estatísticas que contribuíram para a formulação de políticas públicas, além de dar subsídios para os movimentos feministas. No entanto a autora destaca que esta abordagem não levou em conta as estruturas de poder que mantinham a desigualdade entre homens e mulheres, nem os atravessamentos de raça e classe, que produziam desigualdades entre as próprias mulheres.

Ainda na segunda metade da década de 1970, a partir abordagem feminista neo-marxista, tendo sua base na teoria da dependência, em uma perspectiva que levava em conta a relação entre as mulheres e os processos de desenvolvimento e não apenas a integração delas a esses processos, surge o termo “*Woman And Development*” (WAD) ou *Mujer y Desarrollo* (MyD). Essa abordagem considera que as mulheres sempre foram integradas aos processos de

desenvolvimento por meio do trabalho, produtivo ou reprodutivo, mas que a forma como se deu essa integração sustentava as estruturas de desigualdade. Além disso, embora não tenham adotado um olhar sobre as relações de gênero, esta abordagem levava em consideração que os homens dos países em desenvolvimento (ou do Terceiro Mundo, como eram chamados estes países), também eram afetados de forma desigual pelos processos de desenvolvimento (RATHGEBER, 1989).

Avançando para além da integração da mulher às estratégias de desenvolvimento, esta concepção considera a importância do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres na manutenção da sociedade e a relação de desigualdade dos homens dos países em desenvolvimento em relação aos países industrializados. No entanto, apesar de avançar no debate de classe, na prática, os projetos de MyD não interseccionavam as problemáticas de classe e raça, tratando as mulheres como um grupo homogêneo e com estratégias de geração de trabalho e renda. Além disso, a condição da mulher era vista em relação à estrutura da desigualdade de classes em nível internacional, porém sem considerar as relações de gênero (RATHGEBER, 1989).

Já nos anos 1980, no contexto de expansão das políticas neoliberais, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial propõem um conjunto de políticas em que o Estado e o mercado atuam de forma complementar com o objetivo de incentivar o livre mercado, buscar a estabilidade macroeconômica e promover o crescimento econômico, propondo, inclusive, uma discussão acerca do papel do Estado que deveria atuar como um agente direto na promoção do crescimento econômico. Ou seja, as políticas e projetos de desenvolvimento pensados até este período têm forte influência econômica, estando orientados para o crescimento, industrialização, produtividade e tecnologia. Outro ponto em comum desses modelos de políticas é a incapacidade de dar respostas aos problemas sociais como a desigualdade, o desemprego e a pobreza, com todas as suas facetas como a falta de saúde, de saneamento, de educação de qualidade e de qualidade de vida, de forma geral (MENDOZA, s.d.).

Neste sentido, dois novos enfoques vão além da abordagem economicista e sugerem pensar o desenvolvimento a partir de outra concepção, que priorize o bem-estar e qualidade de vida, colocando os sujeitos e suas necessidades no centro do desenvolvimento. Um desses enfoques é baseado na teoria das capacidades de Amartya Sen (2000). Para esta perspectiva, o desenvolvimento está relacionado com a capacidade das pessoas de acessarem bens e serviços necessários ao seu bem-estar e sua qualidade de vida, com a ampliação de direitos e a plena satisfação das suas necessidades (MENDOZA, s.d.).

O segundo é o enfoque do desenvolvimento da escala humana, uma abordagem transdisciplinar com foco nas necessidades humanas e no protagonismo das pessoas enquanto sujeitos do desenvolvimento. Para esta perspectiva o desenvolvimento está relacionado com a qualidade de vida das pessoas e com a satisfação adequada das principais necessidades humanas. Esta abordagem não nega o crescimento econômico, mas desfaz a ideia de que primeiro é preciso crescer, defendendo que as pessoas podem ter suas necessidades satisfeitas e, conseqüentemente, bem-estar e qualidade de vida durante todo o processo e não apenas depois que o crescimento econômico ou que o desenvolvimento seja alcançado (MENDOZA, s.d.).

Na década de 1970 o movimento feminista passa a discutir o gênero como o principal fator de construção das diferenças entre os sexos e passa a trazer este debate para as políticas de desenvolvimento. No entanto as primeiras discussões ainda se mantinham alinhadas aos princípios do feminismo liberal, tendo como o foco o aumento na produtividade e questões macroeconômicas. Ainda no fim da década de 1970 um grupo de feministas socialistas da Inglaterra passou a discutir a subordinação das mulheres nos projetos de desenvolvimento tendo por base a ideia de que era preciso centrar as discussões nas relações entre homens e mulheres, que são relações de poder socialmente construídas e não parte de um destino biológico e que essas relações podem ser tanto de cooperação quanto de conflito, variando de acordo com o contexto (SARDENBERG, 2018).

Entre os anos de 1980 e 1990, com os avanços nos estudos feministas, nos conceitos de gênero e empoderamento, um novo enfoque passou a guiar os estudos e as políticas na área, conhecido como “*Gênero en el desarrollo*” (GED) ou *Gender And Development* (GAD), a partir do entendimento de que as perspectivas MED e MyD tinham limitações não apenas conceituais, mas também políticas. A partir dessa nova visão o foco é não apenas com o objetivo de transformar a condição da mulher, mas de corrigir as assimetrias nas relações de gênero, o aprimoramento da sociedade e de todas as pessoas tendo como objetivo a plena cidadania e a democracia. A ideia era avançar na construção de um novo paradigma que não buscasse a integração das mulheres ao processo de desenvolvimento, mas construir processos que levassem em conta as assimetrias entre os gêneros, abandonando a ideia de que as mulheres se beneficiavam, automaticamente, das políticas de desenvolvimento. Essa perspectiva enfatiza a necessidade de transformar as relações sociais entre homens e mulheres, sobretudo nos processos históricos, ideológicos, religiosos, econômicos e culturais que repercutem na subordinação da mulher nas relações de gênero. (LEÓN, 1996; STADUTO, KRETER, 2017)

É neste contexto que o paradigma *Género En El Desarrollo* (GED) ou ainda *Género y Desarrollo* (GyD) surge nos anos 1980 a partir das teorias do feminismo socialista, considerando as relações de produção e de reprodução como a base da opressão das mulheres e levando em consideração as relações de gênero e os papéis sociais de homens e mulheres. Este olhar sobre a totalidade dessas relações, da organização social e da vida econômica e política é um dos principais avanços dessa abordagem, rechaçando a divisão entre o público e o privado e dando atenção à opressão da mulher na família. Além de questionar as estruturas sociais, esta abordagem vê a mulher como um agente de mudança e não mais como um receptor passivo dos projetos de desenvolvimento buscando estratégias e ações afirmativas para assegurar a inclusão das mulheres aos projetos desenvolvimentistas (RATHGEBER, 1989).

Desta forma põe ênfase no papel do Estado em promover a emancipação das mulheres por meio de serviços sociais e garantia de direitos. A abordagem também avança no que se refere à condição de raça e classe. No entanto, é importante salientar que para além de ser integrado nas estratégias e projetos de desenvolvimento, o que este paradigma propõe é, antes, um compromisso com a mudança nas estruturas sociais (RATHGEBER, 1989).

Essa perspectiva tinha como ênfase não apenas integrar as mulheres a um projeto já existente, mas promover a igualdade de oportunidades e proporcionar que todos os sujeitos pudessem desenvolver suas potencialidades, promovendo a equidade e eliminando toda forma de discriminação e promovendo uma reforma nas estruturas sociais. Já em 1995, antes da IV Conferência Mundial das Mulheres, outro grupo de pesquisadoras feministas, também da Inglaterra, passa a discutir o desenvolvimento a partir da perspectiva de gênero e para a necessidade de pensar o empoderamento (SARDENBERG, 2018).

Assim, a partir desta abordagem os projetos de desenvolvimento foram vistos por diferentes enfoques. O primeiro foi o do empoderamento que propunha dar maior poder às mulheres por meio da autonomia e da autoconfiança, redistribuindo o poder não apenas entre as sociedades, mas também no seu interior. O outro enfoque adotado nas estratégias de Gênero e Desenvolvimento foi o das necessidades práticas de gênero (que derivam dos papéis sociais ocupados pelas mulheres, sobretudo o trabalho reprodutivo) e dos interesses estratégicos com foco em mudar a posição das mulheres na sociedade. O enfoque da autonomia estava centrado na busca por equidade e no reconhecimento das múltiplas identidades das mulheres a partir da sua condição de raça, classe, etnia e idade. Já o enfoque das regras e procedimentos atentava para como as normas definiam a estrutura social e a desigualdade entre homens e mulheres, propondo discutir os fatores que promoviam a

assimetria nessas relações. Por fim, o enfoque da igualdade tinha como objetivo central dos projetos de desenvolvimento a promoção da igualdade de oportunidades, de tratamento e de resultados, propondo que homens e mulheres tivessem as mesmas oportunidades, o mesmo tratamento e ocupassem os mesmos espaços (MENDOZA, s.d.).

Já na década de 1990, o modelo de desenvolvimento humano promovido pelas Nações Unidas tinha como balizadoras a viabilidade econômica, a justiça social e a sustentabilidade ambiental. Este modelo foi desenvolvido levando em consideração o enfoque das capacidades e também o enfoque das necessidades humanas buscando compatibilizar crescimento econômico, desenvolvimento humano e a proteção do planeta. Assim, esta perspectiva de planejamento para o desenvolvimento tem as pessoas em primeiro plano com o objetivo de ampliar o direito à educação, saúde, segurança, emprego e renda, ampliando direitos e oportunidades, com liberdade econômica e política (MENDOZA, s.d.).

Ou seja, tanto nas discussões feitas nos países da América Latina, quanto em outros, há uma mudança na abordagem teórica e política, que incorpora a discussão de gênero como ferramenta para a inclusão das mulheres, sua maior participação nos processos de desenvolvimento, sua integração e a redefinição das estruturas de subordinação das mulheres. É neste contexto que se compreende a necessidade de promover mudanças individuais e coletivas com a finalidade de reorganizar as estruturas sociais responsáveis pela subordinação das mulheres, sobretudo nas relações familiares, enfatizando que a subordinação se manifesta de formas diferentes de acordo com classe, etnia e com a posição do país na ordem econômica internacional. Neste sentido, as estruturas a serem reorganizadas estão em diferentes escalas. Portanto, as mudanças devem ocorrer nos países, nas sociedades e dentro de cada família, transformando as relações de gênero, classe e etnia (LEÓN, 1996).

De qualquer forma, fica evidente que o termo desenvolvimento serve como balizador para diferentes projetos de investimentos a partir de diferentes perspectivas, com o envolvimento de diferentes atores e com papel atuante do Estado. Por isso, é preciso olhar de forma crítica para esses projetos e seus impactos sobre as mulheres porque ainda que haja uma preocupação em transversalizar a questão de gênero, isso não garante a igualdade de gênero será realmente priorizada e também não garante que essas políticas serão efetivas no que se refere às demandas das mulheres. Ainda que haja um diálogo, tanto das agências governamentais quanto dos Estados com o feminismo, a inclusão do gênero nas políticas de desenvolvimento ainda é limitada pela abordagem econômica-financeira dos projetos desenvolvimentistas e pela própria noção do que se considera efetivamente uma política com

recorte de gênero e seus impactos para além de números, mas no sentido de desafiar as estruturas androcêntricas, machistas e racistas (SCOTT, QUADROS, 2018).

Portanto, ainda que importantes políticas tenham sido implementadas nos últimos anos com o objetivo de transversalizar o gênero nos projetos de desenvolvimento, é preciso atentar para de que forma essas políticas são construídas e quais são seus objetivos uma vez que elas podem tanto enfraquecer quanto reforçar as estruturas de poder vigentes.

Assim, quando falo em um padrão de desenvolvimento baseado no bem-estar coletivo e na igualdade, falo também em empoderamento e equidade. Portanto, a abordagem de gênero no desenvolvimento regional implica olhar as necessidades das mulheres não de forma isolada, mas como parte de um sistema relacional que perpassa pelo lugar, pelas instituições, pelas práticas sociais, culturais e econômicas com o objetivo de superar desigualdades que são estruturais.

Neste sentido, é importante notar que a utilização do termo mulheres como categoria de análise pressupõe as mulheres como um grupo homogêneo com base em uma universalização a partir de uma opressão compartilhada que não leva em consideração as variáveis de classe, raça, sexualidade ou idade. É uma abordagem que não considera a arena das relações sociais e como as mulheres produzem e são também produto dessas relações, além de reforçar a binaridade entre homens e mulheres, além da dicotomia do poder entre quem o tem (os homens) e quem não tem (as mulheres) (MOHANTY, 2020).

Por outro lado, adotar a abordagem de gênero no desenvolvimento regional vai ao encontro da perspectiva de que a sociedade deve ser tratada não apenas como objeto de estudo no desenvolvimento, mas de transformação, com o objetivo de reduzir as desigualdades e fazer com que os processos de desenvolvimento contemplem as necessidades de toda a sociedade. Além disso, considera que o lugar de homens e de mulheres se dá a partir de um sistema complexo que envolve a estrutura social e as relações que se estabelecem entre os gêneros.

A partir desta abordagem, a utilização do gênero como categoria de análise no desenvolvimento regional implica compreender que os eixos que articulam as relações entre sociedade e desenvolvimento como o trabalho, a equidade, o acesso a bens e serviços e todos os aspectos sociais, econômicos e culturais que envolvem a reprodução da sociedade devem levar em consideração as características que cada lugar assume em função das relações de gênero que ali se estabelecem.

3 RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO FEMININO

Para compreender como as relações de gênero são construídas, seu entrelaçamento com os territórios e seu lugar no desenvolvimento é preciso primeiro tecer algumas considerações sobre o(s) conceito(s) de gênero. Meu objetivo com essa tese não é propor uma revisão ou uma discussão sobre os conceitos de gênero, mas indicar sobre quais destes conceitos essa pesquisa se apoia ao abordar o trabalho feminino e o desenvolvimento regional tendo o gênero como principal categoria de análise.

O termo gênero foi cunhado na Psicologia como forma de compreender como eram construídas as identidades de homem e de mulher dos sujeitos e descobriram que esta identidade dependia mais da forma como os sujeitos foram socializados do que com o seu sexo biológico. A partir daí se compreende a diferença entre sexo, que é relacionado aos aspectos biológicos e fisiológicos, e gênero, que é relacionado à identidade. Ou seja, o gênero se constrói a partir do aprendizado, da socialização e de aspectos culturais. Posteriormente, o termo gênero foi utilizado e reelaborado por outros campos das ciências sociais, como a antropologia. Seja a partir da sua construção simbólica que observa os símbolos relacionados ao masculino e ao feminino, ou da sua construção social que questiona como homens e mulheres estão socialmente posicionados, utilizar o gênero como forma de interpelar a realidade é uma maneira de explicar, interpretar e transformar desigualdades ainda veladas. Mais do que um estudo sobre mulheres, as análises de gênero propõem estudar as relações entre homens e mulheres, como seus papéis são construídos e como suas diferenças produzem desigualdades (MONTECINO, REBOLLEDO, 1996).

Uma das primeiras noções do gênero enquanto construção social foi escrita pela autora existencialista francesa Simone de Beauvoir, em meados do século XX, desafiando o determinismo biológico.

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

De acordo com a autora, desde a infância já se observam diferenças na socialização de meninos e meninas. Essas diferenças se manifestam, inclusive, na escolha da roupa e no tratamento dado pelos pais. Geralmente, são mais atenciosos e carinhosos com as meninas, que são ensinadas a serem vaidosas e delicadas, e menos com os meninos, que são estimulados a desenvolverem uma adultização e virilidade precoce. Desta forma, os processos de sociabilidade estabelecem padrões, papéis e responsabilidades para homens e mulheres,

definindo o que é permitido e valorizado em cada um e é este sistema que determina as relações e posições desiguais entre homens e mulheres (BEAUVOIR, 1967).

No movimento feminista o conceito de gênero surge no fim da década de 1960 por meio das feministas anglo-saxãs, quando, para além de questões sociais e políticas, elas passam a centrar suas atuações também na construção teórica. A utilização do conceito tinha como objetivo combater os discursos que atribuíam às diferenças biológicas as distinções sociais e a hierarquia entre homens e mulheres. O conceito também surge como uma ferramenta teórica que possibilita legitimar os estudos sobre as mulheres tanto a partir do seu caráter de identidade construída/adquirida, quanto a partir da análise das relações sociais expressas nas instituições como a igreja, a justiça, a escola, etc. (LOURO, 1995).

O uso da categoria gênero se inscreve em uma perspectiva que é essencialmente relacional a respeito das noções normativas de masculino e feminino. Assim, o gênero se refere a um sistema de relações que inclui o sexo, mas não apenas ele. O gênero constitui as relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, mas também é uma forma de significar as relações de poder e que permite compreender as diferentes formas de interação social (SCOTT, 2008).

Assim, parte-se do conceito elaborado por Scott (2008), que designa gênero como as relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ou seja, uma construção social e histórica dos sexos. No entanto, é importante atentar que os conceitos de gênero feminino e masculino são estabelecidos a partir de práticas e de performances baseadas em um papel social. O gênero é construído socialmente, por meio de uma aprendizagem cultural. Por isso, as definições de homens e mulheres variam de acordo com o contexto sociocultural. O uso da categoria gênero se inscreve em uma perspectiva que é essencialmente relacional a respeito das noções normativas de masculino e feminino e se refere à organização social das relações entre homens e mulheres (SCOTT, 2008).

A partir desta perspectiva, é importante compreender que as identidades masculina e feminina são construídas baseadas em subjetividades em um processo que é constante e que não estabelece relação direta com o sexo ou com os papéis sexuais. As identidades de gênero se estabelecem a partir de um sistema de relações que pode (ou não) incluir o sexo biológico, mas que não é determinado necessariamente pelo sexo, nem é determinante fundamental da sexualidade. É por isso que para esta perspectiva relacional, social e histórica de gênero as mulheres não ocupam, necessariamente, corpos biologicamente femininos, assim como os homens não ocupam, necessariamente, corpos biologicamente masculinos (SCOTT, 2008).

Assim, o gênero não é rígido, nem se limita ao binarismo masculino/feminino. Por isso, o gênero é uma construção muito mais complexa, não reflete o sexo e nem se limita a ele. A construção de um homem não é resultado, necessariamente de um corpo masculino, assim como a mulher não interpreta necessariamente um corpo feminino, evidenciando a diferença entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2007). A identidade de gênero está em permanente construção e é resultado de um conjunto de ações que a autora chama de performatividade, produzida dentro de um quadro regulatório a partir das relações de poder que se estabelecem, ou seja, a partir daquilo que se determina como socialmente aceito ou esperado de homens e de mulheres.

Conforme lembra Saffioti (1987), as identidades sociais são atribuídas de acordo com o que cada sociedade espera de homens e de mulheres, a partir de uma perspectiva heteronormativa. Assim, a socialização dos filhos, por exemplo, é papel da mulher e, ainda que ela desempenhe atividade remunerada extraluar, o cuidado com a família costuma ser delegado para outra mulher, remunerada ou não porque entende-se que o cuidado é responsabilidade das mulheres que são socializadas para isso.

A autora aponta que a sociedade tem o poder de elaborar socialmente funções naturais, promovendo uma domesticação da natureza por meio da intervenção humana. Por outro lado, os processos sociais também acabam sendo naturalizados como, por exemplo, quando se afirma que o espaço doméstico é naturalmente feminino e que o espaço público é naturalmente masculino ou que as mulheres têm alguma aptidão natural para o trabalho doméstico e de cuidado e que os homens são, naturalmente, os provedores da família. Assim, por meio da elaboração de uma natureza feminina e de uma natureza masculina, a sociedade limita os papéis de homens e mulheres (SAFFIOTI, 1987).

Os estudos de gênero são, relativamente, recentes nas pesquisas sociais, sobretudo no campo do desenvolvimento. De forma geral, é na década de 1990 que essas questões passam a ocupar lugar em trabalhos teóricos e pesquisas, principalmente nas áreas da Sociologia, Antropologia e História (SILVA, 2000). A perspectiva de gênero passou a fazer parte da geografia a partir dos movimentos sociais que, nos anos 1970, entrelaçaram o feminismo com a geografia anglo-saxônica para que a geografia não excluísse dos seus estudos a metade da população, representada pelas mulheres. O objetivo da geografia a partir da perspectiva de gênero era a análise das relações existentes entre espaço e gênero. Entre os principais temas estudados, estavam as mudanças demográficas, no mundo do trabalho, o trabalho doméstico/de cuidado, as mudanças educativas, além das mudanças econômicas e políticas a partir da maior participação das mulheres nos espaços de decisão (MOSQUETE, 2005).

Ainda que a temática de gênero tenha sido incluída nos estudos geográficos a partir da década de 1970, na área do Planejamento Urbano e da Geografia, a produção de pesquisas sobre os temas relacionados às mulheres e a utilização do gênero como categoria de análise ainda são escassas, porém necessárias para a compreensão não só das configurações espaciais, mas também – e principalmente – para a compreensão dos territórios enquanto construção social (SILVA, 2000).

Analisar gênero enquanto uma construção histórica e social implica, também, em identificar as expectativas e lugares que uma cultura específica associa ao “ser mulher” e “ser homem”, ou seja, o valor simbólico atribuído. As relações de gênero são construídas tanto no aspecto simbólico quanto no aspecto concreto como, por exemplo, na divisão sexual do trabalho, nas relações familiares ou nas relações sociais. A geógrafa Linda McDowell (2000) considera os aspectos simbólicos e materiais inseparáveis uma vez que as relações sociais, as formas de pensar e as representações “estão histórica e espacialmente situadas” (p. 20), ou seja, as noções de gênero não estão ancoradas em noções universais, mas mudam no tempo e no espaço. Para a autora, “as diferentes formas de pensar e de representar o lugar e o gênero se relacionam entre si e criam umas às outras” (McDOWELL, 2000, p. 20). As noções de feminilidade ou do que é ser mulher, mudam no espaço e no tempo porque, assim como os territórios, são noções construídas social, histórica e culturalmente. As diferenças entre homens e mulheres, os lugares e posições que cada um ocupa, bem como os papéis e funções que desempenham variam conforme o lugar, evidenciando a relação entre a geografia e a construção das noções de gênero.

A autora também lembra que, embora haja um maior reconhecimento da diversidade e da pluralidade de experiências, as noções de gênero ainda são construídas sobre a binaridade masculino/feminino. Assim, esse dualismo vai moldando as dinâmicas sociais e impondo o que se considera feminino (geralmente padrões ligados ao corpo e às emoções) e o que se considera masculino (geralmente ligado à mente e à razão). Essa divisão binária é reflexo da produção social do espaço que determina quais experiências e identidades serão aceitas ou não, organizando a regulação do espaço e as categorizações que fazem com que os diferentes gêneros experienciem os espaços de diferentes formas (McDOWELL, 2000).

Lauretis (1992) define gênero como a construção social da mulher e do homem em uma relação semiótica entre o mundo externo e o interno, entre o social e o subjetivo. Para além das diferenças entre os sexos, a autora entende o gênero como um sistema de representação que atribui não apenas significado, mas também hierarquia entre os sujeitos. As construções de gênero ocorrem por meio de diversos aparatos midiáticos, culturais e dos

discursos institucionais “com poder de controlar o campo do significado social e assim produzir, promover e implantar representações de gênero”, produzindo e consolidando culturalmente as diferenças de sexo-gênero, mediante a internalização de pressupostos normativos que passam a reger o cotidiano das vidas de homens e mulheres (LAURETIS, 1994, p. 228). São as tecnologias sociais como a internet, o rádio, a TV e as práticas institucionalizadas que constroem o gênero. Por outro lado, também é possível construir o gênero e seus efeitos fora da lógica heteronormativa a partir de resistências, subjetividades e auto-representação. Ou seja, a partir da experiência, de hábitos, de representações, a partir da interação dos sujeitos com o mundo exterior.

Já Haraway (1995) problematiza a construção do conceito de identidade de gênero a partir da distinção entre o biológico e o cultural. A autora critica o enfoque contra o determinismo biológico que constrói a noção de gênero excluindo os corpos, uma vez que o corpo é a microescala geográfica da produção do gênero. A autora lembra que as condições ou a posição que mulheres negras estadunidenses ocupam, é diferente da posição de outras mulheres negras e que cada condição de opressão requer uma análise específica e que, portanto, as categorias sexo/gênero não são antagonistas, assim como não se pode pensar em uma superioridade da cultura (gênero) sobre a biologia (sexo).

Smith (2000) reitera a ideia do corpo como lugar de luta onde estão em disputa aspectos como o acesso ao corpo e o controle individual e estatal sobre ele, o cuidado com o corpo, o trabalho feito com o corpo e outras variáveis como raça (expressa na cor da pele), classe (expressa no vestir) e sexualidade. Além desta microescala, o autor traz outras que são a casa, a comunidade, a cidade, a região, a nação e o globo. Neste sentido, a região é responsável pela mediação entre as escalas locais (a comunidade e a cidade) e as escalas nacionais e globais. Assim, é na região que se expressa de forma mais aguda a produção social e onde se espacializam os processos internacionais e nacionais que repercutem nas demais escalas (SMITH, 2000).

E aí está o potencial do espaço geográfico como linguagem para interpretar a experiência social, uma vez que são mutáveis e dinâmicos, se constroem e se reconstróem nessas experiências. Ou seja, o espaço é produto e produtor da vida (SMITH, 2002). Assim, para essa tese, considero fundamental essa interrelação entre os territórios constituídos nos espaços geográficos e a forma como as relações de gênero são construídas e experienciadas, uma vez que entendo o gênero como produtor do território e o território como produtor do gênero por serem, território e gênero, social, histórica e espacialmente construídos em uma relação dialética.

Aliás, compreender o gênero a partir de uma perspectiva relacional é fundamental uma vez que me refiro a um sistema que produz sujeitos social, histórica e espacialmente localizados. Ou seja, tanto mulheres quanto homens são produtos dessas relações ao mesmo tempo em que as reproduzem, ressignificam ou tensionam. Esta compreensão permite entender que o que deve ser desconstruído é o padrão hegemônico de relações que estabelece hierarquias entre homens e mulheres. Também permite entender que a condição das mulheres não se dá de forma isolada, mas como resultado dessas relações que não tem no homem o inimigo a ser combatido, mas o padrão dominante permeado pelas três principais contradições sociais: gênero, raça/etnia e classe social (SAFFIOTI, 1994).

Por se referir a um sistema de relações de poder que se baseiam em qualidades, papéis e comportamentos atribuídos a mulheres e homens, as relações de gênero (e os atravessamentos de classe, raça ou etnia) são determinadas pelo contexto histórico, social, cultural, político e econômico, pelo período e pela localização espacial. Ou seja, por ser histórica e socialmente construída, essa categoria também é variável e mutável. Os papéis de gênero são produzidos e aprendidos por meio de processos de socialização e institucionalizados por meio de sistemas políticos, sociais e econômicos. Assim, evidencia-se o papel do território na construção e desconstrução das relações de gênero e na naturalização dos papéis atribuídos a homens e mulheres.

Assim, retomo aqui a definição de Scott (2008) de que o gênero é um elemento que organiza as diferenças entre os sexos e também uma forma de significar relações de poder, uma vez que para esta pesquisa, tomo o gênero em seu caráter relacional. Neste sentido, é importante evidenciar que quando falo de gênero, não estou falando apenas sobre mulheres, uma vez que falar de gênero significa tirar o foco apenas da história das mulheres para observar as relações que se estabelecem entre homens e mulheres, mas também entre as mulheres e entre os homens uma vez que entendo que a condição das mulheres não se constrói isoladamente, mas é resultado das relações de gênero.

Quando adoto esta perspectiva relacional é preciso entender que essas relações são reguladoras da sociedade e são, antes de tudo, assimétricas. Portanto, a utilização do gênero como categoria de análise contribui para problematizar, desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, compreendendo-as como resultado de uma construção histórica, cultural, social e espacial. Essa perspectiva também permite verificar a posição das mulheres enquanto resultado não apenas de sua condição de gênero, mas também como resultado dos atravessamentos de raça, classe social, sexualidade e idade. Assim, a construção do que é ser mulher perpassa pela interseccionalidade de diferentes formas de opressão e pelo domínio do

sistema patriarcal que institucionaliza a dominação masculina em todas as estruturas sociais, na economia, na política, no mercado de trabalho, na justiça ou na família, um sistema que organiza e se retroalimenta as desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade e geração.

Para compreender como se estabelecem essas interrelações, retomo o conceito de *habitus*, um sistema de disposições que o sujeito adquire pelo aprendizado e pelos constrangimentos que as relações sociais impõem. São estruturas construídas social e historicamente, que resultam em outras estruturas e que compõem a prática e as representações dos sujeitos. Assim, para Bourdieu (2002) as relações de gênero, sobretudo o que ele classifica como a dominação masculina, é historicamente naturalizada nos corpos e nos *habitus* a partir dos esquemas que definem aspectos masculinos e femininos, da mesma forma que estabelecem a contraposição entre alto/baixo, claro/escuro, frente/atrás (BOURDIEU, 1989; 2002).

As diferenças sexuais permanecem no conjunto de oposições que organizam a sociedade. Essa divisão sexual está expressa nos discursos, na estrutura do espaço, na organização do tempo e em todas as práticas sociais, como algo natural, incorporado nos *habitus* e que tem origem na concepção do homem como o sujeito universal. O sexismo é definido pelo autor como um essencialismo que se ancora nas diferenças biológicas para justificar as diferenças socialmente construídas. Assim, o corpo masculino e o corpo feminino são percebidos de acordo com o *habitus* e servem como suportes da visão falocêntrica do mundo, em uma concepção arbitrária do biológico, dos seus usos e de suas funções (BOURDIEU, 2002).

Por isso, o androcentrismo dispensa justificativas e se impõe de forma natural, sem necessidade de legitimação. Para o autor, o homem aprende essa lógica de dominação e a mulher absorve essa relação de forma inconsciente. A sociedade, por sua vez, naturaliza e legitima essas estruturas por meio da violência simbólica e com a colaboração das instituições como o Estado, a família e a escola, por meio dos comportamentos, regras e valores que essas instituições determinam. Assim, esse poder simbólico vai sendo legitimado e naturalizado (BOURDIEU, 2002).

Apesar de compreender como as estruturas sociais são capazes de criar, naturalizar e legitimar a dominação masculina e as relações assimétricas entre os gêneros, também percebo as mulheres como sujeitos ativos, capazes de ressignificar essas relações. Para isso, mobilizo novamente o conceito, do próprio Bourdieu (1989), de campo, que é o espaço onde se estabelecem as relações de poder entre diferentes sujeitos, dominantes e dominados, que dispõem ou mobilizam diferentes capitais. De acordo com o capital que cada sujeito mobiliza,

essas disputas podem tanto manter quanto tensionar a ordem pré-estabelecida. O capital não é estanque, nem algo que se tem ou não se tem, mas é dinâmico, intercambiável e muda de acordo com o campo. Assim, o território é o campo e as relações de gênero são exemplos dessas disputas e, de acordo com o capital que homens e mulheres dispõem ou mobilizam, podem gerar permanências ou subverter a lógica da dominação (BOURDIEU, 1989).

Neste sentido, produzir conhecimento no campo do desenvolvimento regional a partir da perspectiva de gênero é uma forma de compreender como se constroem as relações entre as pessoas e como estas relações produzem e são produzidas pelas dinâmicas sociais como forma de pensar o desenvolvimento a partir de um novo paradigma, fundamentado na perspectiva de gênero. Esta é uma forma de olhar o território não sob o ponto de vista das mulheres ou dos homens, mas a partir das relações que se estabelecem entre eles.

Considerando o papel das instituições e das estruturas sociais na construção e na manutenção das relações assimétricas de gênero, para este trabalho, que tem como objetivo compreender como essas relações compõem a experiência de mulheres que atuam como microempendedoras individuais, considero fundamentais quatro aspectos específicos, que serão tratados na sequência. Assim, na próxima seção falo sobre como a sociedade e a interseccionalidade de gênero, raça e classe se constitui como *lócus* da produção e reprodução de gênero. Em seguida, abordo as relações familiares como o espaço de desdobramento das desigualdades de gênero. Na seção seguinte trato sobre como a divisão sexual do trabalho impõem limites a atuação das mulheres, reproduzindo as desigualdades. E, por fim, na última seção deste capítulo analiso como o Estado e as políticas públicas mantêm ou tencionam essas assimetrias.

3.1 Gênero e sociedade: construção de relações assimétricas

A utilização do gênero como categoria de análise nesta pesquisa se justifica porque compreendo que a condição das mulheres não se dá de forma isolada, nem se constrói em si mesma, mas ela é resultado das relações assimétricas entre os gêneros. Neste sentido, é fundamental compreender que mulheres formam um grupo diverso, com experiências e subjetividades também diversas, que são atravessadas pelas condições de raça/etnia, classe social, orientação sexual, idade e localização geográfica. Por isso, as repercussões das relações assimétricas de gênero ocorrem de maneiras distintas para diferentes grupos de mulheres, uma vez que os próprios papéis sociais são atribuídos distintamente. Isso se manifesta, por exemplo, no caso do trabalho: se, por um lado, as mulheres brancas são vistas como frágeis e sensíveis, por outro, as mulheres negras são exploradas em jornadas exaustivas

de trabalho doméstico. Da mesma forma que para as mulheres brancas se constrói a ideia de uma vocação natural para a maternidade, as mulheres pobres e negras precisam deixar seus filhos na creche ou aos cuidados de outras mulheres para trabalhar, geralmente, cuidando dos filhos das mulheres brancas, escolarizadas de classe média. Ou seja, em um mesmo território, os papéis atribuídos e as funções esperadas das mulheres são diferentes, da mesma forma que vivenciamos de maneiras diferentes o trabalho, a maternidade, as relações familiares e as políticas públicas (COLLINS, 2019).

Por isso, o objetivo foi verificar como essas relações compõem as experiências de mulheres que atuam como microempreendedoras individuais. Da mesma forma, a escolha deste grupo de trabalhadoras se deu por sua heterogeneidade de idade, raça/etnia, classe social e escolaridade, uma vez que atuam como MEIs desde mulheres com ensino fundamental incompleto, até mulheres com pós-graduação, desde jovens de até 30 anos, até senhoras com mais de 60, em diferentes bairros e de diferentes classes sociais. Aliás, os componentes raça/etnia, classe social e sexualidade são marcadores essenciais para compreender a condição e a experiência dessas mulheres, uma vez que é na arena das relações sociais que mulheres (e homens) se constituem, não como resultado de um produto biológico, mas a partir das interações sociais que estabelecem.

Considerando que as relações sociais são organizadas a partir da dominação masculina, é importante analisar como essas relações se desdobram na sociedade, os mecanismos que limitam a participação das mulheres na sociedade, na política (mesmo após 90 anos da conquista do voto), como os estereótipos do masculino e do feminino ainda compõem a socialização das crianças e como essas conexões entre gênero, raça e classe impõem limites à construção de uma sociedade democrática e igualitária (MIGUEL, BIROLI, 2014).

O que pretendo nessa seção é discutir como a sociedade produz, reproduz e naturaliza essas relações assimétricas entre os gêneros, a partir de alguns marcadores. É interessante notar que, historicamente, há uma maior apropriação por parte dos homens do poder político, econômico e social. Eles são a maioria nos espaços de poder, eles são melhor remunerados e ocupam melhor posição social, dispondo de maior poder e visibilidade. Pode-se dizer que a opressão de gênero é estruturada a partir de três dimensões: a institucional, a simbólica e a individual. No que se refere às instituições, o racismo, o machismo e o elitismo estão presentes nas escolas, universidades, agências governamentais, posicionando diferentes grupos em diferentes locais, segundo uma lógica hierárquica (COLLINS, 2015).

A relação entre indivíduos e sociedade não é oposta, mas complementar. A sociedade é o tecido social, atravessada por interrelações de dependência entre os indivíduos. Elias (1993) trata sobre as estruturas sociais e as interações, lembrando que essas relações são marcadas pela dominação e pelo poder. No entanto, a noção de poder não é sobre algo que alguém possui, invariavelmente. O poder está relacionado ao lugar que cada indivíduo ocupa nos diferentes campos sociais e as relações que eles estabelecem. No caso das mulheres trabalhadoras, por exemplo, o poder delas vai variar de acordo com quem elas se relacionarem. Uma mulher pode ter mais poder no trabalho e menos poder nas relações familiares, ou ter mais poder em relação à família e menos poder no campo profissional. Essas relações se estabelecem a partir da interdependência dos indivíduos, em que o grau de autonomia dos sujeitos varia de acordo com os constrangimentos e possibilidades que eles encontram.

Assim, mulheres brancas de classe média, ocupam posições diferentes das mulheres brancas e pobres e das mulheres negras que, por sua vez, compartilham das opressões de raça/etnia com os homens negros. Já os homens brancos e pobres ocupam posições distintas tanto em relação às mulheres brancas de classe média, quanto em relação às mulheres brancas e pobres. Ou seja, as instituições organizam e legitimam essas hierarquias desde a sua composição básica, até o seu comando. Utilizando o exemplo das universidades, podemos observar nitidamente as diferenças entre os grupos que ocupam a sala de aula (como professores ou alunos), os que servem o café e se ocupam da limpeza e entre os que comandam. Embora sejam observadas algumas exceções, os melhores espaços são ocupados por uma elite de homens e uma minoria de mulheres brancas. O mesmo acontece nas empresas privadas, nos bancos, nas escolas e, até mesmo, nas igrejas (COLLINS, 2015).

No caso das mulheres negras, a opressão ocorre, antes de tudo, pela questão étnica/racial, colocando mulheres e homens negros como uma etnia subalternizada, mas que, ao mesmo tempo, cria formas políticas e culturais de resistência, tanto dentro dos movimentos étnicos, quanto dentro do movimento negro, onde outra contradição emerge. Ainda que mulheres negras e homens negros estejam unidos contra a opressão étnica/racial, dentro do movimento negro, é comum que homens reproduzam práticas sexistas, excluindo as mulheres dos espaços de decisão. Então, da mesma forma que as mulheres negras denunciam o racismo dentro do feminismo, desde o movimento sufragista, dentro do movimento negro, elas sofrem com a reprodução de práticas patriarcais (GONZALEZ, 2020; DAVIS, 2016).

Assim, essas mulheres atuam em duas frentes: tanto no movimento feminista, quanto no movimento negro por pautas que são comuns a homens e mulheres negras, como o

racismo, por pautas que são comuns a mulheres brancas e negras, como o machismo, mas também e principalmente, por pautas que são das mulheres negras, como os papéis sociais atribuídos especificamente a elas. Aliás, ao olharmos para a história das mulheres, é fácil perceber como elas foram divididas e hierarquizadas: enquanto as mulheres negras passaram de escravizadas a trabalhadoras superexploradas da agricultura e as brancas e pobres cumpriam jornadas exaustivas nas indústrias, as brancas de classe média cumpriam a tarefa de serem mães e donas de casa (GONZALEZ, 2020; DAVIS, 2016).

No Brasil, mais de 30 mil jovens são assassinados por ano, sendo que 70% deles são negros e pobres. O genocídio da juventude negra penaliza, diariamente, as mulheres negras das periferias. Além disso, a maioria da população que vive em condições de pobreza são as mulheres negras que também são as que mais sofrem com os cortes nos gastos sociais. Conforme dados apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019 e divulgados em 2020, mais de 70% da população que vivia abaixo da linha da pobreza eram pessoas pretas e pardas. As mulheres negras também são a maioria no trabalho doméstico, atuando de forma precarizada, sem direitos básicos como proteção social, férias e 13º salário. Entre as mulheres, as negras e pardas ocupam 47% dos postos de trabalho informais. É a exploração dessas mulheres que possibilita que outras, mais privilegiadas, evitem parte do trabalho doméstico e tenham tempo e condições de se dedicarem a carreiras melhor remuneradas. Ou seja, embora todas as mulheres sofram com a opressão do sistema patriarcal capitalista, a opressão das mulheres negras assume formas diferentes e específicas (ARRUZZA, BHATTACHARYA, FRASER, 2019; IBGE, 2019a).

Conforme outro dado apurado pelo IBGE (2019a), enquanto que as mulheres brancas representam 11,9% das pessoas com rendimento domiciliar per capita de US\$ 1,90, as mulheres pretas e pardas representam 39,8%. De forma geral, as pessoas pretas e pardas também são a maioria da população que vive em domicílios com ao menos uma inadequação (26,5% contra 15% de pessoas brancas), em domicílio sem documentação que comprove a propriedade (14,7% contra 7,2% de pessoas brancas) ou com ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio (3,9% pretos e pardos contra 0,8% de brancos). No que se refere à educação, 31,5% das pessoas brancas com 25 anos ou mais não tem o ensino fundamental completo. Entre as negras e pardas, este número sobe para 44,8%. Já no ensino superior o percentual se inverte e as pessoas brancas com 25 anos ou mais são a maioria, 24,9% contra 11% de pretas e pardos. Já no que se refere à ocupação de jovens entre 15 e 29 anos, sem ensino superior, enquanto que 18,3% das mulheres brancas não estavam ocupadas, no caso

das mulheres pretas e pardas, este número sobe para 30,6%. Entre os homens pretos e pardos, 18,3% não estavam ocupados contra 12% dos homens brancos (IBGE, 2019a).

É importante notar que, como já foi pontuado, a sociedade não está dividida apenas entre homens dominadores e mulheres subordinadas. Como lembra Saffioti (1987, p.16), o patriarcado, “sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira”. Ou seja, a supremacia masculina perpassa por todas as classes sociais, incidindo também na discriminação racial, mas também há homens que dominam outros homens e mulheres que dominam outras mulheres e homens. Nessa organização, as mulheres negras são as que ocupam a última posição.

Assim como as instituições constroem as relações de gênero, também são construídas por elas. Educação, justiça e religião são alguns exemplos de instituições sociais que fazem parte dessas dinâmicas. A igreja católica, aliás, tem empreendido uma verdadeira cruzada contra o que ela própria denomina ideologia de gênero, com o objetivo de combater as políticas que visam à igualdade. No caso do judiciário, por exemplo, nas decisões que envolvem questões de gênero, não é rara a influência dos estereótipos e dos papéis sociais designados para homens e mulheres, podendo, essas decisões, resultarem de uma punição moral para quem se desvia do padrão que o julgador tem como referência, uma vez que cabe a ele, a partir das suas próprias concepções, vivências e experiências, essa decisão (MATTOS, 2015).

Assim, o androcentrismo naturalizado nas instituições jurídicas se manifesta tanto pela negação de acesso pleno à justiça, quanto pela perpetuação das assimetrias entre homens e mulheres, pela violência simbólica e constrangimentos de toda ordem a que são submetidas, por exemplo, mulheres vítimas de violência e até mesmo pela revitimização causada pelos julgamentos morais, de acordo com a sua reputação, a tornando co-responsável pela violência sofrida (MATTOS, 2015).

Na dimensão simbólica, os lugares ou papéis atribuídos a homens e mulheres têm função central. É o que Butler (2007) chama de performatividade de gênero. Enquanto que aos homens se atribuem características como agressividade, liderança, racionalidade e força, das mulheres espera-se, por exemplo, passividade, sensibilidade, fragilidade, emotividade. No entanto, é importante notar que essas características ou atributos são pensados tendo homens e mulheres cis, brancos, heterossexuais e de classe média como sujeitos universais. Assim, um homem que performa sensibilidade, é considerado “afeminado”, da mesma forma que uma mulher que performa força é tida como masculinizada. Além disso, a agressividade só é aceita

quando parte de homens brancos. Homens negros agressivos são lidos como perigosos. Da mesma forma que mulheres trabalhadoras e mulheres negras não se encaixam nos padrões tidos como femininos uma vez que a elas nunca foi dada a oportunidade de serem sensíveis, frágeis ou emotivas (COLLINS, 2015).

Portanto, as características simbólicas do que é ser homem ou ser mulher não se aplicam à experiência da maioria dos homens ou das mulheres, mas a um pequeno grupo, invisibilizando a experiência não só de pessoas negras e de mulheres pobres, mas também de homens gays, mulheres lésbicas e de pessoas transexuais, por exemplo. Essas imagens são atribuídas de acordo com o lugar que cada grupo ocupa em relação ao outro. Por exemplo, no caso dos homens brancos, Collins (2015) ao citar Nancy White, diz que enquanto as mulheres negras são as “mulas” utilizadas para o trabalho pesado, as mulheres brancas são as “cadelas” que, embora tenham uma relação de proximidade, também não recebem tratamento digno (p. 27). É interessante lembrar que o gênero, sendo uma construção social histórica, cultural e territorialmente localizada, é permeado por diferentes nuances e compreensões. Assim, trazendo a fala de Collins (2015) para a realidade do nosso território, por exemplo, o conjunto de imagens simbólicas atribuídas à mulher negra varia da boa serviçal para o trabalho pesado à mulata símbolo sexual. Dessa forma, essas imagens simbólicas contribuem para criar e reproduzir estruturas de dominação e subordinação (COLLINS, 2015).

Já na dimensão individual, cada uma de nós é resultado não só das escolhas que faz, mas também das instituições e das representações simbólicas que reproduzem e legitimam diferentes formas de opressão. Assim, carregamos na nossa história o efeito cumulativo dessas estruturas e das opressões de raça, classe social e gênero porque são elas que determinam o conjunto de oportunidades e de constrangimentos que teremos nas nossas relações sociais. No entanto, Collins (2015) chama a atenção para o fato de que, como indivíduos, podemos aceitar ou mudar essas estruturas, transcendendo as barreiras da opressão.

Segundo a autora, o primeiro passo é compreender que o nosso lugar e as nossas experiências (assim como nossos privilégios e nossas opressões) determinam a forma como nos relacionamos, restringindo ou incentivando nossas ações. De acordo com o grupo com o qual nos relacionamos, podemos ser encorajados ou invisibilizados, ouvidos ou silenciados. O segundo ponto é estabelecer coalizões para mudanças a partir de causas compartilhadas, ouvindo e desenvolvendo empatia, terceiro ponto, por grupos diferentes, principalmente pelos menos privilegiados (COLLINS, 2015).

Voltando ao que se refere às instituições e seu lugar na constituição das relações de gênero, a educação, desde o ensino infantil, pode ser considerada uma das principais agentes de reprodução dessas relações e dos estereótipos que atribuem papéis e lugares diferentes para homens e mulheres na sociedade. Isso se manifesta de muitas formas, desde as mais sutis até as mais incisivas. Um exemplo é que a docência na educação básica (sobretudo na educação infantil) ainda é uma atribuição majoritariamente feminina, uma vez que é uma profissão que tem um forte viés relacionado ao cuidado e baseia-se na construção sócio-histórica e cultural de que cuidado e educação são atribuições femininas. Essa concepção contribui, inclusive, para a desvalorização do trabalho na educação infantil, uma vez que é tido não como uma profissão, mas como um dom natural das mulheres (OLIVEIRA, SILVA, SALVA, 2011).

Outro ponto importante se manifesta na forma como os processos educativos são conduzidos como, por exemplo, a oferta de brinquedos (carrinhos para meninos e bonecas para meninas), nas atividades físicas (meninas jogam vôlei e meninos, futebol) e no próprio estímulo em sala de aula, onde se reforça a noção, também sócio-histórica e cultural de que meninas são mais aptas para conteúdos que envolvam a sensibilidade e a criatividade e meninos são mais aptos para conteúdos que envolvam lógica e raciocínio. Outro aspecto importante, que reforça o sexismo, está na prática docente de considerar o comportamento feminino como modelo, não só reforçando estereótipos, mas também naturalizando a ideia de que mulheres são obedientes. Além disso, Moreno (1999) também destaca o androcentrismo presente no conteúdo escolar e nos livros didáticos que têm, em sua maioria, o ser humano do sexo masculino como o protagonista social e histórico, sendo suas características, experiências, linguagem e imagem consideradas universais, estando a mulher sempre em posição de subordinação com sua imagem ligada às tarefas domésticas, ao cuidado com a família (MORENO, 1999).

A escola também é o lugar onde há o reforço dos estereótipos físicos ligados à aparência (meninas de cabelo comprido e meninos de cabelo curto), roupa, às brincadeiras e, até mesmo, às formas de interação no intervalo das aulas. Ou seja, ao mesmo tempo em que se constitui em um terreno fértil para a desconstrução dos papéis e estereótipos de gênero e para a problematização das desigualdades como construções históricas, sociais e culturais, o sistema educacional e a escola também podem se tornar parte do aparato institucional que produz, reproduz ou legitima as relações assimétricas de gênero.

No entanto, a autora reforça que é importante reconhecer que a escola faz parte de um contexto social, histórico e cultural que atribui funções, papéis e lugares para homens e mulheres a partir daquilo que considera atributos femininos e masculinos. A escola não cria

esses papéis, mas acaba reproduzindo em razão do contexto no qual está inserida. Profissionais da educação têm a possibilidade de atuarem como mediadores nessas relações propondo novas formas de se comunicar, pensar, se relacionar, problematizando as relações assimétricas entre os gêneros, os papéis atribuídos a cada um e as expectativas depositadas em meninos e meninas em relação ao seu sexo biológico. No entanto, também é importante lembrar que profissionais também estão imersos no seu próprio contexto social. Além disso, lidar com as questões de gênero no ambiente escolar demanda um esforço de repensar práticas historicamente constituídas e formação que, muitas vezes, profissionais da educação não têm tempo de buscar em razão das próprias condições de trabalho e da sobrecarga a qual muitos são submetidos (MORENO, 1999).

Desde o final da década de 1980, em um contexto pós-ditadura e de mudanças econômicas, políticas e sociais, essas mudanças contribuíram para a construção de um novo paradigma democrático, com a aprovação da Constituição Federal de 1988. Como um desdobramento da Constituição, em 1996 foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), com vistas a uma educação emancipadora e comprometida com as questões humanas e sociais. Assim, conforme a LDB, a educação compreende os processos que se desenvolvem na família, no trabalho, nas instituições, nos movimentos sociais e nas manifestações culturais. Por isso,

o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BRASIL, 2015a, p. 9).

Então, a partir da década de 1990, a educação passa a contemplar os temas relativos à diversidade humana, os chamados temas transversais. Assim, temas como educação sexual e homofobia passam a ser incorporados, visando à convivência para a diversidade e trazendo, também, temas relativos a gênero e sexualidade. Já em 2001, foi sancionado pela Lei n.º 10.172 o Plano Nacional de Educação com metas, diretrizes e estratégias que deveriam nortear a educação nos dez anos seguintes à sua aprovação e servir, também, como referência para os planos estaduais e municipais. Já o novo PNE, sancionado pela Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014 desencadeou um intenso conflito em função dos termos gênero e orientação sexual terem sido incluídos nas diretrizes do plano (BRASIL, 2014a).

O texto previa como uma das metas “a superação de desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual.” (BRASIL, 2010, p. 1). No entanto, as expressões foram suprimidas e o texto aprovado previa

“a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (BRASIL, 2014b, p. 43), tirando a obrigatoriedade desses temas específicos e deixando a cargo de estados e municípios decidirem pela sua inclusão ou não nos planos estaduais e municipais e a cargo de professores definirem a forma de abordar essas temáticas em sala de aula.

Além dos retrocessos na legislação, nos últimos anos, a ascensão do conservadorismo político no Brasil, com a eleição de Bolsonaro, fez com que o debate sobre as questões de gênero e sexualidade na educação fosse rechaçado por conta do combate à chamada “ideologia de gênero” que tem origem nos setores mais conservadores da igreja católica a partir de uma leitura equivocada e distorcida das teorias e do uso inadequado dos estudos de gênero. Esse ativismo religioso reacionário se espalhou por dezenas de países mobilizando a sociedade para o combate a um inimigo imaginário que era a perspectiva de gênero, e teve repercussões importantes na educação no que se refere à interdição do debate sobre gênero, sexualidade e igualdade (JUNQUEIRA, 2017).

O termo ideologia de gênero foi criado pela igreja católica por meio do Conselho Pontifício para a Família entre a década de 1990 e o início dos anos 2000 com o objetivo tanto de resgatar o espaço da igreja na sociedade, quanto de conter o avanço de políticas para mulheres e pessoas não-heterossexuais e dissidências de gênero. Além disso, tem como pressuposto reafirmar as concepções tradicionais de família, maternidade e sexualidade que reforçam a lógica heteronormativa. Desta forma, a ideologia de gênero se transformou em um potente catalisador contra políticas sociais, reformas jurídicas e educacionais e direitos sexuais, assim como serviu para legitimar a violência e a discriminação contra esses grupos (JUNQUEIRA, 2017).

Conforme esses grupos religiosos, o gênero é um conceito que serviria a interesses ideológicos para promover uma revolução sexual que teria como conseqüências o desmantelamento das relações familiares e da coesão social, além do derretimento dos valores morais da sociedade. Ainda durante a realização da IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Pequim, em 1995, a utilização do gênero já passou a enfrentar resistências. Uma das mais contundentes foi a distribuição de cartilhas elaboradas pela Coalizão de Mulheres pela Família (organização de direita ligada à igreja católica norte-americana) alertando os países sobre os riscos de se adotar a perspectiva de gênero na construção de políticas públicas (TEIXEIRA, 2019).

Desde então, em diferentes contextos e de diferentes formas, a ideologia de gênero tem sido usada com o objetivo de denunciar que a sua disseminação resultaria em erupção

social, crise religiosa, desestruturação da família tradicional nuclear, além de remeter à homossexualidade, pedofilia e perversões sexuais. Assim, uma verdadeira cruzada foi iniciada nas arenas internacionais contra a agenda política da igualdade de gênero e que, atualmente, se manifesta de forma mais presente na América Latina e Europa. No caso do Brasil, o discurso da ideologia de gênero e o combate à agenda política da igualdade encontraram terreno fértil na ascensão do bolsonarismo. Mas foi na Câmara Federal que o termo ganhou notoriedade pela promoção do Programa Brasil sem Homofobia e pela inclusão do combate à discriminação de gênero e de orientação sexual no Plano Nacional de Educação (PNE 2011 – 2020) (TEIXEIRA, 2019).

A forma como a subordinação das mulheres se manifesta por meio dessas e de outras estruturas como na política ou na divisão sexual do trabalho deixa evidente o processo de naturalização de uma discriminação que é histórica, social e cultural. A assimetria nas relações de gênero e a subordinação das mulheres fazem parte das bases que sustentam a sociedade capitalista. Aliás, conforme Federici (2017) o próprio surgimento do capitalismo coincide com a execução de centenas de milhares de mulheres na caça às bruxas no começo da Era Moderna. Conforme a autora lembra, nas sociedades feudais o poder estava com os senhores. Os servos (homens e mulheres) eram subordinados a eles e a desigualdade nas relações se dava em função da classe. Já no final do século XV, a institucionalização do estupro e da prostituição pelo Estado pôs fim à solidariedade entre homens e mulheres, construída na luta antifeudal, e preparou o terreno para a caça às bruxas.

O processo de transição para o capitalismo foi marcado pela conquista, escravização, roubo e assassinato. A caça às bruxas, conforme mencionado, também fez parte deste contexto, ocorreu paralelamente ao extermínio das populações do Novo Mundo, ao tráfico de escravos, ao surgimento das leis que criminalizavam trabalhadores desempregados e teve seu ápice no período de transição entre o feudalismo e o capitalismo. Desde sempre, o capitalismo se estabeleceu por meio da violência, da sujeição e da dominação. No caso das mulheres, fazem parte deste processo, a apropriação do corpo pelo Estado com o objetivo de garantir a reprodução da mão de obra, a desvalorização do trabalho feminino, a exploração, a expulsão das mulheres dos locais públicos e a criação, tanto da autoridade patriarcal, quanto de novos mecanismos de diferenças entre homens e mulheres que justificavam a subordinação. Esse processo de violência e dominação sobre as mulheres se estendeu pelos sistemas de colonização e persistiu com a globalização, como persiste até hoje (FEDERICI, 2017).

Aliás, a violência contra as mulheres é um fator estruturante das relações de gênero no Brasil. Desde a violência psicológica, passando pela violência patrimonial, até chegar ao

feminicídio. A violência contra a mulher é um problema mundial de saúde pública que tem como consequência mais grave o feminicídio que, no Brasil, define o crime como o homicídio de mulheres em contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Já as Nações Unidas definem a violência contra a mulher como “qualquer ato violento baseado no gênero que resulte, ou possa resultar, em danos psicológicos, sexuais ou físicos, ou sofrimento da mulher, incluindo ameaças, coerção ou privação da liberdade, seja na via pública ou privada (UNW, 1993). Conforme os dados divulgados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em todo mundo, cerca de 1 em 3 ou 35% das mulheres experimentam violência sexual por um parceiro íntimo ou de não parceiro. Além disso, 30% de todas as mulheres que estiveram em um relacionamento sofreram violência física e/ou sexual pelo parceiro íntimo. Mundialmente, até 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos por parceiros íntimos (BRASIL, 2015b; OPAS/OMS, 2021).

O problema da violência contra a mulher tem relação direta com a noção dicotômica de público e privado, onde a esfera pública se baseia na impessoalidade e a esfera privada abriga as relações íntimas. A ideia de que a esfera privada deve ser preservada da intervenção do Estado somada aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres, além do pressuposto de que a família é um lugar de afeto e relações harmônicas contribuíram para a manutenção de relações assimétricas e hierárquicas. Assim, os direitos dos sujeitos no que se refere às relações familiares foram negligenciados e a noção de privacidade do espaço doméstico legitimou a dominação masculina neste espaço, onde a privacidade ganha diferentes sentidos, de acordo com a posição dos sujeitos nas relações. O que para o homem pode, sim, significar ter sua privacidade protegida, para a mulher ou para os filhos, pode significar estar exposta à violência física ou psicológica sem poder contar com a proteção do Estado (BIROLI, 2014a).

Essa dualidade entre público e privado contribui para a invisibilidade da violência contra a mulher, para o estupro no casamento e outras formas de abuso. Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, a necessidade de distanciamento social para evitar a disseminação do vírus, fez com que muitas mulheres ficassem ainda mais expostas à violência, uma vez que passaram por longos períodos em casa, justamente, na presença do seu agressor. Para muitas mulheres, a impossibilidade de sair, o afastamento do trabalho e do convívio social as deixou ainda mais expostas. Conforme dados divulgados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, em 2020 foram mais de 105 mil denúncias de violência contra a mulher, registradas na plataforma do ligue 180 e do disque 100. As denúncias envolvem agressão, lesões corporais, violência sexual, danos morais, patrimoniais, violência psicológica, cárcere

privado ou envolvem direitos como acesso à saúde, educação, cultura ou segurança (BRASIL, 2021b).

Chama a atenção que em 2020 foram cerca de 3,5 milhões de ligações para os telefones que recebem as denúncias, enquanto que em 2019 esse número passou de 4 milhões. Isso revela que a subnotificação dessa violência também aumentou durante a pandemia. Ao mesmo tempo em que com os serviços de atendimento funcionando parcialmente, escolas, espaços de lazer e esporte, assim como empresas fechadas dificultou ainda mais a denúncia por parte das vítimas. Os dados deixam evidente que a violência tem lugar central na manutenção das relações assimétricas entre os gêneros e que essa centralidade se constitui a partir da imbricação da violência com o contexto socioeconômico, com as demais instituições e estruturas sociais com a própria construção social dos papéis de homens e mulheres, mas também com o acesso a serviços de prevenção e combate a esta violência (BRASIL, 2021b).

Outra instituição que tem papel central na produção e na reprodução das relações assimétricas entre os gêneros é a política. Como ponto de partida para essa discussão é importante levar em consideração o fato de que a conquista do voto pelas mulheres em 1932 (mas que só se igualou ao dos homens em 1946), nunca representou, de fato, condições igualitárias de participação, uma vez que as mulheres continuam até hoje, enfrentando obstáculos formais e informais para a participação política: a divisão sexual do trabalho, a socialização das mulheres para o cuidado, a noção de que a política é um espaço de confronto e agressividade para o qual as mulheres não estariam preparadas, o próprio funcionamento dos partidos políticos e, até mesmo, situações de violência contra as mulheres na política. Conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral, nas eleições de 2018, a bancada feminina no Senado Federal foi reduzida de 13 para 12 senadoras, o que corresponde a 14,8% do total de 81 cadeiras. Já para a Câmara Federal foram eleitas 77 mulheres, o que corresponde a apenas 15% do total de vagas. Já em 2020, as mulheres representaram 16% das eleitas para os legislativos e 12% das eleitas para os executivos municipais (BIROLI, 2018; TSE, 2019, 2020).

No entanto, apesar desses dados, é importante notar que, historicamente, as mulheres têm atuado em partidos, sindicatos, movimentos sociais e coletivos feministas. Atuamos em diversas frentes como o direito à creches, o combate à violência, a defesa dos direitos reprodutivos, além do enfrentamento às agendas neoliberais de austeridade como a Emenda Constitucional 95/2016 que congela os investimentos em saúde, educação e assistência social por 20 anos, a reforma trabalhista e a reforma da previdência.

A partir do que foi discutido até aqui, retomo a noção de que a desigualdade de gênero é estruturada a partir de três dimensões: a institucional, a simbólica e a individual. Assim, por meio da imbricação entre gênero, raça e classe, é possível observar como essas desigualdades se materializam na vida das mulheres a partir de alguns aspectos específicos da sociedade como a violência, o acesso à justiça, a educação e a influência da igreja católica e do conservadorismo no combate às políticas com perspectiva de gênero. No entanto, é preciso notar que essas relações assimétricas perpassam por diversos espaços da vida cotidiana. Na próxima seção adentramos a vida doméstica com o objetivo de analisar e compreender o lugar da família na produção e reprodução das desigualdades de gênero e como essas desigualdades se desdobram nas relações familiares.

3.2 Família e relações de gênero

Não existe um consenso ou uma definição única sobre família, mas diferentes definições, que passam pelas mais tradicionais como a de Lévi-Strauss (1972), que entende a família como um grupo, que tem origem no casamento, e é formado pelo casal e os filhos oriundos dessa união, até outras como a de Strey (2007) que considera a família como a associação entre pessoas com o objetivo de construir uma vida privada. Assim, é possível descrever a família ou os diferentes grupos familiares, mas não defini-los, sobretudo, a partir de um conceito único.

As mudanças no contexto familiar sugerem a necessidade de se compreender como essas relações são construídas e os papéis que homens e mulheres exercem nessas estruturas. Se há poucas décadas a identidade da mulher estava relacionada à maternidade e ao cuidado do trabalho doméstico e dos filhos, a partir de mudanças como o ingresso no mundo do trabalho, o acesso aos contraceptivos, a possibilidade do divórcio e do aborto, em alguns países, abrem novas possibilidades de ressignificação da nossa identidade e do nosso lugar no grupo familiar. Assim, ocupamos novos espaços e assumimos múltiplas identidades.

Uma das consequências dessas mudanças é que, se por um lado, temos a possibilidade de fazer escolhas com maior autonomia e ocupar espaços que antes eram só dos homens, por outro lado, nosso lugar na família nem sempre é ressignificado, o que nos leva a um acúmulo de funções e, até mesmo, à desvalorização da nossa identidade, seja como trabalhadora, como mãe ou como responsável pelo trabalho reprodutivo. Por isso, mesmo inseridas no mercado de trabalho, muitas mulheres não conseguem se desvencilhar da obrigação da maternidade e da reprodução da família.

Diferente da visão que atribui às características biológicas os lugares de homens e mulheres, esta identidade é construída por meio dos papéis que a sociedade atribui a cada um e das funções que espera que homens e mulheres cumpram (SAFIOTI, 1987). Assim, as relações de gênero delimitam os campos de atuação de cada um: homens como provedores do lar e mulheres incumbidas das tarefas domésticas e da educação dos filhos. Esta função só é delegada a outra pessoa (geralmente outra mulher) quando esta mulher trabalha, seja para ter mais autonomia, para complementar a renda da família ou por um desejo de realização pessoal (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Esta dinâmica influencia os arranjos familiares no que se refere à distribuição de tarefas, na divisão do tempo, nos conflitos que se impõem nas relações familiares e sua mediação, o lugar que ocupa o trabalho feminino e como ele é organizado, da mesma forma, influencia no lugar que ocupamos no mercado de trabalho e nas relações que estabelecemos. No que se refere às relações de gênero no âmbito familiar, elas são organizadas a partir de quatro aspectos estruturantes: a dicotomia entre público e privado, a maternidade, a autonomia das mulheres ou a falta dela e o trabalho doméstico.

É importante levar em consideração que, enquanto instituição social, a família, embora assuma diferentes formas em contextos históricos específicos, por muito tempo esteve atrelada à noção de família nuclear burguesa, composta por homem, mulher e filhos. Conforme Federici (2019) a família nuclear ocidental é uma criação do capital para o capital uma vez que uma série de acontecimentos como as epidemias que dizimaram a força de trabalho e as lutas dos trabalhadores entre 1830 e 1840 criaram a necessidade de uma força de trabalho estável e disciplinada. Assim, a família cumpre um importante papel na reprodução da força de trabalho.

No entanto, essa é uma estrutura que se modifica territorialmente e corresponde a uma pluralidade de arranjos, ainda que nos mesmos territórios. No ideal de família burguesa, que é símbolo da modernidade, homens e mulheres têm papéis distintos, os homens como provedores e as mulheres como cuidadoras, baseadas em um ideal de feminilidade e domesticidade. A família é também o lugar dos afetos, mas também se constitui em um lugar de dominação, sujeição e, até mesmo, de violência. Com a demarcação da fronteira entre o público e o privado, as normas válidas para a esfera pública não eram aplicadas ao lar e, assim, a família se tornava também o espaço da violência física e simbólica (BIROLI, 2014a).

Neste sentido vale lembrar que a tanto a maternidade quanto a privacidade ou a domesticidade são experienciadas de formas distintas para diferentes grupos de mulheres, uma vez que os próprios papéis e lugares que ocupamos sempre foram diferentes. Assim, essa

ideia da mulher cuidadora, dócil e reservada ao espaço doméstico era baseada na experiência das mulheres brancas de classe média porque para as mulheres negras ou para as mulheres pobres das classes trabalhadoras, as noções de maternidade, privacidade e domesticidade tinham outro sentido. A própria sexualidade da mulher negra sempre foi vista de forma diferente uma vez que as mulheres negras escravizadas foram sistematicamente exploradas sexualmente por homens brancos. Além disso, delas sempre se exigiu que trabalhassem tanto quanto os homens. Portanto, enquanto que para as mulheres brancas de classe média o lar poderia ser o espaço da domesticidade e da sujeição, para as mulheres negras, o lar, muitas vezes, se constituía como um espaço de harmonização e autonomia (DAVIS, 2012).

Já nas classes operárias, a inserção das mulheres no mercado de trabalho pós-revolução industrial enfraqueceu as formas tradicionais de autoridade masculina no âmbito doméstico. No entanto, essas mulheres passaram a ser submetidas e diferentes formas de controle e hierarquia no mercado de trabalho. Essas dinâmicas tiveram duas repercussões principais tanto na organização da vida doméstica, quanto nas relações laborais. Ainda que essas mulheres passassem a ser também, ou principalmente, as provadoras do lar, isso não reduziu a carga de trabalho doméstico e repercutiu em dupla jornada para as mulheres trabalhadoras. Além disso, no mundo do trabalho, coube a elas as ocupações de menor remuneração sob a justificativa de que a sua renda era complementar à do marido, ainda que muitas fossem solteiras ou chefes de família (BIROLI, 2014a).

A partir daí vai se reorganizando a subordinação das mulheres e a nossa posição na vida pública e na vida familiar de forma desigual, marcada pela sobrecarga, pela exclusão e pela inferiorização que passa a caracterizar as chamadas ocupações tipicamente femininas, de menor remuneração e prestígio, mas também se reflete em desigualdade salarial mesmo quando estamos na mesma ocupação que os homens e temos a mesma escolaridade. Essa dinâmica é funcional ao estabelecimento da família nuclear moderna para a classe média branca, uma vez que às mulheres, o casamento se apresenta como uma alternativa melhor do que o trabalho para ter autonomia. Assim se constrói o ideal do amor romântico e do amor materno como algo natural e instintivo (BIROLI, 2014a).

Foi assim, também, por meio de um processo de socialização que se impôs à mulher o trabalho doméstico como um atributo natural da personalidade feminina que nos traz realização. Dessa forma, durante um longo processo de socialização, as mães convencem às filhas de que o casamento e a maternidade são o que se pode esperar de melhor da vida. É assim que o sistema capitalista leva as mulheres ao trabalho doméstico não remunerado, indispensável à reprodução da vida. O fato de não ser remunerado, lhe confere a ideia de que

não é trabalho, mas uma vocação natural das mulheres, feito por amor à família (FEDERICI, 2019).

Quando falamos em trabalho doméstico, não se refere apenas a limpar a casa, lavar a louça ou cozinhar. É servir física, emocional e sexualmente, cuidar das crianças, educá-las, acompanhar a vida escolar. Dessa forma, as mulheres dão a sua contribuição ao capitalismo, por meio de uma classe trabalhadora dócil, disciplinada e que não precisa se ocupar de lavar ou passar a própria roupa ou preparar a própria comida. Aliás, o pagamento pelo trabalho doméstico tem estado no centro de um debate internacional que vê nessa remuneração uma forma de desobrigar as mulheres por sua realização, uma vez que o salário dá visibilidade ao trabalho doméstico como o que ele, de fato, é: trabalho e não um ato de amor ou um destino biológico. Além disso, o fato de trabalharmos de graça no ambiente doméstico, faz com que nosso trabalho extraluar seja desvalorizado e mal remunerado (FEDERICI, 2019).

O fato de o trabalho doméstico não ser considerado trabalho e se dar no âmbito das relações parentais, principalmente a partir do modelo de família heteronormativa moderna, a desigualdade entre homens e mulheres e, até mesmo, a subordinação das mulheres nessas relações ficam encobertas pela noção de que essas atividades fazem parte do papel da mulher na família e são desempenhadas por amor. Ainda que, ao longo das décadas, passemos também a ocupar os espaços públicos e o trabalho produtivo, a nossa inserção no mercado de trabalho foi marcada por vulnerabilidade, precarização, sobrecarga e desigualdade salarial como parte de um esforço para manter a ordem das coisas.

Quando falamos em trabalho doméstico é importante compreender toda a demanda que envolve a família e que, segundo Bruschini (1990), está dividida em cinco aspectos: o cuidado com a casa, que são atividades de limpeza e arrumação, especificamente; atividades ligadas à alimentação e higiene, como cozinhar, lavar roupa, lavar louça; os cuidados físicos e psicológicos com os membros da família como filhos e idosos; a administração da casa, pagamento de contas, compras, etc. além do trabalho afetivo de manutenção das redes familiares por meio de visitas, favores, presentes, etc.

Com a pandemia de Covid-19 e a necessidade de isolamento há um aprofundamento nas desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão sexual do trabalho² e do trabalho doméstico. Como somos as principais responsáveis pelo trabalho de reprodução da vida, é a nós que cabe o cuidado com as crianças que estão afastadas da escola, com os idosos que possam fazer parte do grupo familiar, bem como com a manutenção da casa e os cuidados

² O tema divisão sexual do trabalho, por ser um dos aspectos estruturantes das relações assimétricas entre os gêneros será tratado em maior profundidade na próxima seção deste capítulo.

com a higiene e a limpeza para evitar o contágio. Isso acaba repercutindo em sobrecarga física e emocional, além de ter outras implicações, como a demissão (voluntária ou não).

Durante a pandemia, a Sempre Viva Organização Feminista (SOF) realizou a pesquisa Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia, onde buscou evidenciar de que forma esse contexto incidiu sobre a vida das mulheres. Em relação ao trabalho doméstico, 47% das entrevistadas disseram ser responsáveis pelo cuidado de alguém. Entre essas mulheres, 57% são responsáveis por filhos de até 12 anos e 6,4% por outras crianças, sendo que as mulheres negras são 60% dessas últimas, o que indica o cuidado para além do núcleo familiar, seja de sobrinhos, netos ou de crianças da vizinhança. Já 27% das entrevistadas afirmaram ser responsáveis por idosos e 3,5% por pessoas com deficiência (SOF, 2020).

Além disso, 35,7% das mulheres entrevistadas são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado em suas casas. Do total, 64% indicou que durante o período de isolamento social a distribuição desse trabalho permaneceu a mesma, para 23% a participação de outras pessoas diminuiu e para 13% essa participação aumentou (SOF, 2020).

A sobrecarga já era a realidade das mulheres antes da pandemia. De acordo com Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do IBGE, referente a 2019, as mulheres que trabalham dedicam em média 21,4 horas para afazeres domésticos e cuidados de pessoas da família, especialmente os filhos. Homens empregados dedicam 11 horas para essas atividades. Desta forma, a jornada semanal feminina demandava 56,2 horas semanais em 2019, sendo 34,8 horas de emprego e as 21,4 horas de cuidados da casa e das pessoas. No caso dos homens, essa jornada ocupa em média 50,3 horas semanais, sendo 11 horas de cuidados em casa (IBGE, 2020).

A manutenção das mulheres como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado tem relação com a forma como se estruturou a mercantilização do cuidado que é entendido como um problema individual das famílias e não uma questão coletiva. Isso incide de maneira diferente não só entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres. Com a falta de mecanismos públicos para o cuidado há a limitação da participação das mulheres no trabalho remunerado, impede que a mulher se qualifique e ocupe postos melhor remunerados, reproduzindo o ciclo de vulnerabilidade (BIROLI, 2014c; 2018).

Um dos aspectos funcionais à manutenção dessas estruturas de desigualdade no interior das famílias, sobretudo as heteronormativas é a dualidade entre a esfera pública e a privada, que se assenta na noção liberal moderna de garantia de liberdades individuais e de privacidade, mas acaba por transformar o lar, ou o espaço privado, em um lugar de

desigualdade, subordinação, sujeição e, até mesmo, de violência. Essa ideia de liberdade individual serviu para encobrir as relações desiguais no âmbito familiar e para excluir as mulheres dos espaços públicos baseado na noção de domesticidade natural. Essa ideia também tem relação com o ideal de família nuclear burguesa, com a ascensão do capitalismo e com a expansão das cidades industriais, associando o masculino à vida pública e o feminino à privada (BIROLI, 2014b; ABOIM, 2012).

A dicotomia que separa o público e o privado é a mesma que opõe a família como o espaço da vida doméstica, do feminino e a rua como o espaço como o lugar da política, dos negócios e do masculino. Essa dicotomia se desdobra em várias outras, para além de masculino e feminino, político e doméstico, como produção e reprodução, cultura e natureza, independência e dependência, racionalidade e subjetividade. Essa distinção serve para legitimar a opressão das mulheres no âmbito privado, uma vez que a construção sócio-histórica de gênero atribui às mulheres o mundo privado e aos homens o espaço público/político (CARLOTTO, MARIANO, 2010).

Essa fronteira entre o público e o privado, que tem por objetivo preservar a família nuclear moderna da intervenção do Estado acaba por não proteger os direitos individuais e tem implicações diferentes para homens e mulheres, mas também para diferentes grupos de mulheres. A socialização do cuidado das crianças, por exemplo, para algumas mulheres, sobretudo as mais vulneráveis, pode representar maior possibilidade de autonomia e participação na esfera pública, no entanto, a intervenção na vida doméstica e familiar pode representar, para essas mesmas mulheres e outros grupos mais vulneráveis, formas de violência simbólica (BIROLI, 2014b).

Por isso, não é possível pensar na esfera privada descolada da esfera pública, uma vez que o tipo de relação que se organiza em uma tem repercussões importantes em outra. Por exemplo, o exercício do trabalho remunerado por parte das mulheres tem relação direta com as estruturas que se organizam no âmbito doméstico, seja pela divisão do trabalho, ou mesmo pelas relações de poder. Nossa própria identidade, enquanto mulher, é marcada pela experiência na esfera privada, pelo lugar que ocupamos, pelos papéis que desempenhamos e pelo grau de autonomia. Essas experiências são diversas para mulheres heterossexuais ou lésbicas, casadas ou solteiras, com filhos ou sem, mais ou menos escolarizadas e de diferentes classes sociais, tendo repercussões importantes nos lugares que elas ocupam na esfera pública. Portanto, quando pensamos em relações igualitárias, elas precisam ser em todos os âmbitos (BIROLI, 2014b).

A ampliação dos direitos civis das mulheres tem repercutido positivamente no desmantelamento de relações de subordinação na esfera privada e na ampliação da participação das mulheres na esfera pública. Um dos avanços neste sentido se deu a partir da criação da Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, em 2006, que tipifica a violência doméstica contra a mulher. Além disso, o reconhecimento do estupro no casamento como crime também é outro exemplo de que essa interferência do Estado no âmbito doméstico pode garantir não só mais direitos como mais dignidade e até mesmo segurança e integridade física, uma vez que o lar não é apenas o espaço dos afetos, mas pode ser, também, o espaço da subordinação e da violência (BRASIL, 2006).

De certa forma, essas mudanças têm provocado alterações nas relações de gênero no interior das famílias, mas é importante lembrar que a lei tipifica os crimes e cria a possibilidade de punição para os agressores, no entanto, ela, por si só, não cria a realidade e não impede que a violência seja cometida e que relações de dominação e subordinação sejam mantidas no interior dos lares. Além disso, a ampliação dos direitos civis das mulheres, não significa necessariamente alterações na estrutura familiar no que diz respeito, por exemplo, à divisão igualitária de tarefas domésticas (ABOIM, 2012).

Assim como as relações sociais, de forma geral, as relações familiares também são organizações complexas e permeadas por diferentes sentidos e experiências para diferentes sujeitos e diferentes grupos. Portanto, não é possível pensar na esfera pública e na esfera privada como uma dicotomia, mas como dois espaços que se entrelaçam e se (re)configuram, um com repercussões sobre o outro. Portanto, é preciso pensar além da dicotomia entre intervenção ou não intervenção por parte do Estado, considerando essas complexidades, imbricações e repercussões para diferentes sujeitos e diferentes grupos. O que para algumas famílias pode sugerir o comprometimento da liberdade e, até mesmo da privacidade, para outras, pode significar proteção e autonomia.

Quando falamos em esfera pública, estamos falando no Estado, mas também no espaço da cidadania e da sociabilidade. Portanto, excluir as mulheres do espaço público, significa nos excluir não só das políticas públicas, mas restringir nossa participação política, nossa cidadania e nossas relações sociais. Apesar das transformações sociais que reorganizaram (ainda que parcialmente) os lugares de homens e de mulheres e das críticas a esta concepção sexista que atribui à mulher o espaço doméstico/privado e ao homem o espaço público, a intervenção do Estado no que se refere às políticas públicas de proteção à família se dirige às mulheres que representam a personificação da família. No entanto, essas políticas

não têm como objetivo a autonomia dos indivíduos, mas a proteção por parte do Estado (ABOIM, 2012; CARLOTO, MARIANO, 2010).

Outro aspecto fundamental para pensar como são estruturadas as relações de gênero no âmbito familiar é a maternidade, sobretudo se levarmos em consideração a maternidade compulsória para a grande maioria das mulheres pela forma como somos socializadas, pela falta de uma política concreta de educação sexual e pela criminalização do aborto.

No nosso processo de sociabilidade somos ensinadas que a mulher só é completa ou conhece o amor verdadeiro quando é mãe. Por outro lado, mulheres que não desejam a maternidade são classificadas como egoístas e insensíveis. Assim, o patriarcado faz a mulher desejar o lugar de mãe e toda a nossa socialização é permeada por esta construção. A falta de uma política concreta de educação sexual, combinada à moral sexual conservadora, são empecilhos para o planejamento familiar e empurram jovens para a gravidez precoce. Segundo dados do IBGE, em 2019, a taxa de fecundidade de adolescentes de 15 a 19 anos era de 59/1.000. No Brasil, são cerca de 400 mil jovens grávidas por ano. Por fim, a criminalização do aborto limita a autonomia das mulheres no que se refere ao controle da sua capacidade produtiva, por isso, em que pese a conquista de direitos relacionados aos métodos contraceptivos e às tecnologias reprodutivas, nem sempre a maternidade é uma escolha. No entanto, ela é um fator estruturante dos constrangimentos e oportunidades que as mulheres terão em sociedade (BIROLI, 2018; IBGE, 2021b).

O papel da mãe também foi construído historicamente, baseado em um determinismo biológico e na divisão entre público e privado, sendo ele desempenhado por alguém que não tem lugar ativo nas relações sociais, políticas ou no trabalho reprodutivo, ou seja, baseado em um ideal de domesticidade. No entanto, na contemporaneidade, a mulher não está mais restrita ao ambiente doméstico e ocupa diferentes lugares, ainda que em posição de desigualdade em relação aos homens. Hoje, estamos no mercado de trabalho, na política, cumprimos jornadas exaustivas na indústria e, na grande maioria, assumimos exclusivamente o cuidado com as crianças.

A construção da maternidade como o lugar ideal e natural das mulheres cis, uma vez que temos útero, e o próprio amor materno como sendo algo intrínseco a todas as mulheres, tem sido questionada fortemente durante o século XXI, uma vez que foram essas noções, baseadas na biologia e em uma suposta natureza feminina/materna que tornaram a maternidade, praticamente, uma obrigação e relegaram a nós o principal papel de mães e cuidadoras. No entanto, pode-se afirmar que o amor materno não é um instinto ou uma tendência feminina inata, mas, tal qual como o gênero, uma construção, um comportamento

social variável e adaptável de acordo com os costumes e o período sócio-histórico. Ou seja, essa predisposição natural para a maternidade é um mito (VÁSQUEZ, 2014, BADINTER, 1985).

Mais uma vez é importante pontuar as diferenças na experiência da maternidade entre as mulheres a partir de marcadores como classe social, raça/etnia e sexualidade. Essa representação idílica da família e a idealização da mulher como mãe é uma realidade baseada nos valores modernos burgueses não se aplica, por exemplo, às mulheres das classes trabalhadoras e às mulheres pobres que são penalizadas pela falta de políticas públicas que garantam os cuidados básicos necessários a uma criança. Da mesma forma, a experiência de maternidade das mulheres negras se distancia muito desse ideal uma vez que elas representam a grande maioria das trabalhadoras domésticas que deixam seus próprios filhos aos cuidados de outras pessoas para cuidar de filhos que não são seus. A experiência da maternidade negra também é atravessada pela violência policial, uma vez que o Brasil é o país onde 30 mil jovens são mortos por ano pelo Estado, sendo 70% deles jovens negros. A sexualidade também se impõe como um fator de diferenciação, uma vez que mulheres lésbicas solteiras ou casadas não fazem parte deste ideal de família e ainda enfrentam preconceito quando exercem o seu direito à maternidade (BIROLI, 2018).

A privatização do cuidado na sociedade capitalista, a falta de equipamentos públicos e de recursos para acessar serviços privados repercute de formas distintas para diferentes grupos de mães. No Brasil, a maioria das creches funciona em tempo integral, no entanto, as vagas são insuficientes. Já na pré-escola e ensino fundamental, as escolas são predominantemente em tempo parcial. Enquanto as mães das classes mais abastadas podem contratar serviços de empregadas domésticas ou escolas particulares em tempo integral, às mães trabalhadoras das classes menos privilegiadas resta contar com familiares, vizinhas, irmãos e até as filhas mais velhas para o cuidado das crianças. Assim, a falta de políticas públicas e a divisão desigual das tarefas domésticas e de cuidados criam um conflito entre maternidade e trabalho que repercute em desemprego e precarização para as mães trabalhadoras (BIROLI, 2018; SORJ, FONTES, MACHADO 2007).

A composição das famílias tem sido profundamente alterada nas últimas décadas com a ascensão de famílias menores, monoparentais. Também há um aumento de famílias chefiadas por mulheres sem maridos, o aumento no número de pessoas que moram sozinhas e de casais sem filhos. Conforme os dados do IBGE, em 2018 eram mais de 32 milhões de lares chefiados por mulheres em diferentes arranjos (IBGE, 2018). É importante notar que a falta de políticas públicas de distribuição do cuidado amplia os conflitos entre família e trabalho.

Isso faz com que muitas mulheres tenham que deixar o mercado de trabalho formal e passem a atuar informalmente ou por conta própria. De forma geral, a participação no mercado de trabalho se modifica de acordo com o tipo de família na qual as mulheres estão inseridas, uma vez que as demandas do cuidado recaem quase que exclusivamente sobre as mulheres. Enquanto que para os homens a taxa de participação no mercado de trabalho se mantém estável e alguns arranjos familiares se constituem em uma vantagem a mais para eles (SORJ, FONTES, MACHADO, 2007).

Isso indica que o nosso acesso ao trabalho remunerado permanece ainda hoje condicionado por nossas relações domésticas e familiares. Já o acesso dos homens ao mercado de trabalho permanece naturalizado, da mesma forma em que pouco se alterou o imaginário social a respeito da figura da esposa/dona de casa e, em que pese o ingresso da mulher no mercado de trabalho, seja pela satisfação pessoal ou pela necessidade de obtenção de renda, a distribuição do trabalho doméstico pouco se alterou. Além disso, a participação da mulher no mercado de trabalho e a manutenção quase que exclusiva pelas demandas físicas e emocionais da família gera uma sobrecarga às mulheres (ARAÚJO, SCALON, 2005).

A reconfiguração e os novos arranjos familiares, com a redução do modelo de família nuclear formada por um casal heterossexual e filhos, a ascensão das famílias monoparentais femininas, o aumento nas taxas de separação e divórcio e a queda nas taxas de fecundidade, além da maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e o aumento no nível de escolaridade foram alguns fatores que tiveram um grande impacto tanto no modelo tradicional de família quanto na divisão sexual do trabalho que reserva ao homem o trabalho produtivo e à mulher o trabalho reprodutivo. No entanto, a igualdade nas relações familiares ainda está longe de se concretizar porque apesar da naturalização do ingresso da mulher no mercado de trabalho e do seu papel como co-provedora e mesmo como provedora, a participação masculina nas atividades domésticas ainda não é naturalizada e é vista como uma ajuda e não como obrigação (SORJ, 2005).

O fato é que a norma heterossexual ainda é um pilar que sustenta o modelo de família nuclear moderna. Em que pese a reconfiguração das famílias e o avanço na legislação que reconhece a união civil entre as pessoas do mesmo sexo e todos os direitos que decorrem dela, as políticas públicas e muitos direitos ainda estão vinculados à noção heteronormativa de família, excluindo da proteção do Estado, justamente, os grupos mais vulneráveis. Além disso, para além da valorização dos laços familiares, é preciso considerar a proteção dos direitos individuais e da igualdade de gênero como forma de combater a violência física e simbólica e a subordinação das mulheres nas relações familiares, uma vez que este modelo de

família heteronormativa que tem no homem o provedor e na mulher a cuidadora, além de sobrecarregar as mulheres, acaba interditando nossas possibilidades de autonomia e perpetuando um ciclo de vulnerabilidade e desigualdade.

Um dos pontos fundamentais onde as relações desiguais de gênero no âmbito familiar incidem é na nossa inserção no mercado de trabalho. A manutenção do papel da mulher como cuidadora repercute em menos tempo para o trabalho remunerado, ocupações precarizadas ou informais e de menor jornada, salários menores, falta de proteção social e previdenciária. Além disso, a necessidade de conciliar o cuidado com a família e o trabalho remunerado acaba por condicionar muitas mulheres ao que chamamos de empreendedorismo de sobrevivência. Para aprofundar esta discussão, a próxima seção deste capítulo trata sobre a divisão sexual do trabalho e a inserção desigual da mulher no mercado.

3.3 Divisão sexual do trabalho: a feminização do mercado

Conforme mencionei no primeiro capítulo, o trabalho é uma atividade humana fundamental que estrutura não só a vida dos indivíduos, mas a organização da sociedade de forma geral, sendo não só um meio de produção de riqueza, mas também uma forma de interação e integração social. Ainda que seja um ato compulsório, necessário para a subsistência o trabalho também se constitui em um lugar de socialização, de cidadania, de dignidade e valorização. Assim, o trabalho tem lugar central no desenvolvimento dos indivíduos, na conformação do seu estilo de vida e das suas identidades. Por isso é central compreender como os sujeitos vivenciam a atividade laboral, seus constrangimentos, possibilidades e repercussões.

Por sua centralidade é importante compreender o significado que o trabalho assume para os indivíduos, levando em consideração suas especificidades e, no caso das mulheres, tendo em vista as relações assimétricas de gênero e os entrelaçamentos entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, uma vez que para as mulheres eles estão interligados. O gênero é um fator estruturante do trabalho remunerado porque ele se constitui em um critério para criar divisões, espaços e hierarquias facilitando a entrada das mulheres em alguns espaços e dificultando em outros (HIRATA, 2007; DANIEL, 2011).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não é um fenômeno recente no Brasil. Aliás, quando falo em trabalho feminino é importante lembrar que diferentes grupos de mulheres vivenciam o trabalho de diferentes formas. No caso das mulheres negras, por exemplo, se trata de um grupo para o qual o trabalho nunca foi uma opção, mas era uma obrigação na condição de escravizadas, da mesma forma que as mulheres pobres trabalhavam

por necessidade. Ainda no século XIX, nos primeiros anos da industrialização as opções de trabalho para as mulheres eram definidas de acordo com a sua classe social. Assim, as escravas seguiam ocupadas principalmente no trabalho doméstico (uma herança do período escravocrata), as mulheres pobres foram incorporadas às indústrias enquanto que as mulheres brancas de classe média atuavam, principalmente, como professoras e enfermeiras (DANIEL, 2011).

A segunda metade do século XX, sobretudo a partir dos anos 1970, foi marcada por um intenso processo de feminização do mercado de trabalho. O percentual de mulheres ocupadas passou de 18,5% para mais de 50% nos anos 2000. A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho coincide com a reconfiguração produtiva do capitalismo em curso desde os anos 1970. O chamado período de acumulação flexível, em que a informatização da atividade industrial repercute na redução dos postos de trabalho, além da flexibilização das relações trabalhistas. Já nos anos 1990, o projeto neoliberal de reestruturação do capitalismo repercutiu negativamente sobre a economia que apresentou baixo crescimento e sobre o mercado de trabalho que passou por uma importante desestruturação, que resultou em desemprego, redução nos salários, informalidade e precarização. Foi neste contexto que um contingente expressivo de mulheres foi inserido no mercado de trabalho. Outro fator que incidiu sobre a inserção das mulheres no mercado foi a globalização. No momento em que as empresas buscavam se tornar mais competitivas no mercado global, uma das formas mais utilizadas foi a redução no custo da mão de obra por meio da contratação de mulheres, sobretudo em trabalhos precarizados e mal remunerados (HIRATA, 2002; MANTOVANI, 2018).

No entanto, é importante notar que se o trabalho na esfera pública passou por uma importante redistribuição com o ingresso massivo das mulheres, o mesmo não aconteceu na esfera privada onde o trabalho doméstico não remunerado permanece sendo majoritariamente desempenhado por nós. Assim, o modelo tido como tradicional, em que o homem desempenha o papel de provedor e a mulher de cuidadora se alterou com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho remunerado e a conseqüente (co)responsabilização pela renda familiar. No entanto, no que se refere à distribuição do trabalho doméstico, foram poucas as mudanças e a responsabilidade pela família continua sendo principalmente das mulheres, o que resulta em jornadas extensivas e sobrecarga de trabalho (PINHEIRO, MEDEIROS, 2019).

Isso deixa evidente que, em função da forma como se organizam as relações de gênero, o trabalho é vivenciado de maneiras diferentes por homens e por mulheres. Enquanto

que a maioria dos homens tem no trabalho produtivo a sua principal atividade, nós ainda tentamos organizar o trabalho extraluar contemplando o equilíbrio entre o trabalho doméstico e o remunerado, uma vez que na maioria das famílias ainda cabe à mulher a responsabilidade sobre as tarefas domésticas e de cuidado. As interconexões entre essas e outras dinâmicas fazem com que a divisão sexual do trabalho se constitua em um importante *locus* da reprodução das relações assimétricas de gênero.

Também é importante destacar a polaridade que marca o trabalho feminino, dividido entre mulheres com baixa escolaridade que se dividem entre a atividade profissional e o trabalho doméstico e mulheres qualificadas que ocupam postos de trabalho de chefia e terceirizam para outras mulheres (empregadas domésticas, babás, cuidadoras, mães e avós) os cuidados com a casa e a família. Isso deixa evidente que a divisão sexual do trabalho se organiza a partir de dois eixos hierárquicos: um entre homens e mulheres e outro entre diferentes grupos de mulheres, onde mais uma vez os aspectos como classe social, raça/etnia se entrelaçam com as desigualdades de gênero.

A divisão sexual do trabalho ao mesmo tempo em que produz é produto das relações de gênero construídas social e historicamente. Relações essas que, como mencionei na seção anterior deste capítulo, reservaram às mulheres o espaço doméstico do privado e aos homens o espaço público da produção social. Essa divisão social estabeleceu o trabalho doméstico como um atributo natural das mulheres, baseado em um determinismo biológico, trabalho este considerado de pouco valor social e, até mesmo, invisível. Enquanto aos homens coube o trabalho produtivo, reconhecido e valorizado socialmente. Essa suposta domesticidade natural feminina está na raiz da forma desvantajosa de como nós, mulheres, fomos inseridas no mercado de trabalho em relação aos homens (HIRATA, KERGOAT, 2007).

Essa divisão não é harmônica e está associada à condição de subordinação, exploração e opressão das mulheres, ou seja, em uma relação de poder e dominação entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho, ao mesmo tempo em que é resultado dessas relações hierárquicas entre homens e mulheres, também é uma condição para que as relações assimétricas de gênero se fortaleçam, ou seja, é um sistema que se retroalimenta, estruturando relações, identidades e alternativas. Sendo o trabalho um aspecto estruturante da nossa identidade e do nosso papel social, a divisão sexual do trabalho repercute na forma como nos percebemos, como nos posicionamos e, até mesmo, nos constrangimentos e possibilidades que conformam as nossas trajetórias (KERGOAT, 2009; BIROLI, 2018).

É importante notar que a inserção feminina no mercado sempre foi marcada pela vulnerabilidade. As dinâmicas que condicionam a inserção da mulher no mercado de trabalho

são explicadas por diferentes fatores econômicos, sociais e culturais em uma construção baseada no princípio da separação entre trabalho de homem e trabalho de mulher e, ainda mais significativo, no princípio de hierarquização que atribui uma importância maior ao trabalho do homem do que da mulher. Esta é uma concepção que alimenta o paradoxo que, ao mesmo tempo em que a presença da mulher no mercado de trabalho aumenta, permanecem as desigualdades de salário e de oportunidades, além disso, continuamos a assumir o trabalho doméstico (KERGOAT, 2010).

A divisão sexual do trabalho nos mantém em desvantagem em relação aos homens em três principais aspectos, cargos, salários e prestígio social. Não é por acaso que a inserção da mulher no mercado de trabalho vem aumentando proporcionalmente a mudanças estruturais importantes como a redução no trabalho industrial (redução predominantemente masculino), o aumento do trabalho no setor da prestação de serviços (ocupação majoritariamente feminina) e a recente desestruturação do mercado de trabalho formal por conta da reforma trabalhista que ampliou a informalidade, o trabalho temporário, o trabalho intermitente e a precarização (MANTOVANI, 2020).

Conforme dados do estudo *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil* do IBGE, divulgado em 2021 com dados apurados em 2019, 54,5% das mulheres com 15 anos ou mais integravam a força de trabalho no país. Entre os homens, esse percentual sobe para 73,7%. Um dos motivos para essa desigualdade, conforme já apontei, está na estrutura familiar. Segundo o estudo, o nível de ocupação das mulheres entre 25 e 49 anos que têm filhos até 3 anos é de 54,6%, enquanto que para os homens na mesma faixa etária e com filhos o nível de ocupação chega a 89,2%. A maior sobrecarga com as tarefas domésticas (21,4 horas semanais contra 11,0 horas semanais) também faz com que mais de 30% das mulheres trabalhe em tempo parcial, com jornada de até 30 horas semanais, enquanto que para os homens, apenas 15,6% atuam nesta condição. O estudo também apontou as diferenças salariais, indicando que as mulheres recebiam, em média, 77,7% do total recebido pelos homens, apesar de terem maior escolaridade. Entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos homens não tinham instrução ou tinham ensino fundamental incompleto. Entre as mulheres esse percentual é de 37,1%. Por outro lado, a proporção de pessoas com nível superior completo é de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres (IBGE, 2021b).

Além disso, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), no quarto trimestre de 2020, ao mesmo tempo em que as mulheres representavam a maioria da população em idade de trabalhar (53,2%) representavam também a maioria das pessoas desocupadas (52,9%). As mulheres também representavam a maioria da

população fora da força de trabalho, ou seja, nem ocupadas, nem desocupadas, sendo 64,2% (IBGE, 2021c).

Os dados mostram aquilo que já era sabido, que a posição das mulheres seja no mercado de trabalho, nas relações familiares ou sociais não se constrói de forma isolada, mas é resultado da hierarquia que se estabelece entre homens e mulheres. Essa hierarquia é construída com base em um determinismo biológico que atribui lugares e papéis diferentes e específicos para homens e mulheres como, por exemplo, a divisão entre o trabalho reprodutivo e o trabalho produtivo. Ainda hoje, em muitos lares, persiste a ideia de que o cuidado com a casa e a família é atribuição da mulher e que a principal função do homem é ser o provedor do lar. Essa divisão faz com que o trabalho masculino seja considerado fundamental, enquanto que o trabalho feminino ainda é visto como uma ajuda, como menos importante. Assim, mesmo que 32 milhões de lares sejam chefiados por mulheres, o nosso trabalho ainda não é visto como essencial e mesmo que sejamos mais escolarizadas, recebemos salários menores que dos homens.

Além da hierarquização, ainda persiste a divisão entre trabalho de homem e trabalho de mulher. Um exemplo disso é o trabalho doméstico remunerado que ocupa 93% de mulheres. Por outro lado, a construção civil e o transporte coletivo, ainda são áreas predominantemente masculinas. De forma geral, as ocupações consideradas femininas ainda são as com menor remuneração e prestígio social. A mão de obra feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação.

Na base dessa diferenciação entre trabalho de homem e de mulher estão os estereótipos de gênero que associam a masculinidade à virilidade, à força, à racionalidade e à lógica e a feminilidade à leveza, à delicadeza, à paciência, à minúcia e, até mesmo, ao sentimentalismo. Essa oposição justifica que fiquem reservadas aos homens as ocupações de maior prestígio social e melhor remuneração e às mulheres as tarefas e ocupações ligadas ao cuidado, ao preparo da comida, à limpeza, à beleza, etc. (HIRATA, 1995).

O mercado de trabalho recruta homens e mulheres de forma seletiva, reservando a nós os trabalhos em tempo parcial, ocasionais e informais. Além disso, a discriminação das mulheres ainda é um fator presente. Ainda que haja regulamentação no que se refere à garantia de direitos das mulheres no mercado de trabalho, sabe-se que ainda persistem práticas discriminatórias no que se refere não só ao gênero, mas também à raça/etnia, sexualidade, idade e outros aspectos. Essa discriminação tem consequências como a dificuldade em acessar melhores cargos e salários, assédio moral, assédio sexual e demissão

por conta da maternidade ou mesmo da necessidade de conciliar a atividade profissional com a vida familiar (YANNOULAS, 2002).

Atualmente, chama a atenção o debate sobre a ampliação da conciliação entre as esferas pública e privada com o objetivo de articular o trabalho doméstico com a vida profissional a partir de uma suposta redefinição dos papéis de homens e mulheres, no entanto, não há uma alteração significativa no que se refere à responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, que continua sendo da mulher, que avança no trabalho remunerado sem se desvincular do trabalho de reprodução da vida. Mais uma vez, a insuficiência ou a inexistência de serviços públicos de cuidado se impõe como um fator estruturante dessa configuração, uma vez que a privatização do cuidado impõe sobre as mulheres essa responsabilidade (PINHEIRO, 2018).

O ingresso das mulheres no mundo do trabalho produtivo não foi acompanhado na mesma medida pela participação dos homens no trabalho doméstico. Além disso, não há uma adaptação das empresas no sentido de acomodar as demandas domésticas majoritariamente femininas de forma a conciliar trabalho produtivo e reprodutivo, da mesma forma que o Estado se omite na criação de políticas públicas que acomodem essas demandas e facilitem a conciliação entre as esferas pública e privada. Outro aspecto que contribui para a desigualdade no que se refere à divisão sexual do trabalho é que ainda persistem concepções tradicionais sobre os papéis de gênero que atribui lugares específicos a homens e mulheres sobre o casamento, tendo o homem como principal provedor e a mulher como a principal cuidadora e sobre o próprio trabalho feminino, ainda visto como uma “ajuda” (PINHEIRO, 2018).

É interessante notar como a nossa posição na família influencia na forma como nos inserimos no mercado de trabalho. Um exemplo disso, é que as mulheres com maior participação no mercado são as que moram sozinhas e não tem filhos ou não formam famílias. Enquanto que para os homens, os que mais participam do mercado são justamente os que têm família. Além disso, as mulheres cônjuges têm uma inserção menos favorável no mercado, sendo maior a presença das mulheres chefes de família sem cônjuges do que das mulheres casadas. Também é elevada a taxa de inserção das mulheres solteiras/chefes de família com pelo menos um filho. O que deixa evidente que a presença dos filhos, principalmente para mulheres sozinhas, apesar da dificuldade de conciliar trabalho e maternidade, a falta de ter com quem dividir o sustento da família, obriga essas mulheres a trabalharem. No entanto, é importante ressaltar que boa parte dessas mulheres acaba ocupando os postos informais que, apesar de serem mal remunerados e não oferecerem qualquer direito social, trabalhista ou

previdenciário, permitem a flexibilidade na jornada, permitindo conciliar o trabalho com a vida doméstica. As mulheres que têm jornadas e salários maiores também são as solteiras e sem filhos. Isso demonstra que as mulheres que conseguem obter uma renda mais elevada ou se inserir em empregos melhores estão sozinhas (SORJ, FONTES, MACHADO, 2007).

Conforme já mencionei, a divisão sexual do trabalho tem repercussões não só entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres, onde há uma divisão entre trabalhadoras mais e menos escolarizadas. De um lado, as profissionais qualificadas, com bons salários e profissões socialmente valorizadas como médicas, advogadas ou engenheiras. De outro, as menos escolarizadas que se ocupam principalmente no setor de serviços pessoais como cabeleireiras, manicures, diaristas e empregadas domésticas que, além de terem menor remuneração também desfrutam de menor prestígio social. O que é interessante notar é que essa bipolarização segmenta as mulheres em dois grupos, aparentemente, antagônicos, mas um depende do outro para a sua ascensão profissional (HIRATA, 2005).

Lembro também que as desigualdades no mercado de trabalho sempre existiram e afetam a todas as mulheres em maior ou menor grau, mas é importante notar que desde 2020, com a crise provocada pela pandemia de Covid-19 descortinou problemas sociais e estruturais históricos no Brasil, as desigualdades se aprofundaram de forma aguda e o mercado de trabalho também foi fortemente afetado por essas dinâmicas. Sendo o mercado de trabalho um importante *locus* de produção e reprodução das desigualdades de gênero, obviamente, que as mulheres foram as mais prejudicadas pelas repercussões da pandemia do Novo Coronavírus no mercado de trabalho.

Conforme os dados apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD – Covid-19), a taxa de desemprego subiu de 13,6% em agosto para 14,0% em setembro. Entre as mulheres, a taxa de desocupação chegou a 16,9% em setembro, enquanto que a dos homens foi de 11,8%. Também é importante notar que em agosto a taxa de desocupação das mulheres era de 16,2% enquanto que a dos homens era 11,7%. Também chama a atenção que entre maio e setembro o número de mulheres ocupadas caiu de 36,1 milhões para 34,4 milhões, enquanto no caso dos homens esse número se manteve, praticamente estável, entre 48,6 e 48,3 milhões. Ou seja, ainda que a taxa de desocupação das mulheres, historicamente, seja maior que a dos homens, o contexto da pandemia agravou essa desigualdade (IBGE, 2020c).

No que se refere ao trabalho doméstico, 35,7% das mulheres entrevistadas são as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado em suas casas. Do total, 64%

indicou que durante o período de isolamento social a distribuição desse trabalho permaneceu a mesma, para 23% a participação de outras pessoas diminuiu e para 13% essa participação aumentou. Ainda é interessante apontar que, segundo a pesquisa, entre as mulheres que estão conseguindo cumprir com o isolamento social 24,5% disseram que a participação de outras pessoas diminuiu, enquanto que para 15% aumentou. Já entre as mulheres que não conseguiram cumprir com o isolamento 41% indicam que houve redução na participação de outras pessoas no trabalho doméstico (SOF, 2020).

As relações de gênero são dinâmicas e não lineares, assim, estão sujeitas a avanços e retrocessos. O contexto da pandemia de Covid-19 é um marco importante em que muitos retrocessos foram impostos às mulheres no que se refere à divisão sexual do trabalho. Isso fica evidente, sobretudo, quando observamos a forma como se organiza o trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Neste sentido, dois fatos são emblemáticos ao expor a desigualdade e a subordinação das mulheres ao trabalho doméstico. A primeira morte no Rio de Janeiro pelo novo coronavírus foi da empregada doméstica Cleonice Gonçalves, que foi infectada pelos patrões recém chegados de viagem à Europa. Outro fato marcante foi o caso do menino Miguel Otávio de Santana, de 05 anos, morto no Recife. A mãe de Miguel, Mirtes, era empregada doméstica de uma família tradicional na elite do Recife. Com o fechamento da escola, Mirtes teve que levar o filho junto para a casa onde trabalhava. Enquanto passeava com os cachorros da família, Miguel ficou sob os cuidados da patroa de Mirtes, Sarí, que deixou o menino sozinho no elevador para procurar pela mãe. Ele teve acesso à área externa do prédio e morreu ao cair do 9º andar (G1, 2020a; G1, 2020b).

Esses dois relatos mostram como a crise gerada pelo vírus atinge de maneira diferente as mulheres em relação aos homens, mas também de maneira diferente grupos de mulheres inseridos em contextos sociais e econômicos diversos. É importante lembrar que no Brasil o vírus foi trazido pela classe média em suas viagens ao exterior, no entanto, a população mais atingida foi a classe que vive do trabalho, as populações empobrecidas e as indígenas. Além da desigualdade social histórica no Brasil, a falta de políticas públicas e do comprometimento do governo em combater os avanços e os efeitos da pandemia evidenciam o descaso com a saúde e com a proteção social, principalmente, das populações mais vulneráveis.

A divisão sexual do trabalho e o trabalho doméstico como atribuição natural feminina cria desigualdades entre homens e mulheres, ela também cria desigualdades entre diferentes mulheres. Isso porque a mercantilização do cuidado e do trabalho doméstico, põe em pontas opostas as mulheres mais escolarizadas e com carreiras profissionais consolidadas e as mulheres menos escolarizadas e que não tiveram condições de construir uma carreira no

mercado de trabalho, essas, em sua maioria, mulheres pobres e negras. Ou seja, a externalização do trabalho doméstico expõe a bipolarização do trabalho feminino e suas interrelações com raça e classe (BRUSCHINI, LOMBARDI, 2000).

Quando uma mulher contrata outra para realizar o trabalho doméstico no interior da sua casa, ela tem tempo livre para se dedicar ao trabalho remunerado, para cuidar de si, para o lazer ou para estudar. No entanto, apesar de conquistar esse tempo para si e se liberar da obrigação do trabalho doméstico não remunerado, ela não mexe na estrutura da divisão sexual do trabalho. Neste caso, o conflito se desloca e deixa de ser entre homens e mulheres para ser entre mulheres, mantendo os homens apartados dessa responsabilidade pela reprodução da vida. Dessa forma, além de manter as relações desiguais entre homens e mulheres, essa desigualdade passa a ser tangenciada também pelas relações sociais de classe e de raça (ÁVILA, FERREIRA, 2020).

A necessidade de conciliar o trabalho produtivo com o cuidado com a casa e a família faz com que muitas mulheres acabem buscando por meio do trabalho por conta própria uma forma de equacionar essas demandas. A pandemia de Covid-19, por exemplo, produziu milhões de “empreendedores”. Mas não é só isso. A própria criação da política pública do Microempreendedor Individual se dá com o objetivo de proporcionar inclusão produtiva e formalização a milhões de brasileiros que atuavam por conta própria e sem proteção social. No entanto, a aprovação da reforma trabalhista em 2017 amplia a desregulamentação do mercado de trabalho, fazendo com que muitos trabalhadores e trabalhadoras tenham que buscar no trabalho por conta própria sua forma de sobrevivência (MANTOVANI, 2018, 2020).

Conforme dados apurados pela PNAD Contínua, em 2018, as mulheres representam 34,4% dos ocupados como donos de negócios, no Brasil, que considera os empregadores e os trabalhadores por conta própria. No caso das mulheres, 87% das donas de negócio são trabalhadoras por conta própria. Do total, 44% das mulheres donas de negócios, o são por necessidade, 45% delas são chefes de domicílio e mais de 80% trabalham sozinhas. Um dado que chama a atenção é alta taxa de informalidade, uma vez que 70% delas atuam sem CNPJ. A jornada de trabalho das mulheres, em média é menor que a dos homens. Enquanto que a maioria dos homens (39%) trabalha de 40 a 45 horas, a maioria das mulheres (38%) trabalha de 14 a 40 horas por semana. Isso se reflete na renda das mulheres que é 22% inferior a dos homens. Também é interessante notar que um quarto das mulheres donas de negócios trabalha no próprio domicílio (IBGE, 2019b).

Os dados apontados mostram que o trabalho por conta própria acaba sendo a alternativa de inserção no mercado de trabalho para muitas mulheres, mas nem sempre por escolha. Atuar como trabalhadora por conta própria permite à mulher ter jornadas mais flexíveis, no entanto, repercute em renda menor. A falta de formalização deixa essas trabalhadoras à margem de direitos sociais, em profunda vulnerabilidade. Além da falta de alternativa e de perspectiva no mercado de trabalho formal, além da necessidade de conciliar o trabalho doméstico com a atividade remunerada, também há um aparato ideológico, institucional e midiático, como o sistema bancário, o SEBRAE e o próprio governo, que atribui uma positividade ao empreendedorismo, vendendo a falsa ideia de que para ter sucesso no mercado capitalista basta querer (MANTOVANI, 2018).

Se, por um lado, o trabalho por conta própria permite à mulher ter controle do seu tempo, a vulnerabilidade da mulher na condição de empreendedora ou de trabalhadora por conta própria contribui para mantê-la em situação de subordinação, seja nas relações sociais ou familiares. Isso porque a atuação como MEI acaba servindo como um instrumento de precarização do trabalho feminino por meio da terceirização, do trabalho temporário ou intermitente, da subcontratação e até mesmo da informalidade. Isso porque, apesar de dispor de um número de CNPJ e de obter alguma proteção social, o vínculo formal é substituído pelo trabalho autônomo e sem direitos como FGTS, férias, 13º salário e repouso remunerado. Além disso, é importante perceber que a política pública não é normativa, ela cria a possibilidade, mas não cria a realidade concreta. Ou seja, ao mesmo tempo em que ser portador de uma carteira de trabalho não garante emprego a ninguém, ter um número de CNPJ como MEI não é garantia de trabalho e renda, uma vez que estas trabalhadoras e trabalhadores estão muito mais expostos às instabilidades do mercado de trabalho e da economia do que trabalhadores e trabalhadoras com carteira assinada e proteção social (MANTOVANI, 2018).

Isso mostra que a divisão sexual do trabalho impõe limites importantes às mulheres, principalmente, no que se refere à autonomia. As desigualdades no mercado se entrelaçam à ideia de que é da mulher a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo e pela família, ao mesmo tempo em que a privatização do cuidado e a falta de políticas públicas sobrecarregam as mulheres em jornadas extensivas e intensivas. Para compreender o papel do Estado enquanto regulador das relações de gênero e, sobretudo, enquanto agente de manutenção ou de transformação no que se refere às hierarquias e entre homens e mulheres, a próxima e última seção deste capítulo trata, especificamente, sobre Estado e relações de gênero com o objetivo de compreender como as políticas públicas impõem limites à superação das desigualdades.

3.4 Estado e relações de gênero

De acordo com o que mencionei anteriormente, a dominação das mulheres é um produto das relações sociais que são histórica, social e territorialmente localizadas, portanto, não é algo natural, mas naturalizado. Assim, as desigualdades são produzidas e reproduzidas, tendo as instituições como família, escola, sociedade, religião, economia, política e o Estado, papel central na construção e legitimação das hierarquias entre os gêneros. Por isso, quando falo em Estado, é importante compreender como se organiza e opera essa instituição, a partir de diferentes concepções. O modelo de Estado muda de acordo com a sociedade em uma relação dual: conforme as relações sociais se tornam mais complexas, o Estado precisa se adaptar a essas mudanças. Da mesma forma que sua atuação (seja por ação ou omissão) também incide sobre a organização social.

A partir de diferentes autores, pode-se compreender como diferentes concepções de sociedade e de Estado foram historicamente construídas. Quando diz que o homem é o lobo do homem, Thomas Hobbes quer dizer que, na condição natural, os homens vivem em constante guerra uns contra os outros a partir de um desejo de domínio sobre o seu semelhante ou, conforme ele determina, essa guerra se dá por competição, desconfiança ou glória e tem como objetivos o lucro, a segurança ou a reputação. Por isso, é necessário que haja um poder que esteja acima das pessoas, que estabeleça um contrato social para garantir a preservação da vida. Esse poder é o Estado que representa “a multidão unida numa só pessoa” (HOBBS, 1988, p. 61). Um poder instituído por cada um a partir de um pacto recíproco, um contrato social, “para assegurar a paz e a defesa comum” (HOBBS, 1988, p. 61).

Já para John Locke, que diverge da teoria de Hobbes, o estado de natureza é um estado de perfeita liberdade e que, sendo os homens iguais, não há nenhuma autorização para que destruam uns aos outros. Ou seja, de certa forma, para o autor, no estado de natureza os homens viviam em paz e harmonia. No conceito que Locke estabelece sobre o Estado, a propriedade tem centralidade. Para o autor, a terra é um direito ou uma propriedade comum a todos. A propriedade individual é resultado do trabalho que o homem emprega para retirar algum bem da natureza. Portanto, o trabalho faz com que um bem deixe de ser coletivo. No entanto, essa regra pode ser subvertida pela ganância. Quando a propriedade é violada, entra-se em estado de guerra, que é o estado de violência e destruição mútua. Para evitar um estado de guerra, os homens se submetem a um governo civil. Portanto, o Estado se estabelece a partir de um contrato com o consentimento de todos e o principal objetivo “da união dos homens em comunidades sociais e de sua submissão a governos é a preservação de sua propriedade” (LOCKE, 1994, p. 156).

Em outra concepção, para Rousseau, no estado natural o indivíduo goza de uma liberdade que tem como único limite as suas próprias forças, mas que ele se torna escravo das suas próprias necessidades e da busca por status e reconhecimento. O pacto social vem da soma da força e da liberdade de cada homem, quando cada um põe a sua pessoa na direção de uma vontade geral, formando um corpo coletivo, chamado Estado. A partir do pacto social, o homem perde a liberdade individual, mas ganha a liberdade civil, limitada pela vontade coletiva. Para o autor, o indivíduo só desfruta da verdadeira liberdade quando passa a agir partir das leis que prescreve a si mesmo, já que a ação por impulso é uma forma de escravidão. Assim, o Estado é uma forma de organização coletiva que preserva a liberdade ao mesmo tempo em que garante o bem-estar e a segurança da vida em sociedade (ROUSSEAU, 1996).

Já para Weber, o Estado tem o poder de criar leis para regular a conduta da sociedade, mas também de coerção por meio da violência estatal, que é considerada legítima. Assim, o Estado não se define pelo consenso ou pela participação, mas pelo monopólio do uso da força física em uma relação de dominação e subordinação entre o Estado e as pessoas. Assim, o Estado serve para evitar que os indivíduos usem a força e a violência e, portanto, se não houvesse violência nas estruturas sociais, o Estado também desapareceria, ou seja, se os indivíduos não fossem violentos, o Estado se tornaria desnecessário (WEBER, 2000).

Apesar de adotarem diferentes perspectivas sobre o surgimento, a necessidade e a função do Estado, para esses autores, chamados de contratualistas, o Estado surge a partir de um acordo coletivo ou a partir de um contrato social por meio da coesão social e da necessidade de regulação de conflitos sociais. Ou seja, o Estado tem a função principal de atender às necessidades coletivas.

Por outro lado, em oposição ao que dizem os contratualistas, para Marx o Estado não existe enquanto representante da coletividade, mas a serviço do grupo dominante, a elite burguesa. Outro contraponto em relação aos contratualistas é que, para Marx, não é o Estado quem organiza a sociedade. Pelo contrário, é a sociedade, na luta de classes, quem determina a estrutura do Estado. Assim, Marx atribui ao Estado a qualidade de sentinela da elite burguesa, ou seja, é por meio do Estado que essa elite atinge os seus objetivos. Assim, o Estado teria o papel de regular os conflitos sociais, garantindo e protegendo os interesses da classe burguesa e da propriedade privada. Para isso, o Estado se utiliza de instrumentos de repressão como a polícia, as leis e o encarceramento (MARX, 2011; MARX, ENGELS, 2002).

Para compreender como o Estado se organiza nesta concepção, é importante compreender o conceito de ideologia como um produto resultante das relações sociais, que explica a origem da sociedade e é funcional à manutenção do poder pela naturalização das desigualdades que, nos discursos ideológicos, são concebidas como meras diferenças. Assim, o Estado representa a ideologia dominante, tendo centralidade as relações de classe situadas no modo de produção capitalista e a manutenção da exploração da força de trabalho (CHAUÍ, 2000).

Seja a partir da perspectiva dos contratualistas ou da perspectiva marxista, o que resta evidente é a centralidade do Estado enquanto mediador das relações sociais por meio das políticas públicas. O que muda são as formas de interferência com o objetivo de manter ou de reorganizar as relações sociais, a partir de diferentes concepções do Estado e do seu papel. Além disso, também é preciso considerar a relevância do comportamento, das falas e das atitudes dos agentes do Estado e do seu impacto na sociedade. Neste sentido, as falas e atitudes misóginas do presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, quando diz a uma deputada federal “eu jamais ia estuprar você porque você não merece” (AMARAL, OLIVEIRA, 2019, p. 51), acabam por legitimar a misoginia, o machismo e, até mesmo, a violência contra as mulheres.

Em uma estratégia de conquistar o apoio dos setores mais conservadores e contrários às políticas de gênero, para além das falas, a indicação de uma mulher com discurso evangélico e patriarcal para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, demonstra o caráter conservador do governo. Além disso, a própria composição dos ministérios com 20 homens e apenas duas mulheres, evidencia o desprezo do atual representante do Estado brasileiro para com as mulheres (AMARAL, OLIVEIRA, 2019).

Diferentes instituições, formais e informais, contribuem para a construção e a manutenção dos papéis de gênero e das relações assimétricas entre homens e mulheres, definindo lugares, comportamentos e papéis aceitáveis. O Estado, a família, as religiões, o padrão de família nuclear heteronormativa, a maternidade e a divisão sexual do trabalho conformam possibilidades e constrangimentos que validam ou interdita a ação social dos sujeitos. Por isso, ao Estado cabe não apenas o papel de regular as relações de gênero por meio da normatividade, mas também produzir, reproduzir ou desconstruir padrões de sociabilidade por meio da ação e da educação, influenciando as normas e condutas sociais, uma vez que a ação do Estado repercute na vida social dos sujeitos e faz com que determinados padrões sejam internalizados ou contestados (MELO, MARQUES, 2019).

Além disso, o ordenamento jurídico e as políticas públicas se constituem como eixos fundamentais no que se refere aos direitos e à cidadania das mulheres e ao enfrentamento das desigualdades de gênero. No entanto, as mudanças na norma jurídica com o objetivo de combater a discriminação não foram suficientes para promover a igualdade em sociedades fundadas sobre a desigualdade. As mulheres foram por muito tempo excluídas da cidadania. Essa exclusão foi construída de forma política e simbólica a partir da imagem da mulher como mãe/dona de casa e responsável pela unidade familiar. Não sendo um sujeito social, não éramos vistas como cidadãs que tinham necessidades específicas. O próprio Estado de bem-estar social foi estava associado à condição de trabalhador. Assim, sendo as mulheres dependentes dos seus maridos, nossos direitos não eram sequer cogitados (CISNE, GURGEL, 2008).

O reconhecimento das mulheres brasileiras como cidadãs e a participação na vida pública ainda são recentes. A inclusão da questão de gênero na agenda governamental ocorreu como parte do processo de redemocratização que significou a inclusão de novos atores no cenário político e também a visibilidade de novos temas na agenda pública. A nossa constituição enquanto sujeitos políticos se deu por meio da mobilização em torno da luta pela redemocratização e por questões ligadas à esfera da reprodução como moradia, saneamento, transporte, saúde, etc. Além disso, passaram a levantar questões específicas ligadas à condição das mulheres como desigualdade salarial, direito à creche, saúde, sexualidade e contracepção e violência contra a mulher (FARAH, 2004).

A mobilização pelo sufrágio, por exemplo, teve início em 1891, mas apenas em 1934 foi consolidado o nosso direito de votarmos e sermos votadas. Já a década de 1960 foi marcada pela presença incisiva das mulheres no movimento sindical e na luta por melhores condições de trabalho. Foi a Constituição Federal de 1988 foi a que permitiu maior avanço, garantindo direitos iguais para homens e mulheres. Mais recentemente, a Lei 11.340/2006, mais conhecida como Lei Maria da Penha foi reconhecida como uma das melhores legislações do mundo no que se refere ao combate à violência doméstica (SIKORA, ANGELIN, 2010).

Na década de 1980 foram implantadas as primeiras políticas com recorte de gênero como a Delegacia dos Direitos da Mulher e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. A mobilização das mulheres também foi determinante para que fosse criado o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Com a bandeira Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher, as mulheres também participaram da construção de propostas para a nova Constituição. Propostas que incluíam temas relativos à saúde, família, trabalho,

violência, discriminação, cultura e propriedade da terra foram incluídas na Constituição de 1988 (FARAH, 2004).

A partir da plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995, e na trajetória do movimento de mulheres no Brasil, na virada para o século XXI constitui-se uma nova agenda com a perspectiva de gênero que tinha como prioridades medidas preventivas e repressivas da violência contra a mulher; Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com ações voltadas ao controle de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), prevenção do câncer e planejamento familiar; programas de atenção integral aos direitos das meninas e adolescentes com ênfase na exploração sexual, prostituição e drogadição; programas de geração de emprego e renda voltados à capacitação, organização, criação de empregos e microcrédito para pequenos negócios; acesso à educação, reformulação dos livros didáticos para eliminar qualquer forma de discriminação às mulheres, capacitação das professoras e professores para trabalharem com a perspectiva de gênero, além da ampliação do acesso a creches e pré-escola; garantia de direitos trabalhistas e ampliação de equipamentos sociais para a redução da carga de trabalho doméstico não remunerado; construção de equipamentos públicos urbanos como creches e serviços de saúde, habitação e infraestrutura de saneamento básico, levando em consideração a centralidade do papel das mulheres na reprodução da vida, além da garantia de acesso a títulos de propriedade; garantia de direitos às mulheres da zona rural no que se refere às políticas de distribuição de terras, reforma agrária, crédito e apoio à produção rural; incorporação da perspectiva de gênero de forma transversal em todas as políticas públicas e não apenas em políticas pontuais e específicas; abertura e ampliação da participação das mulheres nos espaços de decisão, criando condições de autonomia para que elas participem como sujeitos ativos e passem a decidir sobre suas próprias vidas (FARAH, 2004).

Nos anos 1990, a ascensão das políticas neoliberais representou um grande retrocesso no que se refere às políticas sociais e de ampliação da cidadania, um processo que foi muito prejudicial aos setores mais vulneráveis da sociedade, especialmente para as mulheres, uma vez que repercutiu na perda de um importante espaço que vinha sendo conquistado na agenda pública. As mudanças ocorridas com a reconfiguração do capitalismo nos anos 1990 combinadas com o processo de financeirização do capital e com as políticas neoliberais resultaram em mudanças importantes nas políticas sociais, a partir da crise do Estado e da redução da capacidade de investimento, mas também pela prioridade dada para a eficiência do Estado e para o corte de gastos com redução significativa na capacidade de investimento em políticas sociais (CISNE, GURGEL, 2008).

É importante notar que este processo se iniciou em escala global, ainda na década de 1980, com a expansão do neoliberalismo a partir das eleições de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979) e Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980), que tornam o neoliberalismo a principal referência nas reformas que os governos passaram a realizar e nas relações econômicas globais. Em toda a América Latina a década de 1980 foi marcada por uma grave crise econômica. Assim, a ideologia neoliberal encontrou terreno fértil para se disseminar, por meio da renegociação das dívidas dos países da região com os órgãos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (MANTOVANI, 2018).

Assim, o Brasil entra na década de 1990 marcado pela combinação entre uma democracia ainda em construção e um processo aprofundamento das políticas neoliberais com a inserção subordinada do país no capitalismo global. Ainda na década de 1990, não apenas a redução do Estado, mas também o processo de globalização e da multilateralidade das relações internacionais abriu espaço para o crescimento do que se convencionou chamar sociedade civil global, com um papel determinante das Organizações Não Governamentais (ONGs), que passaram a contar fortemente com o apoio das agências governamentais e dos órgãos de financiamento internacional. Se por um lado essas organizações se tornaram os elementos principais na luta por políticas de inclusão, por outro lado, elas contribuíram para o processo de despolitização do Estado e de desestatização das políticas sociais e de igualdade. Assim, muitos direitos passam a ser implementados de forma temporária e pulverizada, ferindo o princípio da universalidade das políticas públicas (FERREIRA, 2004; CINSE, GURGEL, 2008).

A dinâmica entre as ONGs e os governos é uma via de mão dupla. Por um lado eles recorrem a essas organizações para validar suas ações e contam com a mão de obra qualificada para a elaboração e avaliação dos seus projetos. Por outro lado, a forma como essas ONGs se colocam na arena das políticas públicas influencia nos avanços que elas conquistam. Assim, as mudanças são pautadas pelos setores com maior capacidade de inserção e negociação com o Estado. Neste sentido, é importante questionar quem são os atores envolvidos, quais são os interesses que eles representam e a serviço de quem atuam. Além disso, o financiamento privado dessas organizações por meio de empresas e fundações pode ter implicações na forma de atuação das ONGs e no desenho dos seus programas, muitas vezes alinhados aos interesses do mercado (FERREIRA, 2004).

Já nos anos 2000, com a retomada de uma agenda crítica e com o enfrentamento ao neoliberalismo se iniciou um processo de rompimento com a institucionalização da década

anterior. No entanto, neste momento está em curso um capitalismo ainda mais autoritário e antidemocrático com uma política neoliberal diferente dos anos 1990, com um projeto de capitalismo financeirizado e ataques à democracia que agudizam o conflito entre o capital e a vida a partir da ascensão da extrema-direita, não só no Brasil, mas internacionalmente. As políticas neoliberais são marcadas pela privatização, pela austeridade, pela desigualdade do livre comércio e pelo Estado mínimo, associado a uma ofensiva conservadora a partir de uma agenda moral e de costumes (FARIA, 2019).

Além disso, o Brasil, a exemplo de outros países, tem vivido um processo de pós-democracia no qual o avanço do conservadorismo e do autoritarismo da extrema-direita tem corroído as instituições democráticas por dentro e resultado em retrocessos significativos no campo das políticas sociais e, até mesmo, dos direitos fundamentais. O aprofundamento das políticas neoliberais faz com que a democracia e o capitalismo de mercado se tornem indissociáveis. A privatização do poder político pelo poder econômico e o neoliberalismo esterilizam a democracia. A partir da corrosão e do esvaziamento das instituições democráticas, da aceitação do reformismo e da economia de mercado e da criminalização do conflito, na pós-democracia a soberania do povo é substituída pela soberania do mercado (BALLESTRIN, 2018).

O marco deste processo no Brasil pode ser definido a partir do golpe de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff. Desde então, a agenda de contra-reformas implantada significou a perda de direitos e a precarização, não só do trabalho, mas também da vida das mulheres.

Entre os recentes retrocessos impostos às mulheres no que se refere às políticas públicas, a aprovação da Emenda Constitucional 95, em dezembro de 2016, foi um dos mais significativos. Sob a fachada da austeridade, a medida congela por 20 anos o investimento público em setores essenciais como saúde, educação e assistência social. A medida que, teoricamente, tinha como objetivo enfrentar a crise fiscal altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o novo regime fiscal com limites para as despesas primárias dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (MARTINS, 2018).

A austeridade provoca queda no crescimento e aumento da dívida pública, além disso, a austeridade é seletiva porque prejudica, justamente, os mais vulneráveis. Quando os serviços públicos são reduzidos não são as pessoas do topo da pirâmide social quem sentem os impactos dessa redução, mas sim as pessoas que estão na base (MARTINS, 2018)

O gasto primário fica limitado pelo teto definido pelo valor executado em 2017, reajustado anualmente pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor

Ampla (IPCA), instituindo uma austeridade permanente, sem aumento real no investimento público. É importante notar que esse cálculo resultará em uma redução no investimento público em relação ao PIB per capita, uma vez que a população vai aumentar, mas o investimento não deve acompanhar este aumento (DWECK, OLIVEIRA, ROSSI, 2018).

Apesar de ser dito que a Emenda Constitucional 95 congela os gastos públicos, na verdade, o que ela cria é um teto declinante, uma vez que o gasto deve passar de 20% do PIB, em 2017, para 12% em 2036, levando em consideração uma taxa média de crescimento do PIB de 2,5% ao ano. Essa redução nos recursos impacta negativamente nos direitos sociais como saúde, educação, assistência social e previdência, transferindo para o mercado a responsabilidade pela oferta de serviços. Conforme já foi referido, ainda são as mulheres as principais responsáveis pela reprodução da vida e pelo cuidado com crianças, idosos, doentes e deficientes. A redução no investimento em serviços e equipamentos públicos, sobrecarrega ainda mais as mulheres, principalmente as que não podem pagar por esses serviços que se tornam mercadorias. Assim, acabamos sendo privadas de tempo, energia e recursos e temos constringidas as possibilidades de buscar por autonomia, trabalho, renda e inserção política e social (DWECK, OLIVEIRA, ROSSI, 2018).

No que se refere aos direitos previdenciários, já tivemos importantes conquistas como a pensão por morte e o salário família. No entanto, não se pode perder de vista que em uma sociedade patriarcal onde o conservadorismo e o neoliberalismo se exacerbam cada vez mais, nenhum direito pode ser considerado permanente, uma vez que eles estão constantemente sob a ameaça de serem extintos. Assim, a reforma da Previdência Social, aprovada em 2019 mais um exemplo de política que precariza ainda mais a vida das mulheres, retirando direitos importantes da classe trabalhadora, mas que acabam tendo um efeito ainda mais danoso para as mulheres do que para os homens uma vez que passa a exigir das mulheres, pelo menos, 62 anos de idade e 15 anos de contribuição (BRASIL, 2019).

Ao exigir aumento no tempo de contribuição das mulheres para se aposentarem, a medida acaba por penalizar as mulheres trabalhadoras porque somos a maioria nos trabalhos informais, precarizados e menos valorizados socialmente. Além disso, o fato de ainda sermos as principais responsáveis pela família e a inserção desigual no mercado de trabalho resulta em instabilidade empregatícia. Como consequência disso, as mulheres acabam não atingindo as contribuições mínimas necessárias para se aposentarem. Ainda deve-se levar em consideração o alto índice de desemprego entre as mulheres e a quantidade de horas gastas no trabalho doméstico não remunerado e que, portanto, não pode ser contabilizado para a aposentadoria. Aliás, é interessante notar que se uma mulher se ocupa por 40 horas semanais

do trabalho doméstico remunerado em uma casa que não é a dela, auferindo um salário e tendo carteira assinada, ao fim de determinado período ela alcança a aposentadoria como diarista ou empregada doméstica. No entanto, a mulher que desempenha o trabalho doméstico não remunerado em casa trabalha durante toda uma vida sem salário, sem proteção social, sem direitos trabalhistas e sem aposentadoria. Então, o acesso à aposentadoria se dá de formas totalmente diferentes para homens e mulheres, sendo nós as maiores prejudicadas.

Em 2020 e 2021 o Brasil, assim como a maioria dos países, passou por uma grave crise devido à pandemia do Novo Coronavírus. No entanto, há que se destacar que no Brasil essa crise ganhou contornos dramáticos, não só como uma crise de saúde, mas também econômica e humanitária. No momento em que esse capítulo era escrito o Brasil já somava 536 mil mortes. Além disso, chegamos a 14,8 milhões de desempregados, 33,2 milhões de subutilizados e 6 milhões de desalentados (IBGE, 2021d). Neste cenário, é importante destacar a forma de atuação do Estado brasileiro frente à pandemia. Enquanto que a principal recomendação das autoridades de saúde, como a Organização Mundial de Saúde (OMS), para evitar o contágio pelo Novo Coronavírus era o isolamento social, no Brasil, o Governo Federal, sob o pretexto de não sacrificar a economia, não proporcionou condições para que as pessoas cumprissem com o isolamento, além disso, trabalhou sistematicamente por meio da disseminação de notícias falsas e do incentivo a um tratamento precoce sem comprovação científica, além de não proporcionar mecanismos que garantissem um mínimo de estabilidade econômica e atrasar o início da imunização.

O auxílio emergencial pago a beneficiários do Bolsa Família, desempregados e trabalhadores informais no ano de 2020 tinha como valor proposto pelo governo, R\$ 200. Em uma articulação dos parlamentares de oposição, o valor aprovado pelo congresso nacional foi de R\$ 600 e R\$ 1,2 mil para mulheres chefes de família. Esse valor foi mantido por seis meses e, posteriormente, sendo prorrogado o valor de R\$ 600 para todos os grupos por mais três meses, até dezembro de 2020. Nos três primeiros meses de 2021 esse benefício foi cortado e é importante mencionar que foi, justamente, neste período o momento mais crítico de contágio e de mortes por Covid-19. Nos primeiros 100 dias de 2021 foram registradas cerca de 190 mil mortes, o mesmo número registrado em 300 dias do ano de 2020. Em quatro meses de 2021 a Covid-19 matou mais brasileiros do que em todo o ano de 2020 (G1, 2021a).

Por meio de uma Medida Provisória, em março de 2021 o auxílio emergencial foi prorrogado com valores que variavam de R\$ 150 a R\$ 375, no entanto, com mudança nas regras. Para acessar o benefício era preciso ter recebido já em 2020, além disso, a renda não poderia passar de R\$ 3,3 mil por família e R\$ 500 per capita por família. Os beneficiários do

Programa Bolsa Família também foram excluídos da prorrogação. Assim, em 2021, 22,6 milhões de pessoas deixaram de receber o benefício em relação ao ano anterior (UNICEF, 2021; EL PAÍS, 2021).

Além do elevado número de mortos por Covid-19 e dos efeitos sobre o mercado de trabalho, a forma do Governo Federal de conduzir a crise econômica e sanitária resultou no agravamento da fome e da insegurança alimentar. Conforme os dados divulgados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN), durante a pandemia, até o momento em que este capítulo é escrito, 116,8 milhões de pessoas não possuem acesso pleno e permanente a alimentos. Desse número, 43,4 milhões (20,5% da população) não contam com alimentos em quantidade suficiente em casa, enquanto 19,1 milhões (9% da população) passa fome (estado de insegurança alimentar grave). A pesquisa também apontou que a fome tem gênero, cor e escolaridade: os moradores de domicílios chefiados por mulheres passam mais fome do que os de domicílios chefiados por homens. Enquanto que a fome estava presente em 10,7% das residências habitadas por pessoas pretas e pardas, este percentual é de 7,5% em residências de pessoas de cor/raça branca. Da mesma forma em que é mais presente nos domicílios cuja pessoa de referência tem baixa escolaridade (REDE PENSSAN, 2021).

Mas não é só isso, dados do IBGE referentes ao primeiro trimestre de 2021 também revelam que as mulheres são a maioria dos desempregados (54,5%). Outro dado importante é que a taxa de desemprego das mulheres chegou a 17,9% (a maior da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, que iniciou em 2012), 46,7% maior que a dos homens. Conforme já foi referido, a pandemia por Covid-19 não criou, mas aprofundou desigualdades históricas no Brasil. Outro exemplo é o da sobrecarga das mulheres com as dinâmicas familiares, com o trabalho doméstico e de cuidado e com a falta de rede de apoio. O isolamento social também intensificou os casos de violência doméstica, fazendo com que o lar se tornasse o lugar mais inseguro para estar durante a pandemia (IBGE, 2021d; LIMA, MORAES, 2020).

A subnotificação dos casos de violência, a dispersão das informações, a falta de sistematização e a dificuldade de acesso aos dados, até o momento, dificultam a apresentação de números precisos. No entanto, um levantamento feito pelo jornal Folha de São Paulo aponta um aumento de 50% no número de feminicídios no Estado nos quatro primeiros meses da pandemia, em relação ao mesmo período do ano anterior. Conforme dados apurados e divulgados na Nota Técnica NT-9 da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas, enquanto que em 2019, 19,4% das mulheres maiores de 18 anos relataram ter sofrido algum tipo de

violência psicológica, física ou sexual, durante os primeiros 12 meses da pandemia 48,8% das mulheres sofreram violência dentro de casa. Conforme os dados apurados pelo Instituto DataFolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência durante a pandemia. O que é importante notar é que o vizinho, que em 2019 aparecia em segundo lugar como autor das agressões, sumiu das estatísticas sendo substituído por outras pessoas da família como irmão, pai ou mãe. É importante assinalar que a maior incidência foi entre jovens de até 24 anos e que entre as mulheres pretas 28% sofreram algum tipo de violência, número que cai para 23% entre as mulheres brancas (COSTA et. al., 2021; G1, 2021b).

Nós, mulheres, estivemos não só no centro, mas também à frente dessas dinâmicas. No Brasil, são 85% de mulheres trabalhando no corpo de enfermagem, 45,6% dos médicos e 85% dos cuidadores de idosos, fato que as expõe a um maior risco de infecção pelo vírus. Além disso, conforme já foi mencionado, as mulheres são a maioria no trabalho informal e no trabalho doméstico remunerado e não remunerado, o que as expõe a uma maior vulnerabilidade econômica e social. Outro efeito da pandemia é a redução no número de artigos científicos submetidos por mulheres, em detrimento ao aumento das publicações produzidas por homens: “a quantidade de publicações tendo mulheres como primeiras autoras, de 2016 até o início de 2020, foi de 37%, mas esse número sofreu uma queda para 13% no segundo trimestre de 2020” (ALENCAR et. al, 2020, p. 119).

Mas também é preciso mencionar a importante contribuição de mulheres cientistas que se destacaram nas pesquisas e no combate ao Novo Coronavírus como o grupo de mulheres lideradas por Ester Sabino, diretora do Instituto de Medicina Tropical da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (IMT/FM/USP), que publicou a sequência completa do genoma viral (SARS-CoV-2); Daniela Barretto Barbosa Trivella, coordenadora do Laboratório Nacional de Biociências do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (LNBio-CNPEM, que pesquisou a utilização de medicamentos já fabricados que pudessem ser utilizados por pacientes com Covid-19; a cientista Anamelia Bocca, do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade de Brasília (UnB) na investigação da memória imunológica dos pacientes após contraírem o coronavírus; as mulheres pesquisadoras da Fundação Osvaldo Cruz (Fiocruz) que produziram o Caderno de Saúde Pública sobre o Covid-19, com o objetivo de colaborar com ações e estratégias científicas de combate ao coronavírus; assim como o Instituto Butantan, responsável pela criação da primeira vacina brasileira contra o coronavírus, onde as mulheres ocupam 71% dos cargos de pesquisadoras/cientistas (ALENCAR et. al., 2020; INSTITUTO BUTANTAN, 2020).

Os dados apresentados mostram o papel fundamental das mulheres que a pandemia também evidenciou. Seja no trabalho de cuidado, no trabalho doméstico, na linha de frente da saúde, na manutenção da renda das famílias ou na ciência, mais uma vez nós, mulheres, apesar de sermos o grupo mais atingido pelo desemprego, pela violência, pela pobreza, pela fome e pela precarização do trabalho, fomos as principais responsáveis pela reprodução da vida.

O cenário também aponta para a importância do Estado para a garantia de políticas públicas e de direitos básicos como trabalho, renda, saúde e alimentação. Em um cenário desolador de uma crise sanitária, econômica e humanitária pela pandemia do Coronavírus no Brasil, resistimos à ausência do Estado. Diante do exposto até aqui, resta evidente que não bastam as políticas compensatórias neoliberais, as políticas voltadas à inclusão das mulheres ou que instrumentalizam as mulheres para continuarem desempenhando o papel de mães, donas de casa e cuidadoras, fazendo com que ocupemos o lugar que deveria ser ocupado pelas políticas sociais, em uma inclusão subordinada que tem as mulheres como beneficiárias, carentes, vulneráveis ou como instrumentos da política. O que precisamos é alterar a lógica hegemônica em que a perspectiva de gênero é um recorte das políticas, mas onde não há transversalidade (SILVEIRA, 2004).

No que se refere, especificamente, às políticas para as mulheres, a atuação do Estado costuma se dar de duas formas, até certo ponto, contraditórias: por um lado, contribui para reforçar os papéis e os lugares atribuídos às mulheres; por outro, atende às demandas das mulheres quando elas se constituem enquanto público atendido por essas políticas. Assim, Melo e Marques (2018) propõem uma tipologia da ação do Estado baseada em quatro visões: a visão reprodutiva tem centralidade na maternidade e reforça o papel da mulher como cuidadora; a visão produtiva trata de políticas para as quais a mulher é vista como mão de obra; a dimensão de gênero tem centralidade na visão inclusiva como, por exemplo, nas políticas voltadas para a redução da violência contra a mulher; Já na visão reativa a dimensão de gênero se manifesta a posteriori, durante a execução das políticas como, por exemplo, reduzir a evasão das mulheres em cursos de qualificação profissional.

Assim, muitas dessas políticas acabam reproduzindo as condutas e papéis sociais atribuídos às mulheres. Um exemplo de como o Estado opera nessas dinâmicas é quando concede licença maternidade de quatro meses para as mulheres e de cinco dias para os homens, em vez de licença parental, reforçando a concepção de que a principal responsável pelo cuidado com as crianças é a mulher e apoiado em argumentos como a amamentação e que seria inviável economicamente a liberação de ambos. Chama a atenção o fato de que,

apesar de usar a amamentação como justificativa, a indicação da Organização Mundial de Saúde é que o recém nascido seja amamentado exclusivamente até os seis meses de vida, no entanto, a licença maternidade de seis meses só passou a ser permitida em 2008 e ainda não é um direito de todas as mulheres. Além disso, ao indicar que a liberação da mulher do mercado de trabalho é mais viável economicamente, confirma que as mulheres estão inseridas no mercado de forma desigual e com salários menores (BRASIL, 2008).

Ao materializar a ação do Estado, as políticas públicas têm a possibilidade de aprofundar ou minimizar as desigualdades entre os sujeitos. Portanto, é preciso que o Estado se comprometa com essa mudança. Entre as principais demandas, é necessário ampliar as possibilidades de autonomia das mulheres, rompendo com a dependência e a subordinação; incidir sobre a divisão sexual do trabalho, ampliando o acesso aos serviços e equipamentos públicos que permitam reduzir a nossa sobrecarga, além da corresponsabilização do Estado pelo bem-estar de todos os indivíduos; fortalecer os direitos reprodutivos e sexuais, possibilitando a nossa autonomia, a maternidade como um direito e não uma obrigação, além de garantir os direitos de gestar, parir e criar em segurança; também é preciso seguir avançando no que diz respeito às políticas de prevenção e combate à violência doméstica e sexual e à violência de gênero de forma geral (SILVEIRA, 2004).

É importante lembrar que a política pública não é normativa, ela cria a possibilidade, mas não a realidade. Esta é criada pelos sujeitos no seu cotidiano e nas inter-relações que estabelecem. Por isso, ainda que tenhamos conquistado o direito de votar e de sermos votadas, ainda somos a minoria nos espaços públicos e nos espaços de poder. Ainda que a Lei Maria da Penha estabeleça punição mais severa para agressores e dispositivos como a medida protetiva e a Patrulha Maria da Penha, mulheres continuam sendo agredidas e mortas. Essa realidade mostra que há limites à ação do Estado e do ordenamento jurídico. Por isso, mais do que reconhecer, é preciso incorporar na agenda pública as políticas com perspectiva de gênero e raça uma vez que a construção de uma sociedade justa que não se sustente na subordinação das mulheres, mas proporcione igualdade e autonomia não é possível sem que o Estado assuma seu papel.

Neste capítulo me propus discutir não só os aspectos simbólicos que perpassam a construção dos papéis e da identidade de gênero, mas, a partir de uma perspectiva relacional, compreender como a sociedade, a família, a divisão sexual do trabalho e o Estado incidem nessas relações criando, naturalizando ou aprofundando hierarquias entre homens e mulheres. No próximo capítulo trato de forma específica do meu objeto de estudo, que são as mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais, com o objetivo de compreender

como as relações de gênero tratadas neste capítulo compõem a experiência dessas mulheres enquanto trabalhadoras, suas percepções sobre essas relações e analisar as subjetividades que emergem a partir dessas experiências.

4 EXPERIÊNCIAS, SENTIDOS E SUBJETIVIDADES

O objetivo que tive na construção dessa tese era compreender como as relações de gênero compõem os sentidos e as experiências das mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais e quais as subjetividades que emergem a partir dessas experiências. Para isso, busquei compreender os fatores que levam a mulher a procurar o trabalho como MEI, quais as percepções das mulheres sobre a sua condição, como as relações de gênero (re)significam os sentidos que elas atribuem à sua condição de mulher e trabalhadora e às suas experiências e também o que elas tensionam ou reproduzem a partir disso.

A costura entre *habitus*, campo e capital estabelece o lastro para essa discussão uma vez que para compreender as percepções e as experiências dessas mulheres, é fundamental compreender as tramas sociais que as envolvem e como elas se articulam com os ambientes onde vivem e trabalham e as suas complexidades. Por isso, para essa pesquisa, levo em consideração a relação entre a ação dessas mulheres, sua expressão criadora, seus vínculos e suas práticas e o ambiente social, como elas o interpretam, atribuem significados, transformam e são transformadas por ele, ou seja, a relação entre a estrutura social e as ações dessas mulheres.

Partindo da ideia de que a relação entre sociedade e indivíduos não é oposta, mas complementar e que existem estruturas objetivas que orientam ou interferem nas práticas dos agentes, também há a subjetividade das percepções, pensamentos e ações desses agentes. Ou seja, estruturas e subjetividades são dinâmicas diferentes, mas que são indissociáveis por fazerem parte de um mesmo sistema de forma processual. Assim, sociedade e indivíduo não constituem uma dicotomia, nem se excluem, pelo contrário, se constroem e se complementam de forma dialética.

Neste sentido, mais uma vez trago o que Bourdieu (2007) define como *habitus*, que são as disposições adquiridas pelos indivíduos por meio do aprendizado na vida social. O *habitus* é um princípio que gera práticas, estabelece diferenças, um conjunto de disposições gerais e transponíveis. Por isso, condições de vida, experiências familiares e escolares, por exemplo, produzem *habitus* diferentes. Assim, da mesma forma que o *habitus* produz as práticas sociais e a percepção delas, ele também é produto. Ou seja, é a nossa subjetividade que se constitui pelas nossas experiências e pela nossa vida, é formado pelo que interiorizamos da exterioridade (BOURDIEU, 2007).

O *habitus* se traduz pelas nossas disposições de pensar, perceber ou agir de determinada maneira. Essas disposições são interiorizadas de maneira inconsciente em função

das nossas condições objetivas e das nossas interações sociais, ou seja, pela nossa família, pela educação, pelas condições sociais e econômicas, pela escola, pelo trabalho e pelas relações que estabelecemos. É importante dizer que no espaço social, os indivíduos que ocupam lugares semelhantes e são submetidos a constrangimentos semelhantes, são condicionados a reproduzirem práticas semelhantes que os mantém na mesma posição porque o *habitus* se constitui de disposições enraizadas, que podem resistir à mudança, mas que também podem se transformar em função dos lugares que ocupamos e das situações que vivenciamos (BOURDIEU, 2004; CORCUFF, 2001).

Esses constrangimentos que as estruturas impõem atuam na construção da visão de mundo dos agentes, uma vez que o ponto de vista é construído, como o próprio nome diz, a partir da visão que o agente tem do espaço e da posição que ele ocupa nesse espaço. Assim, o *habitus* é um esquema de produção, percepção e apreciação que exprime a posição dos agentes, sua forma de pensar, de perceber, seus gostos e suas opiniões, as externalidades internalizadas (BOURDIEU, 2004).

Por outro lado, o mundo social também pode ser construído de diferentes formas, a partir de diferentes percepções e pontos de vista, de modo objetivo – de acordo com o lugar atribuído aos agentes e instituições – e de modo subjetivo – por meio das percepções, linguagem e do poder simbólico. O que ratifica a relação dialética entre estruturas sociais e indivíduos, uma vez que as estruturas sociais também são capazes de orientar as práticas dos indivíduos, o pensamento e a ação. Uma dessas estruturas é o que Bourdieu (2007) chama de campo.

Conforme mencionei no capítulo 2, o campo é o espaço social onde se estabelecem as relações de poder entre diferentes sujeitos. Pode ser o espaço político, econômico, jurídico, religioso, etc. É um espaço de luta simbólica, que pode ser mais ou menos declarada, entre dominantes e dominados, que tem como objetivo preservar ou transformar as estruturas sociais. Além disso, dominantes e dominados se envolvem em disputas de diferentes formas, mas não são, necessariamente, antagonistas, podendo criar alianças mais ou menos duradouras, dependendo das disputas que se estabelecem e dos lugares que ocupam. Por exemplo, ainda que homens e mulheres estabeleçam disputas no campo das relações de gênero, podem, da mesma forma, estabelecer alianças no que se refere à luta de classes (BOURDIEU, 1989).

O campo é marcado pela distribuição desigual de recursos que Bourdieu (1989) chama de capital, que pode ser material ou simbólico (cultural, político, social, etc.) e se constitui em um trunfo que é mobilizado de acordo com as disputas que se estabelecem em cada campo.

Para além disso, é importante salientar que o conceito de campo também se constitui em um recurso metodológico para compreender o espaço social a partir de uma perspectiva relacional.

Assim, mobilizo os conceitos de *habitus*, campo e capital como forma de compreender as experiências das mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais, como se constituem nas suas relações, como experienciam o trabalho e as relações de gênero no âmbito profissional, social e familiar, como elas percebem o seu lugar de mulher e trabalhadora, os atravessamentos de gênero, raça e classe social, quais as dinâmicas que elas reproduzem e o que elas tensionam a partir de suas experiências.

A partir dessa perspectiva, os processos sociais não são vistos como externos aos sujeitos, pelo contrário, sujeitos e processos sociais são simultaneamente constituintes e constituídos. Ou seja, uma relação dialética na qual os sujeitos incidem na constituição dos processos sociais e estes incidem na constituição dos sujeitos. A composição social dos sujeitos é um processo permeado pelas relações que se estabelecem nos campos onde os indivíduos se localizam, em relação ao capital que mobilizam e pelos *habitus* que compõem e se recompõem na articulação entre o individual e o social, onde ambos são ativos. Nesse processo, elementos como gênero, classe social, raça, costumes e valores interagem com os espaços sociais, como o trabalho.

Ou seja, levando em consideração o território como um campo onde as relações assimétricas de gênero se apresentam como uma disputa entre dominantes e dominados, a forma como as mulheres experienciam a sua condição é constituída e constituinte dessas relações. Assim, ao mesmo tempo em que as hierarquias e desigualdades que se estabelecem nas relações assimétricas entre os sexos incidem sobre a experiência das mulheres, estas, enquanto sujeitos ativos neste processo, também participam da constituição dessas relações, seja reproduzindo, questionando, tensionando ou criando formas de resistência a elas, de acordo com o capital que conseguem mobilizar.

O que pretendo ao trazer esses conceitos como lastro para a apresentação e análise dos dados que coletei na pesquisa é compreender a experiência dessas mulheres reconhecendo o valor da história de cada uma, possibilitando observá-las em seus processos singulares, de forma relacional. Estructurei essa análise dessa forma a partir da compreensão de que o lugar da mulher no trabalho e nas relações que ela estabelece, ao mesmo tempo em que é construído por um sistema social patriarcal que atribui papéis e funções a ela, também é resultado da ação e das significações que esta mulher atribui ao trabalho e ao lugar que ela ocupa e dos *habitus* que são (re)construídos na vivência dessas trabalhadoras.

Trago neste capítulo a apresentação de dados sobre empreendedorismo feminino e sobre microempreendedorismo individual em Santa Cruz do Sul. Na sequência abordo as questões acerca das experiências dessas mulheres no mercado de trabalho, como e por quais motivações buscaram o trabalho como MEI, suas vivências cotidianas no trabalho, na família e nas relações sociais; também trago os sentidos que essas mulheres atribuem às relações de gênero, como elas percebem essas relações, sentidos que atribuem ao seu trabalho, ao seu lugar e aos seus papéis. Por fim, apresento as subjetividades que emergem a partir dessas experiências e sentidos, os tensionamentos que elas criam, formas de ressignificação e resistência e os aspectos que reproduzem.

Para dar conta de compreender como as relações de gênero compõem a experiência dessas mulheres no mercado de trabalho fiz a coleta dos dados por meio de pesquisa bibliográfica, levantamento de dados secundários e entrevistas semiestruturadas com seis mulheres que atuam como microempreendedoras com o objetivo de compreender as percepções delas sobre relações de gênero, trabalho, família, sociedade e sobre a própria realidade.

Elaborei o roteiro da entrevista com o objetivo de compreender as experiências dessas mulheres, os sentidos que elas atribuem a essas dinâmicas e as subjetividades que emergem a partir dessa interrelação. Fiz as entrevistas de forma individual, no local de trabalho ou moradia dessas mulheres, cada uma com duração entre uma hora e meia e duas horas. O roteiro das entrevistas tinha como função guiar as falas, mas de forma aberta. Para isso, os tópicos foram elencados a partir de três eixos temáticos, de acordo com o referencial teórico. O primeiro eixo temático, experiências, tratou sobre a história dessas mulheres no que se refere ao trabalho, rotina, família, aspectos pessoais e sociais. No segundo eixo, sobre os sentidos, busquei compreender a percepção dessas mulheres sobre as relações de gênero, trabalho, família, sociedade, o papel do Estado, atravessamentos de raça e classe social e políticas públicas. No terceiro eixo, subjetividades, procurei identificar como essas mulheres pensam e se posicionam em relação ao que elas vivem e percebem, em que lugar se vêem, como contribuem para as mudanças que desejam e como se vêem enquanto trabalhadoras.

A escolha pela entrevista semiestruturada se deu pela necessidade de compreender a percepção das mulheres sobre a própria trajetória e como as relações de gênero compõem suas experiências, isso porque a entrevista semiestruturada permite que se vá além das respostas, estabelecendo um diálogo com as entrevistadas. Além disso, dá liberdade para os sujeitos da pesquisa responderem de acordo com seus próprios termos. Com esse tipo de entrevista, tive liberdade para direcionar o assunto conforme considerava mais adequado e explorar

amplamente as questões. O que também confere maior flexibilidade, uma vez que possibilita aprofundar determinados tópicos de acordo com quem está sendo entrevistado (MAY, 2004; LAKATOS, 2017).

A escolha das entrevistadas se deu, em um primeiro momento, por indicação por meio do contato com mulheres que trabalham como MEI e que se dispuseram a contribuir com a pesquisa. Ao todo, foram feitas seis entrevistas. Na tentativa de formar um grupo heterogêneo, escolhi mulheres com e sem filhos, casadas, solteiras, com diferentes escolaridades, desde ensino médio, técnico, graduação e pós-graduação, negras e não negras. A quantidade de entrevistas acabou sendo limitada pela pandemia, uma vez que o trabalho de campo só pôde ser concluído no segundo semestre de 2021, após a imunização.

É importante destacar que o objetivo dessa pesquisa foi compreender como as relações de gênero compõem a experiência de mulheres que trabalham como microempreendedoras. Neste sentido, as entrevistas tiveram como foco compreender como as relações de gênero incidem na experiência dessas mulheres, a partir do que foi construído no referencial teórico, tendo como categorias prévias família, Estado, trabalho e sociedade. No entanto, tais categorias não foram consideradas definitivas, permitindo a emergência de novas perspectivas a partir das falas das mulheres entrevistadas.

4.1 O empreendedorismo como alternativa de trabalho e renda

Santa Cruz do Sul é um município com cerca de 130 mil habitantes, conforme dados apurados pelo IBGE em 2021. Está localizado no Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul e é conhecido mundialmente como produtor e exportador de tabaco em folha, pois é a sede de grandes indústrias transnacionais beneficiadoras de tabaco. De colonização alemã, o município destaca-se na região por sua importância econômica e por ser um pólo regional que concentra as principais atividades industriais da região e um diversificado setor de comércio e de prestação de serviços (MANTOVANI, 2018; IBGE, 2021a).

A produção de tabaco incide diretamente nas dinâmicas do mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul, em função da sazonalidade da produção, o que repercute na inserção de um grande número de trabalhadores de forma temporária na indústria. Os chamados safristas ficam por um período do ano sem trabalho, alguns aguardam o retorno para a indústria, outros buscam formas de ocupação temporárias ou informais. Alguns atuam como microempreendedores individuais em atividades diversas ligadas ao comércio ou prestação de serviços.

Conforme o boletim do segundo quadrimestre de 2021 do Mapa de Empresas, no período foram abertas mais de 1,4 milhão de empresas, no Brasil, representando um aumento de 1,9% em relação ao primeiro quadrimestre de 2021 e 26,5% em relação ao segundo quadrimestre de 2020. Dessas novas empresas abertas no segundo quadrimestre de 2021, 1,1 milhão são MEIs, representando queda de 0,5% em relação aos MEIs formalizados no primeiro quadrimestre de 2021 e aumento de 26,1% em relação ao segundo quadrimestre de 2020 (BRASIL, 2021c).

Da mesma forma em que houve aumento no número de empresas abertas, é importante salientar que também houve aumento na taxa de desocupação que, no segundo trimestre de 2020, era de 13,3% e no segundo trimestre de 2021 passou a 14%. Em ambos os períodos, a maior taxa de desocupação era entre a população de 25 a 39 anos, 35,3% em 2020 e 33,9% em 2021. Entre a população de 18 a 24 anos era de 30% em 2020 e caiu para 29,4% em 2021. Enquanto que no segundo trimestre de 2020 do total de pessoas ocupadas 67% eram empregados, 4,7% eram empregadores e 26,0% trabalhavam por conta própria, no mesmo período de 2021 65,1% eram empregados, 4,3% empregadores e 28,3% trabalhavam por conta própria. Além disso, apesar de as mulheres serem a maioria da população em idade de trabalhar (53,0% em 2020 e 53,2% em 2021), os homens são a maioria da população ocupada (56,5% em 2020 e 56,6% em 2021). Esses dados mostram que para esta população o trabalho por conta própria é uma alternativa de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para as mulheres que, durante a pandemia, foram a maioria das pessoas que perderam o emprego. Conforme os dados apurados pela PNAD Contínua, entre o quarto trimestre de 2019 e o mesmo período de 2020, 6,6 milhões de mulheres deixaram a força de trabalho, enquanto no caso dos homens, o número foi de 4,2 milhões (IBGE, 2020a; 2021c).

TABELA 01: Taxa de desocupação por idade e sexo

Período	Total	25 a 39 anos	18 a 24 anos	Homens	Mulheres
2020	13,3%	35,3%	30%	50,2%	49,8%
2021	14%	33,9%	29,4%	45,5%	54,5%

Fonte: PNAD Contínua (2020; 2021) – elaborada pela autora

TABELA 02: População ocupada por atividade

Período	Empregados	Conta própria	Empregadores	Outros
2020	67%	26,0%	4,7%	2,3%
2021	65,1	28,3%	4,3%	2,3%

Fonte: PNAD Contínua (2020; 2021) – elaborada pela autora

No que diz respeito aos microempreendedores individuais, no Brasil, desde a criação da lei, em 2008, já são mais de 12,9 milhões de trabalhadoras e trabalhadores formalizados nesta condição, sendo 53% de homens e 47% de mulheres. No Rio Grande do Sul já são mais de 700 mil, sendo, também, 53% de homens e 47% de mulheres. Já em Santa Cruz do Sul são mais de 8,7 mil MEIs, sendo 56% de homens e 44% de mulheres. É importante notar que no segundo quadrimestre de 2021 os MEIs representavam 57,4% dos negócios ativos no Brasil, além de representar 77,7% das novas empresas abertas no mesmo período (BRASIL, 2021a).

Os setores de serviços e comércio são os que concentram o maior número de empresas ativas no segundo quadrimestre de 2021 com 48,2% e 33,2% respectivamente. Seguindo esta tendência, os setores que mais concentram trabalhadores e trabalhadoras que atuam como MEI são o do comércio de artigos de vestuário com mais de 900 mil pessoas, o de cabeleireiros também com mais de 900 mil pessoas e o da construção civil com mais de 500 mil pessoas. O estado do Rio Grande do Sul segue a mesma tendência, concentrando mais de 60 mil MEIs no comércio de artigos do vestuário, mais de 50 mil na construção civil e também mais de 50 mil como cabeleireiros. O mesmo se repete em Santa Cruz do Sul, onde os setores que mais concentram microempreendedores, de forma geral, são em primeiro lugar o comércio de artigos do vestuário (729 MEIs), seguido da construção civil (695 MEIs) e dos serviços de cabeleireiros (650 MEIs). No caso das mulheres, especificamente, em Santa Cruz do Sul são 578 trabalhadoras atuando no comércio de artigos do vestuário, 492 cabeleireiras e 274 em outros serviços de beleza e estética, seguidos de outras atividades como serviços domésticos (239), promotora de vendas (143), preparação e venda de alimentos (119) e construção civil (15) (BRASIL, 2021a).

Conforme apontado pelo boletim Mapa de Empresas, o comércio varejista de artigos de vestuário é a atividade que mais concentra empresas abertas no segundo quadrimestre de 2021 com mais de 80 mil novas empresas abertas no período e mais de um milhão de empresas ativas. Em segundo lugar, está o serviço de promoção de vendas com mais de 65 mil empresas abertas no período e mais de 470 mil empresas ativas. Entre cabeleireiros, manicures e pedicures, foram 46 mil novas empresas abertas totalizando mais de 770 mil empresas ativas. No setor de obras de alvenaria foram 45 mil novas empresas, totalizando mais de 475 mil empresas ativas neste setor. Considerando as dez atividades que concentram o maior número de empresas abertas (comércio de vestuário, promoção de vendas, cabeleireiros, preparação de documentos, fornecimento de alimentos, restaurantes e similares, lanchonetes, comércio de bebidas e transporte rodoviário de cargas), 91,9% das novas empresas abertas nestes segmentos são MEIs (BRASIL, 2021c).

No que se refere à forma de atuação dos microempreendedores individuais, no Brasil, 39,9% atuam em estabelecimento fixo, 23,17% como ambulantes e 16,4% pela internet. Os demais estão distribuídos entre local fixo fora de loja, televendas, correios e máquinas automáticas. O Rio Grande do Sul segue a mesma tendência concentrando a maior parte de MEIs em estabelecimento fixo (36,2%), seguido de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes (29,1%) e pela internet (15,3%). Em Santa Cruz do Sul, da mesma forma, a maioria dos MEIs atua em estabelecimento fixo (35%), no entanto, em relação ao Estado e ao País, é maior o número de MEIs atuando de forma ambulante (30,22%) (BRASIL, 2021a).

TABELA 03: Os dados sobre microempreendedorismo individual no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santa Cruz do Sul

	BRASIL	RS	SANTA CRUZ DO SUL
Total de MEIs	12.238.889	741.086	8.805
Homens	53,38%	52,95%	56,29%
Mulheres	46,62%	47,05%	43,71%
Ramo de atividade			
Comércio de vestuário	926 mil (7,56%)	62 mil (8,36%)	729 (8,27%)
Cabeleireiro	907 mil (7,41%)	53 mil (7,21%)	650 (7,38%)
Construção civil	572 mil (4,67%)	54 mil (7,29%)	695 (7,89%)
Forma de atuação			
Estabelecimento fixo	39,90%	36,2%	34,97%
Ambulante	23,17%	29,1%	30,22%
Internet	16,41%	15,27%	16%
Local fixo na rua	10,83%	9,59%	9,23%
Televendas	5,34%	6,14%	5,79%
Correios	3,13%	2,82%	3,07%
Máquinas automáticas	1,18%	0,87%	0,72%
Faixa etária			
16 – 20	162 mil (1,25%)	10 mil (1,32%)	119 (1,29%)
21 – 30	2,9 milhões (23,09%)	178 mil (22,79%)	2,1 mil (23,63%)
31 – 40	3,9 milhões (30,44%)	233 mil (29,84%)	2,8 mil (31,53%)
41 – 50	3 milhões (23,54%)	176 mil (22,47%)	2 mil (22,78%)
51 – 60	1,9 milhão (15,34%)	125 mil (16,02%)	1,3 mil (14,45%)
61 – 70	690 mil (5,35%)	49 mil (6,28%)	478 (5,19%)
Acima de 70	128 mil (0,99%)	10 mil (1,28)	104 (1,13%)

Fonte: Elaborada pela autora com dados do Portal do Empreendedor (2021).

No que se refere, de forma geral, ao empreendedorismo feminino, conforme a pesquisa Empreendedorismo Feminino no Brasil, realizada pelo Sebrae, no 3º trimestre de 2020 havia 25,6 milhões de donos de negócio no Brasil, sendo 8,6 milhões de mulheres (33,6%) e 17 milhões de homens (66,4%). Chama a atenção o fato de que, em 2019, as mulheres representavam 34,5% do total de empreendedores com aproximadamente 1,3 milhão de mulheres a mais. Conforme o levantamento do Sebrae, o principal fator responsável pela redução no número de mulheres empreendedoras em 2020 foi a pandemia de Covid-19 que demandou das mulheres uma maior atenção à família (SEBRAE, 2021b).

Ainda conforme dados levantados pelo Sebrae em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, a crise do Coronavírus atingiu especialmente os negócios chefiados por mulheres.

Conforme o estudo, 52% das micro e pequenas empresas lideradas por mulheres paralisaram “de vez” ou temporariamente as atividades durante a pandemia. Entre os homens, esse número foi de 47%. Esse dado guarda relação com o trabalho doméstico, uma vez que com as escolas fechadas e o aumento da demanda por cuidado fez com que muitas mulheres tivessem que deixar o mercado de trabalho. A proporção de empresas com dívidas em atraso também é maior entre as mulheres do que entre os homens, 34% contra 31%. As mulheres também tiveram mais dificuldade de acesso ao crédito. Enquanto que entre os homens 41% acessaram algum tipo de empréstimo durante a pandemia, entre as mulheres este número foi de 34% (SEBRAE, 2021b).

Sendo a mulher, ainda, a principal responsável pelo cuidado na maioria dos lares, o avanço da pandemia fez com que muitas tivessem que deixar o mercado de trabalho para se dedicar aos cuidados com a família, conforme mencionei no capítulo 3. Aliás, a maternidade é um fator determinante no que se refere à presença da mulher no mercado de trabalho. Conforme dados apurados pela Fundação Getúlio Vargas, em 2019, apontam que quase metade (48%) das mulheres que são mães são demitidas ou pedem demissão até 24 meses depois do fim da licença maternidade (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Em relação aos homens, as mulheres donas de negócio têm maior escolaridade, são mais jovens, ganham menos, trabalham mais sozinhas (por conta própria), trabalham menos horas no negócio, estão há menos tempo nesta atividade, 49% são chefes de domicílio, empregam menos (tanto na proporção de mulheres empregadoras, quanto no número de empregados), têm negócios com estruturas mais simples, contribuem mais para a previdência e trabalham mais no setor de serviços e comércio (SEBRAE, 2019).

Um número significativo de mulheres donas de negócio trabalha em casa (25%). Quando tratamos especificamente das mulheres que atuam como MEI, esse número sobe para 55%. As mulheres empresárias tomam menos empréstimo e com valor médio igualmente menor, que costuma ser, em média, R\$ 13.071 menor que o dos homens. Além disso, as mulheres pagam taxas de juros maiores. A taxa anual para empresárias é 3,5 pontos percentuais acima dos donos de pequenos negócios. Por outro lado, a taxa de inadimplência das mulheres é inferior à registrada por homens. 3,7% para mulheres contra 4,2% para os empresários (SEBRAE, 2019).

No que se refere à escolaridade, 29% das mulheres donas de negócio têm nível superior, 39% nível médio, 24% fundamental e 8% não têm instrução ou não informaram. Já entre os homens, 18% têm ensino superior, 34% médio e 40% ensino fundamental. Apesar de terem maior escolaridade do que os homens (16% maior), as mulheres ganham, em média,

22% a menos. Em relação à raça/cor, entre as mulheres, 51% são brancas e 47% são negras, 2% são outras ou não informaram. Já entre os homens, o número de negros é maior (52%) do que o de brancos (47%). Sobre o rendimento, 61% das mulheres donas de negócio têm renda de até um salário mínimo. Entre os homens, são 46%. Já com rendimentos a partir de um e até cinco salários mínimos, os homens são a maioria (SEBRAE, 2019; 2021a).

TABELA 04: Brasil: empreendedores e empreendedoras por faixa de rendimento

Rendimento	Mulheres	Homens
Até 1 salário mínimo	61%	46%
De 1 a 2 salários	20%	27%
De 2 a 3 salários	8%	11%
De 3 a 5 salários	6%	8%
Mais de 5 salários	5%	8%

Fonte: Sebrae, 2021a. Adaptado pela autora.

Entre as mulheres donas de negócio, 87% trabalham por conta própria e apenas 13% são empregadoras. Entre os homens, 84% atuam por conta própria e o número de empregadores sobe para 16%. Entre as mulheres, 75% têm de um a cinco empregados. Entre os homens, este número é de 70%. Em relação às horas semanais dedicadas ao negócio, enquanto que a maioria dos homens (62%) trabalha mais de 40 horas, a maioria das mulheres (59%) trabalha menos de 40 horas (SEBRAE, 2021a).

Os dados apresentados confirmam a forma como a divisão sexual do trabalho incide sobre as mulheres donas de negócio: quase metade delas são chefes de domicílio, além de trabalharem sozinhas, elas dedicam menos horas a sua atividade remunerada, muito provavelmente, em razão da demanda do trabalho reprodutivo, o que tem impacto direto na renda dessas mulheres. É interessante notar que, conforme os dados apurados pelo Sebrae, a participação das mulheres como donas de negócio estava em ritmo crescente (de 32% em 2016 até 34,5% em 2019) antes da pandemia, mas em 2020 teve queda de 34,5% para 33,6%. Um dado que chama a atenção é que apesar de as mulheres serem quase metade do total de MEIs no Brasil 70% das mulheres donas de negócio trabalham sem CNPJ, ou seja, de maneira informal. (SEBRAE, 2021a).

Outro dado interessante de observar é que segundo o relatório GEM 2020, o empreendedorismo nascente (em fase de criação ou já em operação), que se refere à abertura de novos negócios, ampliou, principalmente entre as mulheres, jovens entre 18 e 24 anos, adultos entre 55 e 64 anos, população com escolaridade mais baixa e com renda familiar entre

dois e três salários mínimos. As mulheres representam 55,5% dos empreendedores nascentes. Já no caso dos empreendedores novos, as mulheres são 38,0% e entre os empreendedores estabelecidos as mulheres são 31,3%. No entanto, é justamente esta parcela a menor no chamado empreendedorismo estabelecido, que é a partir de três anos e meio de negócio. Ou seja, apesar de as mulheres serem a maioria nos novos negócios, elas têm mais dificuldade de se manter no mercado. Ainda segundo a pesquisa, o impacto maior da pandemia ocorreu entre as mulheres com um grande fluxo de entrada e saída de mulheres, principalmente a entrada de mulheres menos escolarizadas e a saída de mulheres com maior escolaridade (GEM, 2020).

No que se refere à motivação para empreender, chama a atenção o dado que aponta que mais de 80% dos empreendedores nascentes e dos empreendedores novos (com, no mínimo três meses e no máximo três anos e meio de negócio) são os chamados “empreendedores por necessidade”, que abrem o próprio negócio por não conseguirem a sua inserção no mercado de trabalho. Ou seja, uma parcela significativa do empreendedorismo nascente no Brasil, em 2020, foi caracterizado pelo crescimento entre jovens de 18 a 24 anos, mulheres e população com escolaridade baixa, sobretudo, motivadas pela falta de trabalho e renda (GEM, 2020).

Além de demonstrar as desigualdades no mercado de trabalho, os dados apontam para a intensificação do trabalho por conta própria como uma alternativa de inserção no mercado e nem sempre como um desejo ou um sonho, o que fica evidente pela forma como esse trabalho se concretiza em pequenos negócios, sendo a maioria sem empregados, contando apenas com a mão de obra da própria dona, com baixo rendimento e com dificuldade de se manter no mercado em longo prazo. Essa realidade faz parte da concepção neoliberal que afirma a positividade do empreendedorismo como uma solução para as dinâmicas do mercado de trabalho em um contexto em que o Estado se retira da responsabilidade em relação à criação de empregos, transferindo essa responsabilidade para os próprios sujeitos e apostando que eles, mesmo em condições adversas (como a pandemia de Covid-19) e em um contexto histórico de desigualdades e exclusão possam construir suas próprias trajetórias no mercado de trabalho (MANTOVANI, 2018).

Para legitimar esse discurso há todo um aparato ideológico que naturaliza as desigualdades e a ausência do Estado que se aprofundou com as recentes reformas (trabalhista e previdenciária), um aparato midiático que banaliza a desestruturação do mercado de trabalho, vendendo a positividade do empreendedorismo como uma solução criativa para o desemprego e um aparato institucional representado tanto por bancos que criam produtos e serviços específicos para microempreendedores, quanto pelo Sebrae em suas políticas de

formação com cursos que têm o objetivo de capacitar microempreendedores (MANTOVANI, 2018).

Desta forma, resta evidente que o microempreendedorismo se manifesta, de forma geral, a partir de uma ação individual de sujeitos mobilizados pela necessidade de obter trabalho e renda e muito menos como um desejo. No caso das mulheres, empurradas pela falta de oportunidade no mercado de trabalho e pelas dinâmicas impostas pelas relações de gênero, atuar como MEI acaba sendo a única alternativa para mulheres que são demitidas após se tornarem mães, para mulheres que precisam conciliar trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, para mulheres mães que precisam obter renda, mas que não dispõem de serviços e equipamentos públicos para o cuidado com as crianças e para as mulheres que são preteridas no mercado de trabalho por sua condição de gênero. De maneira geral, esses negócios, operam no limite da capacidade produtiva e, por sua natureza de comércio e prestação de serviços, são muito mais vulneráveis às oscilações econômicas. Por isso, da mesma forma que portar uma carteira de trabalho não garante emprego protegido para ninguém, ter um CNPJ como microempreendedora individual também não garante trabalho e renda para essas mulheres.

4.2 As experiências das mulheres MEIs no mercado de trabalho

Nesta seção, inicio a apresentação dos dados obtidos nas entrevistas realizadas com seis mulheres que trabalham como microempreendedoras em Santa Cruz do Sul. Considerando a necessidade de manter os dados das entrevistadas em sigilo, optei por nomeá-las utilizando nomes fictícios, porém significativos para a história das mulheres e do feminismo. Angela é uma mulher negra de 31 anos, que vive em regime de união estável, tem curso superior em Tecnólogo em Estética e Cosmetologia e não tem filhos; Djamila é uma jovem negra de 29 anos, solteira, sem filhos, que mora com os pais, tem formação Técnica em Segurança do Trabalho, porém, sua área de atuação é como manicure e depiladora; Lélia, também mulher negra de 43 anos, é casada, tem um filho e uma filha adotivos, é publicitária e tem pós-graduação, no momento da entrevista, trabalhava no ramo de alimentação, mas atualmente, deixou o trabalho como MEI e está empregada em uma agência de publicidade; Simone é uma mulher de 26 anos, branca, lésbica, casada, com curso superior em História, mas que atua como MEI na área de suporte e atendimento de um site; Rosa é uma mulher branca, de 35 anos, casada, sem filhos, com curso superior em Ciências Biológicas e que atua na área de alimentação vegana; Cora é uma mulher parda de 41 anos, divorciada, tem dois

filhos, mora com o filho mais novo, tem ensino médio, além de formação como cabeleireira, área na qual atua.

Além de diferentes perfis, as mulheres entrevistadas para essa tese também apresentam diferentes trajetórias e motivações que as levaram ao trabalho como microempendedoras. A formalização dessas mulheres como MEI passa por diferentes caminhos, mas guarda relação direta com a necessidade de inserção ou atuação no mercado de trabalho. Assim, encontrei entre as entrevistadas diferentes experiências no mercado de trabalho desde informalidade, a busca pela profissão sonhada, até a desistência do serviço público.

Angela, após se formar na área de estética, trabalhou em diferentes empresas na área até tomar a decisão de ter o próprio negócio. Neste sentido, a formalização como MEI foi o caminho escolhido. Antes disso, ela já havia trabalhado com a irmã e uma prima em uma marmitaria.

Foi uma experiência muito boa porque foi ali que foi me dando o clique de empresária, cuidar das rotinas, abrir caixa, fechar caixa, organizar a parte administrativa. Então foi ali que despertou minha vontade de ter uma empresa. Depois que me formei em estética, fiz um curso de especialização e me senti preparada para abrir um espaço só para mim e foi o que eu fiz (ANGELA).

Essa é uma experiência semelhante à de Djamila que, antes de atuar como manicure e depiladora, atuou em um supermercado, duas livrarias e em uma empresa na área de segurança do trabalho. Saiu do último emprego motivada pela vontade de atuar na área da beleza e de trabalhar por conta própria, em busca de mais autonomia.

Além de a estética ser a área que eu gosto e que eu queria trabalhar, eu também queria poder crescer porque nos lugares em que eu trabalhei eu não tinha chance de ser reconhecida ou ter um cargo melhor. Assim, trabalhando como manicure e depiladora eu posso fazer o meu nome e tenho mais independência para fazer as coisas, investir, fazer cursos, comprar mais material (DJAMILA).

Já no caso das entrevistadas Simone e Lélia o registro como MEI veio da necessidade de formalização. Simone é uma mulher de 26 anos, sem filhos, que mora com a esposa, é formada em História, mas, depois de algumas experiências na área da educação, atualmente trabalha para uma empresa transnacional na área de suporte e atendimento e fez o registro como MEI para poder atuar, especificamente, nesta empresa, depois que a escola de idiomas onde ela trabalhava como recepcionista fechou por conta da pandemia. “Fui contratada para trabalhar terceirizada como MEI. Não conhecia direito e nem sabia como funcionava, então tive que ir atrás, me informar para ver como fazia” (SIMONE).

Da mesma forma, a entrevistada Lélia, uma mulher negra de 43 anos, casada, mãe de dois filhos adotivos, com pós-graduação, que teve, na sua trajetória como trabalhadora, experiências como secretária, diarista, em uma indústria fumageira, em uma biblioteca e em

uma agência de publicidade. Também trabalhou como produtora cultural e em uma confeitaria. Se formalizou como MEI depois de atuar por um período de maneira informal como produtora cultural, desenvolvendo projetos para um clube social negro de Santa Cruz do Sul.

Desde que a agência fechou, em 2009, até agora eu tava sempre fazendo bico. Como produtora cultural eu comecei a trabalhar no clube, desenvolvendo projetos e quando os projetos eram aprovados, vinha alguma verba prá mim também. Em 2014 eu fiz o MEI para poder fazer os projetos e segui fazendo até o início da pandemia. Daí, então, depois que começou a pandemia, eu não conseguia mais aprovar projetos porque parou tudo e também não conseguia emprego. Foi aí que eu comecei a trabalhar com a minha irmã na confeitaria dela na divulgação, na produção, fazendo de tudo um pouco. Eu entrei no MEI para poder conseguir receber dos projetos que era um valor consideravelmente bom, só que sempre correndo atrás (LÉLIA).

Já o caso da entrevistada Rosa, uma mulher de 35 anos, casada, sem filhos e com ensino superior em Ciências Biológicas, o registro como MEI foi feito pela necessidade de formalização, depois de atuar de maneira informal, na área de alimentação vegana. Antes disso, atuou como auxiliar administrativa e como bancária concursada, carreira que deixou durante a pandemia.

Entre no banco em 2012 e veio aquela tranquilidade, mas temporária porque o banco não tem nada a ver comigo, trabalhar em banco não tem nada a ver comigo e com o tempo fui me distanciando cada vez mais da pessoa que eu sou. E as coisas que eu tinha que fazer iam contra a minha ética. Tinha que forçar a vender produtos que as pessoas não precisam porque precisava bater a meta. Eu era o tipo de pessoa que não dormia de noite quando fazia isso, eu me sentia mal fazendo isso. E aquilo foi me consumindo (ROSA).

Já a entrevistada Cora, atua como cabeleireira e professora no mesmo salão de beleza, que funciona também como escola de cabeleireiras. É formalizada como MEI há seis anos, antes disso, atuava de maneira informal. Ingressou no mercado de trabalho após ter o primeiro filho. Antes de se tornar MEI, trabalhou por 10 anos como diarista, sem carteira assinada, mas sempre teve o sonho de se tornar cabeleireira. Depois do nascimento do segundo filho, investiu o dinheiro que economizou como diarista para fazer o curso de cabeleireira. Quando terminou o curso, já ficou trabalhando no mesmo salão/escola, onde permanece até hoje.

Os relatos das entrevistadas demonstram um pouco a pluralidade de perfis e de trajetórias de mulheres que atuam como MEI, seja pela escolaridade, formação, tipo de família e dos diferentes caminhos que elas percorreram. Além disso, deixa evidente que o registro como MEI ocorre muito mais pela necessidade de formalização para quem quer ou precisa atuar no mercado de trabalho, seja por conta própria ou como terceirizada. No caso de Rosa, por exemplo, o trabalho como MEI é uma forma que a empresa contratante se utiliza para driblar a legislação trabalhista, mascarando uma situação de precarização das relações de

trabalho, uma vez que ela atua com horário fixo, turnos e período de férias determinados pela empresa. Assim, a política pública que foi criada com o objetivo de proporcionar inclusão produtiva e formalização a trabalhadores e trabalhadoras informais, acaba sendo utilizada por algumas empresas para substituir o trabalho protegido por relações de prestação de serviços.

A gente tem horário fixo de oito horas. A minha empresa fornece 15 dias de férias pagas, se tu precisar faltar pode trocar por um dia das férias para não ter desconto no salário e eles pagam o imposto do MEI. Não sei se todas pagam, mas a nossa paga. Eles já mandam direto junto no salário o valor do imposto da MEI. Nós trabalhamos por turnos, das 8h da manhã até às 16h, das 16h até a meia-noite. Então uma semana eu começo de manhã, na outra de tarde. Tem uma tabela já pré-agendada com os turnos que a gente vai trabalhar. Então, enquanto está trabalhando tem que estar sempre disponível porque a gente trabalha online (SIMONE).

As entrevistas revelam ainda algumas trajetórias marcadas pela instabilidade no que se refere à ocupação e manutenção de emprego assalariado, à informalidade e o registro como MEI como uma forma de inserção no mercado de trabalho, uma vez que no momento da formalização algumas das mulheres entrevistadas se encontravam em situação de informalidade. Outra informação interessante é que ainda que Angela, Djamila e Cora tenham se tornado MEIs impulsionadas pelo sonho de atuar nas respectivas áreas, nenhuma das mulheres entrevistadas manifestou que tivesse o sonho de se tornar empresária ou empreendedora, mas foram levadas pelas circunstâncias ao trabalho por conta própria. Aliás, vale lembrar, que a área da beleza/estética é a segunda que mais ocupa MEIs no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Santa Cruz do Sul.

Cora se divide entre o trabalho no salão, aulas, atendimento e cuidado com o filho e a casa. Conta com o apoio dos pais que moram em residência anexa à dela e cuidam do filho quando ela está trabalhando. Em alguns dias da semana a jornada ultrapassa as 12 horas de trabalho. Os dias de folga são dedicados aos cuidados com a própria casa e para afazeres pessoais. Para o trabalho doméstico conta com a ajuda do filho.

Como eu atendo com hora marcada, me facilita porque eu não preciso atender de manhã. Eu posso ficar em casa e fazer o serviço de casa porque somos só eu e o meu filho mais novo e ele estuda de manhã. Então eu faço essas coisas na parte da manhã e ele, às vezes me ajuda com alguma coisa de tarde porque meus pais moram nos fundos da minha casa e ele fica com eles. Então de tarde ele está por casa. Geralmente eu tiro a segunda-feira para descansar porque a gente trabalha no sábado o dia todo e não abre na segunda. Então, é a segunda que eu tiro para fazer as minhas coisas. Mas horário para sair, estudar é sábado, depois do horário, quando não chego em casa muito cansada (CORA).

Rosa, que atua na área de alimentação vegana, trabalha em casa e vê a rotina do trabalho doméstico se misturar à rotina do trabalho como MEI. Ainda que divida as tarefas de casa com o marido, não consegue se desvencilhar da carga mental que administrar uma casa exige. Além disso, tem como desafio separar os horários do trabalho remunerado e não

remunerado. Realidade que, como ela mesma lembra, se agravou com a pandemia e *home office*, mas que sempre foi assim para quem sempre trabalhou em casa.

Por mais que tu organize a rotina, se mistura. Então, se eu for trabalhar de manhã, eu já percebi isso, chega uma hora que eu tenho que parar para fazer o almoço, só que eu ainda não terminei as minhas coisas e aí eu começo a fazer o almoço enquanto eu ainda estou fazendo minhas coisas e aí a rotina já se misturou. Então se mistura demais e eu fui tentando encontrar um jeito de dividir, mas eu continuo não tendo uma rotina organizada de tal hora eu faço isso, tal hora eu faço aquilo, agora eu vou só trabalhar. Eu tento, mas é um desgaste muito grande. Eu acabo ficando com a maior parte das tarefas de casa porque se mistura com o meu trabalho e eu não sei quando eu estou trabalhando ou quando estou fazendo as coisas da casa (ROSA).

No caso de Lélia, a rotina extensiva se iniciava de manhã com o trabalho doméstico. No trabalho remunerado a jornada se iniciava por volta das 14h, porém se estendia até depois das 22h. Depois desse horário, o tempo em casa ainda era dedicado ao trabalho remunerado por, pelo menos, mais uma ou duas horas. Com dois filhos, o marido trabalhando fora e, eventualmente, viajando e sem poder contar com a ajuda da mãe, que mora junto, mas tem dificuldade de mobilidade, a sobrecarga era um peso na rotina, inclusive aos fins de semana, quando trabalhava aos sábados e domingos até depois das 17h, atendendo eventos e festas de aniversário.

De manhã eu cuido da casa, filhos, às vezes a minha mãe me ajuda, mas ela já tem bastante idade e tem um problema no joelho que dificulta a mobilidade, então a maioria dos afazeres domésticos é comigo. De tarde, quando já está tudo organizado, que as crianças já almoçaram, eu vou trabalhar na confeitaria com a minha irmã. Então eu chego lá por volta das 14h e vou até 22h, às vezes 23h. E quando chego em casa faço toda essa parte da divulgação, depois que eu vou dormir. Com a pandemia e as crianças sem colégio, ajudou um pouco porque não tinha a função de ir levar e buscar no colégio e elas ficavam com a mãe. Fora isso, não consigo fazer mais nada. Não tenho tempo para mais nada porque como trabalhamos com kits de festa para aniversário, o fim de semana também é lotado. Então, a gente produz durante a semana para entregar fim de semana. Então, fim de semana, tem que fritar, embalar, entregar, eu chego em casa depois das 17h tanto no sábado quanto no domingo (LÉLIA).

Já para Djamila, uma mulher jovem, de 29 anos, que mora com o pai, a mãe e uma irmã, a rotina é menos exaustiva. Com a mãe em casa, fazendo alguns trabalhos eventuais de costura, ela é a principal responsável pelo trabalho doméstico que é dividido com as duas filhas. Assim, a manicure e depiladora, consegue tempo de qualidade para praticar atividade física, estudar, ver filmes e séries e dividir a rotina da casa com a mãe e a irmã. No entanto, ela lembra que as três mulheres da casa estão constantemente envolvidas com a manutenção da família, enquanto que o pai, único homem da casa, não tem essa preocupação.

Se tem cliente aqui na loja, eu já venho logo prá cá, se não tem, geralmente eu ajudo a mãe que faz costura em casa. Então eu ajudo a casa, ajudo a fazer comida...se eu tenho cliente eu venho prá cá de tarde, se eu não tenho, vou antecipando os estudos, as aulas, faço alguns cursos, eu também gosto de acompanhar algumas pessoas que me servem de referência nas redes sociais, então eu vou olhando. Também tento

assistir filme ou série, dar uma relaxada e dormir cedo, por volta das 23h, mas eu nem sempre consigo. Como eu estou mais em casa durante o dia eu ajudo no almoço, na louça...a minha irmã trabalha de tarde e de noite, então, quando ela chega, a louça da noite é com ela. E fim de semana a gente vai se revezando. E o pai é aquela coisa de homem, ele fica lá observando. Meu serviço é na rua, é o que ele diz (DJAMILA).

Para Simone, que trabalha em turnos alternados entre manhã, tarde e noite, a rotina nunca é a mesma. Além disso, o trabalho remoto exige disponibilidade integral além da preocupação e da pressão por mostrar que, de fato, está trabalhando no horário em que deveria. Assim, o trabalho doméstico fica quase que totalmente por conta da esposa de Simone que, mesmo nos dias de folga, precisa estar atenta a qualquer imprevisto que possa acontecer no trabalho. Além da rotina desregulada, o esgotamento mental é uma das dificuldades enfrentadas por ela.

A minha sorte é que nessa questão da casa, tem a minha esposa que consegue fazer tudo porque quando eu to trabalhando eu não consigo. Então essa parte de comida, de limpar a casa, ela acaba fazendo por nós duas, que é o que muita gente não conseguiria porque se é alguém que fica fora ou mesmo que tenha que trabalhar em casa assim, tu ta ferrada porque aí não tem quem faça. Aqui ela sempre faz essa parte de limpeza, cozinhar...É impossível fazer outra coisa. Eu já falei prá mim mesma, várias vezes, que eu ia tentar fazer um curso, alguma coisa, mas é muito difícil. Em primeiro lugar porque fico saturada de ver tela o dia inteiro e às vezes até o lazer é na frente de uma tela, então só de pensar em raciocinar por qualquer outra coisa além do trabalho, eu não consigo. Então eu tento fazer outras coisas como, por exemplo, ler livros. Aí eu começo, paro...começo, paro. Porque parece que o meu cérebro está esgotado. Eu não consigo aprender mais nada (SIMONE).

Angela, morando com o namorado e sem filhos, dedica grande parte do dia ao trabalho remunerado na sua estética, com rotinas que ultrapassam as 12 horas diárias. Em casa, divide as tarefas do trabalho doméstico com o namorado, que trabalha em *home-office*, e conta com uma diarista a cada 15 dias. No entanto, no trabalho como MEI atua sozinha, sendo a responsável pelo agendamento, atendimento, limpeza, etc. O verão é quando a demanda nos procedimentos estéticos aumenta e a dedicação dela é quase que exclusiva ao trabalho. Nos períodos em que a demanda é menor, o tempo que sobra é dedicado a cursos de aperfeiçoamento.

Agora minha rotina ta praticamente 12 horas de trabalho porque graças a Deus eu to trabalhando bastante. Eu chego aqui às 8h e saio às 20h, às vezes mais tarde ainda. Antes eu conseguia fazer as coisas de casa, cozinhar, limpava a casa, mas agora eu não consigo mais, então eu tenho uma moça que me ajuda de 15 em 15 dias, mas não tenho tempo nem para fazer as unhas. A rotina hoje está limitada ao meu trabalho. E essa época mais próxima ao verão, pra mim, é quando tem mais trabalho, mas quando é uma época mais tranquila eu consigo conciliar casa, academia, trabalho, tudo. (ANGELA).

Os relatos das mulheres entrevistadas que se referem a jornadas extensivas, à sobrecarga, à responsabilidade quase que exclusiva pelo trabalho de reprodução da vida e à

sobrecarga mental, tanto pela administração da casa, quanto pelo trabalho remunerado, corroboram o que mencionei no capítulo três dessa tese no que se refere aos atravessamentos de gênero nas relações familiares. Apesar do trabalho remunerado, o lugar da mulher na família nem sempre é ressignificado, o que resulta em acúmulo de funções. É importante lembrar que o trabalho como MEI dificilmente confere uma renda estável a essas mulheres, além disso, muitas ocupações como MEI são desvalorizadas e mal remuneradas. Assim, para obter a renda necessária, é preciso cumprir com jornadas que chegam a ultrapassar as 12 horas diárias. Mesmo nos casos em que as tarefas domésticas são divididas, a mulher não se desvincula totalmente do trabalho reprodutivo, seja dividindo tarefas, seja se ocupando sozinha do trabalho mental de administrar um lar. Para quem tem filhos, o cuidado deles é outra função que recai quase que exclusivamente sobre as mulheres. É importante notar que apesar das diferentes configurações familiares das entrevistadas, as dinâmicas pouco se alteram.

No caso de Rosa, as tarefas domésticas são divididas com o marido, mesmo assim, trabalhando em casa, ela acaba se ocupando de mais tarefas além de ser a responsável pelo trabalho mental, que é pensar na manutenção geral da casa, compras, pagamento de contas, etc.

Ele, hoje, por mais que ele faça toda a parte de limpeza da casa, efetivamente, ele não tem a carga do planejamento, de pensar o funcionamento da casa e na maioria das famílias, a responsabilidade por isso é das mulheres. Eu não conheço nenhuma família em que isso seja diferente. Todo o trabalho de planejamento acaba recaindo sempre sobre as mulheres. Então, isso é uma das coisas que mais pesa porque não é visto, é um trabalho silencioso. É a gente que sabe quando a comida acaba, quando precisa produto de limpeza, ele cuida dos gatos, mas quem tem que lembrar de comprar a ração sou eu (ROSA).

Já no caso de Angela, que também divide o trabalho doméstico com o namorado, que também é MEI e trabalha em *home-office*, para reduzir a sobrecarga, o casal conta, quinzenalmente, com uma diarista. Essa é uma situação comum para muitas mulheres que, em função do trabalho remunerado, acabam terceirizando para outras mulheres o seu trabalho doméstico.

Agora eu tenho essa moça que vai de 15 em 15 dias e nos outros dias eu e o meu marido damos conta e ele é bem parceiro, até porque ele trabalha em casa e ele consegue conciliar. Então, o básico ele faz e o que ele não consegue eu faço de noite, mas ele pega junto, é bem parceiro (ANGELA).

Os relatos mostram que apesar do trabalho remunerado, sem se desvincular totalmente do trabalho reprodutivo, essas trabalhadoras acumulam funções ou, quando podem, delegam as tarefas do trabalho doméstico ou do cuidado com os filhos para outras mulheres. Apesar das diferentes configurações familiares, as dinâmicas pouco se alteram e as relações parentais

acabam por encobrir a sobrecarga, uma vez que a socialização das mulheres nos ensina que o cuidado com a família não é trabalho, mas amor, o que acaba por reproduzir e reforçar papéis de sociais.

No caso das mulheres que são mães, as demandas da maternidade perpassam de forma muito incisiva a experiência, tanto na família, quanto no trabalho. Quando falo sobre maternidade e papéis de gênero, é importante lembrar que essas noções são construídas socialmente. Ainda que no caso das mães biológicas sejam elas a gestar, parir e amamentar, não há justificativa para que as mulheres sejam as únicas ou as principais responsáveis pelo cuidado e pela criação dos filhos. O papel de mãe foi construído baseado em um determinismo biológico, mas também tendo a maternidade como o lugar natural e ideal das mulheres, além da noção de domesticidade. A forma como a sociedade percebe a obrigação natural das mulheres para com a maternidade fica evidente nas falas de Cora e Lélia “A mulher é sempre mais exigida. Quando um filho fica doente, a primeira pessoa que ligam é para a mãe, nunca é para o pai. O homem não tem essa responsabilidade a mais” (CORA). Apesar de contextos familiares diferentes, ambas vivenciam a mesma realidade quando se trata do cuidado com os filhos.

Essa semana, por exemplo, meu filho tava tossindo na escola e a escola ligou pra mim. Aí sou eu que ligo e aciono alguém para buscar ele. Então, consegui que meu cunhado fosse buscar. E é sempre assim, o primeiro telefone que eles ligam é o da mãe. Sempre. E a gente fica com aquele compromisso com as crianças. Então, mesmo quando eu to trabalhando e mesmo o meu marido sendo participativo, as coisas da casa, a maioria é comigo (LÉLIA).

Um aspecto importante mencionado por elas é a questão da rede de apoio que nem sempre é uma realidade para as mulheres mães que trabalham. A falta de políticas públicas que permitam a socialização do cuidado com as crianças obriga essas mulheres a construir suas redes a partir da própria família. O que não diminui a responsabilidade, a sobrecarga e a exaustão.

Como eu atendo com hora marcada, me facilita porque eu não preciso atender de manhã. Meus pais moram nos fundos da minha casa e ele fica com eles. Então de tarde ele está por casa. Logo que mudamos pra lá (Residencial Viver Bem) meus pais moravam longe e o meu marido tinha horários diferentes do meu. Então eu pegava de manhã por volta das 10h e saía só às 22h. Então, muitas vezes eu tinha que levar meu filho junto, deixar na casa da minha mãe e ir trabalhar. Pegava dois ônibus para ir até a casa da minha mãe e depois pegava mais um para ir trabalhar. Foram uns cinco meses assim até meus pais irem morar comigo. Então ficou bom pra eles e pra mim também (CORA).

Mesmo contando com rede de apoio e sendo casada com o pai de seus filhos, a realidade de Lélia pouco se altera em relação à realidade de Cora, que é mãe solo, no que se refere à responsabilidade pelo cuidado com os dois filhos.

A responsabilidade é sempre nossa. As pessoas esperam isso da gente o tempo todo, a criança ta doente é a mãe, supermercado é a mãe, qualquer coisa que tenha que fazer ou resolver, é sempre a mãe que chamam primeiro. Eu não posso reclamar da rede de apoio que eu tenho com familiares, irmã, cunhado, mãe, mesmo assim eu fico sobrecarregada (CORA).

Ainda que tenhamos ido além do ambiente doméstico e estejamos inseridas nos espaços públicos, a maternidade continua sendo considerada praticamente uma obrigação e o cuidado com os filhos ainda é a principal função da mulher na família. Esse é um dos fatores que contribui para que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços públicos se dê em condições de desigualdade em relação aos homens. O fato de sermos consideradas as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos põe em xeque não só a nossa competência, mas a nossa dedicação ao trabalho, comprometendo nossa possibilidade de autonomia, como revela a fala de Cora:

De certa forma, isso favorece os homens no trabalho. Eu já passei por isso, de ter mais aperfeiçoamento do que um colega homem e ele se destacar porque é homem. Ainda mais que o nosso público é majoritariamente feminino, é engraçado como o homem cabeleireiro chama mais atenção. Mesmo que o teu trabalho seja melhor, o homem sempre se destaca mais (CORA).

É importante notar que a sobrecarga das mulheres mães interfere não só na sua atividade profissional, como também restringe nossas possibilidades de socialização, estudos e lazer.

O meu marido tem o tempo dele, ele joga futebol três vezes por semana. Então, ajudar as crianças no tema, cuidar da roupa, organizar o material para o dia seguinte, sou eu que faço. Então, mesmo as coisas que eles fazem sozinhos, a cobrança fica sempre com a gente, é sempre a mãe que tem que fazer. Ele só faz se eu mandar. Então, enquanto ele está fazendo as coisas com as crianças, eu to fazendo a janta, eu to organizando a roupa, eu não to parada, diferente dele. Antes, quando não tínhamos filhos, quando eu precisava sair para algum lugar, eu saía e pronto. Agora eu tenho que esperar, tem toda uma logística que a gente precisa fazer para estar livre e, às vezes, ainda tenho que desmarcar porque eles não se sentem no compromisso, é mais fácil a gente desmarcar um compromisso do que eles desmarcarem o futebol (LÉLIA).

Os papéis de gênero resultam de uma construção social que também é histórica e territorialmente localizada, uma construção que é forjada e também encontra respaldo nas nossas estruturas sociais (SCOTT, 2008; SAFFIOTI, 1987). Por isso, ainda que conscientes sobre as assimetrias e desigualdades que perpassam nossa condição de mulheres, por vezes, reproduzimos essa lógica. “E, às vezes, a gente faz tão no automático que não se dá conta disso. E como a gente tem que se policiar para não reproduzir porque a gente vai deixando e quando vê não faz mais nada, fica só em função do trabalho e casa” (LÉLIA). Outro exemplo disso, é quando Cora, mesmo tendo noção da própria sobrecarga, acaba por reproduzir seu papel na relação com os filhos.

Meu filho mais velho mora em outra cidade, mas ele vem seguido, eu trabalho a semana toda, fim de semana quando ele vem, eu fico muito feliz, mas é um fim de semana que eu fico o tempo todo fazendo tudo prá ele e ele esperando tudo na mão. Então é ali que já começa a diferença (CORA).

Conforme já referi, a família ocupa um lugar central na formação do nosso *habitus*. No nosso processo de socialização, o tornar-se mulher vem carregado pelas experiências de nossos pais e, principalmente, de nossas mães. Como mulheres, desde a infância, somos constituídas por princípios e valores que nos acompanham durante toda nossa trajetória, podendo ou não ser ressignificados.

Em casa eu tive pouco incentivo para trabalhar porque o meu pai é muito machista e ele acha que mulher tem que casar e ser dona de casa, que não precisa trabalhar, então a minha criação foi muito assim. Eu sou a mais velha de três irmãos e eles nos criaram, principalmente eu e a minha irmã, para ser assim. Minha mãe nunca trabalhou fora, sempre cuidou dos filhos. E eles nos criaram com essa mentalidade de que a obrigação do marido é sustentar a casa e a mulher tinha que ficar em casa cuidando dos filhos. Só que com o passar do tempo a gente vê que não é assim, que a gente precisa trabalhar, precisa também adquirir as coisas (CORA).

A ideia da mulher que nasce para cuidar da casa e dos filhos e do marido provedor, também foi uma realidade vivida e ressignificada no contexto familiar de Rosa.

Meu pai é bancário, minha mãe foi dona de casa a vida inteira e a minha mãe sempre dizia que isso ela não queria para as filhas dela, então a minha mãe era muito dessa coisa de trabalhar, ter independência. Quando eles se separaram, ela nunca tinha trabalhado fora, por isso conseguiu na justiça que ele pagasse uma pensão prá ela, que ela ganha até hoje (ROSA).

Já a experiência da mãe de Simone, além do machismo e da violência simbólica, vem carregada de um contexto de precarização e dificuldades.

Minha mãe nunca trabalhou fora porque meu pai não deixava. Ele era muito ciumento e dizia que preferia pagar prá ela ficar em casa. Então, ela nunca trabalhou fora. Quando eles se separaram, ela não tinha nenhuma experiência, então teve que se virar como diarista, fazendo faxina ou trabalhando em bares, à noite, sofrendo todo o tipo de assédio. Até hoje ela trabalha com limpeza, que é uma área mal remunerada e cansativa (SIMONE).

As histórias das mulheres entrevistadas revelam de que maneira as relações familiares incidem na identidade dessas mulheres, na forma como elas percebem o seu lugar na própria família e suas percepções acerca das relações de gênero, formando uma série de predisposições. Ainda que possamos alcançar outro nível de consciência sobre nossa condição, questionando e olhando além do que nos foi transmitido em um longo processo de socialização, romper com esses padrões em nossas práticas cotidianas requer um exercício ainda difícil de ser posto em prática. Promover alterações nas estruturas familiares e ressignificar os papéis de gênero depende não apenas da nossa tomada de consciência ou da nossa percepção sobre o nosso lugar nessas relações, mas depende também de transformar as

estruturas que garantem a manutenção das desigualdades como a privatização do cuidado, a dicotomia entre o público e o privado, falta de direitos reprodutivos e a própria divisão sexual do trabalho (BIROLI, 2014a).

Ao falar sobre relações de gênero é importante compreender que elas incidem de formas diferentes para diferentes grupos de mulheres. Por isso, deve se levar em consideração os atravessamentos de raça, classe social, orientação sexual, idade e também o território, uma vez que os papéis de gênero são uma construção social e histórica que é territorialmente localizada. Em um mesmo território, diferentes papéis são atribuídos a diferentes mulheres, assim como são diferentes as experiências vivenciadas no trabalho, na família e na sociedade, bem como são diferentes os constrangimentos e as oportunidades.

Para mulheres é totalmente diferente. Eu percebo a mulher, em geral, quando entra como MEI é na culinária, artesanato, manicure, coisa que tu possa fazer de casa. Tem muita gente que eu vejo que tem MEI que diz, ah, vou trabalhar com marketing digital, alugar uma sala num *co-work*, a maioria são mulheres brancas que conseguem fazer isso. Tu consegue ter um período sem receber, até fazer teu nome e começar a entrar cliente. Agora, a confeitaria não, eu saía, ia de porta em porta com uns bolos, passava nas lojas e é um dinheiro que, hipoteticamente, é mais fácil de receber um retorno de oferecer bolo assim nas lojas como eu ia e disso vinham clientes para fazer as festas de aniversário, então era mais fácil (LÉLIA).

Em Santa Cruz do Sul, cidade de imigração alemã, a cor da pele impõe constrangimentos significativos uma vez que há a valorização do padrão estético europeu da mulher loira de olhos claros. A aparência, de forma geral, se constitui em um fator determinante no que se refere às oportunidades que as mulheres têm no mercado de trabalho e às dificuldades que enfrentam, como demonstram as falas de Lélia e Cora.

Eu percebo essa diferença. É bem mais difícil. Quantas mulheres negras a gente vê na minha área de formação, que é a publicidade, tendo seu próprio negócio? Aqui na região eu não conheço. E às vezes dá um medo também, eu penso, ah, eu poderia, mas eu fico pensando na dificuldade que as outras pessoas têm quando estão começando e que pra mim seria ainda mais difícil. Será que seu eu tivesse outro sobrenome, de origem alemã, não seria mais fácil? (LÉLIA).

Eu vejo algumas empresas que fazem distinção entre tipos de mulheres. Por exemplo, uma empresa que não contratou uma mulher porque ela era gorda. Ainda mais aqui em Santa Cruz, que tem esse padrão de beleza. Aqui tem uma distinção sim, principalmente no comércio. Hoje eu tava lendo um anúncio e estavam selecionando atendente, mas tinha que ser entre 18 e 30 anos. Então, até a idade já faz diferença (CORA).

Apesar de o conceito de gênero ser estabelecido a partir de uma construção social e rejeitar o determinismo biológico, é importante lembrar que alguns aspectos importantes que tornam essas relações ainda mais desiguais para algumas mulheres, estão inscritos no corpo, como a aparência e, sobretudo, a cor da pele. Em um território fortemente marcado pela influência da cultura germânica, onde existe mais do que valorização, mas um apego ao

branco europeu e aos costumes conservadores, ainda que qualificadas, mulheres negras e pardas como Lélia, Djamila, Angela e Cora convivem cotidianamente com os constrangimentos impostos pelo racismo.

Quando eu comecei a fazer produção cultural foi dentro de um clube social negro e trabalhei quase que exclusivamente para eles, conseguindo projetos em nível federal. Pessoas brancas que trabalhavam junto comigo, agora, outras entidades começaram a chamar. As pessoas que trabalhavam comigo nos projetos que eu escrevi e foram selecionados, mas eu nunca fui chamada por essas instituições para fazer um projeto prá eles e agora que eu não estou mais, estão chamando as pessoas que trabalhavam comigo, que entraram depois, através de mim. Mesmo eu trabalhando com projetos grandes, com verbas grandes, é um clube social negro. Então, mesmo fazendo tudo, tirando projetos do zero, administrando recursos, executando, parece que o trabalho da gente não é valorizado (LÉLIA).

Eu sou nascida e criada aqui, mas eu vejo muita diferença, talvez até de achar que por eu ser uma mulher negra talvez o meu trabalho não seja tão qualificado quanto de uma colega loira de olhos azuis. A gente sente, sim. Eu sinto. Eu acredito que em cidades maiores, por exemplo, por ter mais população negra e a população negra está estudando, trabalhando, se colocando onde deve, acho que é um pouco mais natural, mais normal do que aqui que é uma cidade de interior, de colonização alemã, enfim. A minha profissão, também. Quando eu me formei, na faculdade eu era a única aluna negra no meu curso. E o que eu vejo de colegas de profissão, aqui em Santa Cruz, eu não conheço. Não posso afirmar que eu seja a única, mas eu não conheço outra (ANGELA).

Eu fiz uma vez uma entrevista para trabalhar em uma loja de jóias e a pessoa que me entrevistou ela disse, olha, tu é uma das melhores aqui, tu tem uma grande chance. Eu pensei, bah, que bom! E tinha uma outra menina branca de cabelo liso e tudo mais, que estava trabalhando e eu estava desempregada na época. Tudo bem, talvez ela tenha sido melhor mesmo, mas aí eu pensei, poxa, se ela disse que eu tinha ido bem, que eu estava dentro do perfil que procuravam, por que tirar uma pessoa que já está empregada e não dar a vaga prá mim que estava desempregada? Aí tu fica te questionando (DJAMILA).

As falas demonstram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no que se refere à inserção no mercado de trabalho em um território fortemente marcado pelo racismo estrutural. Evidenciam também que essas dificuldades se acentuam em relação à área na qual essas mulheres buscam o trabalho, uma vez que a inserção da mulher negra no mercado de trabalho no Brasil guarda relação direta com sua origem escravocrata e colonial. Mulheres que foram escravizadas, destinadas ao trabalho pesado na agricultura ou ao trabalho doméstico no interior da casa grande. Assim, persiste a ideia de que existem ocupações e lugares diferentes não só para homens e mulheres, mas também para diferentes grupos de mulheres (ÁVILA, FERREIRA, 2020; DAVIS, 2016).

É ruim tu ir num lugar e ver só tu de negra, tu vai num lugar legal, numa palestra, num curso e ta só tu ali de pessoa preta. E às vezes até quando tem outras pessoas pretas elas tão trabalhando, servindo café, na limpeza. Se tu sentar num café, por exemplo, não é normal. Em Santa Cruz não é normal (ANGELA).

Dessa maneira, diferentes estruturas hierárquicas são criadas, legitimadas e naturalizadas, colocando em lugares diferentes mulheres e homens negros, mulheres brancas e pobres, mulheres brancas de classe média e homens brancos, estes, ocupando sempre um lugar de privilégio.

A minha colega que tinha o mesmo cargo que eu, ela também tinha as mesmas dores por ser mulher, mas ela é branca. Então, ela tinha algumas regalias que eu não tinha. Era uma hierarquia, os colegas homens, depois ela e depois eu. Então, tu sente que tem essa diferença. Então sempre tem diferença na questão de ser uma mulher preta. Por ser mulher, tu tem que te esforçar duas vezes mais para mostrar tua competência. Por ser mulher preta, três vezes mais (DJAMILA).

Pensando a partir da noção de performatividade de gênero, os lugares e papéis definidos como masculinos e femininos, levam em consideração o homem e a mulher cis-heterossexual, brancos e de classe média como sujeitos universais que performam a masculinidade e a feminilidade tidas como padrão, ancoradas nas noções de força e liderança para os homens e sensibilidade, fragilidade e domesticidade para as mulheres. As falas das entrevistadas negras mostram que a elas não cabem as noções de feminilidade impostas como padrão, uma vez que delas, em suas experiências cotidianas, se exige força, persistência, coragem e não lhes é dada a oportunidade de serem frágeis ou sensíveis em uma sociedade marcada pelas hierarquias de gênero, raça e classe social.

Outro importante marcador é a orientação sexual, uma vez que as características simbólicas do que é ser homem ou ser mulher não se aplicam à grande parte das pessoas, não só negras, mas também pobres, gays, lésbicas e transexuais. No caso de Simone, mulher lésbica, a sexualidade é um dos atravessamentos importantes nas experiências cotidianas no mercado de trabalho.

Quando eu comecei a trabalhar na escola eu tinha o cabelo raspado e quando eu pensei em procurar outro emprego, a primeira coisa que eu pensei era que eu tinha que deixar meu cabelo crescer porque eu precisava parecer mais feminina. Porque lá na escola era mais jovem, alternativa, pra eles era bom. Quando eu precisei trabalhar em outra coisa, pensei, bom, tenho que me adaptar ao mercado de trabalho e ao preconceito que eles têm. Então eu pensei, tenho que me adaptar ao modelo de mulher mais feminina porque é esse tipo de mulher que tem emprego (SIMONE).

Além do esforço de performar uma feminilidade padrão, condição para ser aceita no mercado de trabalho, Simone lida cotidianamente com o preconceito velado ou escancarado.

Eu sempre tenho medo. Quando vou fazer uma entrevista eu sempre fico esperando a pergunta “casada?” aí eu tenho que explicar que eu sou casada com uma mulher e a minha esposa é muito mais corajosa em relação a isso do que eu. Eu sempre fico com o pé atrás, pensando se falo ou não falo. Aí eu falo, mas eu respiro fundo porque é tenso porque eu nunca sei qual é a reação que a pessoa vai ter e o estereótipo que vão criar de ti (SIMONE).

Conforme mencionei anteriormente, a educação é uma das estruturas que reproduz desigualdades, seja por meio dos retrocessos nas políticas educacionais, ou seja por meio de discursos como o da “ideologia de gênero” que atribui ao feminismo e à comunidade LGBTQIA o desmantelamento das relações familiares e dos valores morais tradicionais, além da associação com a perversão e, até mesmo, com a pedofilia.

E quando tu começa num novo emprego, sempre tem que pesar como vai ser a reação das pessoas em relação a tua sexualidade e quando tu vai poder falar da tua vida pessoal porque tu tem que ver como é o preconceito das pessoas e o quanto eles vão aceitar que tu fale sobre tua vida pessoal. Quando eu trabalhava na educação eu não falava nada da minha vida pessoal. As pessoas sabiam porque viam nas redes sociais, mas sempre tinha aqueles olhares, aqueles comentários preconceituosos, até, ou nas reuniões, quando tinha chimarrão e nunca passavam pra mim, eu achava que era coisa da minha cabeça porque às vezes a gente tem umas paranóias, mas não era porque outras pessoas vinham me contar, inclusive sobre insinuações relacionadas à pedofilia naquela ideia de relacionar as pessoas LGBTQI à pedofilia (SIMONE).

Para algumas mulheres esse preconceito se torna mais um entre tantos constrangimentos para acessar o mercado de trabalho formal. Assim, o trabalho por conta própria acaba sendo a forma possível de inserção no mercado e não uma escolha motivada por um desejo ou um sonho de ser empreendedora. A divisão sexual do trabalho incide fortemente nas experiências dessas mulheres, que têm trajetórias marcadas pela desigualdade, uma vez que ela impõe facilidades para acessar determinados espaços e constrangimentos para acessar outros como, por exemplo, as mulheres negras, um grupo para o qual o trabalho nunca foi uma opção, mas uma obrigação e que têm suas trajetórias marcadas pela escravização, precarização e exploração extremas.

Essa diferença vem desde que os portugueses chegaram aqui no Brasil. Toda a nossa cultura foi criada, toda baseada na cultura européia patriarcal, onde tudo que vem de lá, os homens brancos, hetero... ainda tem aqui na nossa região a valorização de se ter um sobrenome de origem alemã ou italiana, eles têm sim, mesmo não tendo o mesmo conhecimento ou a mesma formação que nós se colocar em posição de chefia muito mais facilmente do que a gente. É uma estrutura social que não é de ontem nem de hoje. E em relação à comunidade negra, é o racismo estrutural, então tem a questão da heteronormatividade, a questão racial, social, porque a gente não tem condições de abrir um negócio porque não tem uma família que possa nos bancar, que a gente possa errar (LÉLIA).

E entre as mulheres também, assim como as mulheres foram se especializando e estudando, as mulheres pretas eram as empregadas das mulheres brancas. E aí tinham menos estudo, menos conhecimento, então, ter uma mulher preta nesses clubes sociais era uma coisa que...nossa! Então, as mulheres brancas viviam naquele mundinho fechado delas, tipo nós somos melhores e os pretos estão aqui para servir, para servir a comida, a bebida, para ser garçom, para limpar, para ser o manobrista, sempre o subemprego e são as mulheres brancas que vão ocupar os espaços, que vão ser donas de negócios e as mulheres pretas vão sempre ficando de lado (DJAMILA).

A divisão sexual do trabalho e as hierarquias de gênero, raça e classe dizem às mulheres quais são as profissões que elas podem ocupar e os lugares onde serão aceitas. É

importante lembrar que a intensificação da inserção da mulher no mercado de trabalho guarda relação com a reestruturação do capitalismo, na década de 1970 e com o processo de globalização da década de 1990, dois fatores que levaram as empresas a se reorganizarem para serem mais competitivas. Essa reorganização passa pela redução do custo da mão de obra (DANIEL, 2011; HIRATA, 2002). Neste sentido, a inserção massiva das mulheres no mercado vem atender a necessidade de redução na remuneração do trabalho. Como parte dessa estrutura, existe uma dinâmica que impõe uma divisão e uma hierarquia entre trabalho de homem e trabalho de mulher.

No meu último trabalho eu tinha muito contato com homens. Entre colegas. Já começa pela questão salarial. Eu, por exemplo, entrei com um salário x e um homem que entrou depois de mim já entrou com o salário acima do meu. Eu já estava lá há um ano, já tinha ganho aumento e quando ele chegou, já chegou ganhando mais do que eu. Então, isso é uma coisa gritante. Aí tu já fica, ué, mas como assim? Fora outras questões do dia a dia. Por exemplo, eu esqueci de mandar um e-mail para um cliente. Aí é, ah, como assim, tu esqueceu? Não podia ter esquecido e tal. Se um homem esquece é, ah, isso acontece! Manda agora que ta tudo certo. Aí tu fica, bom, poxa vida...aí, ou tu finge que não vê e fica de boa com todo mundo, ou tu vai ficar o tempo todo brigando com todo mundo. É muito complicado também na questão da segurança do trabalho, eu não cheguei a trabalhar muito, mas em obras é muito complicado para eles te respeitarem e respeitarem o que tu ta falando, que é pelo bem da vida deles mesmos. Quando é uma mulher que fala, eles não dão muita moral. Nunca ninguém foi desrespeitoso comigo, mas eu sentia que não tinha mesma credibilidade de um homem. Quando é mulher, tem que falar três ou quatro vezes e não ouvem. Quando é homem, a coisa muda (DJAMILA).

Essa hierarquia delimita em que profissões e carreiras mulheres são aceitas ou não, estabelece diferenças salariais e de oportunidades, mulheres são preteridas por serem mulheres e mesmo no trabalho por conta própria, a inserção principal se dá nas áreas consideradas “trabalho de mulher” como a estética e o comércio de vestuário, ocupações, geralmente, de menor remuneração e prestígio social.

A questão de moradia também. Eu moro no Arroio Grande, mas ontem eu fui numa costureira lá no Viver Bem, então tu vai passando naquelas casinhas e vai vendo o perfil daquele tipo de pessoa. Principalmente pessoas pretas, muitas mulheres sozinhas, mulheres chefes de família, tu vê que é aquele perfil já meio certo de pessoas que vivem ali naquele meio. Tu vê que elas não têm as mesmas chances das pessoas brancas. Então, tem que olhar com outros olhos quando tu vai fazer uma contratação ou dar uma oportunidade. Tu raramente vê um preto ou uma preta numa posição de supervisor, de gerente...é muito raro (DJAMILA).

Para mulheres e homens é muito diferente em tudo. Até a relevância que se dá para o fato de os homens estarem dispostos a trabalhar o tempo inteiro. Os meus colegas homens que estão sempre disponíveis, que se tu perguntar alguma coisa pra eles fora do horário de trabalho eles vão responder, eles são muito mais valorizados, esse é o máximo, está sempre disponível. Quando tu faz isso, ah, tanto faz, tu ta só fazendo o teu trabalho. Os elogios para homens, nesse sentido, são muito maiores. Eles se elogiam muito por essa disponibilidade que eles têm para o trabalho e para as mulheres não. Tem muitas mulheres que trabalham comigo e eu nunca vi os mesmos elogios prá elas (SIMONE).

Além das ocupações consideradas femininas serem as de menor renda e prestígio social, a sobrecarga do trabalho doméstico e a falta de políticas públicas de cuidado impõe limites à jornada das mulheres no trabalho remunerado, reduzindo ainda mais nossa renda e nossas possibilidades de autonomia. No caso das mulheres chefes de família a necessidade de flexibilização da jornada, faz com que essas mulheres ocupem os postos mais precarizados. Neste sentido, o trabalho como MEI é uma alternativa para mulheres que precisam conciliar o sustento da família com o trabalho de cuidado, repercutindo em maior vulnerabilidade econômica e social.

Por que as empresas pagam mais aos homens do que às mulheres? Por que as mulheres brancas ganham mais do que as mulheres negras? Por que algumas atividades são mais valorizadas do que as outras? Como as domésticas, as domésticas hoje em dia, estão oferecendo 900 reais para trabalhar de segunda a sábado e ir prá casa só no domingo, trabalhando o dia inteiro. E por que essa profissão não é valorizada? E qualquer outra profissão na área administrativa dentro de uma empresa, a pessoa fica ali 8 horas por dia dentro de uma empresa e ganha muito mais (LÉLIA).

A privatização do cuidado e a falta de equipamentos públicos repercutem de diferentes formas também para diferentes grupos de mulheres e afeta, sobretudo, as mães. A falta de vaga na creche, a falta de escola em tempo integral, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde e de assistência social penalizam as mulheres, gerando uma situação de conflito entre maternidade e trabalho que implica em maior desemprego e precarização para as mulheres mães.

Eu acredito que o mercado de trabalho também se estrutura de forma diferente para homens e mulheres. Eu nunca parei para pensar nessa questão da estrutura, mas eu acredito que sim até porque as mulheres têm a questão da maternidade, tem mais dificuldade para conseguir emprego formal, com quem ela vai deixar a criança? E isso não acontece com os homens. Independente se o homem tem filho ou não, o empregador dele nem vai querer saber. Então, nessas questões, tem muita diferença na forma como o mercado de trabalho se organiza, infelizmente (ROSA).

Essa dinâmica faz com que muitas mulheres, principalmente chefes de família, tenham que deixar o trabalho formal para trabalhar por conta própria, repercutindo em menor renda e maior insegurança. A suposta domesticidade natural feminina, as relações familiares, as hierarquias de gênero e a divisão sexual do trabalho são estruturantes dessa condição. Assim, os dados que apresento no capítulo anterior e as falas trazidas pelas mulheres entrevistadas, mostram o que já era sabido, que a nossa posição tanto na família quanto no mercado de trabalho se constrói tendo como base relações desiguais que entrelaçam gênero, raça e classe social. Essa engrenagem é tão bem organizada que faz com que essas relações se retroalimentem: é justamente às mulheres mais vulneráveis que se impõem mais constrangimentos, ao mesmo tempo em que mulheres em uma condição melhor conseguem

ocupar mais espaços e obter mais autonomia, no entanto, são os homens brancos e cis-heterossexuais os mais privilegiados por essas estruturas.

O que pretendi mostrar com esta seção é como as relações de gênero compõem as experiências das mulheres no mercado de trabalho, como se tornaram MEIs, os constrangimentos e possibilidades e os entrelaçamentos entre divisão sexual do trabalho, relações sociais e familiares. Na próxima seção apresento as percepções que essas mulheres têm sobre sua condição de mulher e de trabalhadora, os sentidos que atribuem às relações de gênero, como percebem essas relações, os sentidos que atribuem ao seu trabalho, ao seu lugar e aos seus papéis.

4.3 Os sentidos

As falas que apresento na seção anterior evidenciam as percepções das mulheres acerca das suas experiências na família, no trabalho e nas relações sociais, as desigualdades em relação aos homens e os limites que essas desigualdades impõem. O que pretendo neste tópico é abordar os sentidos que essas mulheres atribuem às suas experiências e às hierarquias que se estabelecem.

O gênero enquanto construção social, histórica e territorialmente localizada atribui diferentes papéis sociais e lugares para homens e mulheres, ou seja, é uma construção que leva em consideração o que cada sociedade espera de homens e mulheres. A naturalização de processos sociais elabora uma natureza feminina e uma natureza masculina que determina os espaços e papéis que homens e mulheres vão ocupar, assim, diferentes culturas elaboram diferentes expectativas associadas ao que é ser homem e o que é ser mulher, expectativas que mudam conforme o espaço e o tempo e que ainda são construídas baseadas na binaridade masculino/feminino e que, majoritariamente, desconsideram a diversidade e pluralidade de experiências no que se refere à identidade de gênero.

Os papéis atribuídos a homens e mulheres, incidem fortemente no lugar que nós ocupamos, seja na vida familiar, social ou no trabalho, onde o ideal da mulher dócil, destinada a servir, se reproduz cotidianamente (BUTTLE, 2007).

A minha parte do setor que é atendimento, prioriza mulheres. O meu chefe, inclusive, falou que preferia contratar mulheres porque mulheres atendem diferente. Porque tu vai lidar com as pessoas e acreditam que as mulheres atendem de forma mais carinhosa dos que os homens porque acham que as mulheres nasceram para servir, para trabalhar na área de cuidado. É muito nítido de ver a forma como a cobrança ocorre de a mulher ser mais simpática no atendimento. E sempre as palavras, também. Se a mulher é grossa no atendimento, ela é grossa, se é homem, dizem que ele foi assertivo, que foi pontual. É uma coisa que se escuta muito (SIMONE).

As noções de gênero estabelecem não apenas um significado, mas também uma hierarquia entre homens e mulheres a partir de pressupostos que são naturalizados e internalizados e passam a reger nossa convivência e nossas experiências. No caso das mulheres entrevistadas para essa pesquisa, é interessante notar as percepções que elas constroem sobre relações de gênero a partir das suas experiências familiares, responsáveis pelo chamado *habitus* primário. Tendo suas famílias de origem como referência, mas ressignificando suas experiências, essas mulheres lançam um olhar e uma postura críticas em relação às desigualdades socialmente enraizadas (BOURDIEU, 1996).

Eu acho que não tem nada de diferente, de biológico ou fisiológico que justifique isso. É a forma como a sociedade se organiza. É totalmente cultural, foi aquilo que eu falei da criação do meu marido, ele admite que a criação dele não preparou ele para fazer as coisas. Ele não viu isso acontecendo em casa, eu não vi isso acontecendo em casa, eu não vi o meu pai fazendo nada de atividade doméstica, a minha mãe sempre foi dona de casa. Então, a construção social é que fez a gente chegar até aqui. Essa questão da organização doméstica, os homens são totalmente capazes de fazer, mas por que isso recai sobre as mulheres? Porque socialmente as famílias são construídas dessa forma. Por que um homem é considerado mais capaz para gerir uma empresa, mas não é considerado capaz de gerir a própria casa? E aí os homens são a maioria nos cargos de chefia, mas não conseguem gerenciar a casa onde moram? E até em algumas profissões como contador, administrador...hoje temos mais mulheres, mas eram consideradas profissões masculinas. Então não faz sentido. É construído socialmente (ROSA).

É importante notar que, sendo o gênero uma construção espacialmente localizada, guarda relação direta com o território, que também é construído socialmente. Assim, de forma dialética, as relações de gênero produzem o território e o território (re) produz as relações de gênero. Por este caráter relacional, gênero e território são dinâmicos, se construindo e reconstruindo simultaneamente. Mais do que apenas um palco onde os acontecimentos sociais se desenrolam, o território é um campo de disputas, construído a partir de relações de poder, onde cada sujeito dispõe e mobiliza diferentes capitais. Assim, diferentes relações sociais produzem diferentes territórios, da mesma forma que as territorialidades incidem sobre as relações sociais (REIS, 2005; BOURDIEU, 1989).

E a gente vê que a cidade influencia muito nisso. Eu não tenho muito contato, não vou muito para Porto Alegre, mas a gente vê que as mulheres pretas lá, eu fico boba, que elas têm uma presença, uma confiança que aqui em Santa Cruz ainda falta muito nas mulheres pretas. Aqui as mulheres pretas ficam muito naquela assim, se eu tentar me impor eu vou ser a metida, então eu vou ficar aqui quietinha no meu canto. Eu fui muito tachada de cheia de arrogante porque eu tento me impor, dar minha opinião, porque eu não aceito qualquer coisa. Ah, eu sou cheia. E eu vejo que em Porto Alegre e naquela região isso já não é assim. Já é uma coisa mais comum. Já é uma coisa mais normal ter mulheres pretas dona de negócio, empreendedoras, então, eu acho que quanto maior a cidade mais esses tabus vão sendo quebrados e quanto menor, mais fechada é a mente das pessoas e pior fica (DJAMILA).

Algumas falas trazidas na seção anterior pelas mulheres entrevistadas já evidenciam a centralidade do território na construção, naturalização e manutenção dessas relações assimétricas e das desigualdades que elas produzem e reproduzem. No território de Santa Cruz do Sul, fortemente marcado pela imigração europeia, o racismo estrutural é um dos obstáculos mais presentes para as mulheres negras e que atravessa gerações.

Aqui na nossa região, imigrantes alemães ganharam terras, e em decorrência da estrutura que foi dada, eles podem hoje estar em uma sexta, sétima geração de pessoas empreendedoras, formadas, enquanto que na minha família a gente recém está na segunda geração do lado da minha mãe porque do lado do meu pai, eu sou da primeira geração de pessoas que se formaram na universidade. Agora meus sobrinhos fizeram concurso, estão melhores. Então, na próxima geração, talvez a gente possa dizer que os nossos filhos consigam ter um aporte financeiro para tentar abrir um negócio, mas a gente não tem por causa dessa estrutura. A gente vem em débito, em prejuízo, correndo atrás. Agora que a família da minha geração está conseguindo se estabilizar financeiramente. Eu ainda não estou, mas outras pessoas da minha família já e isso através de concursos porque entraram como cotistas, vão ganhar um valor melhor como concursados e talvez dar essa estrutura para os filhos deles (LÉLIA).

Assim lembro que o território, enquanto construção social, compõe a ação dos sujeitos a partir das possibilidades que oferece e dos constrangimentos que impõe. Por isso, o tornar-se mulher é um processo diferente em diferentes territórios, a partir dos padrões, normas e papéis sociais que cada território atribui aos diferentes sujeitos. Para isso, concorrem aspectos históricos, culturais, educacionais, religiosos, sociais, etc.

Eu acho que a cultura influencia muito isso. Então não é só o local dentro da cidade, mas em cidades diferentes também. Com certeza, a construção social vai depender da cultura de cada local. As estruturas são diferentes, o trabalho se organiza de formas diferentes. Eu percebi isso mudando de Estado. A relação das pessoas com o trabalho é diferente aqui e em Minas Gerais, por exemplo, aqui a cultura do trabalho é muito mais forte. Não que as pessoas não trabalhem, mas é uma forma de olhar diferente. Então, eu imagino que se a relação das pessoas com o trabalho é diferente, as relações de gênero também devem ser. E não só isso, mas também outras diferenças (ROSA).

Quando falo sobre gênero enquanto uma construção social, me refiro a *habitus* tão enraizados e internalizados, que por muitas vezes, acabam sendo lidos como naturais e a dominação masculina se impõe como algo que está dado, a ordem natural das coisas. No entanto, a desconstrução dessas noções não é um processo linear, mas é de avanços e retrocessos constantes.

A construção da nossa identidade, em uma sociedade capitalista, guarda forte relação com a centralidade do trabalho na nossa vida (MARX, 1985). É principalmente a partir do trabalho ou da profissão que nos definimos como sujeitos. Por isso, assim como nossas experiências profissionais são fortemente influenciadas pelas nossas predisposições enquanto sujeitos, elas também compõem fortemente a forma como nos inserimos e nos percebemos.

De forma dialética, a nossa experiência no trabalho compõe a nossa percepção sobre nós mesmas e também é composta pelas nossas vivências na família e na sociedade. Por isso, as relações de gênero, com os atravessamentos de raça e classe social compõem a forma como experienciamos o trabalho, experiência que tem centralidade na construção da nossa identidade e da forma como nos enxergamos.

É importante lembrar que a política pública que institui a figura jurídica do Microempreendedor Individual foi criada na primeira década dos anos 2000 com o intuito de proporcionar inclusão produtiva para milhões de pessoas que atuavam de maneira informal, como resultado da desestruturação do mercado de trabalho pelas políticas neoliberais dos anos 1990, que resultou em um grande contingente de trabalhadores desempregados, subempregados e informais. Assim, o Estado se retira da responsabilidade pelo investimento no setor produtivo e pela geração de trabalho e renda, aderindo ao discurso neoliberal do empreendedorismo como alternativa para inserção no mercado de trabalho (MANTOVANI, 2018).

Para isso, conta com um importante aparato midiático, institucional e ideológico responsável por convencer as pessoas de que este é o caminho para o sucesso e também por proporcionar uma série de produtos e serviços como, por exemplo, cursos, consultorias, conta bancária com serviços diferenciados para quem é MEI e por reproduzir a ideologia do empreendedor de si mesmo.

Conforme já mencionei, as pessoas que trabalham como MEI formam um grupo diverso com diferentes escolaridades, idades e contexto econômico e social. Na tentativa de compreender as percepções das mulheres entrevistadas sobre seu trabalho, perguntei a elas sobre como é atuar como MEI, especificamente, e as diferenças que elas percebem em relação a outras atividades.

O trabalho como MEI é totalmente diferente, porque a gente não tem férias, não tem 13º, tu trabalha 24 horas por dia e o tempo que está fechado, que dá uma parada no serviço mesmo, tu fica totalmente nervosa, preocupada, porque tu precisa que entre alguma coisa. Não tem segurança, estabilidade. Às vezes ta fechando o mês, bah, consegui esse mês 800 reais, só. Mês que vem eu preciso ganhar mais. Aí tu fica 24 horas pensando que precisa trabalhar, que precisa produzir e emenda de segunda a segunda (LÉLIA).

A experiência de Lélia no que se refere às jornadas extensivas e intensivas se repete com outras mulheres. Além disso, a questão da insegurança no que se refere à manutenção do trabalho e da renda, também é constante. É importante dizer que, por seu caráter individual, os negócios de microempreendedores operam no limite da sua capacidade produtiva no que se refere a recursos humanos e financeiros, além disso, são negócios que, na sua grande maioria,

não auferem lucro, apenas o suficiente para a manutenção do negócio (aluguel, compra de insumos e matéria prima) e da renda da empreendedora.

Quanto à questão da segurança, de ter carteira assinada e não ter, é um desafio porque com carteira, tem 13º, tem férias, fundo de garantia, tem tudo e sendo MEI, acabou. Tu tem aquilo que tu produz. Se tu produziu, tu tem, se não produzir não ganha nada. É mais complicado, é desafiador, mas ao mesmo tempo, é a chance de tu crescer. Assim como eu posso ganhar R\$ 100 por semana, eu posso ganhar R\$ 500, R\$ 800 (DJAMILA).

No meu trabalho eu ainda tenho muitas vantagens comparando com outros serviços de MEI, eu recebo um bom salário, só que a carteira assinada te dá segurança. O pior do MEI é tu trabalhar todos os dias pensando que pode ser o dia que tu vai ser demitido. Porque tu não tem segurança. Acaba que na carteira não quer dizer que tu pode relaxar, mas tu tem uma proteção. Se decidirem te mandar embora tu sabe o que vai acontecer contigo e acho que o MEI um dos principais medos é isso. Se te mandam embora, é tchau e ainda fica com o imposto para pagar. Então, é essa segurança que pra mim é o que mais causa ansiedade porque eu tenho que trabalhar mais, estar sempre pensando no trabalho e ainda pensando num plano B porque se mandam embora amanhã, o que eu faço? Isso prejudica até a questão da saúde porque tu dorme pensando num plano B, C...e acho que trabalhar doente, também. Ficar doente é complicado porque tem que trabalhar. Se estiver mal, vai trabalhar mal porque tem toda aquela coisa de não ser descontado ou tu precisa pedir para trabalhar em outro horário e quando tu trabalha com carteira, tu pode ficar doente, é teu direito como ser humano ficar doente. Eu sinto que essas coisas fazem bastante falta, da segurança de dormir sabendo que meu emprego está lá e que se não estiver, vou ter um amparo (SIMONE).

Para a mulher que trabalha como MEI, eu entendo que a maior dificuldade é essa questão da rotina que mistura trabalho com atividade doméstica eu senti na pele e eu imagino que para a maioria das mulheres que são MEIs e trabalham em casa, elas vão ter essa mesma dificuldade porque eu fico pensando, MEI não tem férias, não tem 13º, mas e a mulher que é responsável por cuidar de uma casa? Ela também não tem, então, nesse sentido, eu acho que essa sempre vai ser a principal dificuldade (ROSA).

A parte mais difícil de ser MEI é a insegurança. Tem semanas, às vezes meses, que ta legal. Aí tu pensa, bah, se fosse sempre assim, já dava para relaxar. Aí quando tu vê, parece que some todo mundo, aí fica aquele mês morto. Mas é sempre aquela insegurança que tu não pode contar sempre com a cliente. Mesmo que ela faça só contigo, não quer dizer que ela vai vir sempre. Então, ela ser fiel a ti e ser assídua, são coisas diferentes. Não quer dizer que todo mês tu pode contar com o dinheiro daquela pessoa. Então, é complicado. Aí tem uma ou duas semanas que dá legal, na outra já não dá. Aí tu tenta te planejar, mas tu não consegue planejar tudo porque também depende dos outros. Então, tu não pode fazer uma conta tão grande, assim vai indo, pelo menos no início. Então, tu não pode te dar o luxo de fazer certas coisas (DJAMILA).

Por outro lado, para algumas mulheres, o trabalho como MEI também confere certa independência. Emergem no discurso dessas mulheres falas sobre liberdade, autonomia e escolhas.

Tu quer fazer uma coisa diferente e aí não dá porque a empresa não quer. Se tu trabalha sozinha, já vai pensando, vai te planejando...quando quer comprar alguma coisa nova, ah, legal...assim vai indo. Então, tudo tu vai melhorando para melhorar o teu trabalho, sabe. Então, são coisas que numa empresa, às vezes tu fica limitada e

não consegue fazer. Então, são coisas que tu consegue fazer por ti que em uma empresa não tem isso (DJAMILA).

A diferença entre ser MEI e ter carteira, é que a carteira assinada te dá uma segurança, mas tu tem que cumprir horário, tem um compromisso diferente. Eu tenho possibilidade de trabalhar com hora marcada, então se amanhã eu não quiser vir, eu não venho e não vai ser descontado nada de mim, diferente de quem tem carteira assinada, que se faltar é descontado. Eu tenho liberdade de fazer o meu horário, diferente do que seria se eu tivesse carteira. Essa eu acho que é a principal vantagem. O MEI, a gente é o nosso próprio patrão, mas eu acho que com carteira tu tem mais deveres do que com o MEI. Tem desvantagens que é essa instabilidade, ainda mais agora com essa crise que a gente ta vivendo e as coisas ficando cada vez mais caras (CORA).

Trabalhar como MEI é muito diferente porque são vários frios na barriga. O que eu acho mais difícil de trabalhar por conta própria é eu ter a constância e a responsabilidade de separar o que é daqui e o que é meu e esperar o fim do mês. A melhor parte é eu ter autonomia, poder fazer meus horários. Eu to aqui, mas eu não to trabalhando, é uma coisa que eu gosto, eu interajo com as clientes. Então, a melhor parte é isso, poder mudar, poder fazer as coisas como tu quer (ANGELA).

As diferentes visões que as mulheres atribuem ao trabalho como MEI também passa pela forma como se deu a inserção delas no mercado de trabalho. Neste sentido, é importante lembrar que as mulheres negras foram inseridas no mercado de trabalho, no Brasil, como escravizadas, depois exploradas na agricultura ou no trabalho doméstico. Em sua maioria, elas têm trajetórias marcadas pela exploração e precarização. As mulheres brancas e pobres ingressaram no mercado de trabalho no contexto da revolução industrial com o objetivo de reduzir o custo da mão de obra.

A partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ainda que submetidas a um alto grau de exploração, contavam com certa segurança que o trabalho industrial conferia. Já para as mulheres brancas e escolarizadas, o trabalho remunerado foi um direito conquistado, ainda que com o mesmo objetivo de reduzir o custo da mão de obra, a inserção dessas mulheres no mercado, se deu de forma diferente das demais. Por isso, a exploração extrema, a precarização, a falta de direitos trabalhistas, a instabilidade e a insegurança no trabalho são novidades para as mulheres brancas escolarizadas ou de classe média. Para as demais, essa sempre foi a realidade. Para as mulheres negras que enfrentam o racismo estrutural, se ver na posição de donas do próprio negócio confere, inclusive, um *ethos* diferente em relação às demais, que carrega falas sobre empoderamento e autoestima.

Agora, depois de muitas coisas, estudando marketing, enfim, eu me vejo como empresária, como uma empreendedora. Antes, na minha cabeça, eu não me via como empresária. Agora eu to me colocando no meu lugar. O que virou a chave pra mim foi quando eu consegui sair da sala da minha mãe e pensei, eu consigo pagar um aluguel, comprar meus aparelhos. Aí deu o estalo, mas precisei de muito empurrão. Aí fiz também *coaching*, participei de palestras com uma *coach* que, realmente, empodera as mulheres, para entender que podemos, que somos todas poderosas (ANGELA).

Eu me vejo como uma empreendedora. Ainda não digo que sou empresária porque estou no começo, o espaço aqui não é meu, eu trabalho no espaço de outra pessoa. Para eu dizer que sou empresária ainda falta, mas empreendedora, sim, eu posso dizer que eu sou. Então, pra mim é prazeroso estar nessa correria, de estar sempre pensando no que eu tenho para fazer, no que eu vou desenvolver. Ao mesmo tempo em que é desafiador, é prazeroso. Eu me sinto muito bem, trabalhando, estudando, fazendo mil coisas. Ainda quero conquistar muito mais e sei que posso (DJAMILA).

Eu não digo que sou empresária, mas uma empreendedora. Eu consigo fazer meu trabalho sem estar presa num lugar só, posso fazer de casa em casa, trabalhar aqui no salão, como eu faço, eu me classifico mais como empreendedora. Claro que eu tenho que administrar o que eu ganho e o que eu gasto, mas não sou empresária. Eu gosto muito daqui e já falei que só saio se for para ter alguma coisa minha, talvez na minha casa, mas sair daqui para ir trabalhar em outro salão eu não vou. Quem sabe um dia ter um espaço meu para trabalhar em casa e ter mais tranquilidade. Então, empresária, não. Sou empreendedora (CORA).

É importante notar que, conforme já referido, as principais ocupações de quem atua como Microempreendedor são no setor de comércio e prestação de serviços. Por sua natureza individual, que não tem como objetivo o lucro, mas o autoemprego, esses negócios são os mais vulneráveis às crises do mercado capitalista. Durante a pandemia do Novo Coronavírus, essa fragilidade foi ainda mais exposta.

Com a pandemia foi bem complicado, foi assustador. Eu, como MEI, não tinha salário fixo, então me senti com bastante medo. No final de 2019 eu me mudei. Até então eu morava com a minha mãe, aí no fim de 2019 eu e meu namorado fomos morar juntos. Tava tudo andando legal e ele também trabalhando como MEI. Aí bateu a pandemia e foi bem complicado porque eu tinha o aluguel da minha sala que, antes da pandemia, eu dividia com uma colega, aí ela saiu. Com a pandemia foi complicado, mas com a ajuda da nossa família, pai, mãe, sogro, sogra, irmã, a gente conseguiu manter e seguir firme porque eu pensei várias vezes em desistir, mandar currículo e procurar emprego. Antes eu tinha muitas clientes fixas que pararam com tudo ou porque perderam parte da renda ou por medo de sair mesmo. Eu tive que começar de novo (ANGELA).

Logo no começo da pandemia, fechamos por uns dois meses. No começo não foi tão difícil porque eu ainda era casada, me separei no meio da pandemia. A escola ficou três meses fechada e quando voltamos era com horário reduzido, turmas menores, tudo diferente. Deu para segurar, mas não foi fácil. Agora ainda tá devagar. Tem meses que melhora, mas tem meses mais difíceis. Não sei quanto tempo ainda vai levar para ficar mais estável (CORA).

Durante a pandemia não foi fácil porque antes eu trabalhava com os projetos culturais. Estava sempre correndo atrás, mas era um valor consideravelmente bom. Daí, então, depois que começou a pandemia, eu não conseguia mais aprovar projetos porque parou tudo e também não conseguia emprego. Foi aí que eu comecei a trabalhar com a minha irmã na confeitaria dela na divulgação, na produção, fazendo de tudo um pouco (LÉLIA).

Em contextos e por motivos diferentes, foi durante a pandemia que Djamilá, Rosa e Simone se tornaram microempreendedoras. Djamilá deixou o emprego que não gostava para seguir o sonho de trabalhar na área de estética, contando com o apoio da família. Rosa deixou um emprego como servidora pública federal que não gostava e em razão do qual morava em

outro estado para retornar a Santa Cruz do Sul e ficar mais perto da família. O trabalho como MEI na área de culinária vegana foi a alternativa encontrada. Já no caso de Simone, após a escola onde ela trabalhava fechar por conta da pandemia, ela encontrou um trabalho como terceirizada no setor de atendimento/suporte de um site e para poder ser contratada teve que fazer o registro como MEI.

Eu jamais pensei em trabalhar por conta própria. Eu nem sabia como funcionava o MEI, pra mim foi tudo uma surpresa, eu tive que pesquisar e ver como funcionava e até hoje eu tenho que estar pesquisando e procurando quando aparece alguma coisa porque eu não sabia como funcionava e nunca foi o meu objetivo, eu sempre quis algo estável e o MEI é bem o contrário do estável, mas foi uma coisa que surgiu e foi oportuno no momento, então foi algo que aconteceu, mas não era algo que eu planejava. Eu sou uma trabalhadora terceirizada, eu não sou uma empreendedora (SIMONE).

Apesar de diferentes contextos e de se verem de formas diversas, seja como trabalhadoras ou como empreendedoras, a unanimidade é a importância que essas mulheres atribuem ao seu trabalho como MEI, seja pela realização de um sonho, pela busca de um lugar no mercado de trabalho ou pelo provimento da família.

Embora ali em casa, essa minha renda não é a que mantém a casa, mas ela é importante. O período que não entrou muito porque eu não estava trabalhando, deu uma decaída nas coisas. A gente não comprava muita coisa, conseguimos manter o básico do dia a dia (LÉLIA).

De certa forma, a gente tem essa co-dependência financeira. Se a minha renda, antes era a maior da casa, agora é a dele, só que ainda assim, a minha ajuda totalmente. O meu trabalho é muito importante e como somos só nos dois, eu tive que conversar com ele e mostrar, mas ele reconhece a importância do meu trabalho e que eu realmente trabalho mais, mas ele sempre me incentivou muito até porque antes nós já tínhamos isso bem resolvido porque como antes eu ganhava mais a gente nunca teve problema de hierarquia nesse sentido e ele não me vê como uma pessoa que só ajuda porque ele reconhece a importância. Não que ele consiga lidar com isso o tempo todo, mas ele sabe que sou eu que cuido de tudo, eu faço toda a administração financeira da casa e ele nem sabe quanto que ele ganha e quanto que ele gasta porque sou eu que cuido de tudo, então ele reconhece isso (ROSA).

Pra minha família, meu trabalho é fundamental. Meu marido também é MEI e nós dividimos tudo. Eu invisto uma parte em melhorias, ou cursos, algum equipamento para melhorar meu trabalho, tenho a minha renda e em casa dividimos tudo (ANGELA).

As falas evidenciam que, ainda em um contexto de instabilidade, típico da atividade como MEI, o trabalho tem lugar central na vida dessas mulheres e repercute no lugar que elas ocupam na família, ressignificando a ideia do homem provedor. No entanto, é interessante notar que, conforme já foi referido, ainda que os lugares e papéis de homens e mulheres sejam ressignificados nas relações familiares a partir do trabalho remunerado, isso ainda não é suficiente para tirar dos ombros delas a sobrecarga, a exaustão e o lugar de principal

cuidadora no caso das mulheres mães. No caso de Cora, que é mãe solo e única provedora da família, sua atividade laboral tem uma centralidade ainda maior.

Além de ser o que mantém a minha família, já que moramos só eu e meu filho mais novo, o meu trabalho é a minha identidade. Quando tu escolhe um trabalho e uma profissão para seguir, ela acaba sendo a tua identidade e eu não me vejo fazendo outra coisa. Já trabalhei como doméstica, diarista, já fiz bolos e salgados para vender, que era uma renda extra que eu tinha, mas o meu trabalho hoje é a minha identidade. O meu trabalho define quem eu sou. A rotina de casa é uma rotina estressante e acaba sufocando e muitas vezes o trabalho é o lugar para onde eu fujo. Sábados eu saio daqui me arrastando de cansada, mas é um cansaço bom, de satisfação (CORA).

No caso de Simone, casada com uma mulher, é ela quem ocupa o lugar de provedora e, em função das jornadas desgastantes, não se ocupa do trabalho doméstico, que fica totalmente por conta da esposa dela. Neste sentido, preocupação com a instabilidade e a insegurança do trabalho como MEI repercute na relação que ela estabelece com o trabalho, que se torna não uma fonte de realização ou de construção de identidade, como acontece para outras mulheres, mas um motivo de apreensão.

O meu trabalho é tudo. Eu durmo e acordo pensando no trabalho porque é fundamental. É ele que mantém a nossa família. Eu sempre digo que qualquer pessoa pode ser um sem-teto. Se tu perder o emprego não paga o aluguel e se não tiver uma casa própria, já era. Então é fundamental porque é a única fonte de renda da nossa família (SIMONE).

Considerando o aspecto relacional e complementar entre indivíduos e sociedade, cada uma de nós é resultado não só das escolhas que faz, mas também das possibilidades e constrangimentos que nos são impostos, desde a nossa socialização, pelas relações familiares e pela nossa experiência no trabalho (ELIAS, 1993). A partir das falas das mulheres entrevistadas no que se refere às suas experiências no trabalho, nas relações sociais e familiares, fica evidente de que forma as relações de gênero delimitam lugares de homens e mulheres, influenciando arranjos familiares e impondo limites à nossa autonomia. Isso reforça a noção de que ainda que nós ocupemos espaços públicos e o trabalho produtivo, a lógica da nossa inserção no mercado de trabalho é marcada pela precarização, subordinação e instabilidade que tem como objetivo manter a ordem das coisas e os papéis de gênero pré-estabelecidos do homem provedor e da mulher cuidadora porque, embora algumas mulheres consigam ressignificar essa lógica, essa ressignificação ainda se dá de forma incompleta.

Isso evidencia a relação estreita entre o público e o privado uma vez que a maneira como se dá a inserção das mulheres no mercado de trabalho incide de forma direta nas relações e hierarquias que se estabelecem no interior das famílias. De forma dialética, a inserção das mulheres no mercado de trabalho ainda é condicionada pelas relações familiares. Ainda que haja uma suposta redefinição dos papéis no interior das famílias que possibilitaria

conciliar mais facilmente as demandas do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, a falta de equipamentos e serviços públicos e a privatização do cuidado ainda se impõem como fatores importantes que impedem um maior avanço nesse aspecto.

Assim, é fundamental o papel do Estado como mediador dessas relações, tanto na esfera pública quanto na esfera privada e como provedor de serviços que nos liberem do trabalho de cuidado. Nesse sentido, há um consenso entre as mulheres entrevistadas no que se refere ao papel do estado em relação às políticas que promovam a igualdade de gênero.

Eu acho que não é só o governo, é Estado, mercado e sociedade, partindo do governo para fazer a engrenagem andar com melhor educação, incentivar as meninas negras a se verem nos lugares, para entrar na universidade, fazer um concurso como, agora em Santa Cruz que foi aprovada a lei de cotas para concurso. Então a gente vê mais pessoas negras na área da saúde, da educação. Então já começa aí, o governo incentivando por meio dessas estruturas para que a sociedade possa participar de forma efetiva e mais qualificada, só que aí precisamos ter escolas qualificadas para que as pessoas consigam chegar ali (LÉLIA).

Eu acredito que o Estado tem o seu papel, sim. Mas eu acredito que é mais sistêmico e se vamos falar de como o nosso sistema está construído hoje, o Estado deve fazer algo para diminuir as desigualdades. O mínimo que o Estado deveria garantir é que todas as pessoas tivessem as mesmas oportunidades. A gente sabe que isso não acontece. Como se todos partissem do mesmo lugar e não partem. Assim como as pessoas de diferentes grupos sociais. A mulher que mora na periferia e faz doce e salgado para vender, tem uma vida completamente diferente da minha. Então, tem muitas coisas que poderiam e deveriam ser feitas, que atendessem a todos e que também atendessem as especificidades de cada um e as diferenças que nós temos. Eu acho que o Estado deve. É uma obrigação (ROSA).

Eu acredito que o Estado tem responsabilidade, sim. É o que a gente sempre fala da dívida histórica com as pessoas pretas. É uma dívida que tem porque os pretos foram libertados, mas sem condição nenhuma. Simplesmente disseram vocês tão libertados. Aí entra a questão da favela. Como eles não podiam construir na cidade, tinham que construir no morro. Foi aí que começaram as favelas. Então, é isso. Ah, por que tem tanto preto na favela? Porque não deram espaço para eles construírem em outro lugar, foi onde eles conseguiram ficar. Então eles se juntaram, aí vai vindo família, vai vindo mais gente, vai aumentando e vai ficando. Então, eu acredito que, sim, que seja responsabilidade do poder público de fazer essa retratação, seja por cotas, seja por ações sociais, cursos de capacitação para o mercado de trabalho (DJAMILA).

Hoje a gente vê que o Brasil está desestruturado. Precisa de incentivo. O Estado tem fazer sua parte também. Tem que começar dentro de casa, mas o governo também tem sua responsabilidade. Tem que oferecer um mínimo de estrutura e de condições. Têm jovens que sem algum tipo de incentivo, nunca vão conseguir entrar numa universidade, então, o Estado tem seu papel, sim (ANGELA).

Eu acho que o governo tem responsabilidade e que a mulher deveria ser mais bem assistida. Durante a pandemia, por exemplo, que teve o auxílio, as mulheres que são chefes de família ganhavam um pouco mais. Isso foi interessante. Eu acho que daria para fazer mais pelas mulheres. Essa desigualdade já vem de décadas. Acho que desde que o mundo é mundo. Claro que já mudou muita coisa porque depende da cabeça das pessoas e é possível mudar. Mas tem que começar lá de cima, pelo governante do país (CORA).

Seria ótimo se o Estado se compromettesse com políticas públicas que promovessem a igualdade, que promovessem uma remuneração justa, que punissem empresas que fazem contratações preconceituosas. Tem que ter uma punição por esse tipo de coisa, até para servir de exemplo para que empresas não façam isso. Quantas vezes isso acontece e ninguém fica sabendo? Deveria ser obrigação do estado pelo menos promover políticas públicas para que isso diminuísse e que tivesse um incentivo para que as empresas fizessem as coisas de uma forma mais justa (SIMONE).

As falas trazidas evidenciam a percepção das mulheres no que se refere às desigualdades que são estruturais e estruturantes da nossa sociedade. Assim, emerge nos discursos a responsabilidade do Estado enquanto indutor de políticas públicas que promovam oportunidades, incentivo, a redução das desigualdades, além da dívida histórica com o povo preto. Neste sentido, na percepção das entrevistadas, um ponto chave é a educação para promover a mudança que a sociedade precisa, mas também como uma ferramenta de suporte importante para as mulheres mães.

Escola em tempo integral seria uma maravilha. Que descanso prá nossa mente, poder sair para trabalhar. Outra coisa é o horário das creches. Dependendo do horário que a gente sai e a distância, é inviável chegar no horário. Se sabe que a maioria das pessoas sai do trabalho 17h30 – 18h tem que mudar o horário. Olha o trânsito. Se eu moro no Viver Bem, de onde eu trabalho até o Viver Bem, são 20 minutos de carro. Isso porque eu tenho condução própria. De ônibus dá uma hora. Isso quando o ônibus vem (LÉLIA).

Então, não só que se tenha oportunidades, mas que se tenha escola, saúde...educação e saúde é o principal para que as pessoas tenham condições. Então, congelar gastos com saúde e educação deveria ser proibido porque essa deveria ser a prioridade de qualquer governo. Creche, escolas, valorização dos profissionais que trabalham nessas áreas. Dar suporte para as pessoas porque as pessoas precisam de oportunidade, mas também precisam de suporte, moradia, escola (ROSA).

A escola tem a questão do currículo que tem que ser cumprido, mas tem que pensar um pouquinho fora da caixa para começar ali naquela base formando pessoas melhores. As escolas particulares têm essas atividades extracurriculares que fazem a diferença. Tu conversa com alguém de uma escola particular e alguém de uma escola pública, tu vê a diferença, tu vê que eles não estão preparados no mesmo nível. Tem que ter projeto social, tem que ter trabalho nas escolas para fazer as crianças terem uma visão diferente do mercado de trabalho, com as crianças pretas tem que trabalhar muito a questão da autoestima (DJAMILA).

Escola em tempo integral, por exemplo, a gente não teria tanto aquela preocupação com os filhos. A minha irmã, por exemplo, o filho dela vai fazer cinco anos e vai sair da creche que é tempo integral e vai para a escola que é só de tarde. Ela já tá pensando onde vai deixar ele. Já está procurando algum lugar, um projeto, alguma coisa onde possa deixar ele. Então, escola em tempo integral ou então um projeto que assistisse às crianças no turno oposto ao da escola. A gente trabalharia mais sossegada sabendo que eles estão num lugar onde estão aprendendo, onde estão se desenvolvendo e estão sendo cuidados (CORA).

Além do papel do Estado enquanto regulador das práticas sociais e como agente que, por meio das políticas públicas, pode aprofundar ou reduzir as desigualdades, também é

importante falar sobre a relevância e as repercussões das falas e comportamentos dos agentes do Estado, como o presidente. Neste sentido, o governo Bolsonaro não só tem aprofundado as desigualdades por meio da ação e omissão, como também tem legitimado e estimulado a violência e a opressão. Na percepção das mulheres entrevistadas, tanto como governo, quanto figura pública, estamos imersas em incompetência e intolerância, além de estarmos vivendo um período de desmonte, onde nada se constrói.

A gente vê o exemplo do governo Bolsonaro que é tão machista, tão preconceituoso, é tão absurdo, a gente vê que tudo o que o governo faz ou o que o Bolsonaro fala serve de respaldo para as pessoas que já pensavam daquela forma. O presidente que está falando, então pode. Se o presidente está aprovando leis que prejudicam o trabalhador, então ta tudo bem. Se ele é machista e homofóbico, ta tudo certo porque ele é o presidente e isso acaba servindo de respaldo para outras pessoas reproduzirem as coisas que ele diz e que ele faz (SIMONE).

Nem tem o que falar porque esse governo não fez nada de bom e ta desmantelando tudo o que foi construído. Isso serve para abrir o nosso olho. A gente não pode baixar a guarda nunca. Vêm as próximas eleições ano que vem e vão dizer que ele não vai se reeleger. Teve gente que apostou que ele não ia se eleger e ele ta aí. A primeira coisa que ele fez foi desmantelar tudo o que tinha para mulheres, negros, LGBTQI e pobres. Foi a primeira coisa que ele fez. E ele avisou que ele ia fazer isso, então quem votou concordou com aquilo ali (LÉLIA).

O governo atual, eu não acompanho muito da política, mas o pouco que eu vejo é triste. É triste tu escutar o que sai da boca do nosso presidente e ter uma manada que vai atrás dele. E são muitas pessoas que concordam com as falas e opiniões dele. É gente que já pensava assim, mas não falava. Agora se sentem à vontade. De quem votou nele, tem pessoas que se arrependeram, mas tem gente que defende até hoje. Eu acho bem triste (ANGELA).

Eu não acompanho muito a política, mas ta tudo tão errado que nem tem o que falar. Esse governo não faz nada de bom para ninguém e parece que ainda destruiu o pouco que tinha. Em Santa Cruz também. Eu não vejo nada nesse sentido, eu não vejo nada para as pessoas pretas. Temos muito o que melhorar (DJAMILA).

Os discursos das mulheres entrevistadas, no que se refere ao governo, trazem principalmente o comportamento do Bolsonaro como nocivo. Elas evidenciam o machismo e o preconceito presentes nas falas dele, além do desmantelamento das políticas públicas de promoção da igualdade. É interessante notar que as falas também trazem algumas contradições. Enquanto que para Lélia, o período eleitoral de 2018 deixou evidente quem Bolsonaro era e o tipo de governo que faria, para Cora, “parecia que seria uma coisa dos sonhos.” Se, para Rosa olhar para o horizonte do nosso país não é animador no atual contexto, para Cora, há esperança.

Infelizmente esse governo só atende um grupo muito específico de empresários e o agronegócio e o resto está sendo tudo deixado de lado, está sendo feito o mínimo que tem obrigação e, na verdade, eu não vejo ser feito nada nesse sentido e nós nem precisamos esperar o longo prazo para ver os efeitos. No curto prazo já estamos vendo o que está acontecendo. A fome já voltou, a perspectiva está cada vez pior (ROSA).

Ah, não tem nem o que falar. No começo, quando começou a propaganda política, parecia que seria uma coisa dos sonhos. Mas hoje, tu para pra pensar e não tem nada. Se chamavam o Lula de analfabeto, esse aí é um asno. Sem condições. Então ele é racista, é mal educado e é uma pessoa que está dirigindo um país. Eu ainda tenho esperança de que mude um pouco (CORA).

Seja por meio das políticas públicas, cortes nos investimentos em setores importantes, retirada de direitos ou pelo comportamento machista, misógino e agressivo do presidente, o Brasil não tem sido um bom país para ser mulher, seja nos aspectos simbólicos ou materiais. O que pretendi nessa seção foi trazer as percepções das mulheres sobre as relações de gênero, o território, suas identidades enquanto trabalhadoras, o trabalho como MEI e a sua importância, além do papel do Estado. Em seus discursos elas trazem a centralidade do trabalho, os constrangimentos e possibilidades da atividade como MEI, como esse trabalho constrói o lugar da mulher na família e na sociedade.

Em suas percepções elas mostram que apesar de formarem um grupo diverso e de opiniões às vezes contrárias, as relações de gênero compõem nossa experiência de forma muito semelhante, sendo que as principais diferenças se referem aos marcadores de raça e classe social que impõem ainda mais dificuldade às mulheres pretas e pobres. Por outro lado, elas também mostram que é possível ressignificar essas experiências e, sobretudo, o *habitus* que naturaliza as relações assimétricas entre homens e mulheres. Na próxima e última seção desse capítulo, retomo a noção de *habitus* para falar sobre o que emerge a partir das experiências dessas mulheres, que capitais mobilizam e que tensionamentos criam nos seus espaços e nas suas trajetórias.

4.4. As subjetividades

Enquanto construção social que é histórica e territorialmente localizada, as relações assimétricas de gênero se impõem como um *habitus*, um conjunto de predisposições adquiridas e reproduzidas. Assim, a dominação masculina se impõe como natural, sem necessitar de algo que a explique ou justifique. É apenas lida como a ordem natural das coisas, que não necessita ser questionada ou transformada. Fazem parte dos *habitus* os gostos, as preferências, as maneiras de se expressar e características que reenquadram os indivíduos nos seus grupos ou classes, colocando em pólos opostos os dominantes e dominados. Assim, a sociedade impõe lugares e papéis a serem desempenhados por homens e mulheres e que reproduzem a nossa subordinação.

No entanto, a partir do capital que mobilizamos nesse campo de disputa, assim como podemos reproduzir essas hierarquias, podemos criar tensionamentos que rompam com essa relação de dominação. A partir dessa perspectiva, o que pretendo nesta seção é compreender

como as mulheres entrevistadas atuam neste sentido, as subjetividades que emergem a partir das experiências delas, os capitais que mobilizam e os tensionamentos que criam. As falas trazidas nas seções anteriores evidenciam as percepções das mulheres sobre as relações de gênero, as desigualdades nas relações sociais, familiares e no mercado de trabalho e a forma como essas desigualdades compõem as experiências delas, repercutindo em preconceitos, falta de oportunidades, sobrecarga, diferença salarial, etc. As entrevistas também evidenciam que a partir da tomada de consciência de que essas hierarquias existem, mas não são naturais e sim construídas, essas mulheres não só questionam como também estão dispostas a ressignificar esses *habitus* nas suas práticas cotidianas.

Como o objetivo desta pesquisa foi compreender a forma como as relações de gênero compõem a experiência das mulheres que atuam como microempreendedoras individuais, pedi a elas que definissem, a partir de suas experiências, o que é ser uma mulher trabalhadora com a intenção de compreender as percepções delas sobre a condição de mulher e de trabalhadora. As falas trazem percepções sobre a insegurança do trabalho como MEI, a precarização, a sobrecarga, a desvalorização do trabalho feminino e o cansaço. Além disso, a maternidade tem lugar central na experiência e nas percepções dessas mulheres, inclusive das que não são mães, como Simone.

Ser uma mulher trabalhadora é estar sempre dependente da boa vontade do próximo. Quando eu penso a respeito das mulheres que tem filhos ou que precisam de ajuda para cuidar da casa, tu depende da boa vontade daquela pessoa em querer te ajudar, tu depende da boa vontade do teu chefe, principalmente como MEI, tu depende do bom humor e da boa vontade do teu empregador. A gente está sempre em risco. Acho que vai depender da situação da mulher. Pode ser uma independência, por exemplo, na pandemia muita gente abriu negócio porque precisava trabalhar e não tinha emprego, então é uma solução para uma emergência, mas a precarização é muito presente (SIMONE).

Ser uma mulher trabalhadora é ser uma mulher cansada. Exausta. Porque eu acho que, na minha experiência, sempre tem uma sobreposição. Mesmo se eu morasse sozinha, eu ia ter sobreposição. A gente nunca consegue fazer tudo. Aí o trabalho mais a administração de uma casa é muito complicado. Eu tenho amigos homens que moram sozinhos e eles não têm essa preocupação porque ou eles não fazem as coisas, ou eles pagam uma mulher para fazer, ou a mãe ainda faz. Eles não são criados para ter a mesma autonomia que nós. Então, a mulher trabalhadora é uma mulher cansada. E é muito difícil viver em uma sociedade onde só o trabalho formal é valorizado e aí vem a questão da diferença principal pra mim de ser MEI e ser trabalhadora com carteira assinada. Quando a gente é MEI, duplica (ROSA).

Já para Lélia e Cora a centralidade da maternidade é ainda mais presente. O cuidado com os filhos, a necessidade de rede de apoio, a falta de serviços públicos, o fato de serem as principais responsáveis pelos filhos, o trabalho doméstico, o cuidado e a educação se colocam em, praticamente, todas as falas. A experiência das mulheres mães é totalmente perpassada pela maternidade desde a decisão de trabalhar, passando pelas dificuldades de acesso ao

mercado de trabalho, os constrangimentos impostos às mulheres mães e a rotina de quem é a principal responsável por uma criança constroem a identidade dessas mulheres.

Quando falamos em trabalho, em primeiro lugar, precisamos entender que a gente trabalha toda vida, desde criança porque o trabalho doméstico não é remunerado, mas é trabalho. Agora, emprego, isso sim tem que mudar. Porque em casa tu é mãe, lavadeira, cozinheira, faxineira, psicóloga e esse trabalho não é valorizado. A gente trabalha toda vida, mas não é valorizado. Agora muita gente me diz, ah, tu tá trabalhando. Não, eu sempre trabalhei, agora eu to recebendo para trabalhar, é diferente. Porque todo esse tempo, eu nunca deixei de trabalhar e te digo que eu trabalhava mais do que agora (LÉLIA).

É muito difícil ser mulher e trabalhadora. Para o homem é muito mais fácil porque além de ter que fazer as coisas, a mulher ainda tem que pensar em tudo, se preocupar com tudo. Então, cuidar de filho sozinha, casa, tudo. É muito difícil. Além de lidar com o trabalho, ainda tem o psicológico, a educação. Tudo é com a gente. No meu caso, que moro sozinha com o meu filho mais novo, duplica, triplica, eu sou a mãe, o pai, quem cuida, quem educa, quem sustenta. Eu sou tudo (CORA).

É interessante notar que a percepção das mulheres sobre a condição de trabalhadora ou de empreendedora também muda de acordo com o papel que elas se atribuem. Para Angela e Djamila que se vêem como mulheres empreendedoras, as percepções em relação ao que é ser uma mulher trabalhadora mudam, assumindo uma positividade a partir da visão que elas têm do trabalho.

Ser uma mulher trabalhadora é isso, é ser uma pessoa que vai atrás das suas coisas, que não escuta a negatividade, se precisar fazer algo que talvez não seja o que tu queria para o momento e tiver que fazer, tu faz, mulher trabalhadora é isso, é guerreira, não desiste, tem foco. Tá sempre à disposição para o que precisar (ANGELA).

Pela minha experiência, ser mulher trabalhadora, antes de tudo é um desafio. Eu não tenho filhos, não sou casada, mas a rotina envolve tudo. Tu pensar na comida, tem que arrumar a casa, lavar a roupa, pensar o que está faltando em casa, pensar no trabalho, nos compromissos, tá sempre funcionando. Aí tem que se atualizar, estudar, fazer curso. Então eu passo o dia inteiro em função de tudo. Aí eu ainda me envolvo com o carnaval, projeto, reunião...é um desafio enorme, mas é muito prazeroso ao mesmo tempo. Pra mim, eu acho que toda mulher tem que ter o poder de escolha. Ah, eu escolhi ser dona de casa. Se está bom prá mim, tá tudo certo. Mas eu não conseguiria ser uma dona de casa, eu ia ficar muito entediada, sabe (DJAMILA).

A forma como as relações de gênero compõem a experiência das mulheres que atuam como microempreendedoras individuais, os atravessamentos de raça, classe, sexualidade, idade, a experiência da maternidade, a divisão sexual do trabalho, as relações sociais e o papel do Estado incidem não só nas percepções que as mulheres têm sobre essas dinâmicas, mas também naquilo que elas esperam. No caso de Lélia, mulher negra, com mais de 40 anos, casada e mãe de duas crianças, com pós-graduação e uma trajetória fortemente marcada pela precarização e também pela instabilidade do trabalho como MEI, ter consciência dessas

dinâmicas, ao mesmo tempo em que traz possibilidade de luta e transformação, também traz implicações.

Porque agora as pessoas te reconhecem e pensam, ah, eu vou ajudar ela porque ela ta trabalhando, mas quando tu ta em casa cuidando de uma criança, lavando uma roupa, ninguém pergunta prá ti se precisa passar numa padaria e comprar um pão. Então a gente tem que lutar contra muita coisa, inclusive com o nosso psicológico de dizer, eu sou capaz, mesmo que tudo diga que não. Dentro da universidade mesmo, tu não vê mulheres coordenando, tu não vê mulheres em posição de chefia e como que tu vai te imaginar naquele lugar? Aí tu não tem perspectiva de almejar aquilo ali. Mesmo que tu insista, chega um momento que tu cansa. Eu cansei, parei e agora to voltando com todo um trabalho de apoio da família, amigos, dentro do movimento negro. A cabeça da gente tem que estar muito boa. Têm mulheres que não conseguem parceiros, imagina mulheres negras. Então, é toda uma carga que a gente traz dentro da gente (LÉLIA).

As nossas origens e a nossa família também têm centralidade na forma como nos colocamos e nos percebemos enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras. É importante perceber que em suas falas todas as mulheres referem, em algum momento, a incidência da família nas suas percepções: o lugar do pai, a sobrecarga da mãe, os papéis atribuídos a cada um, a educação sexista, o tornar-se mulher. Se para Rosa, filha de bancário e dona de casa, sua educação foi focada na construção de autonomia e independência, para Cora, filha de um industriário e de uma dona de casa, o reforço dos papéis de gênero esteve muito presente.

Eu e a minha irmã nunca fomos incentivadas a estudar ou trabalhar. Terminei o Ensino Médio, mas sempre fomos criadas para casar ficar em casa. Era aquela mentalidade de que o marido tem que sustentar a casa e a mulher cuidar dos filhos. Mesmo com a educação que tivemos, hoje somos independentes porque vimos que não era assim que as coisas tinham que ser (CORA).

Assim, cumprir ou não com os papéis que nossa família espera de nós, também é parte importante de como percebemos nosso lugar, nossa condição e o nosso valor enquanto mulheres e enquanto trabalhadoras.

Primeiro, minha mãe e meu pai ficaram apreensivos quando eu falei qual era a minha ideia, mas eles me enxergam como uma pessoa valorosa, que está se esforçando, estão vendo que está dando certo. Eles conseguem me ver assim hoje, mesmo que eu não esteja como eles gostariam, eles estão vendo que eu estou trabalhando bastante. Aí vem aquela questão da cultura do trabalho, se está trabalhando bastante, está bom (ROSA).

Eu sempre quis trabalhar, desde os 17 anos eu tenho salário e eu sempre ajudei em casa. Hoje, por estar trabalhando por conta, ainda é uma coisa incerta, não é um trabalho fixo que eu tenho, assim como tem semana que ta boa, tem semana que não tem nada, então vai oscilando e hoje eu não ajudo em casa, mas meus pais me apóiam. Eles não são tão a favor porque eles têm medo dessa insegurança salarial, mas minha mãe disse, se é o que tu gosta, vai lá. A nossa casa é própria, a gente não paga aluguel, então essa segurança do básico, de alimentação, luz, água...é com eles, então é tranquilo, mas me sinto desconfortável, já chorei muito em casa porque eu me sinto mal de não estar ajudando. Não que esteja fazendo falta, mas o fato de não ajudar, de tirar do dinheiro que eles poderiam estar usando para fazer uma viagem, por exemplo, eu me sinto mal (DJAMILA).

Perceber de que maneira as relações de gênero compõem nossa trajetória e nossas experiências desde a família e as formas de subversão à lógica patriarcal de socialização das mulheres, como rejeitar os padrões estabelecidos e ressignificar nossas experiências e as expectativas que a sociedade tem de nós, também nos permite pensar e propor outras lógicas que partem do princípio de que as desigualdades são estruturais. Também levam em consideração que elas fazem parte do sistema capitalista, um sistema que é baseado na produção, na acumulação e no lucro, onde trabalhadoras e trabalhadores se sujeitam à hiperexploração para manter as condições de vida básicas como moradia e alimentação. Portanto, é preciso pensar em outra forma de sociedade.

No nosso sistema, só se pensa em produzir e acumular. Então, por isso que eu acredito que o problema é sistêmico. Mas se a gente tem esse problema na sociedade da forma como ela está hoje, como vamos resolver? As pessoas estão cada vez mais doentes, mais sobrecarregadas e isso está naturalizado. As pessoas precisam começar a pensar em outro modelo de sociedade (ROSA).

De preferência eu queria que as pessoas tivessem acesso a ter uma qualidade de vida de que pelo menos se parar de trabalhar não vai morrer. Porque depender do trabalho para a própria vida te faz deixar tudo de lado, tua saúde, tua saúde mental, tua família, todas as coisas. O trabalho é o ponto fundamental da tua vida. O ideal seria todas as pessoas terem as condições de saber que têm o básico para sobreviver (SIMONE).

Se os *habitus* operam como uma espécie de inconsciência de classe, perceber, observar e refletir sobre as estruturas que criam e naturalizam as desigualdades permite que tomemos consciência sobre nossa opressão, permite nos constituirmos enquanto classe a partir das condições que compartilhamos (BOURDIEU, 1996). As mulheres entrevistadas compartilham as desigualdades de gênero, o machismo, o sexismo, a precarização e a sobrecarga. Mas elas enxergam além e desde os seus lugares conseguem pensar em equidade, levando em consideração que diferentes sujeitos partem de diferentes pontos.

Na sociedade que a gente tem hoje, os direitos têm que ser diferentes porque a mulher tem toda essa carga mental a mais, a sobrecarga do trabalho doméstico, eu não consigo pensar que as mulheres não devam ter menor tempo de trabalho para se aposentar, por exemplo, porque existe muito trabalho envolvido. Inclusive mães deveriam ter uma redução no tempo de trabalho em relação às mulheres que não têm filhos porque isso é trabalho. Eu gostaria de viver em um mundo onde isso não fosse necessário, mas é. Essa é a questão. Não adianta dar direitos iguais para pessoas que partem de lugares diferentes, que têm diferentes condições de moradia, de trabalho, de renda, de cor, de tudo (ROSA).

Eu lembro que uma vez eu vi um *post* de uma pessoa que dizia que existem pessoas pobres demais para fazerem uma entrevista de emprego. As mulheres são as principais. Porque não tem com quem deixar teu filho, não tem como ir com teu filho à entrevista de emprego, tem que pagar alguém para ficar, pagar passagem para chegar ao local da entrevista. Antes de chegar no mercado de trabalho tu já não consegue alcançar essa vaga. Se vamos dar 50% das vagas de uma empresa para mulheres, tem que pensar que tipo de mulheres que vão ter acesso a essas vagas. Se a pessoa não consegue chegar na entrevista porque não tem dinheiro para ir até lá,

não vai ter um acesso igualitário. Ainda vai ter mulheres pobres que não vão conseguir, as mulheres que moram nos bairros periféricos, as mulheres negras, as mulheres trans, não vão ter o mesmo acesso. Então, até que ponto a igualdade de dizer que todas vão ter o mesmo direito é realmente uma igualdade? (SIMONE).

Eu acho que enquanto há essa desigualdade de pensamento, da nossa cultura, a gente tem que diferenciar. Cotas? Tem gente que é contra cotas. Eu sou a favor porque se não for assim, quando é que vamos conseguir ter a equidade que a gente quer no mercado de trabalho, na educação, em tudo? Enquanto não houver equidade, temos que diferenciar porque estamos sendo menos valorizadas, estamos sendo menos requisitadas, também (LÉLIA).

As falas dão conta de uma sociedade ideal onde os papéis de gênero e as diferentes expectativas depositadas sobre homens e mulheres não mais existiriam. Na sociedade ideal, nosso trabalho serviria para nos dar qualidade de vida e não apenas garantir nossa sobrevivência, homens e mulheres seriam igualmente responsabilizados pelos filhos e trabalharíamos menos. É interessante notar que no atual modelo de sociedade capitalista, ao mesmo tempo em que se exige das mães a responsabilidade quase que exclusiva sobre os filhos e sobre o trabalho reprodutivo, o trabalho produtivo em jornadas extensivas e intensivas, nos nega o direito de maternar. Trabalhe como se não tivesse filhos. Seja mãe como se não trabalhasse.

É importante mencionar que na nossa sociedade a maternidade é compulsória: não há política de educação sexual nas escolas, não há política de planejamento familiar, não há acesso amplo a métodos contraceptivos e o aborto é criminalizado. Ou seja, direitos reprodutivos básicos nos são negados. Mas quando falamos em direitos reprodutivos, não falamos apenas sobre prevenir ou interromper uma gravidez, falamos também sobre gestar, parir e criar como um direito. No caso do Brasil, ao mesmo tempo em que a maternidade é imposta pela nossa socialização e pela falta de direitos reprodutivos, por outro lado, o Estado também não nos dá as condições necessárias para exercermos a maternidade. Além da falta de serviços e equipamentos públicos, do acesso precário aos serviços de saúde e da falta de serviços de educação, como escola em tempo integral, trabalhamos extensivamente, estamos sobrecarregadas e exaustas.

E aí eu me pergunto, por que as mulheres que são mães têm que trabalhar o tempo todo? Beleza, a gente cria mais escolas de turno integral para as crianças. Aí a mãe trabalha, o pai trabalha, a criança passa o dia na escola e de noite vão para casa, mas aí aqueles pais vão estar esgotados, cansados do trabalho, alguém ainda vai ter que lavar, passar, cozinhar, dar a comida das crianças, ajudar a fazer a lição de casa...aí eu fico pensando, é essa a sociedade que a gente quer? Então, no meu mundo ideal, quem tem criança poderia trabalhar em turno parcial, no mesmo período em que a criança estiver na escola, ou que mães e pais pudessem cada um trabalhar em um turno para dividir a criação das crianças (ROSA).

A fala de Rosa, que não tem filhos, também é trazida por Lélia, mãe de duas crianças e que tem sua experiência atravessada pela maternidade e pelo cuidado com a própria mãe. São falas que sugerem outro modelo de sociedade que vai além das questões como direitos e políticas públicas e propõe uma espécie de solidariedade coletiva. Essas falas também trazem uma questão importante sobre o direito de exercer a maternidade tendo condições e tempo de qualidade, sem a necessidade de terceirizar a criação das crianças para escolas, babás, cuidadoras, tias, vizinhas e avós.

Eu acho que a nossa sociedade pode e deve ser diferente. As pessoas não se importam. Nas comunidades originárias como quilombos e comunidades indígenas, toda a comunidade é envolvida com a criação e o cuidado das crianças e dos idosos. Além das crianças, tem a minha mãe que já é idosa. Então a gente precisa ter esse olhar especial. A gente pensa 24 horas no cuidado deles, como eles vão estar, até mesmo na escola. E a gente vê que a sociedade não se preocupa. Quando a gente fala em turno integral, a gente quer ter um sossego pelo menos na escola, mas também a gente poder chegar em casa cedo para poder ir numa praça para eles brincarem, pegar um pouco de sol e a gente não se preocupar tanto com a janta, o almoço, tem que dormir cedo porque tem aula no outro dia. A gente quase não tem tempo de ser mãe. É bem injusto mesmo e quem se preocupa mais somos nós, mulheres (LÉLIA).

As desigualdades de gênero, raça e classe estão impregnadas nas estruturas sociais, judiciais e econômicas. Sendo assim, o Estado também tem centralidade no reforço ou na reorganização dessas estruturas por meio das políticas públicas, da oferta de equipamentos e serviços e pela garantia de direitos, atuando também na regulação das relações. Essa centralidade também é percebida pelas mulheres entrevistadas, principalmente no que se refere aos direitos e à promoção da igualdade de oportunidades.

A questão de creche, com certeza é um problema. Porque para trabalhar tu precisa de creche, mas para ter creche precisa estar trabalhando. Mas como faz? Sobre direitos trabalhistas, eu até concordaria que fossem iguais se os homens tivessem as mesmas responsabilidades. Também tem a questão da aposentadoria, em casa a mulher trabalha o dobro, mas não tem carteira assinada (DJAMILA).

Essa questão de desigualdade tinha que começar pelo social. Porque tá errado uns com tanto e outros com tão pouco. Então, se isso já fosse mais equilibrado, eu acho que já melhoraria. Outra coisa é o salário, o homem ganhar mais porque rende mais ou porque não engravida. E como ele não vai render mais se quando ele chegar em casa a mulher vai ter feito todo o trabalho de casa e ele não vai precisar fazer nada? Só tem que render mais mesmo. Isso também teria que mudar. Mulher trabalha tão bem quanto o homem e ainda cuida de tudo em casa, às vezes sozinha (CORA).

A estrutura deveria ser totalmente diferente. As mulheres precisam de apoio. Essa história da distribuição de absorventes para meninas pobres. Gente, é o mínimo. Oferecer o mínimo de estrutura. Tinha uma época que o Brasil não era dos melhores, mas andava bem. O pobre conseguia comprar gás, emprego era mais fácil, tinha financiamento para casa. Eu me formei graças ao FIES. Se não fosse isso, eu não teria estudado. E agora a gente vê alunos desistindo porque não conseguem pagar, os cursos cada vez mais caros (ANGELA).

Embora a dominação masculina se imponha como natural e os papéis atribuídos a homens e mulheres social, cultural e historicamente sirvam para manter os privilégios dos homens e a nossa subordinação, as falas das mulheres entrevistadas mostram que somos sujeitos ativos não só para pensar, mas também para criar outra realidade, a partir do lugar que ocupamos. É interessante observar, a partir das trajetórias dessas mulheres, como elas percebem as relações de gênero e como, a partir das suas experiências, seus *habitus* são ressignificados a partir dos capitais que essas mulheres conseguem mobilizar no seu cotidiano, nos espaços onde elas atuam e nos tensionamentos que elas criam. Como diz Angela, “precisa mudar muito e mudar logo. A gente precisa falar mais sobre isso, trazer mais esses assuntos e igualdade para todos porque já faz muito tempo que se fala, que se bate nessa tecla, já deveria ter mudado”.

A partir das experiências dessas mulheres, é possível observar o peso das políticas neoliberais, do discurso que atribui positividade ao empreendedorismo e ao autoemprego, do sistema capitalista que explora nossa mão de obra no mercado, mas não nos tira o peso da responsabilidade quase que exclusiva pelo trabalho reprodutivo, as dinâmicas da divisão sexual do trabalho, o desemprego, a precarização, a dupla jornada e a vulnerabilidade econômica e social. No entanto, para essa pesquisa, a mulher não é lida como uma vítima dessas dinâmicas, mas como uma entre tantas peças dessa engrenagem. Por isso, acredito no potencial de luta e transformação dessas mulheres, atuando desde a sua microescala familiar, no trabalho ou nos movimentos sociais, como é o caso de Lélia.

Eu procuro dar a minha contribuição dentro do movimento social, nas atividades que eu vinha fazendo, dentro das escolas, com o trabalho que o movimento fazia e a gente vem fazendo ainda e na educação dos que estão perto de mim e não estou falando só das crianças, a gente tem que educar os adultos também. Eu faço isso dentro de casa tentando ensinar meus filhos a se defenderem, a não serem crianças violentas, para não reproduzirem, mas também não aceitarem quietos as bordoadas dos outros. E eles já sabem e já falam quando alguém está sendo racista ou quando alguém está sendo machista. Eles falam. Eles não aceitam. Não sei se estou fazendo certo, mas a gente vai tateando no escuro e vai indo. E é dessa maneira que eu venho me construindo, desconstruindo, reconstruindo, com eles, em casa e dentro do movimento negro, onde eu me abasteco, onde eu me recarrego. Durante a pós-graduação eu tive um momento bem difícil e foi voltando para o movimento negro que eu consegui me levantar e não desistir de tudo (LÉLIA).

A atuação nos movimentos sociais é uma importante ferramenta de luta e neste sentido, o movimento negro é um espaço com um potencial importante de empoderamento das mulheres negras, como no caso de Djamila, que constrói sua atuação por meio do carnaval.

Eu quero fazer uma coisa de resgatar a história do povo preto de Santa Cruz, do carnaval, trabalhar com as meninas que estão envolvidas a questão da postura, oratória. Então, para mudar essa visão e mostrar que a gente também pode que a

gente tem a mesma competência para chegar, para falar bem, de conseguir se impor. Nós também temos todo o direito e não só dentro do carnaval, mas em tudo. Além disso, eu converso muito com a minha irmã sobre essas coisas. Eu sempre digo, não baixa a cabeça para ninguém. Meu pai quando fala alguma coisa que é machista eu sempre bato de frente com ele. Às vezes não porque ele já está mais velho, então tem coisa que não adianta, mas às vezes eu dou uma cutucada. Por eu estar envolvida com a organização do carnaval eu sempre vou tentando mudar essas coisas. A gente conseguiu implantar um projeto que tem os meninos das periferias na bateria e estamos construindo e fazendo projetos para outras coisas como mestresala e porta-bandeira, passista, para ir trazendo as crianças para elas terem esse contato, essa vivência e dentro disso ali, ir trabalhando isso desde criança para elas crescerem mais confiantes (DJAMILA).

Esses são exemplos de como o movimento negro cria formas políticas e culturais de resistência, ainda que, em muitos casos, as mulheres negras sofram com a reprodução de práticas machistas e sexistas dentro do próprio movimento. Esse é um exemplo de como homens e mulheres podem estar unidos em um campo de disputas (o racismo), mas estarem em lados opostos em outro (o machismo). Os movimentos sociais, de forma geral, se constituem em um importante *lócus* de discussão e participação política que oferece possibilidades de ressignificar experiências e construir tensionamentos.

Quando a gente estava em Belo Horizonte, conhecemos muita gente e estávamos inseridos em discussões políticas. Isso pra mim fez muita diferença porque eu não fui criada em uma família que falava sobre questões políticas, como funcionava a economia. Eu era uma pessoa bem alienada. Quando fomos para BH conhecemos um pessoal que estava bastante inserido em militância política, que fazia parte de coletivos, conheciam o pessoal das ocupações. Então foi muito legal poder conversar sobre isso com essas pessoas e eu comecei a entender e a perceber a minha visão sobre as coisas. Eu comecei a construir o meu pensamento e o que eu acreditava. Então, na medida em que a gente conversa com outras pessoas a gente vai construindo e entendendo aquilo que a gente acha e pensa, discutir formas de fazer as coisas e dar apoio também porque é muito difícil de viver no mundo de hoje. E a volta para Santa Cruz me aproximou de mulheres maravilhosas que eu tenho convivido e também me abriram a mente para eu voltar a querer fazer alguma coisa (ROSA).

Quando falamos sobre a realidade dessas mulheres e dos lugares que elas ocupam na família, no trabalho e na sociedade, é importante lembrar que estamos falando sobre mulheres sobrecarregadas pelo trabalho produtivo e reprodutivo, que enfrentam jornadas extensivas e intensivas. Além disso, pela própria estrutura patriarcal da sociedade, ocupar espaços e construir formas de resistência nos movimentos sociais e políticos, nem sempre é uma alternativa viável, mesmo assim, dentro da realidade de cada uma, é possível construir formas de reflexão e de ação.

A gente sempre conversa muito sobre isso. Em casa, com a minha esposa e também com a minha mãe. Ela sempre conversa a respeito dessas coisas, sobre a questão do trabalho, de como é diferente por ser mulher. Então no meu círculo social eu sempre procuro conversar bastante sobre isso. Eu sempre faço aquele *mea culpa* porque eu sei que poderia estar fazendo bem mais, fazendo parte de ações, de projetos, mas acabo sendo sugada pelo trabalho. A questão da política, do fora Bolsonaro, eu não consigo participar porque eu to sempre cansada. Mas eu tento me educar, me manter

informada sobre as coisas, saber que eu ainda venho de um lugar de muito privilégio, tenho acesso ao trabalho, não enfrentei essas questões de preconceito como as mulheres negras passam. Então, eu sempre tento pensar no lugar onde eu estou e nos privilégios que eu tenho, mas eu sei que poderia estar fazendo mais (SIMONE).

Aliás, outro *locus* importante de ressignificação e tensionamento para as relações de gênero é a família, afinal, é onde nossos *habitus* primários são formados, compondo muitas de nossas crenças e valores. Por isso, romper com padrões sexistas e machistas reproduzidos pela nossa família de origem é uma forma importante de construir novas experiências, significados e novas práticas que contribuem com a mudança desses padrões. Por ser a nossa família de origem a nossa primeira referência de socialização e de afetos, romper com os *habitus* primários e construir novas subjetividades, a partir do capital que acumulamos, é uma das formas de agir e transformar nossa própria realidade, a partir da compreensão que temos do lugar que ocupamos e da nossa condição enquanto mulheres trabalhadoras.

Eu acho que a gente começa a mudança também dentro da casa da gente. Às vezes eu to em casa e peço pro meu filho fazer alguma coisa e ele diz, ah, mas não fui eu. Aí eu digo, eu lavo as roupas que tu usa, não fui eu que usei, eu lavo a louça que tu também suja, então tu pode arrumar uma coisa que não foi tu que fez. Então já começa na divisão de tarefas em casa. Lá em casa, o pai e a mãe nos criaram para casar e cuidar da casa. Quando eu me separei, ainda demorei muito porque eu tinha noção de que estava ruim, mas ainda tinha muito aquela ideia de que tinha que continuar casada, por causa dos filhos, da família e tal. Até que chegou uma hora que eu disse, chega. Agora o meu irmão se separou pela segunda vez. Aí minha mãe diz, ah, mas ele é homem. Agora eu to namorando. Esses dias o pai disse, ah, tem que cuidar porque daqui a pouco ele pode cansar e arrumar outra. Eu disse, se ele arrumar outra, eu arrumo outro. Meu Deus! Foi um escândalo. Por isso que eu ensino para os meus filhos, não é porque é homem que pode tudo. A mulher também tem os mesmos direitos. Eu acho que eu posso contribuir assim, ensinando para os meus filhos para que eles sejam melhores do que a nossa geração (CORA).

As falas que apresentei neste capítulo ratificam a compreensão de que a condição das mulheres não se constrói isoladamente, mas é resultado das relações assimétricas de gênero, com os atravessamentos de raça, classe e orientação sexual. Mas também mostram que nós, mulheres nos constituímos em sujeitos ativos que buscam transformar a realidade a partir das percepções que temos de nós mesmas, das nossas famílias, do nosso trabalho, da sociedade, do Estado e das nossas relações, de forma geral. Assim, as mulheres entrevistadas mostram que no campo de disputas das relações de gênero elas mobilizam diferentes capitais que vão desde a educação dos filhos, até a militância em movimentos sociais, a partir das próprias experiências, dos sentidos que atribuem à sua realidade e das subjetividades que constroem.

5 CONCLUSÃO

Ao concluir essa tese de doutorado onde busquei compreender como as relações de gênero compõem a experiência das mulheres que atuam como microempreendedoras individuais em Santa Cruz do Sul, bem como as subjetividades que emergem a partir dessas experiências, é importante retomar os objetivos a partir dos quais ela foi construída, o percurso empreendido e os resultados obtidos com a realização da pesquisa, além disso, indicar as questões relacionadas que se apresentaram durante a pesquisa e que merecem a realização de outras investigações.

Na estrutura dessa tese apresento, no segundo capítulo, uma análise sobre a interrelação entre território, desenvolvimento e gênero, onde o território é lido a partir de uma perspectiva relacional, o lugar que é produto e produtor das relações de poder. Mais do que um palco onde se desenvolvem os acontecimentos, o território é um agente ativo na produção dessas relações e também resultado delas, ou seja, um campo de disputas entre diferentes sujeitos que mobilizam diferentes capitais para diferentes fins, produzindo mudanças ou permanências nesse campo, onde relações de gênero e território se constroem mutuamente e dialeticamente. No capítulo trato ainda das diferentes abordagens sobre o desenvolvimento, resgatando a origem do conceito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e as principais orientações teóricas que conduziram os estudos sobre desenvolvimento. Trago a abordagem liberal do desenvolvimento, a marxista, a abordagem dos autores estruturalistas ligados à CEPAL e também novas perspectivas a partir da noção de pós-desenvolvimento que busca romper com a colonialidade das experiências hegemônicas, até chegar à abordagem anti-colonial, que rompe com as noções ocidentais e patriarcais de desenvolvimento. Por fim, apresento ainda as diferentes perspectivas acerca das políticas de desenvolvimento e como a questão de gênero foi incorporada a este debate, desde as políticas de atendimento às necessidades básicas, onde as mulheres eram vistas como receptoras passivas das políticas de desenvolvimento, passando pela abordagem que buscava a nossa integração ao desenvolvimento por meio da exploração no trabalho produtivo. Assim, chego nas discussões que passam a interseccionar a desigualdade de classe, mas sem abordar as relações de gênero, que passam a ser consideradas apenas em meados da década de 1990, a partir de uma perspectiva que considera os papéis sociais e o lugar do Estado no que se refere à promoção de políticas de emancipação das mulheres.

No terceiro capítulo proponho uma discussão sobre as relações de gênero a partir de quatro perspectivas: sociedade, família, divisão sexual do trabalho e Estado. Início o capítulo com uma revisão dos conceitos de gênero enquanto construção social e relações de poder,

principalmente sobre como a sociedade atribui diferentes lugares a papéis a homens e mulheres e, dessa forma, impõe constrangimentos e possibilidades, de acordo com o que espera de cada sujeito. Além das relações assimétricas de gênero, outro ponto fundamental para compreender o lugar da mulher são os atravessamentos de raça e classe social e a forma como a sociedade produz, reproduz e naturaliza essas assimetrias. Levando em consideração que a relação entre indivíduos e sociedade não é oposta, mas complementar, o nosso processo de socialização cumpre um papel fundamental na reprodução do androcentrismo, que se estabelece como natural. Essa dinâmica influencia os arranjos familiares, a divisão de tarefas e de tempo e o lugar que ocupamos na família. Além disso, a dicotomia entre o público e o privado e a maternidade, também são pontos fundamentais que incidem na forma como nós, mulheres, experienciamos o trabalho produtivo. A divisão sexual do trabalho também é um importante locus de reprodução de gênero, uma vez que separa e hierarquiza trabalho de homem e de mulher, estabelecendo divisões, também, entre diferentes grupos de mulheres mais ou menos escolarizadas, brancas e negras. Neste sentido, emerge a importância do papel do Estado não só como promotor de políticas públicas voltadas para a igualdade, mas também como regulador e mediador das relações sociais.

Já no quarto capítulo busquei compreender como essas dinâmicas incidem na experiência de mulheres que atuam como microempreendedoras individuais no município de Santa Cruz do Sul. Além de analisar como as relações de gênero compõem a experiência dessas mulheres enquanto trabalhadoras, a partir dos aspectos apresentados no capítulo três, também procurei identificar as percepções das entrevistadas acerca da sua condição de mulheres e trabalhadoras, os sentidos que elas atribuem às relações de gênero, ao seu trabalho, seu lugar na família e nas relações sociais que estabelecem, além dos tensionamentos que criam.

Assim, é importante retomar o problema que norteou a realização dessa tese: como as relações de gênero compõem os sentidos e as experiências das mulheres MEIs e quais as subjetividades que emergem dessas experiências? Para enfrentar essa problemática, tomei a nossa condição de mulher não como algo que se constrói isoladamente, mas como resultado das relações assimétricas de gênero. Além disso, nós mulheres, não somos vistas como passivas nessas relações, mas como sujeitos ativos, capazes de perceber, ressignificar e transformar a realidade. Assim, tomei a perspectiva teórica de Pierre Bourdieu no que se refere a campo, *habitus* e capital, onde o território de Santa Cruz do Sul é entendido enquanto um campo onde as relações de gênero se estabelecem. Essas relações são produzidas,

naturalizadas e reproduzidas pelos *habitus* e, neste sentido, o capital que as mulheres mobilizam tem o potencial de manter ou transformar essas relações.

O problema de pesquisa orientou a construção de um conjunto de objetivos para o estudo realizado e que retomo aqui, como forma de apresentar os resultados alcançados com as entrevistas realizadas. O primeiro objetivo era identificar as trajetórias de vida, nos aspectos que compõem a atuação da mulher microempreendedora individual. Neste sentido, identifiquei diferentes trajetórias no que se refere à inserção no mercado de trabalho e à adesão ao trabalho como MEI. A maioria delas revela algum grau de instabilidade e até mesmo de precarização no mercado de trabalho. Experiências atravessadas pelos condicionamentos não só de gênero, mas também de raça e classe social. Além disso, revelam que a atuação como MEI se deu muito mais como uma estratégia de inserção no mercado, do que por um desejo de tornar-se empreendedora ou empresária. A experiência dessas mulheres também é marcada pelas relações assimétricas de gênero no que se refere ao trabalho doméstico, à sobrecarga e aos constrangimentos impostos pela divisão sexual do trabalho.

O segundo objetivo foi analisar as percepções e os sentidos da mulher MEI acerca da sua atividade laboral. As falas evidenciaram a centralidade do trabalho na vida dessas mulheres, seja pela necessidade de provimento da família ou pela realização profissional. O trabalho como microempreendedora, por um lado, confere a essas mulheres um lugar de instabilidade e insegurança pela falta de direitos em relação a um trabalho com carteira assinada. São mulheres que se vêem como trabalhadoras para as quais sua atividade é fundamental, mas que se definem também pelo cansaço da dupla jornada. Para outras mulheres, sua atividade representa liberdade e autonomia. São mulheres que se percebem como empreendedoras e que têm na sua atividade laboral a realização de um sonho, a profissão desejada e a constituição da sua identidade enquanto sujeitos a partir do seu trabalho/profissão. Para essas mulheres, a gestão de si ou o autoemprego, guarda relação com autoestima e empoderamento.

No terceiro objetivo pretendi investigar quais as repercussões do trabalho como MEI nas relações dessas mulheres. A partir da centralidade do trabalho na vida das entrevistadas, foi possível identificar que há uma ressignificação dos seus lugares e dos seus papéis na família, nas relações sociais e nas próprias relações laborais. A partir de aspectos como a sobrecarga de trabalho, a dupla jornada, as desigualdades no ambiente de trabalho e as limitações impostas pela falta de políticas públicas, essas mulheres problematizam a sua condição, suas limitações e possibilidades e criam estratégias de reprodução seja por meio da educação dos filhos, de tensionamentos criados na própria família ou pela participação

organizada em coletivos e movimentos sociais. São mulheres que buscam construir as mudanças a partir do seu lugar e das suas possibilidades de atuação.

Já o quarto objetivo foi proposto com o sentido de observar como as relações de gênero são construídas e vivenciadas pelas mulheres MEIs. Ainda que não nomeiem as desigualdades, como relações de gênero ou relações assimétricas de gênero, elas têm consciência dessas dinâmicas e de como incidem nas suas experiências e nas suas relações profissionais, sociais e familiares. Mesmo tendo a percepção de que a sua condição não é natural, mas construída por meio de relações desiguais de poder e ainda que consigam ressignificar o seu papel nessas relações e criar tensionamentos, essas mulheres não estão isentas de sofrerem com o preconceito, a desigualdade salarial, com a violência simbólica, com a falta de direitos, com a sobrecarga de trabalho, a divisão desigual das tarefas de cuidado, o tratamento diferente no trabalho e, até mesmo, na própria família.

Diante do exposto observei, durante a construção dessa tese, que a experiência e a condição das mulheres que atuam como microempendedoras individuais é marcada por contradições e conflitos, velados ou não, seja no ambiente familiar, social ou laboral. O primeiro conflito emerge da própria performatividade de gênero, um conjunto de práticas, papéis e simbologias atribuídas ao feminino e ao masculino que, além de dicotômicas e de não considerarem a diversidade de identidades de gênero, nos conformam em comportamentos e expectativas a respeito do que é esperado de nós, enquanto mulheres. Essas expectativas impõem limites à nossa possibilidade de atuação seja na família, na sociedade ou no mercado de trabalho. É a performatividade de gênero que diz que temos a maternidade e o trabalho de cuidado como atributos naturais e que sobrecarrega as mulheres trabalhadoras e mães como Cora e Lélia.

A performatividade de gênero incide no nosso processo de socialização quando diz a mulheres como Cora que o lugar dela é em casa e que quem tem que trabalhar é o marido. A performatividade de gênero impõe constrangimentos importantes e que guardam relação direta com o racismo a mulheres como Lélia, Djamila e Angela, que têm suas trajetórias marcadas pelo preconceito racial em um território que, ainda hoje, exalta os valores do homem branco europeu. Isso porque a performatividade de gênero, um produto da sociedade patriarcal, estabelece padrões e comportamentos esperados das mulheres, a partir da noção de domesticidade e docilidade, onde não cabe espaço para a mulher negra. A performatividade de gênero impõe constrangimentos a mulheres como Simone que, por sua orientação sexual e sua aparência que não performa uma feminilidade padrão, sofre com a lesbofobia que põe em

xeque suas subjetividades quando ela questiona as próprias escolhas e vê a sua identidade como um marcador social que impõe dificuldade para a sua inserção no mercado de trabalho.

Outro aspecto central a ser considerado são os atravessamentos de raça e classe social. No que se refere à experiência de mulheres negras, embora as noções de gênero neguem os aspectos biológicos e sejam construídas a partir de uma perspectiva relacional/hierárquica, é importante notar que é no corpo que se inscreve um dos principais fatores de constrangimentos para essas mulheres, que é a cor da pele. A todo o momento e em todos os espaços a cor da pele interpela essas mulheres sobre sua formação, sobre sua competência, sobre suas habilidades, sobre sua qualificação. A cor da pele interpela o ensino superior e a profissão ainda tida como típica para a mulher loira de olhos claros. Em um território que naturaliza a subalternidade da mulher negra, a cor da pele interpela sua presença na escola particular, nos cafés e nos ambientes tidos como tipicamente brancos. Em um território que se mantém apegado às origens de imigração européia, a cor da pele interpela as mulheres negras sobre a sua aparência para o trabalho em determinados espaços ou funções. A cor da pele interpela a capacidade de ser gentil no atendimento.

A partir do que experienciam, essas mulheres respondem conquistando a formação desejada, entrando para a profissão sonhada, respondem se aperfeiçoando e ocupando espaços. Elas respondem quando percebem, questionam e não mais aceitam o preconceito, estabelecendo estratégias de resistência, seja individual ou coletivamente, por meio do movimento negro ou da cultura. Elas respondem quando se orgulham das suas trajetórias e se tornam referências para outras mulheres e meninas. Elas respondem na educação dos filhos e filhas quando ensinam a não aceitar o racismo e o machismo. Elas respondem quando se tornam empreendedoras.

Neste sentido, é interessante observar que enquanto para algumas mulheres a atividade como MEI representa uma forma de precarização das relações de trabalho, para outras pode representar uma forma de empoderamento. A raiz dessa diferença está na maneira como se deu a nossa inserção no mercado de trabalho. Ainda que as mulheres brancas e pobres tenham sido inseridas na atividade laboral com o objetivo de reduzir o padrão de remuneração da força de trabalho, a atividade industrial, de certa forma, garantia alguma proteção social. Já as mulheres brancas de classe média, tiveram a inserção no trabalho produtivo como uma conquista, atuando principalmente no setor de serviços e nas profissões consideradas femininas, como educação, saúde e cuidados.

Já as mulheres negras, chegam ao Brasil como trabalhadoras escravizadas que sempre foram hiperexploradas na agricultura e no trabalho doméstico que segue sendo, até hoje, uma

das atividades mais precarizadas, com menos direitos e que sempre foi ocupada majoritariamente por mulheres negras. Ou seja, são mulheres que têm suas trajetórias marcadas por exploração e precarização profundas desde sempre. Isso mostra que, enquanto para as mulheres brancas deixar um trabalho protegido para atuar como microempresendedora individual pode ter um viés de precarização, para as mulheres negras ter um CNPJ e se tornar empresenedoras são conquistas que têm relação com o fortalecimento da autoestima. Enquanto que para as mulheres brancas, a precarização por meio da atividade como MEI é uma novidade, para as mulheres negras, a novidade é a ascensão profissional e social por meio da formação superior e do empreendedorismo.

O que é interessante notar é que desde os anos 1990, quando se inicia o debate sobre empreendedorismo no Brasil, existe uma positividade em torno do tema que apresenta o empreendedorismo como a solução para a inserção no mercado num momento de desestruturação do trabalho protegido. Essa concepção faz parte do ideário neoliberal em que o Estado transfere para os sujeitos, individualmente, a responsabilidade pela criação do autoemprego. Em um contexto de desestruturação do mercado e com a última reforma trabalhista, que abre caminho para a extinção do trabalho protegido, ganha corpo a ideia do mérito pelo esforço individual, típicos do mercado capitalista.

No entanto, é importante lembrar que, assim como portar uma carteira de trabalho não garante emprego, ser portadora de um CNPJ não garante que essas mulheres terão trabalho e renda. Ainda que a política pública do Microempresendedor Individual tenha sido criada com o objetivo de garantir inserção no mercado formal para trabalhadoras e trabalhadores que atuavam na informalidade, ela acaba se tornando um meio de precarização do trabalho, uma vez que o emprego com carteira vem sendo progressivamente substituído pelo trabalho como MEI terceirizado. Além disso, esses pequenos negócios operam no limite da sua capacidade produtiva e, na maioria dos casos, não têm como objetivo o lucro, mas apenas a manutenção da trabalhadora. Assim, nesse modelo de empreendedorismo é comum que trabalhadoras se submetam a jornadas extensivas de até 12 horas diárias para auferir apenas a renda necessária para o seu sustento e de sua família.

Também é importante mencionar que a desigualdade de gênero é funcional à manutenção do sistema capitalista que precisa das mulheres para o trabalho de reprodução da vida. Portanto, o trabalho como MEI, a partir de uma lógica capitalista e neoliberal que promete a vitória por meio do esforço individual está longe de garantir nossa emancipação, pelo contrário, é uma forma de trabalho que, sem direitos sociais e políticas públicas, nos mantém cada vez mais reféns desse sistema que produz desigualdades e se alimenta delas em

um ciclo difícil de ser rompido. O discurso do empreendedorismo do mercado neoliberal incentiva individual, a competitividade e constringe todas as formas de organização coletiva e de solidariedade. Uma lógica perversa que diz que todas podem vencer pelo esforço individual, sem levar em consideração o contexto econômico, social e territorial.

Assim, considerando a maneira como as relações de gênero compõem a experiência das mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais, impondo limites e constrangimentos não só pela condição de gênero, mas também de raça e classe social, é natural que essas mulheres se percebam como empreendedoras/empresárias ao ocuparem os espaços que elas ocupam e se construam profissionalmente em um mercado individualista, competitivo e hostil.

Aliás, é importante notar como as políticas neoliberais têm relação com a condição das mulheres seja na sociedade, na família ou no mercado de trabalho. Tomando como exemplo a Emenda Constitucional 95, que congela por 20 anos os investimentos em educação, saúde e assistência social, é evidente que as mais atingidas por essa medida sejam as mulheres uma vez que ainda cabe a nós, majoritariamente, o trabalho de cuidado com as crianças, as pessoas idosas e os doentes da família. Com a redução na oferta desses serviços, somos nós, mulheres, que ficamos ainda mais sobrecarregadas. Porque, ao mesmo tempo em que o capitalismo nos põe nos ombros o peso do trabalho produtivo, não retira deles o peso do trabalho reprodutivo.

A privatização do cuidado, a falta de equipamentos e serviços públicos, a falta de escola em tempo integral, a oferta precária de transporte urbano coletivo, as condições de moradia nas periferias são alguns dos limites impostos às mulheres que acessam o mercado de trabalho, seja para buscar a profissão sonhada, seja por necessidade. A maternidade e a falta de direitos reprodutivos também acabam penalizando as mulheres trabalhadoras. Se no mundo ideal, os papéis de homens e mulheres seriam ressignificados e não mais caberia a nós o cuidado quase que exclusivo com nossas crianças, no mundo real, estamos sobrecarregadas e precisamos de direitos que levem em consideração a experiência e as limitações das mulheres mães e que diferentes sujeitos têm diferentes necessidades porque partem de diferentes pontos.

Ainda que, nós mulheres, tenhamos avançado na divisão do trabalho doméstico, essa ainda é uma realidade para uma minoria e que nem sempre ressignifica o nosso lugar e as relações de gênero na família. Dessa forma as desigualdades vão se reproduzindo não só entre homens, mas também entre diferentes grupos de mulheres, neste sentido, o trabalho por conta própria acaba se constituindo mais do que uma forma de inserção no mercado, mas também

uma forma de autonomia e de driblar os limites impostos pela divisão sexual do trabalho que separa e hierarquiza não só homens e mulheres, mas também diferentes grupos de mulheres.

Por outro lado, o trabalho como MEI também se constitui no lugar da instabilidade, da falta de segurança, das jornadas extensivas e intensivas, do medo constante de ficar sem trabalho e renda. Um medo que adoce física e psicologicamente e que confere uma condição permanente de vulnerabilidade econômica e social pela falta de direitos trabalhistas. Apesar do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, seja por motivos econômicos, sociais ou culturais, é importante notar que a inserção feminina no mercado sempre foi marcada pela vulnerabilidade e lembrar que, historicamente, ocupamos os postos de trabalho mais precarizados, de menor jornada e de menores salários, mesmo trabalhando por conta própria.

A nossa participação cada vez maior no mercado de trabalho não é suficiente para romper com a ideia de que é nossa a responsabilidade pelo lar e pelos filhos. Assim, ainda que o trabalho por conta própria permita ter controle do tempo e a autonomia referida por algumas mulheres, a falta de direitos, de proteção social e a desigualdade nas condições de acesso ao mercado, em função das assimetrias impostas pelas relações de gênero, reduzem as possibilidades de emancipação das mulheres que atuam na condição de MEI.

Levando em consideração a relação complementar entre indivíduos e sociedade, as relações de gênero atravessam a nossa experiência a partir do que é construído antes de nós mesmas, nas histórias das nossas mães e pais e na maneira como essas histórias incidem nos nossos processos de socialização. Nas nossas experiências cotidianas, somos interpeladas pelo machismo e pelo sexismo enraizados nas estruturas sociais. E nós respondemos. De repente, a educação sexista que dizia que o lugar da mulher era em casa e não no trabalho remunerado, não serve mais. De repente, o modelo de família que era o ideal dos pais, não é o que faz sentido agora. De repente, comportamentos, papéis e expectativas são ressignificadas, seja em casa ou no trabalho.

Durante as entrevistas, uma fala de Lélia, resumiu nossa experiência “quanta coisa a gente carrega, idade, gênero, peso porque não está dentro do padrão, cor... E daí a gente se redescobre e tenta fazer a coisa acontecer, lutando onde dá para lutar.” Porque é isso que somos, mulheres de luta. Mulheres com diferentes trajetórias e experiências, que ocupam diferentes espaços, que se constituem e se percebem de maneiras distintas, mas que têm em comum a possibilidade de desacomodar as estruturas que mantêm a dominação masculina.

Assim, a permanência dos *habitus*, ainda que perpetue o modelo dominante, a emergência de novos princípios e valores, os novos modelos de família e a ampliação do

acesso ao estudo e ao trabalho, de certa forma, afetam essas estruturas e provocam mudanças. Portanto, o que se pode concluir é que a forma como as relações de gênero compõem a experiência das mulheres que atuam como microempreendedoras individuais ao mesmo tempo em que impõe obstáculos, também constrói possibilidades, uma vez que não somos vítimas dessas relações, mas mais uma peça dessa engrenagem e, ainda que exaustas e sobrecarregadas, a partir do momento em que tomamos consciência da nossa condição, dos constrangimentos impostos, da relevância do nosso trabalho, do nosso lugar na família e na sociedade e de que não há justificativa para a dominação masculina, nas nossas microescalas, podemos mobilizar capitais que criam tensionamentos e estabelecem novos rumos a essas relações.

Entre os capitais que são mobilizados cito a educação dos filhos para o enfrentamento ao racismo e ao machismo, a atuação em coletivos que discutem outras formas possíveis de organização social, a atuação em projetos sociais e culturais, a atuação no movimento negro e em coletivos de mulheres. Além disso, também buscam reorganizar as relações na própria família, redefinindo papéis e indo de encontro à socialização e à educação impostas e estabelecendo mudanças nas suas microescalas. Além disso, para algumas mulheres, principalmente as pretas, o acesso à educação e o próprio trabalho por conta própria podem representar uma forma de minimizar os constrangimentos impostos pela divisão sexual do trabalho, além de possibilitar o acesso a espaços que antes não eram alcançados. Mulheres que se inspiram e outras mulheres e se tornam referência para meninas. Mulheres que antes se viam apenas em condições de subalternidade, mas que, por meio do trabalho, ressignificam sua própria imagem.

Não sejamos ingênuas de pensar que a divisão de tarefas domésticas, que a valorização do nosso trabalho produtivo, que a educação não sexista das nossas crianças, que um status de empreendedora, um trabalho que nos dê autonomia e uma renda que nos dê independência sejam, por si só, fatores decisivos para a eliminação da desigualdade de gênero, uma vez que ela é estrutural e ainda lidamos com as expectativas da sociedade, com as desigualdades de raça e classe social, com a falta de políticas públicas e equipamentos de cuidado, com a falta de direitos sociais, políticos e reprodutivos, com um Estado machista e misógino, personificado na figura de um presidente conservador. É importante lembrar que a luta das mulheres, desde sempre, se constitui por avanços e retrocessos e, em que pesem os retrocessos dos últimos anos, desde sempre estamos em movimento.

É importante mencionar que minha tese era que, partindo do pressuposto de que a relação entre indivíduos e sociedade não é oposta, mas complementar, a nossa condição,

enquanto mulheres, não se dá de forma isolada, mas ela é resultado das relações assimétricas de gênero. Além disso, pretendia dar visibilidade à questão feminina, à luta pelos direitos da mulher e às relações de gênero, trazendo a identidade e a subjetividade das mulheres como forma de construção do conhecimento, que não se baseia em uma verdade universal, mas na historicidade e na experiência dos sujeitos e de seus contextos sociais, sem a pretensão da neutralidade, mas da pluralidade.

Analisando as falas das mulheres entrevistadas e buscando atender ao objetivo central dessa tese de compreender como as relações de gênero incidem na experiência de mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais, foi possível apontar que os principais constrangimentos vivenciados por essas mulheres se referem, sobretudo, ao papel social que nos é imposto e também aos atravessamentos de raça, classe e sexualidade. A partir da pesquisa foi possível constatar que as mulheres têm a percepção sobre a sua condição e sobre as desigualdades, por isso, enquanto que para algumas o trabalho como MEI é um lugar de insegurança, instabilidade e vulnerabilidade, para outras, ele pode se constituir em um lugar de autoestima e empoderamento.

Realizar essa pesquisa durante a pandemia de Covid-19 trouxe inúmeros desafios para os quais eu não estava preparada, assim como acredito que ninguém estivesse. O trabalho em *home-office*, distante do ambiente acadêmico, os desafios de ser uma mãe solo com uma criança em casa, as consequências da pandemia para o país, o número de mortes, a falta de vacinas, o projeto de necropolítica de um governo comprometido com a mentira e a morte e todo o estresse e ansiedade advindos do cenário de destruição econômica, social e de saúde que se instalou no país foram alguns dos obstáculos para concluir essa tese que apresenta limitações teóricas e empíricas. Uma delas se refere à idade e escolaridade das mulheres entrevistadas que, na minha opinião, não só poderia como deveria ter sido mais diversa. No entanto, encontrar mulheres que se disponibilizassem a dar entrevista, ainda durante a pandemia, foi uma dificuldade. Outra limitação que aponto no que se refere às entrevistas é a falta de uma mulher trans, inclusive a tentativa de encontrar uma que pudesse participar da pesquisa foi um dos motivos de adiamento da conclusão do campo.

As pesquisas na área da sociologia do trabalho há muito indicam que homens e mulheres experienciam o labor de formas diferentes e essa tese trouxe um recorte de um grupo específico de mulheres e aponta para outras possibilidades investigativas com outros olhares, outros recursos metodológicos ou outros grupos de mulheres. Por fim, lembro que mais do que problematizar a condição dessas mulheres como resultado das relações de gênero, essa tese traz fragmentos da vida de mulheres fortes que (re)existem, ressignificam

suas experiências, questionam os papéis impostos, enfrentam os constrangimentos que se colocam nas suas trajetórias e tensionam essas relações desiguais nas suas vivências cotidianas. “Mulheres de firmeza”, como diz Lélia. A elas, todo o meu coração.

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20 n.1, janeiro-abril/2012. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100006>. Acessado em 12 de março de 2021.
- ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. I Colóquio internacional sobre desenvolvimento territorial sustentável, Universidade Federal de Santa Catarina, 2007. Disponível em https://nmd.ufsc.br/files/2011/05/Abramovay_Para_uma_teor%C3%ADa_dos_estudos_territoriais.pdf. Acessado em 10 de março de 2020.
- _____. FAVARETO, A. Pode a teoria dos campos de Pierre Bourdieu ser aplicada a estudos de desenvolvimento territorial? Notas para discussão no seminário do projeto de pesquisa “Territórios rurales em movimiento”. Salvador, set. 2008. Disponível em https://favaretoufabc.files.wordpress.com/2013/06/2008_abramovayfavaretosobrebourdieudesenvterritorial.pdf. Acessado em 10 de março de 2020.
- AGÊNCIA BRASIL. Sebrae: pandemia reduz participação de mulheres nos negócios. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-03/sebrae-pandemia-reduz-participacao-de-mulheres-nos-negocios>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- ALENCAR, C. G. P. M. de et. al. O lugar da mulher pesquisadora em tempos de pandemia do COVID-19: reflexões momentâneas. Curitiba. *Caderno Teológico*, v. 5, n. 2, p. 112-122, jul./dez, 2020. Disponível em <https://periodicos.pucpr.br/cadernoteologico/article/view/27277>. Acessado em 12 de abril de 2021.
- AMARAL, F. P.; OLIVEIRA, A. C. D. Necrobiopolítica de gênero nos discursos de Jair Bolsonaro: um estudo preliminar. Rio de Janeiro: Acesso livre n.11, Julho - Dezembro de 2019 p. 40-55. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/342454929_Necrobiopolitica_de_genero_nos_discursos_de_Jair_Bolsonaro_um_estudo_preliminar. Acessado em 7 de agosto de 2021.
- ARAÚJO, C.; SCALON, M. C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: _____. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 15-77.
- ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Trad. Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V. Trabalho doméstico remunerado: condições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil. *Psicologia e Sociedade*. Vol. 32. Belo Horizonte: setembro/2020. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/hfkrxjk394hGLSK8W8fyCsR/?lang=pt#:~:text=tribut%C3%A1rias%20da%20escravid%C3%A3o,-O%20trabalho%20dom%C3%A9stico%20remunerado%20se%20inscreve%20no%20cerne%20das%20contradi%C3%A7%C3%B5es,os%20quais%20t%C3%AAm%20centralidade%20a>. Acessado em 7 de agosto de 2021.

BACELAR, T. Gestão social e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios: os desafios da multiescalaridade - uma visão a partir do Brasil. In: _____. et al. Gestão social dos territórios. Brasília IICA, 2009. p. 35-52. Disponível em <http://www.iicabr.iica.org.br/wp-content/uploads/2014/03/DRS-10.pdf>. Acessado em 03 de abril de 2020.

BADINTER, E. Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno. Trad. Waltensir Dutra. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/DxkN3kQ3XdYYPbwwXH55jhv/abstract/?lang=pt>. Acessado em 3 de março de 2020.

_____. O Debate Pós-democrático no Século XXI. Revista Sul-Americana de Ciência Política, v. 4, n. 2, Pelotas, 2018, p. 149-164. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rsulacp/article/view/14824>. Acessado em 18 de julho de 2021.

BEAUVOIR, S. de. O segundo sexo: a experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BEIRAS, A., ESPINOSA, L., GARCIA, A. La construcción de una metodología feminista cualitativa de enfoque narrativo-crítico. Psicoperspectivas: individuo y sociedad. Vol. 16. n.º 02, p. 54-65, 2017. Disponível em <https://www.psicoperspectivas.cl/index.php/psicoperspectivas/article/view/1012>. Acessado em 03 de maio de 2019.

BIROLLI, F. Família: novos conceitos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014a. Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>. Acessado em 13 de fevereiro de 2021.

_____. O público e o privado. In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014b.

_____. Justiça e família. In: In: MIGUEL, Luís Felipe, BIROLLI, Flávia. Feminismo e política: uma introdução. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014c.

_____. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília: Ipea, n. 13, 1996. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/135>. Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

_____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. A dominação masculina. Trad. Maria Helena Kühner. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. Coisas ditas. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A distinção: crítica social do julgamento. Trad. Daniela Kern, Guilherme Teixeira. São Paulo: Edusp, 2007.

BRASIL. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acessado em 27 de março de 2021.

_____. Lei 11.770/2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Brasília, 2008. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111770.htm. Acessado em 27 de março de 2021.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de lei nº 8035-B, de 2010. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=490116>. Acessado em 23 de julho de 2021.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

_____. Plano nacional de educação. Brasília, DF: Senado Federal, 2014b. Disponível em <https://pne.mec.gov.br/>. Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

_____. Lei no 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. 2015b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm Acessado em 4 de agosto de 2021.

_____. Previdência Social: confira as principais mudanças da nova Previdência. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia>. Acessado em 02 de julho de 2021.

_____. Portal do Empreendedor. 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. Acessado em 10 out. 2021.

_____. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em um ano, canais registram mais de 37,5 mil denúncias relacionadas à pandemia. Brasília, 2021b Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/marco/em-um-ano-canais-registram-mais-de-37-5-mil-denuncias-relacionadas-a-pandemia>. Acessado em 02 de abril de 2021.

_____. Mapa de empresas. Ministério da Economia, Brasília, set, 2021c. Disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/>. Acessado em 13 de outubro de 2021.

BRUSCHINI, M. C. A. Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas. São Paulo: Vértice; FCC, 1990.

_____.; LOMBARDI, M. R. A Bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, n.110, jul/2000, p.67-104. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/dzDXTKKnr96DdTZSqnmH5r/abstract/?lang=pt>. Acessado em 02 de agosto de 2021.

BORJA, B. A Controvérsia entre os Pioneiros da Economia do Desenvolvimento. In: XVI Encontro Nacional de Economia Política, 2011, Uberlândia. Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política, 2011.

BUTLER, J. El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad. Traducción de Maria Antônia Muñoz. Barcelona: Ediciones Paidós, 2007.

CANDIOTTO, L. Z. P.; SANTOS, R. A. dos. Experiências geográficas em torno de uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. Estudos Feministas, Florianópolis, maio-agosto, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/ref/a/XtHh3ZnYkc4qx69TkVZC9CL/abstract/?lang=pt>. Acessado em 02 de julho de 2021.

CEPAL. 40 años de agenda regional de género. Santiago: Nações Unidas, 2017. Disponível em <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40333-40-anos-agenda-regional-genero#:~:text=Descripci%C3%B3n,Ciudad%20de%20M%C3%A9xico%2C%201975>). Acessado em 03 de março de 2020.

CHAUÍ, M. de S. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. 8. ed São Paulo: Cortez, 2000. 309 p

CISNE, M. GURGEL, T. Feminismo, Estado e políticas públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres. SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, jan/jun 2008, p. 69-96. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12960. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

COLLINS, P. H. A política do pensamento feminista negro. In: _____. Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015. 96p. Disponível em <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/01/reflex%c3%b5epraticasdetransforma%c3%a7%c3%a3ofeminista.pdf>. Acessado em 07 de março de 2020.

COSTA, Leila Chagas de S. et. al. Violência contra a mulher durante a pandemia: uma realidade a ser enfrentada. Rede Brasileira de Mulheres Cientistas. Nota Técnica n. 09. Brasil, 2021. Disponível em www.mulherescientistas.org. Acessado em 10 de outubro de 2021.

CORCUFF, P. As novas sociologias: construções da realidade social. Bauru: Edusc, 2001.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: Jornada de metodologia de pesquisa feminista e sua aplicação no âmbito dos direitos humanos, da violência e da paz. San Sebastián-Donostia, País Basco (Espanha), 2014.

DANIEL, C. O trabalho e a questão de gênero: a participação de mulheres na dinâmica do trabalho. O Social em Questão - Ano XIV - nº 25/26 – 2011. Disponível em http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/17_OSQ_25_26_Daniel.pdf. Acessado em 08 de julho de 2021.

DAVIS, Angela. I used to be your sweet mama. Ideología, sexualidad y domesticidad. In: JABARDO, M. (ed.). Feminismos negros: una antología. Madri: Traficantes de sueños; p. 135-186, 2012.

_____. Mulheres, raça e classe. Trad. Heci Regina Candiani. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M.; ROSSI, P. Austeridade e retrocessos: impactos sociais da política fiscal no Brasil. São Paulo: Brasil Debate e Fundação Ebert, Ago/2018.

EL PAÍS. Auxílio emergencial de 2021 começa em 6 abril, com valores menores e menos beneficiados. Saiba as regras. São Paulo, 2021. Disponível em <https://brasil.elpais.com/economia/2021-03-31/auxilio-emergencial-de-2021-comeca-em-6-abril-com-valores-menores-e-menos-beneficiados-saiba-as-regras.html>. Acessado em 20 de agosto de 2021.

ELIAS, N. O processo civilizador: Formação do Estado e civilização. Tradução: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (coord.), Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 17-31. Disponível em <https://red.pucp.edu.pe/wp-content/uploads/biblioteca/090505.pdf>. Acessado em 20 de fevereiro de 2020.

_____. La invención del desarrollo / Arturo Escobar; Traductora Diana Ochoa. 2. Ed. Popayán: Universidad del Cauca, 2014

FARAH, M. F. S. Políticas públicas de gênero. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. da. (orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 127-142. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acessado em 03 de março de 2021.

FARIA, N. Desafios feministas frente à ofensiva neoliberal. In: MORENO, R.; ZELIC, H. (orgs.). Feminismo em resistência: crítica ao capitalismo neoliberal. São Paulo: SOF, 2019. p. 13-40. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo). Disponível em https://br.boell.org/sites/default/files/2020-03/Cadernos_Sempreviva_Miolo2019_web.pdf. Acessado em 10 de março de 2021.

FAVARETO, A. As tentativas de adoção da abordagem territorial do Desenvolvimento rural – Lições para uma nova geração de políticas públicas. 2010. Disponível em http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_217.pdf. Acessado em 02 de fevereiro de 2020.

_____. et. al. Territórios importam – Bases para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. Revista em gestão, inovação e sustentabilidade, Brasília, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/316175104_Territorios_importam_-_bases_conceituais_para_uma_abordagem_relacional_do_desenvolvimento_das_regioes_rurais_ou_interioranas_no_Brasil. Acessado em 10 de fevereiro de 2020.

FEDERICI, S. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017

_____. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2019

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FERREIRA, V. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos Do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. da. (orgs.). Políticas públicas e igualdade de gênero – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 77-102. Disponível em <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/a-globalizacao-das-politicas-de-igualdade-entre-os-sexos>. Acessado em 05 de março de 2021.

FLORES, M. A construção social de territórios e a Globalização. Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 87- 108. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/13683>. Acessado em 08 de fevereiro de 2020.

FREITAS, A. F. de. Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 54, Nº 04, Out/Dez 2016, p. 667-690. Disponível em <https://www.scielo.br/j/resr/a/JCTv5Zmy9KDqSvFKSTZqXyS/?lang=pt>. Acessado em 18 de janeiro de 2020.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado / Contraponto. 234 páginas, 2009

G1. Bem Estar: Covid-19 já matou mais brasileiros em 4 meses de 2021a do que em todo ano de 2020. Rio de Janeiro, 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/25/covid-19-ja-matou-mais-brasileiros-em-4-meses-de-2021-do-que-em-todo-ano-de-2020.ghtml>. Acessado em 08 de agosto de 2021.

_____. Criança de 5 anos morre após cair do 9º andar de prédio no Centro do Recife. Recife, 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2020/06/02/crianca-de-5-anos-morre-apos-cair-do-9o-andar-de-predio-no-centro-do-recife.ghtml>. Acesso em 10 de maio de 2021.

_____. Governo do RJ confirma a primeira morte por coronavírus. Rio de Janeiro, 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/19/rj-confirma-a-primeira-morte-por-coronavirus.ghtml>. Acessado em 03 de setembro de 2021.

_____. Uma em cada quatro mulheres foi vítima de algum tipo de violência na pandemia no Brasil, aponta pesquisa. São Paulo, 2021b. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-qualquer-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>. Acessado em 05 de setembro de 2021.

GEM, Global Entrepreneurship Monitor. Relatório executivo: empreendedorismo no Brasil, 2020. Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade. Coordenação de Simara Maria de Souza Silveira Greco; diversos autores. Curitiba: IBQP, 2021. Disponível em <https://docero.com.br/doc/c181cs0>. Acessado em 10 de setembro de 2021.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F., LIMA, M. (Orgs.). Por um feminismo afro-latino-americano : ensaios, intervenções e diálogos. 1. ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ REY, F.L. Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. Trad. Raquel Souza Lobo Guzzo. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica

de Ciências Sociais, n. 80, 2008, p. 115-147. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acessado em 08 de janeiro de 2020.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de S.; MENESES, Maria P.(orgs.) Epistemologias do sul [livro eletrônico]. São Paulo : Cortez, 2013. Disponível em <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acessado em 02 de fevereiro de 2020.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HARAWAY, D. "Gênero" para un diccionario marxista: la política sexual de una palabra. In: _____. Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinvention de la naturaleza. Madri: Ediciones Cátedra, 1995.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995. Disponível em <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2316>. Acessado em 10 de outubro de 2019

_____. Globalização e divisão sexual do trabalho. Cadernos Pagu 2001/02: pp.139-156. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/PcsfvS6CPpgQRZLRmdTzgxL/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 10 de outubro de 2019.

_____. Globalização, trabalho e gênero. Revista de Políticas Públicas, v. 9, n. 1, jul/dez 2005, p.111-128. Disponível em <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3770>. Acessado em 10 de outubro de 2019.

_____. Visão comparativa sobre o trabalho feminino na França, Japão e no Brasil. In LIMA, M. E. et al (orgs.) Transformando as relações trabalho e cidadania: produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/346000/mod_resource/content/0/HIRATA.%20KERGOAT.%20Divisao%20sexual%20do%20trabalho%20profissional.pdf. Acessado em 10 de outubro de 2019.

_____.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, v.37, n.132, set/dez 2007, p.595-609 Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em 08 de outubro de 2019.

HIRSCHMAN. A. Estratégia do desenvolvimento econômico. Editora Fundo de Cultura: Rio de Janeiro, 1969. 322 p. 13-120

HOBBS, T. O Leviatã ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

IBGE. Síntese de indicadores sociais. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>.

_____. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro, 2019a.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua). Divulgação especial: mulheres no mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 2019b. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101641.pdf>.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD: segundo trimestre de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_2tri.pdf. Acessado em 18 de agosto de 2021.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)/Outras formas de trabalho. Rio de Janeiro: 2020b. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acessado em 18 de agosto de 2021

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Covid-19). Rio de Janeiro, 2020c. Disponível em <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>. Acessado em 18 de agosto de 2021,

_____. Cidades. 2021a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, 2021b. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acessado em 10 de setembro de 2021.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua). 4º trimestre de 2020. Rio de Janeiro, 2021c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30227&t=destaques>. Acesso em 16 de maio de 2021.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: PNAD: segundo trimestre de 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021d. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2021_2tri.pdf. Acessado em 10 de setembro de 2021.

INSTITUTO BUTANTAN. Mulheres ocupam 71% dos cargos de pesquisador científico do Butantan. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/mulheres-ocupam-71-dos-cargos-de-pesquisador-cientifico-do-butantan>. Acessado em 13 de março de 2021.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: A gênese de uma categoria política reacionária – Ou: a promoção dos Direitos Humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). Debates contemporâneos sobre Educação

para a sexualidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. 284 p. Disponível em http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7097/debates_contemporaneos_educacao_sexualidade.pdf?sequence=1. Acesso em 05 de março de 2020.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H., LABORIE, F., LE DOARÉ, H., SENOTIER, D. (orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. Novos estud. - CEBRAP [online]. 2010, n.86, pp.93-103. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/hVNnxSrszcVLQGFHFsF85kk/>. Acesso em 12 de novembro de 2019.

LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAURETIS, T de. Alicia ya no. Madrid, Cátedra, 1992.

_____. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

LÉVI-STRAUSS, C. As estruturas elementares do parentesco. Rio de Janeiro: Vozes, 1972

LIMA, A. L.; MORAES, L. L. A pandemia de Covid-19 na vida de mulheres brasileiras: emergências, violências e insurgências. Rio de Janeiro. Inter-Legere. Vol. 3, n. 28/2020

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil : ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. – Petrópolis: Vozes, 1994.

LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. Porto Alegre. Educação e Realidade, v. 20, n. 02, 1995, p. 101-132. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71722>. Acessado em 03 de outubro de 2019.

MAY, T. Pesquisa social: questões, métodos e processos. Trad. Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008

LÉON, M. Mujer género y desarrollo: Concepciones, instituciones y debates en América Latina. In: Estudios Básicos de Derechos Humanos IV, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, San José de Costa Rica, 1996. Disponível em <https://www.corteidh.or.cr/tablas/a11997.pdf>. Acessado em 12 de julho de 2019.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas, São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, v. 4, pp. 1-18, 1978.

MacDOWELL, L. Género, Identidad y Lugar. Madrid, Cátedra, 2000.

MANTOVANI, E. Microempreendedorismo individual e redes de sociabilidade: uma análise da construção social do microempreendedor individual em santa cruz do sul (rs). 2018. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/2025/1/Emanuele%20Mantovani.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2021.

_____. A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino. Salvador: Cadernos de gênero e diversidade. Vol. 06, N. 03 - Jul. - Set., 2020. Disponível em <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/35205>. Acessado em 07 de março de 2021.

MARX, K. Manuscritos Econômico Filosóficos e outros textos escolhidos. Tradução José Carlos Bruni (et. al). 3.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985

_____. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. ENGELS, F. A ideologia alemã. 11. ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____.; ENGELS, F. A Ideologia Alemã. Tradução: Luis Claudio Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MATTOS, C. A. de. “Patriarcado público”: estereótipos de gênero e acesso à justiça no Brasil. Revista Ágora. Vitória. n. 22, 2015. p. 158-169. Disponível em <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/13614#:~:text=A%20valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20mulher%2C%20pautada,pelo%20senso%20comum%20dos%20juristas>. Acessado em 20 de fevereiro de 2021.

MELLO, J; MARQUES, D. Elementos para uma tipologia de gênero da ação estatal: visões do Estado sobre as mulheres e políticas públicas. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Rio de Janeiro : Ipea , 2019. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34534&Itemid=444. Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

MENDOZA, R. El género y los enfoques de desarrollo. Universidad Pontificia Católica del Perú, s.f. Disponível em <https://www.fao.org/3/x2919s/x2919s04.htm>. Acessado em 13 de setembro de 2019.

MIGUEL, L F.; BIROLI, F. Feminismo e política: uma introdução. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2014

MOHANTY, C. Sob olhos ocidentais. In: Pequena biblioteca de ensaios perspectiva feminista. Trad. Ana Bernstein. Zazie Edições. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/06/CHANDRA-4.pdf>. Acessado em 13 de janeiro de 2021.

MONTECINO, S. REBOLLEDO, L. *Conceptos de Genero y Desarrollo*. 1.ed. Santiago: Universidad de Chile, 1996. Disponível em <https://biblioteca.org.ar/libros/concepge.pdf>. Acessado em 12 de abril de 2019.

MOREIRA, S. B., CRESPO, N. *Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento*. Revista de Economia, v. 38, n. 2 (ano 36), maio/ago, 2012, p. 25-50. Editora UFPR. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/29899>. Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

MORENO, M. (Coord.). *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Tradução de Ana Venite Fuzatto. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. Disponível em <file:///C:/Users/Promoter/Downloads/2022-Texto%20do%20artigo-3409-1-10-20171117.pdf>. Acessado em 08 de maio de 2021.

MOSQUETE, T. V. *Perspectiva de gênero em los estúdios de Geografía*. In: RAMÍREZ, I. T. (coord.), *Miradas desde la perspectiva de gênero*. Madri: Narcea, S.A. de Ediciones, 2005.

NARVAZ, M. G., KOLLER, S. H. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 3, set/dez 2006, p. 647-654. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n3a20.pdf>. Acessado em 08 de maio de 2021.

OLIVEIRA, K. de, SILVA, E. S. da, SALVA, S. *Relações de gênero e educação*. Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 24, n. 02, jul/dez 2011, p. 101-110. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/2884>. Acessado em 12 de novembro de 2020.

OPAS/OMS – Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial de Saúde. *Tópicos sobre a violência contra a mulher*. Disponível em <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women>. Acessado em 22 de maio de 2021.

PINHEIRO, L. S. *O trabalho nosso de cada dia: Determinantes do trabalho doméstico de homens e mulheres no Brasil*. Tese de doutorado. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília, 2018. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/34189>. Acessado em 13 de maio de 2021.

_____. MEDEIROS, M. *Desigualdades de gênero em trabalho pago e não pago no Brasil: uma análise das distribuições de tempo de homens e mulheres entre 2001 e 2015*. In: *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*. Ipea, 2019. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9924>. Acessado em 13 de maio de 2021.

QUIJANO, A. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em <file:///C:/Users/Promoter/Downloads/Quijano%20Colonialidade%20do%20poder.pdf>. Acessado em 22 de novembro de 2019.

_____. *"Bem-viver" entre o "desenvolvimento" e a "des/colonialidade" do poder*. In: *Revista da Faculdade de Direito da UFG*, v. 37, n. 1, jan. / jun. 2013, p. 46-57. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/revfd/article/view/31763>. Acessado em 13 de novembro de 2019.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do Poder. SP: Ática, 1993 (1980).

_____. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J., GROSSI, M. (orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 25-37. Disponível em http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf. Acessado em 20 de novembro de 2019.

RATHGEBER, E. M. WID, WAD, GAD: Trends in research and practice. Meetings of the Canadian Institute for the Advancement of Women held in Quebec City. International Development Research Centre, Ottawa, 1989. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/4191904>. Acessado em 12 de setembro de 2019.

REDE PENSSAN. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Brasil, 2021. Disponível em <https://pesquisassan.net.br/olheparaafome/>. Acessado em 12 de setembro de 2021.

REIS, J. Uma epistemologia do território. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 13, no. 1, 2005: p. 51-74. Disponível em <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/258>. Acessado em 17 de agosto de 2019.

ROSENSTEIN-RODAN, P. Notas sobre a teoria do grande impulso. In: ELLIS, H. & WALLICH, H. (Orgs.). Desenvolvimento econômico para a América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964, p.74-86.

ROSEVICS, L. Do pós-colonial à decolonialidade. In: CARVALHO, G.; ROSEVICS, L. (orgs). Diálogos internacionais: reflexões críticas do mundo contemporâneo. Rio de Janeiro : Perse, 2017.

ROUSSEAU, J. J. O contrato social. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SABOURIN, E.; TEIXEIRA, O. A. Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Empraba/Cirad/ UFPB: 2002.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SAFFIOTI, H. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Conceituando gênero. In: SAFFIOTTI, H., VARGAS, M. M. Mulher brasileira é assim (Orgs.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS, Brasília, 1994.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. Economia espacial: críticas e alternativas. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

_____. A natureza do espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____., SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____., SILVEIRA, M.L. A questão: o uso do território. In: SANTOS, M., SILVEIRA, M. L., Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 9.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. cap. 1. p. 19-22.

SANTOS, T. dos (1970). Dependencia y Cambio Social, en Cuadernos de Estudios Socio Económicos, Santiago de Chile, Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), núm. 11.

_____. A teoria da dependência: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008

_____. Abordagens e concepções sobre o território. 3. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013

SARDENBERG, C. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. In: Dossiê desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. Cadernos Pagu (52), 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/csnYMKWn8bXSswBYxMP9WcTN/?lang=pt>. Acesso em 13 de fevereiro de 2021.

SCOTT, J. Género e historia. Trad. de Consol Vilá Boadas. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, 20 (2), jul.-dez. 1995, p. 71-99. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acessado em 12 de fevereiro de 2021.

SCOTT, R. P.; QUADROS, M. Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. In: Dossiê desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. Cadernos Pagu (52), 2018. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cpa/a/QGhZy9yn8zL5TRpsLQzpdVf/?lang=pt>. Acessado em 13 de janeiro de 2021.

SEBRAE. Relatório especial empreendedorismo feminino no Brasil, 2019. 28p. Março de 2019. Disponível em https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/GO/Sebrae%20de%20A%20a%20Z/Empreendedorismo%20Feminino%20no%20Brasil%202019_v5.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2021.

_____. Relatório especial empreendedorismo feminino no Brasil, 2020. 24p. fevereiro de 2021. Disponível em https://www.sebraepr.com.br/wp-content/uploads/Empreendedorismo-Feminino-ate-III-trim_2020.pdf. Acesso em 11 de agosto de 2021.

SEBRAE. Como a pandemia impactou os negócios liderados por mulheres. 2021a. Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/empreendedorismofeminino/artigoempreededorismofeminino/como-a-pandemia-impactou-os-negocios-liderados-por-mulheres,bd514f9e53bd7710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 10 ago. 2021. b

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIKORA, R. M.; ANGELIM, R. Relações de gênero e dignidade da pessoa humana no Estado Democrático de Direito: encontros e desencontros na promoção da equidade de gênero. *Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v.5, n.9, jul./dez. 2010, p. 49-66. Disponível em https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/URI-3_951f326630d51b7b9f55df54092c992d. Acessado em 05 de fevereiro de 2021.

SILVA, S. V. da. Os estudos de gênero no Brasil: algumas considerações. Barcelona. *Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, N. 262, 15 de noviembre de 2000. Disponível em

<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/1212/Os%20estudios%20de%20g%C3%AAnero%20no%20Brasil%20algumas%20considera%C3%A7%C3%B5es.pdf?sequence=1#:~:text=estudios%20de%20poblaci%C3%B3n,-,No%20Brasil%2C%20os%20estudios%20que%20abordam%20as%20rela%C3%A7%C3%B5es%20de%20g%C3%AAnero,em%20v%C3%A1rios%20lugares%20do%20planeta..>

Acessado em 07 de março de 2021.

SILVEIRA, M. L. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, T; SILVEIRA, M. da. (orgs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero – São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher*, 2004, p. 65-76. Disponível em <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acessado em 13 de abril de 2020.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção da escala geográfica. In ARANTES, A (org) *O espaço da diferença*. Campinas, Papirus, 2000.

_____. *Geografía, diferencia y las políticas de escala*. Trad. Maria Franco García. São Paulo: Terra Livre. Ano 18, n. 19, 2002, p. 127-146.

SOF. *Sempreviva Organização Feminista. Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*. São Paulo, 2020. Disponível em http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf

SORJ, B. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAÚJO, C.; SCALON, M. C. (Org.). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 79-88.

_____.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007 p. 573-594. Disponível

em <https://www.scielo.br/j/cp/a/Tncsync85TCBVCJWm7KHhT7J/abstract/?lang=pt>. Acessado em 10 de janeiro de 2021.

SOUZA, M. L. de. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1. ed. São Paulo : Expressão Popular. UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008

_____. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES P. C. da C.; CORREA, R. L. Orgs. Geografia: Conceitos e temas. 2. ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

STADUTO, J. A. R.; KRETER, A. C. Gênero e território: um documento balizador para o Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2017. – 20 p. il. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/320335673_Genero_e_Territorio_um_documento_balizador_para_o_Oeste_do_Parana. Acessado em 07 de janeiro de 2021.

STREY, M. Gênero, família e sociedade. In: Strey, M; Neto, J. A. S; Horta, R.L. (Orgs). Família e Gênero. Porto Alegre: Edipuc, 2007.

TEIXEIRA, R. P. “Ideologia de gênero”? As reações à agenda política de igualdade de gênero no Congresso Nacional. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília. Brasília, 2019. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35044>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das Eleições 2020. Disponível em <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Novembro/mulheres-representam-12-dos-prefeitos-eleitos-no-1o-turno-das-eleicoes-2020>. Data do acesso: 18 de março de 2021

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. Número de mulheres eleitas em 2018 cresce 52,6% em relação a 2014. 2019. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2019/Marco/numero-de-mulheres-eleitas-em-2018-cresce-52-6-em-relacao-a-2014>. Data de acesso: 18 de março de 2021

UNICEF. "Novo" auxílio emergencial 2021. Como funciona e quem pode receber? Brasil, 2021. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/media/13766/file/novo-auxilio-emergencial-2021_cartilha-unicef-congemas.pdf.

UNW – Un Women. Declaration On The Elimination Of Violence Against Women. New York: UN, 1993. Disponível em <https://undocs.org/en/A/RES/48/104>.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. Revista Trilhas da História. Três Lagoas, v.3, nº6 jan-jun, 2014.p.167-181. Disponível em <https://trilhasdahistoria.ufms.br/index.php/RevTH/article/view/472>.

VIEIRA, I. A., LAGE, A. C. Conhecimentos que emergem das lutas feministas: epistemologias em disputa nos caminhos para a emancipação de mulheres. Universidade

Federal de Pernambuco – 18º REDOR, 2014. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/paper/view/1949/768>

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Régis Barbosa e Karen Barbosa. 4.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

YANNOULAS, S. C. Dossiê: Políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho. Brasília: Centro Feminista de Estudos e Assessoria, 2002. Disponível em <https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/dossieppgmt.pdf>. Acessado em 03 de fevereiro de 2021.

ZABALA, Idoye. Estrategias alternativas en los debates sobre género y desarrollo. Revista de Economía Crítica, nº9, primer semestre 2010. Disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3237350>. Acessado em 13 de setembro de 2019.

APÊNDICES

Apêndice 01: Termo de consentimento

Prezada senhora,

Sou doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e estou realizando uma pesquisa com o objetivo de analisar qual a influência das relações de gênero na experiência de mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais em Santa Cruz do Sul. A pesquisa está relacionada ao projeto que tem como título **Relações de gênero e trabalho feminino: experiências, sentidos e subjetividades das mulheres microempreendedoras individuais** e se vincula ao meu doutorado que realizo durante os anos de 2018/2022. Informações sobre o projeto e sobre minha vinculação com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional podem ser acessadas através da secretaria do programa no telefone 51 3717 7392.

O levantamento de dados tem o objetivo de conhecer as trajetórias e experiências de mulheres que atuam na condição de microempreendedoras individuais não só no que se refere aos aspectos profissionais, mas também no que se refere aos aspectos sociais e familiares, suas opiniões e suas percepções.

Neste sentido, cabe ressaltar que a sua participação é de fundamental importância para a conclusão da pesquisa, porém, a participação é voluntária e caso desista de participar, em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. Além disso, é importante destacar que as perguntas do roteiro de entrevista não são obrigatórias e que a participante tem total liberdade de não responder às perguntas que não quiser.

Garanto que os dados obtidos por meio das entrevistas serão analisados apenas em seu conteúdo, garantindo total sigilo (pessoal e profissional) para todas as entrevistadas e que, portanto, sua identidade será mantida em sigilo, tanto na tese de doutorado quanto em outras produções científicas como artigos e livros que possam resultar desta pesquisa.

Por fim, é importante registrar que os resultados da pesquisa serão públicos e que, assim que ela for concluída e publicada, estará à disposição para todas as interessadas. Será um prazer, portanto, disponibilizá-los para a senhora, caso seja de seu interesse. De qualquer forma, reafirmo que sua participação será de grande importância para que possamos não somente ampliar a compreensão de uma temática que ainda carece de estudos, mas, fundamentalmente, para que possamos fornecer informações e conhecimento sistematizados para a reflexão sobre a nossa realidade.

Agradeço sua atenção. Para qualquer dúvida ou esclarecimento, deixo à disposição meu contato telefônico: 51 9 8253 4567.

Cordialmente,

Emanuele Mantovani

Aceito participar da pesquisa “Relações de gênero e trabalho feminino: experiências, sentidos e subjetividades das mulheres microempreendedoras individuais”, concedendo uma entrevista para a pesquisadora responsável pela execução da referida pesquisa e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Apêndice 02: Roteiro das entrevistas

- 1 Para começar, gostaria de saber um pouco sobre quem tu és. Idade, escolaridade, se és casada, solteira, se tem filhos, onde mora, com quem mora, etc.
- 2 Gostaria que tu me contasse um pouco sobre a tua experiência no mercado de trabalho. Quando começou a trabalhar, onde, como foi tua experiência, como foi que tu te tornou microempresária individual? Por que tu te tornou MEI? Foi uma escolha? Por quê?
- 3 Como é a tua rotina como mulher, trabalhadora, como é o teu dia a dia, que horas tu acordas, quantas horas por dia trabalhas, quem cuida da casa, se divide as tarefas de cuidado, com quem divide, como é o teu fim de semana, se tu estuda, se tem algum lazer, se participa de alguma organização ou movimento social?
- 4 Falando, especificamente, do teu trabalho, como é o dia a dia, como é a rotina, com quantas pessoas tu trabalhas, como se organiza?
- 5 Sobre o que tu acabou de me relatar, falando sobre a tua experiência, tu achas que a experiência de mulheres e de homens tanto no trabalho, na família, na sociedade, de forma geral, é diferente da experiência dos homens?
- 6 Falando um pouco sobre a tua família, tu achas que existem diferenças ou desigualdades entre homens e mulheres na tua família? Que diferenças tu percebes? Isso sempre foi assim? Por que tu achas que é assim? Como funciona a tua família (trabalho produtivo/reprodutivo, papéis de gênero)?
- 7 O que tu sabes ou conheces sobre relações de gênero?
- 8 Tu achas que a experiência das mulheres e dos homens no trabalho é diferente? Ou que as condições que homens e mulheres têm para trabalhar são diferentes? Que diferenças tu percebes? Por que tu achas que essas diferenças existem?
- 9 E, além das diferenças entre homens e mulheres, tu achas que existem diferenças entre diferentes grupos de mulheres, por exemplo, mães, solteiras, casadas, brancas, negras? Podes-me falar um pouco sobre isso?
- 10 Falando, especificamente, sobre mulheres, tu achas que tem diferença entre ser uma mulher branca e ser uma mulher negra? O que tu achas que diferencia as mulheres brancas/negras?
- 11 Além da cor da pele, tu achas que existem outras influências como, por exemplo, a orientação sexual, a escolaridade ou a classe social? Que diferenças tu percebes?
- 12 Por que tu achas que é assim? Por que tu achas que existem essas diferenças? O que tu achas que justifica essas diferenças? Tu achas que tem algum motivo para homens e mulheres serem tratados de formas diferentes ou terem oportunidades diferentes? Obrigações diferentes? Papéis diferentes na sociedade e na família? Lugares diferentes?

13 Tu acha que o fato de ser MEI influencia? Tu acha que para mulheres que trabalham como MEI e para mulheres que trabalham como funcionárias isso é diferente? Tu acha que ser uma mulher que trabalha por conta própria como MEI é diferente de trabalhar em outras coisas?

14 Neste caso, o que tu acha mais fácil ou mais difícil? O que tu acha que seria diferente se tu trabalhasse em outra coisa ou de outra forma que não fosse como MEI?

15 Tu acha que o Estado/governo tem responsabilidade sobre isso? Tu acha que a ação do Estado pode reduzir ou aumentar as desigualdades não só entre homens e mulheres, mas também entre diferentes grupos de mulheres? Como tu acha que o Estado pode fazer isso? Atualmente, como tu avalia o governo neste sentido?

16 O que tu acha que o Estado poderia fazer para as mulheres no sentido de diminuir essas desigualdades? Por exemplo, ter mais vagas nas creches, ter escola em tempo integral, aposentadoria diferenciada para as mulheres, mais direitos trabalhistas?

17 Sobre o teu trabalho, tu acha que o teu trabalho como MEI é importante para a tua família? Que importância ele tem? Já pensou em parar? Por quê? E se tu parasse de trabalhar por vontade própria ou se ficasse sem trabalho, seria tranquilo para a tua família?

18 Tu acha que as coisas (família, Estado, sociedade e trabalho) estão boas da forma como elas estão? Como tu te sente em relação a isso que tu me relatou sobre o teu trabalho, a tua família, o Estado/governo, sobre as relações entre homens e mulheres, sobre as desigualdades que tu aponta? Qual é o teu sentimento em relação a isso?

19 Tu acha que isso pode ser diferente? Que existe outra maneira de organizar a família, o trabalho, a sociedade...? A nossa sociedade poderia ser diferente?

20 Como tu acha que poderia ou que deveria ser?

21 Tu acha que do teu lugar tu pode contribuir de alguma forma para essa mudança? O que tu acha que tu pode fazer? Como?

22 Tu costuma pensar sobre isso no teu dia a dia, sobre essas desigualdades, sobre a tua condição, sobre o teu trabalho, sobre a tua família? Tu costuma pensar ou te perguntar sobre isso?

23 Tu costuma conversar com outras mulheres sobre isso? E com homens?

24 Por fim, eu gostaria que tu definisse, a partir disso que nós conversamos e a partir do que tu pensa sobre a tua vida, a tua família, o teu trabalho, prá ti, o que é ser uma mulher trabalhadora?